



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**



# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Brasília – Março/2013



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012, bem como das orientações da Portaria Nº 2.546/2010, da Controladoria-Geral da União.

Brasília – Março/2013

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	5
LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS.....	8
QUADROS.....	8
FIGURAS.....	10
TABELAS.....	11
GRÁFICOS.....	11
<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>12</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS.....	16
1.3a Política Fiscal.....	17
1.3b Dívida Pública.....	18
1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais.....	19
1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais.....	19
1.3e Contabilidade Pública.....	19
1.3f Assuntos Corporativos.....	20
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	21
1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO DA UNIDADE.....	21
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.....</b>	<b>22</b>
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE.....	22
2.2 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA UNIDADE.....	24
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	27
<b>3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>55</b>
3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE.....	55
<b>4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>55</b>
4.1 RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL.....	55
4.2 RELAÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	60
4.3 DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	69
<b>5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>115</b>
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	115
5.2 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	115
5.3 TRANSFERÊNCIAS VIGENTES.....	118
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO.....	120
5.5 INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	120
5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	120
<b>6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>120</b>
6.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	120
6.1a Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos que refletem sobre ela.....	120
6.1b Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a Estrutura de Cargos, Idade e Nível de Escolaridade.....	122
6.1c Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos.....	124
6.1d Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	126
6.1e Cadastramento no SISAC dos dados pertinentes aos Atos de Admissão e Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão.....	126
6.1f Providências Adotadas para identificar eventual Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	126
6.1g Providências Adotadas nos casos identificados de Acumulação Remunerada de Cargos.....	126
6.1h Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos.....	126
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SOBRE O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	126
<b>7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>128</b>
7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO.....	128
<b>8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>128</b>
8.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	128
8.1a Planejamento da Unidade.....	128
8.1b Perfil dos Recursos Humanos envolvidos.....	128
8.1c Segurança da Informação.....	129
8.1d Desenvolvimento e Produção de Sistemas.....	130
8.1e Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	133
<b>9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>136</b>
<b>10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</b>	<b>137</b>
10.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU E EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	137
10.1a Deliberações do TCU.....	137
10.1b Relatórios de Auditoria da CGU.....	151
10.2 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	155
10.3 DECLARAÇÃO REFERENTE À ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV.....	156
<b>11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>157</b>

<i>11.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES Á AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.....</i>	<i>157</i>
<i>11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL REFERENTE À ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</i>	<i>160</i>
<i>11.3 POSIÇÃO DA UNIDADE COMO DETENTORA DE INVESTIMENTO PERMANENTE EM OUTRAS SOCIEDADES.....</i>	<i>161</i>
<i>12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</i>	<i>161</i>
<i>12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....</i>	<i>161</i>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público  
AGF - Aquisições do Governo Federal  
AGU - Advocacia-Geral da União  
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais  
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres  
ASSEC - Assessoria Econômica  
BDCO - Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A  
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal  
CAUC - Cadastro Único de Convênio  
CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial  
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação  
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União  
CESEF - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais  
CFT-E - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional  
CGU - Controladoria-Geral da União  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
COAFI - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros  
COAPI - Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público  
COBIT - Control Objectives for Information and related Technology  
CODIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional  
CODIP - Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública  
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública  
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira  
COFIS - Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais  
COGEP - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública  
COGER - Coordenação-Geral de Riscos Operacionais  
COGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos  
COINT - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais  
COMITÊ DE GE - Comitê de Gestão Estratégica  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONED - Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa  
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias  
COPEC - Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional  
COPEM - Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios  
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios  
COSIS - Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação  
CPR - Contas a Pagar e a Receber  
CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público  
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
DOU - Diário Oficial da União  
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna  
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos  
EGF - Empréstimos do Governo Federal  
ESAF - Escola de Administração Fazendária  
FC/RFFSA - Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A

FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais  
FDIC - Fundos de Investimento em Direito Creditório  
FFIE - Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização  
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval  
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo  
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular  
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos  
FGO - Fundo de Garantia de Operações  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FIEL - Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária  
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FPM/FPE - Fundo de Participação dos Municípios/dos Estados  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
GMM - Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil  
ITIL - Information Technology Infrastructure Library  
LLOYDBRÁS - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal  
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas  
MF – Ministério da Fazenda  
NA – Não se aplica  
NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.  
OOC – Operações Oficiais de Crédito  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PACE - Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável  
PAF - Plano Anual de Financiamento  
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público  
PDD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa  
PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados  
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S/A  
PPA - Plano Plurianual  
PPI – Projeto Piloto de Investimentos  
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PROEX - Promoção das Exportações  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROVARZEAS - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis  
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária  
RFB - Receita Federal do Brasil  
RFFSA - Rede Ferroviária Federal  
RGF - Relatório de Gestão Fiscal  
RLR - Receita Líquida Real  
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SDE - Secretaria de Direito Econômico  
SECAD – Secretaria-Adjunta  
SEGES - Secretaria de Gestão  
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados  
SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIC - Sistema de Custos para a Administração Pública Federal  
SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União  
SICOF - Sistema de Coleta de Dados Fiscais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação  
SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde  
SISTC - Sistema de Transferências Constitucionais  
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação  
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SOF - Secretaria de Orçamento Federal  
SOTN - Sistema de Operações do Tesouro Nacional  
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos  
SPOA – subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
UCP – Unidade de Coordenação de Programa

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS e GRÁFICOS

### QUADROS

Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade.....	12
Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada .....	12
Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada .....	13
Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões .....	13
Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos.....	21
Quadro 1.5.1 – Macroprocessos de Apoio.....	22
Quadro 2.2.1 - Planejamento Estratégico - Relatório de Atividades 2012.....	24
Quadro 2.3.1 – Estados, Municípios e Empresas.....	41
Quadro 2.3.2 – Operações de Crédito.....	42
Quadro 2.3.3 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Estados.....	42
Quadro 2.3.4 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Municípios.....	44
Quadro 2.3.5 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Empresas Estatais.....	44
Quadro 2.3.6 – Operações de Crédito Interno de Interesse de Estados .....	45
Quadro 2.3.7 – Operações de Crédito Interno de Interesse de Municípios .....	46
Quadro 2.3.8 – Haveres Financeiros.....	47
Quadro 2.3.9 – Contratos Firmados com o BNDES, CAIXA E BB em 2012.....	49
Quadro 2.3.10 – Participação em Fundos.....	51
Quadro 2.3.11 - Metas da STN/SUCOP Realizadas em 2012.....	54
Quadro 4.1.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	55
Quadro 4.1.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	55
Quadro 4.1.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	56
Quadro 4.1.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	56
Quadro 4.1.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	57
Quadro 4.1.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	58
Quadro 4.1.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	58
Quadro 4.1.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....	59
Quadro 4.1.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....	59
Quadro 4.1.10 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....	60
Quadro 4.2.1 – Informações orçamentárias e financeiras da Ação 0705.....	60
Quadro 4.2.2 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00JQ .....	61
Quadro 4.2.3 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272 .....	62
Quadro 4.2.4 - Identificação da Ação.....	63
Quadro 4.2.5 – Ação 00K8.....	64
Quadro 4.2.6 – Metas e resultados da ação exercício.....	64
Quadro 4.2.7 – Ação 0373.....	65
Quadro 4.2.8 – Metas e Resultados – Ação 0373.....	65
Quadro 4.2.9 – Ação 0705.....	66
Quadro 4.2.10 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0705.....	66
Quadro 4.2.11 – Ação 00CZ.....	66
Quadro 4.2.12 – Metas e Resultados – Ação 00CZ.....	67
Quadro 4.2.13 – Ação 00EC.....	67
Quadro 4.2.14 – Metas e Resultados – Ação 00EC.....	68
Quadro 4.2.15 – Ação 00EE.....	68
Quadro 4.2.16 – Metas e Resultados – Ação 00EE.....	69
Quadro 4.3.1 – Programação de Despesas Correntes - Dívida Pública.....	69
Quadro 4.3.2 – Programação de Despesas de Capital - Dívida Pública.....	69
Quadro 4.3.3 – Resumo da Programação de Despesas - Dívida Pública.....	70
Quadro 4.3.4 – Programação das Despesas Correntes - Gestão de Haveres Financeiros.....	71
Quadro 4.3.5 – Programação das Despesas de Capital - Gestão de Haveres Financeiros.....	71
Quadro 4.3.6 – Resumo da Programação das Despesas - Gestão de Haveres Financeiros.....	72
Quadro 4.3.7 – órgão 71000 – encargos financeiros da união – efu - Operações de Crédito.....	73
Quadro 4.3.8 – órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito - Operações de Crédito.....	73
Quadro 4.3.9 - Despesas de Capital - Operações de Crédito.....	74
Quadro 4.3.10 – Programação de Despesas Correntes - Participações Societárias.....	75
Quadro 4.3.11 – Programação de Despesas de Capital - Participações Societárias.....	75
Quadro 4.3.12 – Programação de Despesas de Capital - Participações Societárias.....	75
Quadro 4.3.13 – Programação de Despesas de Capital - Participações Societárias.....	76
Quadro 4.3.14 – Programação de Despesas de Capital - Participações Societárias.....	76
Quadro 4.3.15 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - Particip. Societárias.....	77
Quadro 4.3.16 – Programação de Despesas Correntes - UG 170.007/CODIN-STN.....	78
Quadro 4.3.17 – Programação de Despesas de Capital - UG 170.007/CODIN-STN.....	79
Quadro 4.3.18 – Quadro Resumo da Program. Financeira e da Reserva de Contingência - UG 170.007.....	80

Quadro 4.3.19 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Descentralizações da UG 170.013/SPOA-MF para a UG 170.007/CODIN-STN.....	81
Quadro 4.3.20 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Descentralizações da UG 170.007/CODIN-STN para as Demais UGS do MF.....	83
Quadro 4.3.21 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600.....	85
Quadro 4.3.22 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Operações de Crédito.....	86
Quadro 4.3.23 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Participações Societárias .....	86
Quadro 4.3.24 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade - Dívida Pública.....	87
Quadro 4.3.25 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600.....	91
Quadro 4.3.26 – Despesas por Modalidade de Licitação - Gestão de Haveres Financeiros.....	91
Quadro 4.3.27 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Gestão de Haveres Financeiros.....	92
Quadro 4.3.28 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Gestão de Haveres Financeiros.....	92
Quadro 4.3.29 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários - Op. Crédito.....	93
Quadro 4.3.30 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários - Op. Crédito.....	93
Quadro 4.3.31 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários – Op. Crédito.....	93
Quadro 4.3.32 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários – Op. Crédito.....	94
Quadro 4.3.33 – Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF.....	94
Quadro 4.3.34 – Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009).....	94
Quadro 4.3.35 – Subvenção Econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, em Operações de Financiamento (Lei nº 12.096, de 2009, e Lei nº 12.409, de 2011).....	95
Quadro 4.3.36 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991).....	95
Quadro 4.3.37 – Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural ( Lei nº 12.249, de 2010 ).....	96
Quadro 4.3.38 – Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007).....	96
Quadro 4.3.39 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001).....	97
Quadro 4.3.40 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.247, de 1992).....	97
Quadro 4.3.41 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.247, de 1992).....	98
Quadro 4.3.42 – Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992).....	98
Quadro 4.3.43 – Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.247, de 1992).....	99
Quadro 4.3.44 – Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001).....	100
Quadro 4.3.45 – Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.247, de 1992).....	100
Quadro 4.3.46 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247, de 1992).....	101
Quadro 4.3.47 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.247, de 1992).....	101
Quadro 4.3.48 – Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.247, de 1992).....	102
Quadro 4.3.49 – Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866/99).....	102
Quadro 4.3.50 – Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etilíco Combustível (Lei nº 11.922, de 2009).....	103
Quadro 4.3.51 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001).....	103
Quadro 4.3.52 – Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Lei nº 10.184, de 2001).....	104
Quadro 4.3.53 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência. (MP nº 550, de 2011).....	104
Quadro 4.3.54 – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543/2011).....	105
Quadro 4.3.55 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ – Particip. Societárias.....	105
Quadro 4.3.56 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ – Particip. Societárias.....	106
Quadro 4.3.57 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Participações Societárias.....	106
Quadro 4.3.58 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação na UG 170.007/CODIN-STN.....	108
Quadro 4.3.59 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 170.007/CODIN-STN.....	109
Quadro 4.3.60 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - UG 170.007/CODIN-STN.....	109
Quadro 4.3.61 – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa – Gestão de Haveres Financeiros.....	110
Quadro 4.3.62 – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita – Gestão de Haveres Financeiros.....	110
Quadro 4.3.63 – Ação 0705 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	112
Quadro 4.3.64 – Ação 2C86 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	112
Quadro 4.3.65 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício – Gestão de Haveres Financeiros.....	113
Quadro 4.3.66 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI - Exercício 2012.....	113
Quadro 4.3.67 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2012 – Gestão de Haveres Financeiros.....	114

Quadro 5.2.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600.....	115
Quadro 5.2.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512.....	115
Quadro 5.2.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – Operações de Crédito.....	116
Quadro 5.2.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – Operações de Crédito.....	117
Quadro 5.2.5 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.007/CODIN-STN.....	118
Quadro 5.3.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência 2012 – UG 170.007/CODIN-STN.....	119
Quadro 6.1a.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012.....	120
Quadro 6.1a.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012.....	120
Quadro 6.1b.1 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	122
Quadro 6.1b.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2012.....	122
Quadro 6.1b.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2012.....	123
Quadro 6.1c.1 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	125
Quadro 6.2.1 – Locação de Mão-de Obra.....	127
Quadro 6.2.2 – Composição do Quadro de Estagiários.....	128
Quadro 8.1b.1 – Quantitativo de Servidores – COSIS.....	129
Quadro 8.1b.2 – Quantitativo de Treinandos – COSIS.....	129
Quadro 8.1e.1 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	133
Quadro 8.1e.2 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	134
Quadro 8.1e.3 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	134
Quadro 8.1e.4 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	135
Quadro 8.1e.5 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	135
Quadro 8.1e.6 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	136
Quadro 8.1e.7 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI.....	136
Quadro 10.1a.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	137
Quadro 10.1a.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.....	144
Quadro 10.1b.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	151
Quadro 10.1b.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	154
Quadro 10.3.1 – Declaração SIASG/SICONV.....	156
Quadro 11.1.1 – Declaração Critérios Contábeis.....	157
Quadro 11.2.1 – Declaração do Contador.....	160
Quadro 12.1.1 – Classificação das Mensagens – Dívida Pública.....	162
Quadro 12.1.2 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2012 – Gestão de Haveres Financeiros.....	176
Quadro 12.1.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2012 versus Exercício de 2011 – Gestão de Haveres Financeiros.....	180
Quadro 12.1.4 – Outras Ações – Operações de Crédito.....	187
Quadro 12.1.5 – Execução 2012 - BRA 04/016/ PACE (US\$).....	189
Quadro 12.1.6 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	190
Quadro 12.1.7 – Contratos de Consultoria.....	190
Quadro 12.1.8 – Execução 2012-PREMEF/ BRA 06/024 (em US\$).....	193
Quadro 12.1.9 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	194
Quadro 12.1.10 – Contratos de Consultoria.....	194

## FIGURAS

Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN.....	17
Figura 2.1.1 – Objetivos Estratégicos.....	22
Figura 2.1.2 – Status do total das metas da STN para 2012.....	23
Figura 2.1.3 – Status das metas de nível 1 da STN para 2012.....	24

## TABELAS

Tabela 2.3.1 – Resultados Para a Dívida Pública Federal.....	37
Tabela 12.1.1 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2012.....	162
Tabela 12.1.2 – Doações – 2012.....	162
Tabela 12.1.3 – Operações de Crédito Externo – 2004 a 2012.....	163
Tabela 12.1.4 – Concessão de Garantias Externas – 2004 a 2012.....	163
Tabela 12.1.5 – Contratos de Garantia Externa Assinados em 2012.....	163
Tabela 12.1.6 – Concessão de Garantias Internas – 2012.....	166
Tabela 12.1.6.1 – Concessão de Garantias Internas – 2012.....	166
Tabela 12.1.7 – Concessão de Contragarantias Internas – 2012.....	168
Tabela 12.1.8 – Demonstrativo das Garantias Concedidas – 2012.....	171
Tabela 12.1.9 – Demonstrativo das Contragarantias Concedidas – 2012.....	171
Tabela 12.1.10 – Evolução das Garantias Honradas pela União – 2004 a 2012.....	172
Tabela 12.1.11 – Saldos dos Créditos provenientes de Operações com Estados e Municípios – Exercício 2012.....	184

## GRÁFICOS

Gráfico 12.1.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100 milhões em 2012 – Gestão de Haveres Financeiros.....	179
Gráfico 12.1.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2012 – Gestão de Haveres Financeiros.....	179
Gráfico 12.1.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2012 – Gestão de Haveres Financeiros.....	179
Gráfico 12.1.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2012.....	181
Gráfico 12.1.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31.12.2011.....	182
Gráfico 12.1.6 – Execução PACE 2004-2012 (US\$).....	189
Gráfico 12.1.7 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$).....	194

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO

**Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda		<b>Código SIORG:</b> 001929	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria do Tesouro Nacional			
<b>Denominação abreviada:</b> STN			
<b>Código SIORG:</b> 073665		<b>Código LOA:</b> Não há	<b>Código SIAFI:</b> 1701
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 00.394.460/0289-09	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3412 2222	--	--
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:coger.df.stn@fazenda.gov.br">coger.df.stn@fazenda.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.stn.fazenda.gov.br">http://www.stn.fazenda.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º Andar – CEP 70.048-900			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 – Aprova a Estrutura Regimental e o quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Regimento Interno da STN – Portaria MF 244, de 16 de julho de 2012 – Publicada no DOU de 20.julho de 2012.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Manual SIAFI.			

Fonte: SIAFI – Transações CONORGAO, CONSUBORG e CONUG

**Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
170.007	COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CODIN
170.403	UCP/STN – PACE – RECURSOS EXTERNOS
170.453	STN/COAPI – PPI – TAL
170.474	FUNDO SOBERANO DO BRASIL
170.500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170.501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170.502	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL/COFIN/STN
170.503	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COFIN/STN
170.504	COFIN EXTERIOR – DOLAR
170.505	COFIN EXTERIOR – EURO
170.506	COFIN EXTERIOR – IENE
170.508	STN/COAPI – DOAÇÃO BIRD TF55483
170.509	COORDENAÇÃO-GERAL ANÁLISE ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO
170.510	COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
170.512	COORDENACAO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170.515	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE EST.FISC.DE ESTADOS./MUNICIPIOS
170.518	COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS E FISCAIS
170.519	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. ESTRAT. DA DÍVIDA PUBLICA
170.521	COORDENAÇÃO-GERAL DE OPER. DE CRED. ESTADOS E MUNICIPIOS
170.526	COFIS – PROJETO BIRD 76600
170.528	COFIN EXTERIOR – FRANCO SUICO
170.600	COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA

170.601	PROGER – GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA
170.700	COORDENAÇÃO-GERAL DAS OPER. DE CRED. DO TESOIRO NACIONAL
170.701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF/PRONAF
170.702	COPEC – PROEX
170.703	COPEC – U.RURAI/INDUST/RECOOP/PROAGRO/PESA
170.704	COPEC – U.RURAI/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR
170.705	COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAM. DE FUNDOS E OPER FISCAIS
170.706	COPEC/SECURITIZACAO/PRODUTOS/CONAB
170.707	COPEC/PROFIR – OECF
170.708	COPEC/PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA LAV. CACAUEIRA BAIANA
170.709	COPEC/PAPP
170.710	COPEC/PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE COOP. DE PROD. AGROP. RECOOP
170.711	COPEC/PROVARZEAS – KFW
170.712	COPEC/PRODECER – II RURAL
170.013	COPEC/PESA – PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DOS ATIVOS
170.716	COPEC/U. INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA
170.719	COPEC – PNDA
170.720	COPEC/CUSTEIO AGROPECUARIO
170.721	COPEC/EGF
170.722	COPEC – PRONAF
170.723	COPEC/AGF
170.724	COPEC/ESTOQUES REGULADORES
170.726	COPEC/PROAGRO
170.727	COPEC/GARANTIA/SUST. PRECOS
170.800	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA
170.802	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – CONTROLE
170.803	REGISTRO AUTOMATICO PARA IMPORTACAO DE DADOS – STN
170.804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170.850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170.860	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE E INFORM. TRANSF. FIN. INTERGOV
170.998	COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS CONTAB. APL. À FEDERACAO
170.999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
179.999	STN – EXTERIOR – DIFERENÇA CAMBIAL

Fonte: SIAFI – Transação CONSUBORG – Suborgão 1701 – Secretaria do Tesouro Nacional

#### Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONGESTAO – Gestão 00001 – Tesouro Nacional

#### Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.007	00001 – Tesouro Nacional
170.403	00001 – Tesouro Nacional
170.453	00001 – Tesouro Nacional
170.474	00001 – Tesouro Nacional
170.500	00001 – Tesouro Nacional
170.501	00001 – Tesouro Nacional
170.502	00001 – Tesouro Nacional
170.503	00001 – Tesouro Nacional
170.504	00001 – Tesouro Nacional
170.505	00001 – Tesouro Nacional
170.506	00001 – Tesouro Nacional
170.508	00001 – Tesouro Nacional
170.509	00001 – Tesouro Nacional
170.510	00001 – Tesouro Nacional
170.512	00001 – Tesouro Nacional

170.515	00001 – Tesouro Nacional
170.518	00001 – Tesouro Nacional
170.519	00001 – Tesouro Nacional
170.521	00001 – Tesouro Nacional
170.526	00001 – Tesouro Nacional
170.528	00001 – Tesouro Nacional
170.600	00001 – Tesouro Nacional
170.601	00001 – Tesouro Nacional
170.700	00001 – Tesouro Nacional
170.701	00001 – Tesouro Nacional
170.702	00001 – Tesouro Nacional
170.703	00001 – Tesouro Nacional
170.704	00001 – Tesouro Nacional
170.705	00001 – Tesouro Nacional
170.706	00001 – Tesouro Nacional
170.707	00001 – Tesouro Nacional
170.708	00001 – Tesouro Nacional
170.709	00001 – Tesouro Nacional
170.710	00001 – Tesouro Nacional
170.711	00001 – Tesouro Nacional
170.712	00001 – Tesouro Nacional
170.013	00001 – Tesouro Nacional
170.716	00001 – Tesouro Nacional
170.719	00001 – Tesouro Nacional
170.720	00001 – Tesouro Nacional
170.721	00001 – Tesouro Nacional
170.722	00001 – Tesouro Nacional
170.723	00001 – Tesouro Nacional
170.724	00001 – Tesouro Nacional
170.726	00001 – Tesouro Nacional
170.727	00001 – Tesouro Nacional
170.800	00001 – Tesouro Nacional
170.802	00001 – Tesouro Nacional
170.803	00001 – Tesouro Nacional
170.804	00001 – Tesouro Nacional
170.850	00001 – Tesouro Nacional
170.860	00001 – Tesouro Nacional
170.998	00001 – Tesouro Nacional
170.999	00001 – Tesouro Nacional
179.999	00001 – Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONORGEST

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

### - Competências Institucionais:

Conforme definido no Art. 21, Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que revogou o Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

- I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional;
- IV - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou a organismos internacionais, bem como o gerenciamento da conta em moeda

estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;

V - administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;

VI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;

VIII - implementar as ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei;

IX - editar normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública;

X - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;

XI - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;

XII - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;

XIII - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XIV - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições;

XV - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XVI - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;

XVII - manter e aprimorar o Plano de Contas e o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Federal;

XVIII - instituir, manter e aprimorar sistemas de registros contábeis para os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XIX - instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam produzir informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial;

XX - elaborar as demonstrações contábeis e relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;

XXI - editar normas gerais para consolidação das contas públicas nacionais;

XXII - consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XXIII - promover a integração com os demais Poderes da União e das demais esferas de governo em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XXIV - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

XXV - elaborar e divulgar, no âmbito de sua competência, estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;

XXVI - estabelecer, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e avaliar o cumprimento dos compromissos fiscais dos Municípios que firmaram contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito da legislação vigente;

XXVII - verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais;

XXVIII - divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente;

XXIX - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos;

XXX - gerir o Fundo Soberano do Brasil de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo, de que trata o art. 6º da referida Lei;

XXXI - verificar a adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

XXXII - operacionalizar e acompanhar a gestão de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e elaborar parecer prévio e fundamentado quanto à viabilidade da concessão de garantias e à sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004, para a contratação de parceria público-privada, consoante o inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei;

XXXIII - estruturar e articular o sistema federal de programação financeira, envolvendo os órgãos setoriais de programação financeira, com o objetivo de dar suporte à execução eficiente da despesa pública em geral, e dos projetos de investimento em particular;

XXXIV - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

XXXV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais;

XXXVI - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais; e

XXXVII - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, à verificação de capacidade de pagamento, à ocorrência de compromissos contingentes; a sistema de informações gerenciais, à administração de haveres e obrigações sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

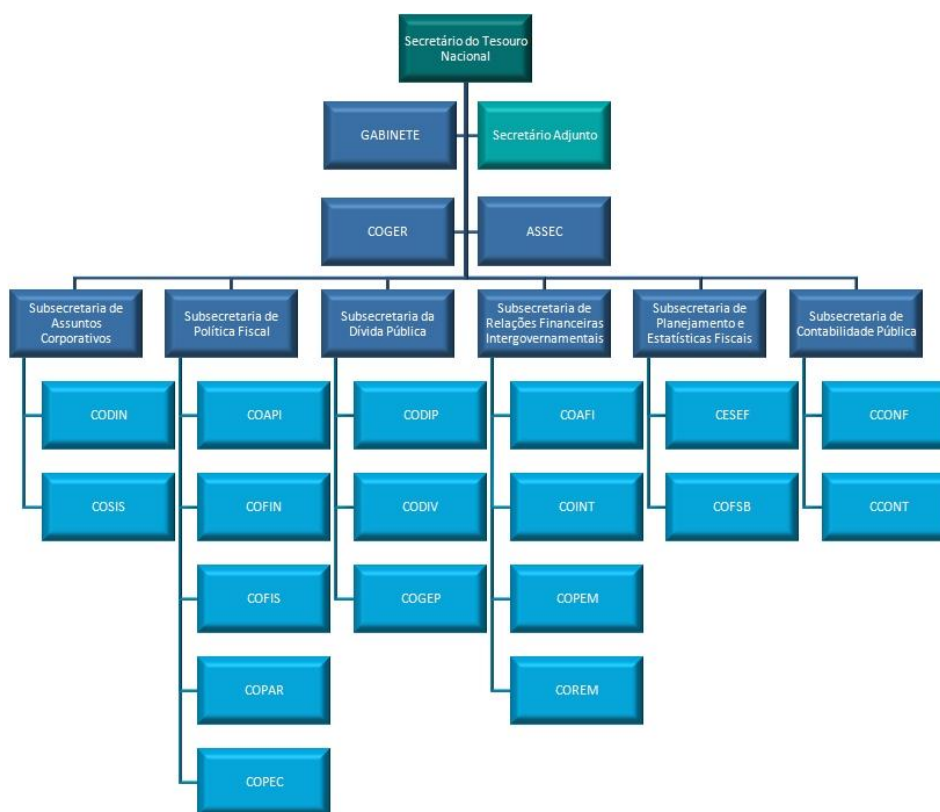
§ 1º No que se refere à despesa pública, inclusive aspectos associados à programação orçamentária, monitoramento e avaliação, conforme mencionado nos incisos VII, XI, XX, XXI, XXII e XXIII, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá executar suas atribuições em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando suprir eventuais lacunas e aprimorar os procedimentos usuais nessa área.

§ 2º Os produtos gerados em decorrência da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional na área da despesa pública, em especial no que se refere às atividades de monitoramento e avaliação, deverão ser compartilhados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a permitir sua plena integração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

### **1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS**

Para o desempenho de suas atribuições regimentais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, está estruturada em seis subsecretarias, dezenove coordenações-gerais e uma assessoria econômica, conforme organograma abaixo.

**Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN**



Posição: Janeiro de 2013

### 1.3a Política Fiscal

À Subsecretaria de Política Fiscal (SUPOF) compete:

- I - orientar e supervisionar o processo de programação financeira, de gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional e de formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - orientar e supervisionar a elaboração de cenários de finanças públicas e estudos em matéria fiscal com vistas à definição de diretrizes de política fiscal e de orientadores para a formulação da programação financeira, identificação de riscos fiscais e melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - orientar a normatização, o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- V - promover e administrar as ações relativas à integração do SIAFI ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, bem como monitorar as movimentações financeiras realizadas por meio do Sistema de Transferência de Reservas que impliquem entradas ou saídas de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional;
- VI - orientar o processo de gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais, entidades governamentais estrangeiras de crédito e organização supranacional;

- VII - administrar os haveres financeiros cujos devedores não sejam entes federativos, bem como os haveres mobiliários do Tesouro Nacional e seus respectivos rendimentos e direitos;
- VIII - avaliar, orientar e manifestar-se acerca da adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na [Lei nº 11.079, de 2004](#), e na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;
- IX - acompanhar a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e avaliar a viabilidade da concessão de garantias e a sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o [art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004](#), para a contratação de parceria público-privada, consoante o [inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei](#);
- X - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional;
- XI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;
- XII - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei, incluindo operações de crédito e fomento agropecuários, agroindustriais, industriais, habitacionais, exportações e Operações Oficiais de Crédito;
- XIII - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, participações societárias da União, contratos de gestão e fundos que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional;
- XIV - manifestar-se sobre as questões envolvendo planos de benefícios de aposentadoria complementar de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, sob a ótica dos riscos fiscais e aportes de recursos da União;
- XV - propor e coordenar operações estruturadas e especiais envolvendo ativos e passivos do Tesouro Nacional, em conjunto com as demais áreas envolvidas, bem como propor programas de governo afetos ao Ministério da Fazenda;
- XVI - manifestar-se sobre matérias societárias relativas a empresas em que a União tenha participação direta ou indireta no capital social, inclusive na condição de acionista minoritário; e
- XVII - propor a indicação de representantes do Tesouro Nacional em conselhos fiscais ou órgãos equivalentes de empresas estatais e outras entidades, assim como de representantes do Ministério da Fazenda em comissões de acompanhamento e avaliação de contratos de gestão celebrados pela União.

### **1.3b Dívida Pública**

À Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP) compete:

- I - elaborar o planejamento de curto, médio e longo prazos da dívida pública federal, nele incluídos o gerenciamento de riscos e custos, a projeção dos limites de endividamento da União, a elaboração de análises macroeconômicas e a proposição de operações com ativos e passivos que possam melhorar o seu perfil;
- II - conduzir as estratégias de financiamento interno e externo da União, nelas incluídas as contratações de operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos ou à aquisição de bens e serviços;
- III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e realizar as execuções orçamentária e financeira e os registros contábeis da dívida pública federal;
- IV - elaborar e divulgar informações acerca das operações da dívida pública federal, bem como outros temas a ela relacionados;

V - coordenar o relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, formadores de opinião, imprensa, agências de classificação de risco e órgãos de governo no que se refere à dívida pública federal, bem como assessoramento às autoridades de Governo nesse tema;

VI - fomentar o mercado de capitais, acompanhando e propondo, no âmbito de suas atribuições, normas reguladoras e disciplinadoras do mercado de títulos públicos;

VII - articular com as Subsecretarias Fiscais sobre temas por elas coordenados que afetem direta ou indiretamente a gestão da dívida pública federal; e

VIII - assistir o Secretário do Tesouro Nacional junto às instâncias colegiadas, fóruns de discussão e grupos de trabalho que envolvam matéria de responsabilidade da Subsecretaria.

### **1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais**

À Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) compete:

I - administrar os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II - monitorar os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e demais compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União;

III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;

IV - analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;

V - assistir ou representar o Secretário do Tesouro Nacional na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX relativamente às operações de crédito externo de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

VI - subsidiar a posição da Secretaria do Tesouro Nacional na Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV; e

VII - divulgar as informações relativas às operações de crédito analisadas, inclusive com a garantia da União, as informações financeiras de Estados e Municípios, bem como as transferências financeiras intergovernamentais.

### **1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais**

À Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais (SUPEF) compete:

I - coordenar a elaboração, edição e divulgação de estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;

II - gerir o Fundo Soberano do Brasil, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo de que trata o art. 6º da Lei nº 11.887, de 2008;

III - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

IV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais; e

V - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais.

### **1.3e Contabilidade Pública**

À Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON) compete:

- I - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;
- II - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- III - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- IV - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- V - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições; e
- VII - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

### **1.3f Assuntos Corporativos**

À Subsecretaria de Assuntos Corporativos (SUCOP) compete:

- I - modernizar a gestão da Secretaria, no que tange a pessoas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;
- II - gerenciar o planejamento estratégico da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como do plano plurianual, no que se refere aos programas de responsabilidade da Secretaria;
- III - realizar a gestão do orçamento, programação e execução financeira, aquisições, convênios e contratos referentes à manutenção administrativa e administração patrimonial;
- IV - promover a gestão de pessoas, abrangendo seleção, alocação, gestão do desempenho, movimentação, capacitação, desenvolvimento e administração de pessoal;
- V - zelar pela promoção da ética na Secretaria do Tesouro Nacional;
- VI - coordenar a gestão estratégica da informação no que tange a tecnologia e comunicação, bem como gerenciar os meios de comunicação institucionais;
- VII - coordenar, avaliar e aprovar a divulgação de produtos e serviços da Secretaria do Tesouro Nacional;
- VIII - planejar e coordenar as atividades relativas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IX - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, adquirir, desenvolver, homologar e implantar metodologias, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação para suporte às atividades da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando pela sua aplicabilidade e cumprimento;
- X - gerenciar, manter e regulamentar o uso do SIAFI e dos demais sistemas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando por sua confiabilidade e disponibilidade;
- XI - definir, implementar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à operação dos sistemas e soluções informatizadas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- XII - definir e implementar padrões e procedimentos de segurança relativos aos recursos de tecnologia de informação e comunicação e aos sistemas sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

## 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

Na busca permanente de sua modernização institucional, a STN vem se estruturando por macroprocessos e processos, agrupados por afinidade. Essa organização permite a eliminação de superposições e fragmentações de ações, redução de custos, foco em produtos e serviços e redução de níveis hierárquicos guarda consonância com o Decreto Nº 4.643, de 24/03/2003. Atualmente, as subsecretarias repondem por cinco macroprocessos finalísticos, conforme quadro abaixo, e dois de apoio, mostrados no item 1.5, a seguir.

**Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos**

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
<b>Dívida Pública</b>	GESTÃO DE OBRIGAÇÕES	Estratégia de financiamento elaborada; Operações de Crédito; Operacionalização das Obrigações; e Relacionamento com Investidores.	
<b>Política Fiscal</b>	GESTÃO DE HAVERES	Haveres Financeiros Geridos; e Haveres Mobiliários Geridos.	
	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	Normas e análise da execução da despesa orçamentária; e Gestão Financeira.	
	INVESTIMENTO PÚBLICO	Seleção, avaliação e monitoramento de projetos de investimento público e análise e acompanhamento dos projetos de PPPs (participação conjunta com outros órgãos); Execução orçamentária e financeira apurada; valor previsto x realizado do PAC e do Investimento Total acompanhados .	
<b>Relações Financeiras Intergovernamentais</b>	ANÁLISE FISCAL E FINANCEIRA DE ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	Análise Financeira da União; Análise Financeira de Estados e Municípios; e Análise de Empresas Estatais e Entidades da Administração Pública Indireta.	
<b>Contabilidade Pública</b>	CONTABILIDADE GERAL DA UNIÃO	Contabilidade governamental.	
<b>Planejamento e Estatísticas Fiscais</b>	FUNDO SOBERANO	Estratégia de negócio desenvolvida e acompanhada ; política de gestão de riscos do Fundo Soberano formulada e implantada; Portfólio de investimento do Fundo Soberano gerido; prestação de contas de gestão do Fundo Soberano;	

Fonte STN/CODIN

## 1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO DA UNIDADE

### - Assuntos Corporativos

As competências regimentais da STN/SUCOP compõem os macroprocessos Desenvolvimento Institucional e Tecnologia da Informação. Os macroprocessos e processos a eles vinculados são executados pelas coordenações-gerais que integram a SUCOP, conforme a seguir.

Os macroprocessos de apoio são mostrados no quadro abaixo.

**Quadro 1.5.1 – Macroprocessos de Apoio**

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS DE APOIO	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Assuntos Corporativos	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (CODIN)	Políticas de Recursos humanos elaboradas, implantadas e acompanhadas; planejamento institucional formulado, monitorado e avaliado; orçamento e execução orçamentária e financeira; Estrutura organizacional e projetos de modernização implantados e acompanhados; documentação e informação gerenciadas.	Ministério da Fazenda e secretarias; SPOA; ESAF; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Unidades da STN; servidores da STN.
	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (COSIS)	Planejamento Tecnológico elaborado, monitorado e avaliado;  Novos Programas implantados e acompanhados; Produção de TI gerenciada.  Serviços de Tecnologia de Informações geridos.	Órgãos públicos; unidades da STN; SERPRO.

Fonte STN/CODIN

## 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

### 2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE

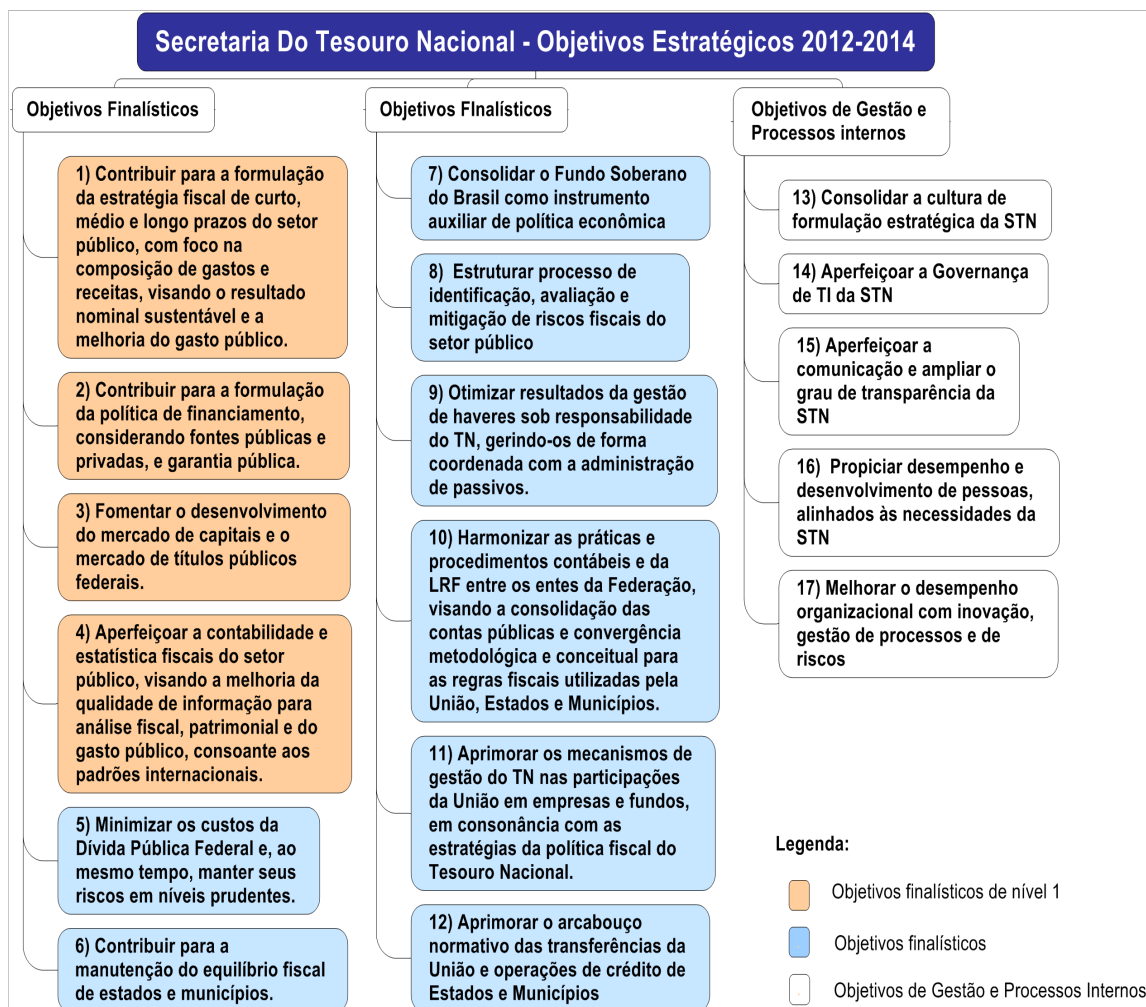
Com o intuito de assegurar o cumprimento do objetivo estratégico de consolidar a cultura de formulação estratégica, importantes iniciativas foram empreendidas para garantir maior convergência entre as ações propostas em cada subsecretaria e os objetivos globais da Instituição Tesouro Nacional. Tal convergência só foi possível pelo processo de construção coletiva, em que participaram coordenadores apoiados por seus gerentes e legitimados pelo Secretário e subsecretários. Este processo induzido de criação de parâmetros estratégicos levou a instituição, representada por toda sua linha de comando, a absorver a cultura de um planejamento consistente e estruturado.

Como apoio tecnológico, as unidades da STN contam com o Sistema *Strategia* que consiste em uma base de dados centralizada para o registro e acompanhamento de objetivos e metas, permitindo diferentes formas de consulta e relatórios gerenciais.

Durante o ano de 2012 foram realizadas atividades como oficinas de monitoramento, avaliação e reuniões do comitê de gestão Estratégica, que resultaram na revisão dos objetivos estratégicos da STN para o período **2012/2014** bem como na definição e validação das metas estratégicas para o exercício 2013, conforme demonstrativo abaixo.

Durante a revisão do Planejamento Institucional, para o período **2012-2014**, o Comitê de Gestão Estratégica validou a redução de 30 para 17 objetivos estratégicos, sendo que 5 objetivos são voltados para a melhoria da gestão e processos internos.

**Figura 2.1.1**



Durante as etapas monitoramento e avaliação do Planejamento, 108 metas foram monitoradas e avaliadas, com elaboração de planos de contingência para eventuais obstáculos identificados. Essas etapas têm como proposta acompanhar, analisar e compartilhar, entre as Coordenações-Gerais envolvidas, o status de execução dos planos identificando eventuais dificuldades, definindo encaminhamentos corretivos necessários (planos de contingência) e promovendo a melhoria da capacidade de gestão da equipe.

As informações sobre as metas são registradas no sistema *Stratégia*, com manutenção dos arquivos da documentação produto dessas metas. Também no *Stratégia* são registradas as dificuldades enfrentadas, eventuais razões para o não cumprimento das metas, a indicação de próximos passos, entre outras informações relevantes para a formulação, monitoramento e avaliação do planejamento.

**Figura 2.1.2 – Status do total das metas da STN para 2012**

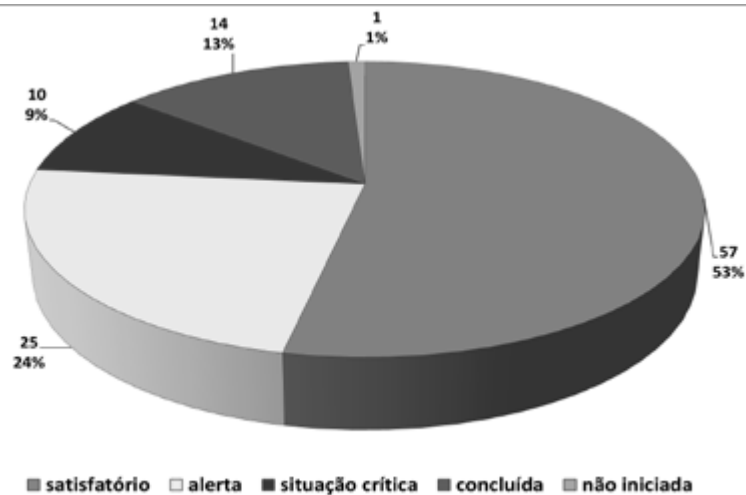
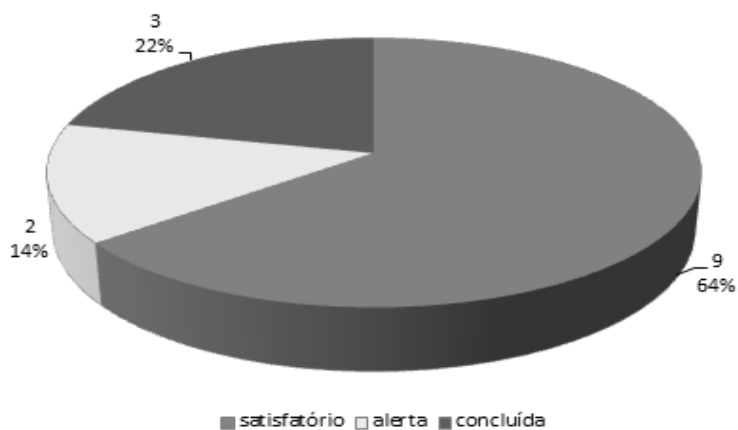


Figura 2.1.3 – Status das metas de nível 1 da STN para 2012



Fonte: STN/CODIN

Obs. Metas Nível 1 são as Metas Relevantes, selecionadas pelo próprio Comitê de Gestão Estratégica – Ampliado para serem acompanhadas trimestralmente, logo após as reuniões de monitoramento das Subsecretarias, de modo a receber os encaminhamentos e resolvê-los rapidamente.

## 2.2 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA UNIDADE

### Quadro 2.2.1

**PROJETO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA STN  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012**

<b>Atividade</b>	<b>Unidade da STN</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Calendário</b>
<b>Planejamento Ciclo 3 - Atividades em 2012</b>			
1. Revisão dos Objetivos Estratégicos e Identificação de Metas de Gestão e Processos Internos da STN	Subsecretaria de Assuntos Corporativos	Revisar os objetivos estratégicos de Gestão e Processos Internos; elaborar as metas da Subsecretaria de Assuntos Corporativos e avaliar as demandas de tecnologia e desenvolvimento institucional apresentadas pelas demais subsecretarias	fev/12
2. Consolidação dos Objetivos Estratégicos e das Metas de Gestão e Processos Internos da STN	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Validar os Objetivos Estratégicos revistos e e as metas de Gestão e Processos Internos	fev/12
3. Elaboração dos planos de ação das metas conjuntas da STN	Coordenações responsáveis por metas conjuntas	Detalhamento dos planos de ação das 20 metas conjuntas	mar/12
4. Revisão das diretrizes do modelo de tecnologia da Informação da Secretaria do Tesouro Nacional	Comitê de Tecnologia da Informação da STN	Aperfeiçoar o modelo de Tecnologia de Informação (TI) da STN e definir apontamentos a serem considerados durante a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI 2013-2016	abr/12
<b>Monitoramento e Avaliação Ciclo 3 - Atividades em 2012</b>			
5. Monitoramento do primeiro quadrimestre de 2012 - com as Subsecretarias	Todas as Subsecretarias (em separado)	Monitorar as metas planejadas para 2012 e pactuar o plano de contingência para metas em situação crítica	mai/12
6. Monitoramento do primeiro quadrimestre de 2012 - com o Comitê de GE	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Monitorar as metas planejadas para 2012 e pactuar o plano de contingência para metas em situação crítica	jun/12
7. Monitoramento do segundo quadrimestre de 2012 - com as Subsecretarias	Todas as Subsecretarias (em separado)	Monitorar as metas planejadas para 2012 e pactuar o plano de contingência para metas em situação crítica	ago/12
8. Monitoramento do segundo quadrimestre de 2012 - com o Comitê de GE	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Monitorar as metas planejadas para 2011 e pactuar o plano de contingência para metas em situação crítica	set/12
9. Monitoramento do terceiro quadrimestre de 2012 - com as Subsecretarias	Todas as Subsecretarias (em separado)	Monitorar e avaliar o desempenho das metas planejadas para 2012	nov/12
10. Avaliação dos resultados alcançados em 2012 pela Secretaria do Tesouro Nacional	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Realizar uma avaliação qualitativa da execução do plano 2012	nov/12
<b>Planejamento Ciclo 4 - Atividades em 2012</b>			
11. Revisão dos Objetivos Estratégicos da STN e Debate sobre a Conjuntura 2013	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Revisar os Objetivos Estratégicos da STN para o período 2013-2014, à luz da conjuntura que se desenha para 2013	nov/12
12. Identificação das Metas finalísticas e de Gestão e Processos Internos para 2013	Todas as Subsecretarias (em separado)	Identificar as metas finalísticas e de gestão e processos internos para 2013 segundo a ótica de cada Subsecretaria do TN	nov/12
13. Consolidação das metas finalísticas e de Gestão e Processos Internos para 2013	Comitê de Gestão Estratégica da STN	Identificar inconsistências, duplicidades e lacunas no Plano 2013 da STN. Identificar metas conjuntas e em articulação. Consolidar o conjunto das metas e identificar as metas de nível 1	dez/12

Fonte: STN/CODIN

Adequação na Estrutura Tecnológica para o desenvolvimento dos Objetivos Estratégicos

Na área da Tecnologia da Informação, No ano de 2012, foram registradas e concluídas 11.783 demandas, desse volume 10.253 referem-se a primeiro nível, ou seja, aquelas de pronto

atendimento e para as quais existe roteiro definido; e 1.530 demandas de segundo nível, que são aquelas que exigem análise técnica específica, incluindo manutenções corretivas e evolutivas em sistemas (incluindo o SIAFI), problemas de infraestrutura, apurações especiais, desenvolvimento de soluções de pequeno porte, aquisição e instalação de software, entre outros.

A área de Tecnologia da da informação, visando alinhar os suas atividades como os objetivos de negócio do Tesouro Nacional estabeleceu o objetivo estratégico 14 - “Aperfeiçoar a Governança de TI da STN”. Este objetivo teve com vinculação seis metas estratégicas executadas no período de 2012, das quais podemos destacar:

- **Meta Estratégica 14.1** Padronizado o modelo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação

Com o objetivo principal de padronizar o modelo de contratação de serviços de TI do Tesouro junto aos seus principais fornecedores esta meta derivou em diversas atividades durante o ano de 2012 como a Padronização de métricas de contagem de pontos de função, Modelos de Plano de Contingência, Migração de Sistemas críticos do Centro de Dados do Tesouro Nacional para o SERPRO (Ex: Sistema da Dívida Pública - SID) e melhora no modelo de monitoração dos sistemas em produção no SERPRO. Está meta encontra-se em andamento e a principal dificuldade encontrada está na orientação dada pelo Ministério da Fazenda para definição de um modelo de contratação único para todo o Ministério junto ao SERPRO que fez com que diversas atividades se encontrem ainda em status de espera durante este período (Meta Não Finalizada).

- **Meta Estratégica 14.2** Pelo menos três processos de gestão de TI foram aperfeiçoados

Meta que tem como objetivo melhorar os processos da área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional onde foram realizadas diversas atividades no ano como a revisão do processos da área de TI, implantação do modelo de desenvolvimento descentralizado onde foram construídos pequenos protótipos de consulta com o APEX (Oracle Application Express). (Meta concluída)

- **Meta 14.3** Aperfeiçoada a infraestrutura tecnológica da STN

Visando o aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica da STN foram realizadas atividades de melhoria da capacidade da rede do Tesouro Nacional como a instalação de ativos de rede, ampliação da capacidade do Centro de Dados e atualização de ferramentas de escritório - Microsoft Project, Correio Eletrônico e Oracle Discoverer. (Meta Concluída)

- **Meta 14.4** Ampliada a capacidade gerencial da STN com duas novas ferramentas

Com o objetivo de implantar novas ferramentas de gestão de TI esta meta tem como principais objetivos a ampliar a capacidade de análise gerencial de dados e implantação Implantado Ambiente SOA (Arquitetura orientada a serviços) no Tesouro Nacional. A meta encontra-se em andamento tendo em vista que o projeto de implantação do SOA ainda depende de contratações externas. (Meta não concluída)

- **Meta 14.5** Geridos Projetos de Negócio não vinculados a metas estratégicas

Meta criada para atender demandas de desenvolvimento de softwares das diversas unidades de negócio do Tesouro Nacional. Durante o ano foram concluídos 15 (quize) projetos de desenvolvimento dos quais podemos destacar: Projeto de Gestão de Depósitos Judiciais, Projeto Atualizações do SPB, Projeto Compensação de Precatórios, Projeto SISPROFI Fase II - Exploração de dados, Precificador do Tesouro Direto, dentre outros, todos projetos analisados e aprovados para desenvolvimento foram aprovados pelo Comitê Diretivo de TI do Tesouro Nacional.

- **Meta 14.6** O PETI 2013-2016 foi elaborado

Meta que tem por objetivo elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional para o Triênio 2013-2016 informamos que a atividade encontra-se em andamento com a abertura do processo licitatório para contratação de empresa que irá auxiliar na elaboração do documento. Meta com expectativa de término para o ano de 2013 (Meta não concluída)

## **2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

### **- Planejamento e Estatísticas Fiscais**

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no âmbito de estudos, planejamento e estatísticas fiscais, podemos destacar as seguintes:

a) **Objetivo Estratégico 1:** Contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, com foco na composição de gastos e receitas, visando o resultado nominal sustentável e a melhoria do gasto público.

Com o objetivo de contribuir para o planejamento fiscal, o equilíbrio macroeconômico e a melhoria do gasto público, a STN realizou diversas atividades, como: participação no processo orçamentário, divulgação de relatórios, realização de estudos com foco em aspectos fiscais, e trabalhos de subsídios a organismos internacionais. As principais atividades e resultados de 2012 encontram-se abaixo.

A STN participou ativamente das análises e discussões do processo orçamentário durante 2012, o que envolveu o fornecimento tempestivo de informações necessárias à elaboração das peças legais que compõem o orçamento federal e o acompanhamento da sua tramitação legislativa. Neste último ponto, convém destacar a revisão desde a redação dos projetos de lei do Poder Executivo até a avaliação dos dispositivos aprovados pelo Poder Legislativo para subsidiar eventuais vetos presidenciais.

Ainda dentro de sua participação no processo orçamentário, a STN produziu demonstrativos e relatórios, atendendo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dentre eles, destaca-se o “Relatório de Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais”, elaborado quadrimestralmente nos meses de maio, setembro e fevereiro, englobando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e as Empresas Estatais Federais não financeiras, e contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO para o Governo Federal. Este relatório é encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e subsidia audiência pública nos termos da legislação.

Outro exemplo de relatório produzido pela STN é o Boletim “Resultado do Tesouro Nacional”, que consiste na análise do Resultado Fiscal do Governo Central e da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, em consonância com as divulgações de estatísticas fiscais dos demais órgãos da administração pública. Este documento tem o formato de informe mensal que apresenta o resultado primário do Governo Central, do mês e do ano correntes, apurado pelo critério das Necessidades de Financiamento (metodologia “acima-da-linha”). Nele são divulgadas informações sobre as receitas do Tesouro, as transferências a Estados e Municípios, as despesas do Tesouro e o balanço da Previdência Social. Além disso, o documento analisa a dívida líquida do Tesouro Nacional, interna e externa. Neste informe consta ainda, como anexo, um boletim mensal comentando a arrecadação e as transferências relacionadas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE/FPM/IPI-Exportação).

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, a STN tem participado ativamente dos grupos de trabalho com o objetivo de aprimorar o macro processo orçamentário brasileiro, visando o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão das contas públicas. O objetivo é melhorar a eficiência do gasto público no cenário atual de rigidez orçamentária e

atingir benefícios econômicos sustentáveis para toda a sociedade. Ao longo do ano de 2012, vale destacar a revisão técnica dos capítulos que compõem cada uma das partes do livro sobre avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência, com apoio de especialista externo. Esses trabalhos correspondem à atividade 2.2 do projeto “Melhoria da qualidade e transparência do gasto público no Brasil”, com o apoio da Embaixada Britânica.

No âmbito do acordo de cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2012 a STN prosseguiu com o projeto Disseminação de Estudos Fiscais, visando estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas Aplicadas, a partir do intercâmbio de conhecimento entre os servidores dessa Secretaria e da citada Instituição de Ensino. Com o apoio da FGV, foram realizados em 2012, 04 (quatro) seminários com foco preferencial em trabalhos acadêmicos que tratam de temas relacionados a Política Fiscal e qualidade do Gasto Público. Além disso, iniciou-se a elaboração de 06 (seis) estudos em coautoria com docentes da Fundação Getúlio Vargas. A etapa de elaboração desses estudos consistiu na elaboração de 06 (seis) textos, abordando os temas: qualidade do gasto, mercado de trabalho, dívida pública, crescimento econômico, etc. Essas atividades tiveram por objetivo a capacitação e a atualização acadêmica dos servidores da STN, através da apresentação de conteúdos em matéria de política fiscal em nível de pós-graduação. Destaca-se também o projeto de implementação do Modelo de equilíbrio geral dinâmico e estocástico (DSGE) para elaboração de projeções e de exercício de decomposição de choques estruturais.

Ainda como forma de promover o debate sobre temas de interesse da Secretaria, estimulando a produção e a disseminação do conhecimento científico do corpo funcional, a STN vem consolidando o processo administrativo de seleção e avaliação dos artigos submetidos a Série de Textos para Discussão. Em 2012, foram submetidos e aprovados para publicação na Série de Textos para Discussão da STN, 13 (treze) textos elaborados por servidores – autores e coautores – dessa Secretaria.

A STN também se manifestou sobre estudos e pesquisas preparados por organismos internacionais, como o FMI. Tendo em vista a visibilidade dessas publicações, essa tarefa visa assegurar a fidedignidade das informações sobre o Brasil contidas naqueles documentos, contribuindo para a melhoria das análises sobre as finanças públicas brasileiras.

Concomitante à realização de estudos e pesquisas diagnósticas, há o esforço permanente pelo aperfeiçoamento das matérias legislativas de finanças públicas. Dentre uma série delas, convém destacar em 2012 a discussão sobre o PLC/SF nº 2, 2012, de autoria do Poder Executivo, que institui o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais (Funpresp). Destaque também para o acompanhamento da proposta de projeto de lei de Finanças Públicas, inserido no Planejamento Estratégico da STN para 2012. Tópicos centrais das atividades desenvolvidas na STN, como a contabilidade governamental e a programação financeira, são diretamente atingidos pelos temas abordados e mereceram atenção especial da STN.

Em 2012, com o objetivo de aprimorar a tomada de decisões, também ocorreram reuniões periódicas do comitê de acompanhamento/discussão da política fiscal para tratar de cenários e questões da conjuntura econômico-fiscal. Dentro desse contexto, a STN aprimorou as rotinas de projeção do resultado primário “abaixo-da-linha” dos governos regionais e do resultado nominal do setor público.

No âmbito internacional, a STN teve participação ativa no processo de projeções fiscais de médio prazo e reportes de medidas de políticas fiscais adotadas, com vistas a subsidiar a participação brasileira nas discussões da quarta fase da avaliação do G-20, intitulada “*framework for strong, sustainable and balanced growth*”. O objetivo é coordenar ações macroeconômicas e políticas necessárias ao crescimento forte, sustentável e equilibrado.

**b) Objetivo Estratégico 4:** Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.

A STN publica e dissemina informações fiscais em conformidade com os critérios e normas vigentes no país e com padrões metodológicos decorrentes de acordos internacionais de que a União faça parte. Dentro desse objetivo, a Secretaria tem trabalhado na adoção da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas estabelecido pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – MEFP-2001. O manual atualiza o MEFP-1986 e representa um avanço na compilação de estatísticas de finanças públicas, pois permite maior transparência das finanças e das operações governamentais. Seu propósito é proporcionar um marco conceitual que facilite análises da política fiscal e possibilite quantificar as ações do setor público, composto pelo setor Governo Geral (Governo Central, Estadual e Local) e pelas entidades controladas pelo governo, denominadas Corporações, que exercem atividades empresariais. No contexto da execução dos trabalhos de implementação da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas, o ano de 2012 foi marcado pelas seguintes realizações:

- Análise de consistência das estatísticas fiscais do Governo Central disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- Início da compilação de estatísticas de finanças públicas para as corporações não-financeiras em parceria com as empresas Petrobras e Eletrobras.

Ademais, foi dada continuidade aos trabalhos relacionados às estatísticas fiscais harmonizadas no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul, que mantém reuniões trimestrais de análise dos indicadores harmonizados e de estudos, que subsidiam as reuniões semestrais de Ministros de Economia e Finanças e Presidentes de Banco Central dos países vinculados ao Bloco Econômico. O GMM formalizou a criação de Comissões Permanentes de Diálogo Macroeconômico; Finanças Públicas; Monetária e Financeira; e Balança de Pagamentos. A STN participa das atividades do componente fiscal, vinculado à Comissão Permanente de Finanças Públicas. Em 2012, a STN deu continuidade à produção e divulgação das Estatísticas Fiscais GMM conforme MEF-Mercosul 2010. As informações fiscais para o GMM são trimestrais e compreendem o Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social) e o Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios). A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para consolidação pelo Banco Central do Brasil, a quem compete proceder à publicação na página do GMM ([www.gmm-mercosul.org](http://www.gmm-mercosul.org)). Adicionalmente, a STN contribuiu para a elaboração de relatório consolidado sobre políticas anticíclicas no Bloco Regional, de relatório de conjuntura recente dos países da região e para a continuação do estudo sobre os fluxos de capital no Mercosul.

A STN, enquanto responsável pela execução e acompanhamento da política fiscal e, por conseguinte, pela consolidação e disseminação das estatísticas fiscais, empenhou-se no desenvolvimento de conteúdos e proposta de estrutura normativa para gestão do Sistema de Séries Temporais. O sistema, que reúne um conjunto amplo de séries temporais de interesse fiscal, foi disponibilizado no sítio eletrônico da STN no final de 2012. A STN consolida e divulga informações fiscais referentes às operações do Governo Central e Geral, para efeito de cumprimento aos termos de adesão do Brasil ao Padrão Especial de Disseminação de Dados do Fundo Monetário Internacional – PEDD/FMI. Para atender a esta demanda, são disponibilizadas as seguintes informações:

- Fundo Monetário Internacional (FMI) – Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD)

As estatísticas sobre operações do Governo Federal são divulgadas em reais e compreendem o Tesouro Nacional e a Previdência Social. Os dados são divulgados mensalmente pela STN: receitas, transferências e despesas primárias e as despesas com juros nominais, conforme informação enviada pelo Banco Central. O resultado primário é consolidado e calculado em regime de caixa e os juros nominais em regime de competência. A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para publicação no sítio do Banco Central do Brasil no mesmo dia da divulgação do resultado do setor público consolidado realizada pelo Banco Central do Brasil. Os dados de Governo Geral compreendem: o Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social); 26

governos estaduais, Distrito Federal e uma amostra representativa de cerca de 95% dos governos municipais. O conjunto completo de informações divulgadas pelo Brasil conforme o Padrão Especial de Disseminação de Dados - PEDD (*Special Data Dissemination Standard – SDDS*) está disponível no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>) e no sítio do Tesouro Nacional (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/politica-fiscal/planejamento-fiscal/padroes-internacionais>).

- Fundo Monetário Internacional (FMI) – Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (*International Financial Statistics Yearbook*)

São encaminhadas mensalmente as informações de alta frequência relativas a estatísticas sobre operações do Governo Federal para o FMI. Anualmente, são disponibilizados dados do Governo Geral para o Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (*Government Finance Statistics Yearbook – GFSY*). As informações supramencionadas são divulgadas tempestivamente, conforme cronograma previamente estabelecido, assegurando o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil. Essas informações, apuradas e divulgadas conforme metodologias padronizadas, são utilizadas por investidores, acadêmicos, agentes públicos e demais interessados da comunidade internacional.

**c) Objetivo Estratégico 13:** Consolidar a cultura de formulação estratégica da STN

Com vistas a subsidiar a melhoria do planejamento fiscal, em linha com a diretriz geral da Secretaria do Tesouro Nacional de “Aprimorar a qualidade, eficiência, eficácia e transparência do gasto público”, foram realizados estudos sobre temas como gasto público em áreas finalísticas - Educação e Saúde, Benefícios Assistenciais, Federalismo Fiscal etc. Tais pesquisas têm o papel de identificar problemas na estrutura fiscal, fornecer elementos úteis à gestão das políticas públicas e gerir riscos ao equilíbrio fiscal.

**d) Objetivo Estratégico 15:** Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN

Sob o enfoque da qualidade do gasto, ressalta-se a iniciativa da STN na elaboração de Projeto de Livro sobre técnicas de mensuração da eficiência e da qualidade do gasto público, com foco na capacitação de gestores públicos e estudantes universitários. A divulgação do livro está prevista para o ano de 2013.

**e) Objetivo Estratégico 10:** Harmonizar as práticas e procedimentos contábeis e da LRF entre os entes da Federação, visando a consolidação das contas públicas e convergência metodológica e conceitual para as regras fiscais utilizadas pela União e estados e municípios

Em atendimento a esse objetivo, a STN realizou várias ações visando o desenvolvimento do Sistema de Coleta de Informações Contábeis e Fiscais – SICONFI, que será um sistema estruturante para coletar dados, executar consultas e extrair informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação. O SICONFI tem como objetivo substituir o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, ferramenta criada para operacionalizar o convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e a STN para coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e em portarias expedidas pela STN e auxiliar na coleta de informações financeiras relativas a operações de crédito. O SICONFI utilizará a linguagem XBRL (*Extensible Business Reporting Language*) para a transmissão de dados.

Dessa forma, em 2012, as principais ações desenvolvidas foram:

- Organização Gerencial do Programa SICONFI, subdividindo-o em seus quatro projetos: Taxonomia XBRL; Desenvolvimento do Portal, sistema de coleta e demais Ferramentas; Estratégia de Implantação e Matriz de Saldos Contábeis;

- Definição da forma de coleta de dados e geração de relatórios, a partir da criação da Matriz de Saldos Contábeis;
- Definição da arquitetura da taxonomia XBRL e início do seu desenvolvimento com auxílio de especialista internacional;
- Definição da metodologia de desenvolvimento do Portal e entrega da primeira etapa;
- Definição dos responsáveis pela estratégia de implantação;
- Capacitações diversas da equipe da STN em linguagem, taxonomia XBRL e softwares de leitura e formatação da taxonomia.

#### - **Fundo Soberano do Brasil (FSB)**

O Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, estabeleceu como competência da Secretaria do Tesouro Nacional - STN praticar os atos de gestão relacionados com o objeto do Fundo Soberano do Brasil (FSB). Diante disso, o planejamento estratégico da STN contemplou um objetivo estratégico relacionado ao FSB, mais especificamente à Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB), qual seja “Consolidar o Fundo Soberano Brasileiro como instrumento de política econômica”. Para materializar este objetivo, foram traçadas duas metas para o exercício de 2012, quais sejam:

**Meta: 7.1:** Proposta de Plano de Investimentos do Fundo Soberano do Brasil submetida ao Ministro da Fazenda.

Esta meta foi composta pelas seguintes macroações:

a) *Realizar análise das melhores práticas e experiências Internacionais bem sucedidas em Gestão de Fundos Soberanos.*

Durante o ano foram realizados estudos sobre treze dos principais Fundos de Riqueza Soberanos do mundo. São eles:

- Austrália – Future Fund;
- Chile – Fundo de Reservas de Pensões;
- Chile – Fundo de Estabilização Econômica e Social;
- China – China Investment Corporation;
- Coréia do Sul – Korea Investment Corporation;
- EUA / Alasca – Alaska Permanent Fund;
- Irlanda – National Pensions Reserve Fund;
- Noruega – Government Pension Fund – Global;
- Nova Zelândia – New Zealand Superannuation Fund;
- Rússia – Reserve Fund;
- Rússia – National Wealth Fund;
- Singapura – Government Investment Corporation;
- Singapura – Temasek Holdings.

Foram avaliados aspectos institucionais, técnicos e operacionais de cada fundo como forma de subsidiar a elaboração da Política de Investimentos do FSB. Ademais, foi feita uma revisão dos Princípios de Santiago, conjunto de princípios e boas práticas a serem adotados voluntariamente pelos fundos de riqueza soberanos.

b) *Elaborar proposta de Plano Anual de Investimentos do FSB para 2013.*

A STN, com base nos estudos das melhores práticas de outros fundos soberanos e nas discussões com as áreas técnicas do Banco Central do Brasil - BACEN e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, elaborou minuta da Política de Investimentos do FSB a

ser submetida ao Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil. O documento, ao final de fevereiro, estava em fase final de discussão junto aos demais ministérios e deverá em breve ser submetido aos CDFSB.

A Política de Investimentos abordará, dentre outros itens, critérios de alocação de ativos, indicadores de desempenho específicos por classe de ativo, bem como aspectos de governança do Fundo.

**Meta: 7.2:** Consolidados os arcabouços normativo, orçamentário e fiscal do Fundo Soberano do Brasil.

a) *Propor ao Secretário do Tesouro Nacional o aperfeiçoamento do arcabouço orçamentário do FSB.*

Foi realizado estudo sobre o tratamento orçamentário atualmente dispensado pelas normas vigentes às operações do Fundo Soberano do Brasil, as quais compreendem:

- aportes de recursos da União para o FSB;
- utilização dos recursos para investimentos e inversões financeiras no Brasil e no exterior, inclusive por meio do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE (mercado doméstico);
- movimentações de recursos entre as diversas modalidades de aplicação;
- destinação dos montantes resgatados do FSB para atender ao objetivo exclusivo do FSB de mitigação dos efeitos dos ciclos econômicos; e
- despesas com a operacionalização do FSB, notadamente com a contratação de agente operador, serviços jurídicos, dentre outras.

b) *Propor ao Secretário do Tesouro Nacional o aperfeiçoamento do arcabouço fiscal do FSB.*

Foi realizado diagnóstico do tratamento estatístico das operações do FSB, analisado sob a ótica fiscal de acordo com metodologia adotada internamente no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais da STN e pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil – DEPEC/BACEN. Em virtude da estreita relação entre os assuntos, os estudos relacionados aos itens “a” (arcabouço orçamentário) e “b” (tratamento fiscal) foram consolidados num único relatório.

c) *Propor ao Secretário do Tesouro Nacional o aperfeiçoamento do marco regulatório do FSB*

Durante o ano foi realizado estudo inicial com o objetivo de analisar o arcabouço normativo que dispõe sobre a criação e regulamentação do Fundo Soberano do Brasil e identificar dispositivos passíveis de aprimoramento, com vistas a elevar sua eficiência operacional à luz das melhores práticas de gestão de fundos de riqueza soberana. Está em fase de discussão técnica proposta de alterações das normas legais e infralegais vigentes, a ser levada à consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional por meio de Nota Técnica.

## **- Contabilidade Pública**

Um dos objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabelecidos para o exercício de 2012 foi aperfeiçoar a contabilidade do setor público visando à melhoria da qualidade de informação para análise fiscal, patrimonial e do gasto público, consoante aos padrões internacionais.

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, define as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A mencionada Portaria atribui à STN o encargo de editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e o Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos do IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público.

Por essa razão, a Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON) participou ativamente das discussões promovidas pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2012 acerca das Normas Internacionais de Contabilidade – IPSAS, incluindo a conversão em minutas de Normas Brasileiras de Contabilidade e a publicação das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, traduzidas para o idioma português.

A edição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vem ao encontro das disposições da Portaria MF nº 184/2008, a qual estabelece como diretriz para o setor público federal a convergência aos padrões internacionais no que diz respeito aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

O PCASP é instrumento indispensável para efeito de levantamento de custos no setor público, vez que, além de permitir a aplicação dos Princípios de Contabilidade em sua totalidade, mostra-se aderente ao arcabouço legal brasileiro, com destaque para a Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.

Com respaldo em discussões ocorridas no âmbito do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), a Portaria STN nº 437, de 12/07/2012, veio introduzir em 2012 importantes ajustes e atualizações ao PCASP instituído pela Portaria STN nº 751/2009.

Ao longo do exercício a Unidade deu prosseguimento a estudos e discussões visando ao aprimoramento e adequação do PCASP a eventos inovadores ocorridos no campo das NBC T SP, das IPSAS, do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), e também do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional (GFSM 2001).

Ressalta-se que a padronização de um elenco de contas em âmbito do setor público brasileiro é importante requisito não só para a redução do nível de divergências e duplicidades contábeis, mas também para a consolidação das contas públicas da Federação, que é um fator essencial para possibilitar a ampliação da transparência da gestão fiscal, a aferição dos custos na Administração Pública Brasileira e a consolidação das práticas de controle social dos gastos públicos.

## **- Dívida Pública**

Na gestão de obrigações, para cada objetivo estratégico foram definidas metas que refletissem os esforços do Tesouro Nacional em buscar uma gestão eficiente da Dívida Pública Federal, tendo por referência o objetivo maior de minimizar seu custo de longo prazo, concomitante com a manutenção de seus riscos em níveis prudentes. Em 2012, as atividades foram guiadas pelas metas listadas a seguir:

a) **Objetivo Estratégico:** Contribuir para a formulação da política de financiamento, considerando fontes públicas e privadas, e garantia pública.

**Meta:** O Tesouro Nacional analisou o impacto da estratégia de financiamento de investimento de longo prazo sobre a dívida pública, considerando fontes públicas e privadas.

Esta meta visava, principalmente, estimar qual poderá ser a contribuição do setor público no financiamento do investimento no Brasil nos próximos anos. Para isto, foi elaborado um estudo sobre a evolução esperada das fontes de financiamento de longo prazo da economia brasileira. Primeiramente, antes de analisar as fontes de financiamento, foram avaliadas as perspectivas para o investimento e para a poupança nacional, dando uma medida para o crescimento das fontes de financiamento. A partir daí, foi possível desenvolver cenários para as contribuições tanto do setor privado como do setor público no financiamento desse investimento.

As análises apresentadas no estudo demonstraram o grande desafio que se apresenta ao Brasil para a elevação do investimento nacional para níveis próximos a 24% do PIB. Isto acontece pelas limitações apresentadas ao crescimento da poupança externa como financiador do investimento. Para se ter uma ideia, em 2011, o Brasil teve um déficit em transações correntes de 2,1% do PIB, enquanto a formação bruta de capital fixo (FBCF) atingiu 19,3% do PIB. Mesmo se admitindo um crescimento do déficit em transações correntes para algo próximo a 3% do PIB, nível que, acredita-se, não traria um cenário de crise para o balanço de pagamentos, faz-se-ia necessário um aumento significativo e próximo de 3,8% do PIB da poupança doméstica (privada e pública) para que se conseguisse alcançar um patamar de FBCF de 24% do PIB.

Com relação às perspectivas de evolução das fontes de financiamento do investimento, foi possível detectar que haverá um espaço significativo para o crescimento das fontes privadas de financiamento, ainda que os empréstimos do BNDES permaneçam com um papel relevante no financiamento do investimento. Entretanto, faz-se crucial que sejam apresentados estímulos para que o setor privado assuma o papel de maior destaque no financiamento.

**b) Objetivo Estratégico:** Fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais e o mercado de títulos públicos federais.

**Meta:** O Tesouro Nacional propôs novas alternativas para estimular o financiamento público e privado de longo prazo.

Apesar dos mutuários da indústria de previdência aberta contarem com um incentivo tributário que favorece o alongamento das carteiras, de maneira agregada, os gestores continuam com cerca de 60% dos ativos da indústria indexados à taxa Selic ou a Depósitos Interfinanceiros. Segundo informações da CVM, numa amostra de 289 fundos destinados a acolher os recursos da previdência aberta (conhecidos como FIE), com patrimônio líquido de cerca de R\$ 210 bilhões (87% do total dos recursos aplicados em FIE), existe uma forte concentração em ativos atrelados à taxa de um dia ou operações compromissadas, que tem característica de curtíssimo prazo (57,6% do total). Os dados são de março de 2012.

Em 27 de dezembro de 2012, em seção extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) instituiu regras relativas aos prazos das carteiras dos fundos de previdência privada aberta. Através da Resolução 4.176 do CMN, as entidades abertas de previdência complementar deverão manejar as carteiras dos fundos de investimento especialmente constituídos de maneira que o prazo médio remanescente mínimo seja de 1.825 dias (5 anos) e, cumulativamente, o prazo médio de repactuação mínimo seja de 1.095 dias (3 anos). Haverá uma fase de transição até 31/12/2015 para que as entidades se encaixem nessas regras, sendo que o prazo médio das carteiras não poderá ser encurtado a partir de 31/05/2013. As regras aplicam-se ao conjunto de ativos que compõem os fundos oferecidos por uma mesma instituição, e não a cada fundo individualmente.

O objetivo dessa medida consiste em fazer com que os ativos que lastreiam os fundos deixem de ser majoritariamente indexados à taxa de juros de curtíssimo prazo. A particularidade do caso brasileiro reside no fato de que a indexação à taxa DI é altamente significativa nas emissões privadas de renda fixa, embora o Tesouro Nacional venha reduzindo ao longo dos últimos anos a parcela da dívida atrelada às taxas flutuantes. Tal indexação generalizada às taxas de juros de um dia, mesmo para valores mobiliários que não são de curtíssimo prazo, é herança direta do processo inflacionário havido até 1994, já que constituíam mecanismo de proteção dos investidores de renda fixa em um quadro em que a inflação de um dia passou a ser significativa. A utilização generalizada da taxa DI como benchmark dificulta a colocação de instrumentos financeiros de longo prazo e, por esta razão, o Governo Federal vem tomando medidas que visem a desindexação à taxa de juros diárias.

**Meta:** O Tesouro Nacional ampliou e diversificou a base de investidores.

Com o objetivo de aumentar e diversificar a base de investidores e, assim, reduzir os riscos e os custos de financiamento da DPF, o Tesouro Nacional manteve ao longo de 2012 uma agenda intensa de contato com investidores, organismos multilaterais e agências de classificação de risco internacionais.

Nesse contexto, merece destaque a participação de representantes do Tesouro Nacional no *12th IMF Forum on Managing Sovereign Risk and Public Debt*, fórum promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em parceria com o Tesouro Nacional, realizado entre os dias 27 e 29 de junho na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu delegações de gestores de dívida pública de 27 países, além de representantes do setor privado e de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) e o próprio FMI.

A participação do Tesouro Nacional no evento permitiu a troca de experiências com outros países, além de ter sido uma boa oportunidade para avaliar como outros gestores de dívida estão percebendo os novos desafios globais. Mais ainda, o fórum permitiu à instituição mostrar os avanços recentes na administração da dívida pública brasileira, frutos da adoção de uma política econômica consistente e de uma gestão baseada em transparência e previsibilidade. Além desse evento específico, o Tesouro esteve representado em vários outros encontros relevantes sobre gestão de dívida pública, em praticamente todos os continentes do mundo.

No que tange ao programa de teleconferências, em março desse ano foi realizada conferência com participantes de instituições financeiras e organismos nacionais e internacionais. O objetivo deste evento foi expor os resultados alcançados pela política de gerenciamento da dívida pública em 2011, bem como apresentar a estratégia de financiamento para 2012 aos investidores, abrindo um canal direto entre estes e os gestores da dívida pública e da política fiscal.

Por fim, ao longo de 2012 o Tesouro Nacional realizou reuniões rotineiras com representantes de diversos segmentos do mercado financeiro nacional e internacional, nas quais foram abordados tópicos importantes sobre o cenário econômico nacional, a política fiscal e o gerenciamento da dívida pública. Essa prática, que tem aumentado com o passar dos anos, evidencia o grande interesse em se investir na economia local, seja por meio da aquisição de títulos públicos ou sob a forma de investimentos estrangeiros diretos.

**Meta:** O Tesouro Nacional aumentou em 50% o número de investidores com posição no programa de Tesouro Direto.

Em 2012, diversos avanços no programa Tesouro Direto, que buscaram aumentar a praticidade e comodidade junto aos investidores, foram implementados pelo Tesouro Nacional, em parceria com a BMF&BOVESPA. Estes avanços culminaram na alteração dos limites financeiros de compra e venda de títulos públicos pelo Tesouro Direto, bem como no desenvolvimento da modalidade de Compras Programadas, que permite a programação antecipada de compras e vendas, e das reaplicações automáticas de cupons de juros e de resgates. Além disso, pari passu com o lançamento do novo website do Tesouro Nacional, o Tesouro Direto desenvolveu uma nova página na internet, mais interativa e mais eficaz na busca de informações sobre o programa. Por fim, também foi ao ar mais uma campanha publicitária de divulgação do programa, com vistas à atrair maior atenção dos investidores para o programa.

Apesar de todas as novas funcionalidades e ações cumpridas em 2012 para o Tesouro Direto, o número final do crescimento de investidores com posição para o ano foi mais baixo do que o programado. Fatores que estão fora do controle do Tesouro Nacional, e que são imperativos para a expansão do Tesouro Direto, como a queda nas taxas de juros dos ativos de renda fixa em geral e a maior concorrência de outros produtos financeiros mais simples, impediram que a meta de crescimento fosse alcançada em sua plenitude. Entretanto, mesmo neste ambiente mais adverso, houve expansão significativa do programa em 2012. No ano, cerca de 52.466 investidores se cadastraram no Tesouro Direto, alcançando um total de 328.839 aplicadores, o que representa aumento de 19% sobre o total de dezembro de 2011. Já o total de investidores com posição

alcançou a cifra de 90.287 no ano, representando um aumento de 17,3% sobre o total do ano anterior, que foi de 76.941. Por fim, o resultado das operações realizadas durante o ano fez com que o estoque do Tesouro Direto atingisse R\$ 9.669,7 milhões ao final de 2012, o que representa acréscimo de 28,8% em relação ao estoque ao final do ano anterior, que era de R\$ 7.508,31 milhões.

**Meta:** O Tesouro Nacional viabilizou o desenvolvimento do mercado secundário de Títulos Públicos Federais.

O desenvolvimento do mercado secundário de renda fixa no Brasil, mais especificamente para títulos públicos federais, é um dos objetivos permanentes da Secretaria do Tesouro Nacional, dada sua relevância para administração da dívida pública federal. Um importante instrumento no mercado brasileiro hoje são os ETFs (na sigla em inglês: *Exchange Traded Funds – ETF*) que podem ser definidos como fundos de investimento que replicam índices de mercado, mas que, diferentemente dos fundos de investimento tradicionais, possuem suas cotas negociadas em bolsa. Entre as vantagens desse tipo de fundo pode-se citar a transparência e o menor custo operacional, o que resulta em menores taxas de administração para os investidores.

Atualmente existem no Brasil apenas ETFs de índices de renda variável. Entretanto, atendendo ao pleito realizado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a CVM vem trabalhando na redação de nova norma para regulamentar também os ETFs de renda fixa no Brasil, que, segundo a instituição, deve ser publicada no primeiro semestre de 2013, após audiência pública realizada em outubro de 2012.

O Tesouro Nacional vem acompanhando a evolução do assunto junto à CVM, pois a criação de ETF de índice de renda fixa, especificamente quando vinculado a índice que acompanha a rentabilidade dos títulos públicos federais, tais como o Índice de Mercado ANBIMA – IMA, deve trazer benefícios importantes para o desenvolvimento desse mercado. A visibilidade que esse tipo de fundo confere ao índice deve auxiliar a consolidação de benchmarks prefixados e vinculados a preços no mercado brasileiro, instrumentos que são priorizados no Plano Anual de Financiamento do Tesouro Nacional. Esse é um importante passo para a reversão do alto nível de indexação do mercado de renda fixa brasileiro à taxa de juros de um dia. Adicionalmente, o produto tende a proporcionar mais liquidez aos ativos subjacentes ao índice, nesse caso, os títulos públicos federais. O ETF conta com formadores de mercado que, ao vislumbrarem oportunidades de arbitragem entre os preços dos títulos que compõem o índice e o preço da cota em bolsa, efetivam operações de compra e venda no mercado secundário.

Em parceria com o Banco Mundial, o Tesouro Nacional vem desenvolvendo um projeto para o lançamento no mercado brasileiro de ETF vinculado a índice de títulos públicos com a participação do emissor no processo de lançamento do fundo (ou *Issuer-Driven ETF*, segundo denominação do Banco Mundial), na qualidade de provedor da cesta de títulos que formarão sua carteira, na proporção do índice aplicável ao fundo. Trata-se de um modelo de ETF especialmente elaborado pelo Banco Mundial, em conjunto com a STN, com o objetivo de promover o desenvolvimento do mercado de títulos públicos em países emergentes. Os trabalhos para o desenvolvimento do produto foram realizados durante o ano de 2012 junto aos segmentos envolvidos e continuarão em 2013.

c) **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a informação contábil e estatística fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.

**Meta:** Procedimentos contábeis e estatísticos da dívida pública foram revisados.

Com a implantação do Sistema Integrado da Dívida (SID), foram criados dois módulos de registro e controle da Dívida Pública Federal (DPF): o módulo da Dívida Mobiliária e o da Dívida Contratual. Anteriormente, os Sistemas de Controle Interno, Subsistema Dívida e Sistema DPI

trabalhavam com uma visão de Dívida Externa e Dívida Interna, respectivamente. Desta forma, a Dívida Pública Mobiliária Federal Externa (DPMFe), antes cadastrada no Subsistema Dívida, foi adequada no SID ao mesmo tratamento dado para a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), gerando a necessidade de padronizar também os registros no SIAFI. Foi feita análise das rotinas contábeis de registro do Estoque e Pagamento da DPMFe, discriminados em principal, juros e encargos de modo compatível com a nova metodologia. As rotinas foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Meta:** Proposto novo indexador de refinanciamento da dívida pública.

A meta ainda se encontra em andamento, tendo em vista a determinação superior de se realizar novas simulações que permitam avaliar o efetivo impacto de cada um dos indicadores na dívida pública, seus limites legais e necessidades de caixa. Espera-se concluí-la no 1º trimestre de 2013.

d) **Objetivo Estratégico:** Minimizar os custos da Dívida Pública Federal e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes.

**Meta:** Os custos e riscos da Dívida Pública Federal foram reduzidos observados os parâmetros do PAF e as diretrizes do planejamento de médio e longo prazo.

O comprometimento com as metas do Plano Anual de Financiamento (PAF), pelo décimo segundo ano consecutivo, é elemento importante para os avanços no perfil da Dívida Pública Federal (DPF), no que diz respeito ao adequado balanço entre seus custos e riscos. Por isto, a estratégia de gestão da DPF adotada pelo Tesouro Nacional em 2012 seguiu a diretriz de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços, enunciada no PAF 2012. O ano de 2012 também permitiu substituir de forma gradual as emissões de títulos prefixados de curto prazo por prefixados de médio e longo prazo. A consequência principal da busca pela redução de riscos da DPF é a maior estabilidade econômica e financeira do país, que eleva os níveis de bem-estar da sociedade brasileira.

A evolução dos indicadores da DPF ao longo dos últimos anos é apresentada na tabela a seguir, com destaque para a comparação entre os dados de 2012 e os limites assinalados pelo PAF do mesmo ano. Os resultados mostram a melhora a gradual e contínua do perfil da dívida pública ao longo dos anos. Com relação aos dados de 2012, quase todos os indicadores fecharam o ano dentro dos limites estabelecidos no PAF. Apenas a participação de títulos com taxas de juros flutuantes, que ficou ligeiramente abaixo do limite mínimo indicado (22%), e o prazo médio da DPF, que fechou em 4,0 anos, contra o limite máximo indicado de 3,8 anos, romperam os intervalos. Entretanto, nos dois casos, a evolução do indicador se deu em linha com as diretrizes do planejamento de longo prazo da dívida, de redução na participação dos títulos com taxas de juros flutuantes e elevação do prazo médio da DPF.

**Tabela 2.3.1 – Resultados Para a Dívida Pública Federal**

Indicadores	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	PAF-2012	
					Mínimo	Máximo
<b>Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)</b>	1,497.4	1,694.0	1,866.4	2,008.0	1,950.0	2,050.0
<b>Composição do Estoque da DPF</b>						
Prefixado (%)	32.2	36.6	37.2	40.0	37.0	41.0
Índice de Preços (%)	26.7	26.6	28.3	33.9	30.0	34.0
Taxa Flutuante (%)	34.5	31.6	30.1	21.7	22.0	26.0
Câmbio (%)	6.6	5.1	4.4	4.4	3.0	5.0
<b>Estrutura de Vencimentos</b>						

Prazo Médio (anos)	3.5	3.5	3.6	4.0	3.6	3.8
% vincendo em 12 meses	23.6	23.9	21.9	24.4	22.0	26.0

Fonte: Relatório Anual 2012 da Dívida Pública Federal

As operações de troca com fundos geridos pelo governo tiveram papel fundamental na expressiva melhora da composição da dívida pública registrada em 2012, uma vez que proporcionaram a retirada de cerca de R\$ 105 bilhões em títulos flutuantes. Em fevereiro, houve a troca de LFT das carteiras dos fundos extramercado (R\$ 61,2 bilhões em LFT) e, em junho, a troca de títulos da carteira do FGTS (R\$ 38,1 bilhões em LFT). A contrapartida foi a emissão de títulos prefixados e remunerados por índices de preços, o que contribuiu consideravelmente tanto para a mudança da composição da DPF como para o aumento do prazo médio da dívida.

A evolução dos indicadores da tabela acima é fundamental para acompanhar os riscos aos quais a DPF está sujeita. Dois são os tipos principais de risco: de mercado, que é diretamente proporcional ao montante de exposição do estoque da dívida à seus indexadores, e de refinanciamento, que está diretamente relacionada à estrutura de maturação da dívida. Os dados da tabela acima mostram que, em 2012, o valor da parcela da dívida referente à soma dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços alcançou 73,9% da DPF, contra 65,5% em 2011, portanto, indicando uma redução no risco de mercado da DPF nesse ano.

A tabela também traz a evolução do percentual vincendo em 12 meses, que é a medida mais de curto prazo para o risco de refinanciamento. Pela tabela, vê-se que este indicador aumentou de 21,9% em 2011 para 24,4% em 2012. Esta elevação já era esperada pelo Tesouro Nacional devido aos fortes vencimentos de prefixados e de LFT previstos para 2013. Os limites do PAF de 2012 já tinham este volume de vencimento como referência. Apesar da elevação, valores inferiores a 25% são considerados historicamente confortáveis, assegurando a manutenção de baixo risco de refinanciamento da dívida.

O custo de financiamento da DPF também é um indicador que o Tesouro Nacional considera relevante ao elaborar sua estratégia de financiamento. O mix entre dívida prefixada, remunerada por índices de preços e flutuante garantiu ao Tesouro Nacional, por um lado, uma menor volatilidade do custo médio da dívida durante os ciclos monetários e, por outro, a convergência desse custo para níveis mais baixos, em linha com a tendência declinante dos juros básicos da economia observada desde 2005. Neste sentido, em 2012 houve redução do custo médio acumulado da DPF para 11,55% ao ano, sendo que, em 2011, o custo foi de 12,83%. Este movimento esteve em linha com a queda nas taxas de juros da economia brasileira observada no ano.

**Meta:** Os custos das estratégias de financiamento da DPF foram minimizados.

O custo de financiamento da DPF é um indicador que o Tesouro Nacional considera relevante ao elaborar sua estratégia de financiamento. O mix entre dívida prefixada, remunerada por índices de preços e flutuante garantiu ao Tesouro Nacional, por um lado, o amortecimento do custo médio da dívida durante os ciclos monetários e, por outro, a convergência desse custo para níveis mais baixos, em linha com a tendência declinante dos juros básicos da economia observada nos últimos anos.

A esse respeito, destaca-se a adoção de uma estratégia gradualista na substituição dos títulos indexados a taxas flutuantes por prefixados ou remunerados por índices de preços. Por suas características, os títulos flutuantes (Selic) trazem consigo um claro *trade-off* entre custo e risco.

Desde 2005, a taxa básica de juros (Selic) tem mostrado tendência de redução e o custo médio da dívida acompanhou bem de perto esse movimento. Entretanto, à medida que o Tesouro Nacional vem modificando a composição da dívida na direção de menos indexação à taxa de juros de um dia, ocorre uma redução dos riscos de oscilações nos custos da DPF, pagando-se, em contrapartida, um prêmio pela proteção adicional decorrente do novo perfil da dívida. Observa-se,

então, descolamento maior entre o custo médio da DPF (e da DPMFi) em relação à Selic, o qual tem se tornado mais pronunciado a partir de 2010.

Mesmo que o custo médio da DPF esteja se descolando da Selic, ao avaliarmos apenas o custo das novas emissões de títulos públicos, observamos uma aderência maior entre a dinâmica do custo de captação do Tesouro Nacional e a evolução da taxa básica de juros brasileira. Por isto, ao longo do tempo, a tendência é de que as reduções na taxa Selic tenham correspondência na redução do custo médio da dívida pública e, isto, em um ambiente de maior proteção da dívida à choques em seus indexadores, devido à mudança em sua composição.

Em relação às operações externas, o Tesouro foi muito atuante no mercado internacional no sentido de aperfeiçoar a estrutura a termo da taxa de juros, ao substituir títulos antigos por outros, cujos custos mais baixos são mais aderentes à atual condição de financiamento do país no exterior. Foram emitidos dois títulos referenciados em dólares, os Globais 2021 e 2023, sendo que este último, o novo ponto de referência de 10 anos nesse mercado, foi negociado a 2,625% a.a., menor taxa de emissão da história. Vale ainda destacar que foram emitidos R\$ 3,15 bilhões do novo título em reais, o Global BRL 2024, à taxa recorde de 8,6% ao ano, sendo que, como parte do pagamento, foram recebidos cerca de R\$ 1,33 bilhão de reais em títulos com vencimentos em 2016 e 2022. Essas operações proporcionaram custos mais baixos de financiamento para a República e a consolidação de novos pontos de referência no mercado externo.

**Meta:** Composição ótima e planejamento de médio prazo revisados até setembro de 2012.

Os trabalhos de revisão da composição ótima e do planejamento de médio prazo foram concluídos com apresentações e debates ao longo do ano na Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP). Também foi realizado estudo sobre demanda potencial dos principais detentores de títulos remunerados por índices de preços.

Como resultado dos estudos e das discussões, destacamos:

- aprimoramento dos modelos de projeção que subsidiam a elaboração de cenários macroeconômicos dentro do modelo de simulações;
- validação do benchmark para a composição da DPF e para seu prazo médio, além da inclusão do valor desejado no longo prazo para o percentual vincendo em 12 meses da Dívida Pública Federal;
- proposta de alteração no formato de divulgação do benchmark. Anteriormente, os limites indicativos eram apresentados no formato de valores mínimos e máximos, enquanto a nova proposta leva em conta valores pontuais seguidos de uma margem em torno desses valores;
- validação dos limites de maturação da DPF, com o objetivo de evitar concentrações de vencimentos maiores do que a capacidade de financiamento do governo;
- simulações de estratégias de financiamento para o período de 2013 a 2017, contemplando projeções de: (a) trajetória do estoque, composição e estrutura de vencimentos da DPF; (b) fluxos de maturação mensal, caixa e necessidades de financiamento até 2017; (c) liquidez em mercado (compromissadas do Banco Central); (d) oportunidades de mudança na composição; e
- fornecimento de insumos para análises/ projeções fiscais, particularmente com respeito à sustentabilidade da dívida (incluindo evolução da DLSP, DBGG e resultado nominal).

A elaboração da estratégia de médio prazo permitiu ao Tesouro Nacional: (a) refinar as diretrizes quantitativas para a gestão da dívida (definição da composição ótima); e (b) efetuar um mapeamento mais completo das oportunidades, dificuldades, restrições e riscos que podem surgir ao longo da trajetória em direção ao longo prazo, dando maior previsibilidade à administração da dívida pública. Assim, ao antever oportunidades e dificuldades, espera-se contribuir para a adoção de medidas de redução de custos e riscos da dívida. As discussões mostraram-se importantes para a elaboração do Plano Anual de Financiamento 2013, bem como para que o Tesouro Nacional realizasse ajustes táticos em sua estratégia, de emissão, de curtíssimo prazo (mensal).

**Meta:** Avaliada a eficiência das práticas adotadas no gerenciamento da dívida pública.

Esta meta abarcou um conjunto grande de atividades, cujo objetivo comum era a melhoria no gerenciamento da dívida pública, e englobou comparações internacionais com o caso brasileiro, avaliação do processo de emissão externa, análise da política fiscal e desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à gestão da dívida pública. Através de suas macroações, a meta permitiu concluir as seguintes lições:

- o arranjo institucional brasileiro de relacionamento entre a autoridade fiscal e autoridade monetária está condizente com as melhores práticas internacionais;
- os programas de Reino Unido e Suécia de vendas de títulos públicos no varejo, a despeito de suas particularidades, forneceram boas idéias para repensar o programa Tesouro Direto brasileiro. Além disso foi alvo de investigação nesses países os seguintes temas: relacionamento com investidores, modelos de carteira ótima de longo prazo, passivos contingentes, garantias concedidas pelo Governo Central e processos orçamentários ligados à Dívida Pública;
- aumentou-se consideravelmente a compreensão da Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP) quanto às etapas do processo de emissão externa, com vistas a disseminar conhecimentos entre as partes envolvidas. Ao mesmo tempo, o documento 18k foi revisto, refletindo mais corretamente o estágio atual da economia brasileira;
- foi desenvolvida capacidade técnica para avaliação da política fiscal. A partir de 2012, foram incluídas em publicações mensais (panorama macroeconômico) interna da SUDIP bem como nas reuniões do comitê da Dívida Pública, análises referentes a política fiscal; e
- avançou-se no que diz respeito à melhorias e desenvolvimento de novos sistemas de informação relacionados à gestão da dívida pública (Sistema Integrado da Dívida Pública – SID – e GERIR).

Devido ao tamanho reduzido da equipe ao longo de 2012, foram necessárias renegociações de cumprimento de 3 macroações para 2013. Estas estão relacionadas aos seguintes temas: (i) procedimentos para o monitoramento e elaboração de projeções do estoque de garantias frente aos limites legais; (ii) estudo sobre a taxa de juros de equilíbrio da economia brasileira e (iii) integração da base de dados sobre o programa Tesouro Direto (com a BM&FBovespa).

e) **Objetivo Estratégico:** Otimizar resultados da gestão de haveres sob responsabilidade do Tesouro Nacional, gerindo-os de forma coordenada com a administração de passivos.

**Meta:** Alinhar carteira dos fundos públicos às diretrizes definidas do PAF para administração da DPF.

Em fevereiro de 2012, em atendimento ao disposto na Resolução nº 4.034 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 30 de novembro de 2011, o Tesouro Nacional realizou trocas de títulos públicos para adequação das carteiras dos Fundos Extramercado. Com essa operação, foram resgatados cerca de R\$ 61,2 bilhões em títulos atrelados à taxa Selic (LFT), equivalentes a 11% do estoque da Dívida Pública Federal (DPF) em mercado, e emitidos, em contrapartida, títulos prefixados (LTN e NTN-F) e remunerados a índices de preços (NTN-B).

Em junho, por meio da Portaria STN nº 377, de 11/06/2012, houve a troca direta de títulos públicos para adequação da carteira do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em linha com a estratégia definida em seu Plano Anual de Financiamento (PAF). Com essa operação, foram resgatados cerca de R\$ 44,1 bilhões, sendo R\$ 38,1 bilhões em títulos atrelados à taxa Selic (LFT) e R\$ 6,0 bilhões em títulos prefixados de curto prazo (LTN). O impacto da operação com o FGTS sobre a composição da DPF equivale a uma redução de cerca de 2,0 pontos percentuais na participação de títulos indexados à taxa Selic.

Após as duas operações citadas - Fundos Extramercado e FGTS -, o percentual da dívida pública indexado à taxa Selic na carteira de fundos governamentais passou de 66%, em janeiro, para apenas 0,3% em junho.

f) **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN.

**Meta:** O Tesouro Nacional propôs e desenvolveu o Projeto “Tesouro Direto 10 anos”.

Apesar da carência de recursos, alguns projetos foram desenvolvidos. Entretanto, não houve evento institucional significativo para marcar os 10 anos do Tesouro Direto, dentre os que estavam programados para ocorrer ao longo de 2012. Nesse sentido, a meta não foi executada.

#### - Relações Financeiras Intergovernamentais – Estados e Municípios

- **Meta 12.4:** Publicação de normativo do MF, orientando os entes da federação em relação às interpretações da PGFN sobre os conceitos vigentes na Lei de Responsabilidade Fiscal relacionados com operações de crédito.

A meta foi dividida em dois momentos:

- Discussões técnicas acerca dos conceitos elencados nas macroações 12.4.1 a 12.4.4 com elaboração de notas a serem encaminhadas à PGFN para análise jurídica;
- Discussão na PGFN para análise jurídica.

As discussões técnicas com a PGFN acerca dos conceitos relacionados à LRF proporcionam maior clareza e segurança na análise das operações de crédito de estados e municípios realizadas no âmbito da STN.

Foram realizadas as reuniões para discussão dos conceitos e fechamento das minutas que irão compor as notas a serem encaminhadas à PGFN.

Ademais, conforme quadro abaixo, a STN concluiu a análise, entre janeiro e dezembro de 2012, de 1.213 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R\$ 11.742.721.358,25 (onze bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos). Houve ainda uma operação de crédito externo sem concessão de garantia da União no valor de R\$ 126.500.000,00 (cento e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais), destinada ao Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC.

Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise.

**Quadro 2.3.1 – Estados, Municípios e Empresas**

	Cumprimento de limites e condições	Encaminhamento para análise de concessão de garantia	Processos Arquivados	Processos Indeferidos	Total
Estados	32	71	8	0	111
Municípios	824	11	264	3	1.102
Empresas	0	4	0	0	4
<b>Total</b>	<b>856</b>	<b>86</b>	<b>272</b>	<b>3</b>	<b>1.217</b>

Fonte: STN/SURIN

Especificamente no que tange à análise de concessão da garantia da União, foram analisadas e autorizadas 82 operações de crédito, totalizando R\$ 57.406.579.163,93 (cinquenta e

sete bilhões, quatrocentos e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e três reais e noventa e três centavos), além de 4 operações de empresas estatais não dependentes, no valor total de US\$ 365.774.589,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove dólares), distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 2.3.2 – Operações de Crédito**

Operação de Crédito	Interessado	Quant.	Montante Autorizado <sup>1</sup>
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	36	R\$ 33.798.580.375,51
	Pleitos de interesse de Municípios	2	R\$ 348.300.000,00
	Pleitos de interesse de Empresas	0	-
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	35	R\$ 22.550.515.576,05
	Pleitos de interesse de Municípios	9	R\$ 709.183.212,37
	Pleitos de interesse de Empresas <sup>2</sup>	4	-
<b>TOTAIS</b>		<b>82</b>	<b>R\$ 57.406.579.163,93</b>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação da data de emissão do Parecer relativo à RSF nº 48/07.
- 2) Valor total de US\$ 365.774.589,00.

As operações de crédito mencionadas estão detalhadas nos quadros seguintes. Os três primeiros referem-se às operações de crédito externo, de interesse de Estados, Municípios e Empresas Estatais, respectivamente. Os outros dois, referem-se às operações de crédito interno de interesse de Estados e Municípios, nessa ordem.

**Quadro 2.3.3 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Estados**

Programa	Mutuário	Credor	Valor da operação
PROSAMIM III - Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus	Amazonas	BID <sup>1</sup>	US\$ 280.000.000,00
DPL - Programa de Desenvolvimento de Políticas Públicas - Programas e ações contidas no Plano Plurianual - PPA e nas Leis Orçamentárias Anuais	Pernambuco	BIRD <sup>2</sup>	US\$ 500.000.000,00
PRORURAL III - Implementação do Projeto Pernambuco Rural Sustentável	Pernambuco	BIRD	US\$ 180.000.000,00
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí	Piauí	BIRD	US\$ 350.000.000,00
Rodoanel Trecho Norte	São Paulo	BID	US\$ 1.148.633.000,00
Programa Águas de Sergipe	Sergipe	BIRD	US\$ 70.275.000,00
PROFISCO	Tocantins	BID	US\$ 40.431.000,00
Desenvolvimento rural	Paraíba	FIDA <sup>3</sup>	SDR 16.064.876,00 <sup>8</sup>
Projeto Ação Metrópole - 2ª Etapa	Pará	JICA <sup>4</sup>	¥ 16.411.000.000,00
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste	Tocantins	BID	US\$ 99.000.000,00
PET II - Programa Estadual de Transportes II	Rio de Janeiro	BIRD	US\$ 600.000.000,00
Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana	Rio de Janeiro	CAF <sup>5</sup>	US\$ 100.000.000,00
Projeto São José III	Ceará	BIRD	US\$ 100.000.000,00
Provias - Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	CAF	US\$ 319.675.000,00
PROREDES RS - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	BIRD	US\$ 480.000.000,00
PMU - Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do RJ	Rio de Janeiro	AFD <sup>6</sup>	US\$ 394.500.000,00

Reestruturação e recomposição do principal de Dívidas	Mato Grosso	Bank of America/ Merrill Lynch	US\$ 478.958.330,51
PRODESF II - Programa de Desenvolvimento Econômico Social e de Sustentabilidade Fiscal II do Estado do RJ	Rio de Janeiro	BIRD	US\$ 300.000.000,00
PROINCLUSÃO - Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócio Econômico do Estado da Bahia & Pagamento de dívida interna com a União	Bahia	BIRD	US\$ 700.000.000,00
Inclusão Social e Oportunidades para Jovens do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	BID	US\$ 60.000.000,00
PROFISCO - Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	Mato Grosso	BID	US\$ 15.032.000,00
VIVA O SEMIÁRIDO - financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014	Piauí	FIDA	SDR 12.770.903,00
Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	CAF	US\$ 120.666.000,00
PIER - Projeto de Infraestrutura Rodoviária	Tocantins	BBVA <sup>7</sup>	US\$ 143.198.162,32
PDRIS - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável	Tocantins	BIRD	US\$ 300.000.000,00
Terceiro Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais - DPL-MG-CRC-CEMIG	Minas Gerais	BIRD	US\$ 450.000.000,00
Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais - CRC-CEMIG	Minas Gerais	AFD	€ 300.000.000,00
Programa de Reestruturação da Dívida CRC-CEMIG	Minas Gerais	Credit Suisse AG	US\$ 1.300.000.000,00
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	Paraná	BIRD	US\$ 350.000.000,00
PDPC - Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire	Ceará	FIDA	€ 30.349.196,08 <sup>9</sup>
PROCONFIS II - Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia	Bahia	BID	US\$ 600.000.000,00
PROCONFIS - Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	BID	US\$ 200.000.000,00
Reestruturação e recomposição do principal de Dívidas	Santa Catarina	Bank of America/ Merrill Lynch	US\$ 726.441.565,95
Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI (BID VI)	Santa Catarina	BID	US\$ 250.000.000,00
Total autorizado em reais <sup>10</sup> :			R\$ 22.550.515.576,05

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 2) BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
- 3) FIDA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.
- 4) JICA: Japan International Cooperation Agency.
- 5) CAF: Corporação Andina de Fomento.
- 6) AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento.
- 7) BBVA: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.
- 8) SDR: Special Drawing Rights (Direitos Especiais de Saque).

9) Operação de SDR 20.624.403,00 + € 5.948.482,00.

10) Os valores foram convertidos para reais adotando-se a cotação da data de emissão do Parecer relativo à RSF nº 48/07.

#### Quadro 2.3.4 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Municípios

Programa	Mutuário	Credor	Valor da operação
PRODETUR NACIONAL Fortaleza - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	Fortaleza - CE	CAF <sup>1</sup>	US\$ 50.000.000,00
Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo	Toledo - PR	AFD <sup>2</sup>	€ 9.463.000,00
Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia	Aparecida de Goiânia - GO	CAF	US\$ 35.000.000,00
Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina	Colatina - ES	BID <sup>3</sup>	US\$ 11.000.000,00
PRODETUR Manaus - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	Manaus - AM	CAF	US\$ 21.512.846,00
Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo - RS (NH de Mãos Dadas)	Novo Hamburgo - RS	BID	US\$ 23.912.900,00
Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - Programa Mananciais	São Bernardo do Campo - SP	BIRD <sup>4</sup>	US\$ 20.820.000,00
Programa de Abordagem Setorial Ampla (SWAp Sector Wide Approach Program), no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município do Recife	Recife - PE	BIRD	US\$ 130.000.000,00
Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau	Blumenau - SC	BID	US\$ 59.000.000,00
<b>Total autorizado em reais<sup>5</sup>:</b>			<b>R\$ 709.183.212,37</b>

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Observações:

1) CAF: Corporação Andina de Fomento.

2) AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento.

3) BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

4) BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

5) Os valores foram convertidos para reais adotando-se a cotação da data de emissão do Parecer relativo à RSF nº 48/07.

#### Quadro 2.3.5 – Operações de Crédito Externo de Interesse de Empresas Estatais

Programa	Mutuário	Credor	Valor da operação
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE - Pró-Energia RS	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	AFD <sup>1</sup>	US\$ 87.457.986,00
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e da Área de Abrangência do Grupo CEEE - Pró-Energia RS	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	BID <sup>2</sup>	US\$ 130.556.650,00
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT- Pró-Energia RS	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT	BID	US\$ 88.655.996,00
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência do Grupo CEEE-GT- Pró-Energia RS	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT	AFD	US\$ 59.103.957,00
<b>Total autorizado em dólares:</b>			<b>US\$ 365.774.589,00</b>

Observações:

- 1) AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento.
- 2) BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**Quadro 2.3.6 – Operações de Crédito Interno de Interesse de Estados**

Programa	Mutuário	Credor	Valor da operação
Quitação de obrigações e aporte de capital junto à CELGPAR (Companhia CELG de Participações) e sua subsidiária integral CELG D (CELG Distribuição)	Goiás	CAIXA <sup>1</sup>	R\$ 3.527.000.000,00
PROREDES RS - Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	BNDES <sup>2</sup>	R\$ 1.085.704.200,00
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	Paraná	BNDES	R\$ 157.787.000,00
Programa de Infraestrutura Rod. Urbana e Mobilidade das Cidades do RJ	Rio de Janeiro	BB <sup>3</sup>	R\$ 3.645.563.000,00
PAC 2 - Programa Saneamento Para Todos	Rio de Janeiro	CAIXA	R\$ 415.372.248,98
Programa Rodovida - Pavimentada e Não Pavimentada (PROPAE)	Goiás	BNDES	R\$ 1.500.000.000,00
BNDES Estados - Programa Paraíba Sustentável	Paraíba	BNDES	R\$ 500.000.000,00
Pró-Investe	Rio de Janeiro	BB	R\$ 940.956.773,22
Pró-Investe	Santa Catarina	BNDES	R\$ 611.000.000,00
Pró-Investe	Pernambuco	CAIXA	R\$ 1.069.073.425,71
Pró-Investe	Espírito Santo	CAIXA	R\$ 415.559.740,08
Programa MT integrado, sustentável e competitivo	Mato Grosso	BB	R\$ 1.416.670.000,00
PAC – CONTRAPARTIDA - VLT	Mato Grosso	CAIXA	R\$ 727.920.000,00
Pró-Investe	Piauí	BNDES	R\$ 624.639.291,59
Pró-Investe	Ceará	BNDES	R\$ 250.677.416,44
Pró-Investe	Paraíba	BNDES	R\$ 689.222.444,22
Pró-Investe	Ceará	BB	R\$ 838.902.376,67
Pró-Investe	Mato Grosso	BB	R\$ 460.068.420,00
PROCOI - Programa Coordenado de Investimentos	Rio de Janeiro	CAIXA	R\$ 1.199.871.427,00
Pró-Investe	Roraima	BB	R\$ 365.496.000,00
Pró-Investe	Maranhão	BNDES	R\$ 1.001.340.520,39
Pró-Investe	Mato Grosso do Sul	BNDES	R\$ 357.416.000,00
Pró-Investe	Goiás	CAIXA	R\$ 366.969.587,80
Pró-Investe	Goiás	BNDES	R\$ 260.416.043,30
Pró-Investe	Rondônia	BNDES	R\$ 438.921.139,08
PDMG - Programa de Desenvolvimento de Minas Gerais	Minas Gerais	BB	R\$ 3.653.733.000,00
Pró-Investe	Pará	BNDES	R\$ 955.045.575,00
Pró-Investe	Amazonas	BB	R\$ 517.493.000,00
Pró-Investe	São Paulo	BNDES	R\$ 1.958.620.268,00
Saneamento Econômico e Financeiro da CERR	Roraima	CAIXA	R\$ 260.000.000,00

Pró-Investe	Rio Grande do Sul	BB	R\$ 785.018.812,50
Pró-Investe	Tocantins	BB	R\$ 553.367.668,70
PDI II - Programa De Desenvolvimento Integrado II	Minas Gerais	BB	R\$ 469.773.000,00
Pró-Investe	Minas Gerais	BNDES	R\$ 1.326.389.531,00
Pró-Investe	Acre	BB	R\$ 69.389.583,10
Pró-Investe	Acre	BNDES	R\$ 383.202.882,73
Total autorizado em reais:			R\$ 33.798.580.375,51

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Observações:

- 1) CAIXA: Caixa Econômica Federal.
- 2) BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- 3) BB: Banco do Brasil S/A.

#### Quadro 2.3.7 – Operações de Crédito Interno de Interesse de Municípios

Programa	Mutuário	Credor	Valor da operação
PAC - COPA Pró-Transporte	Fortaleza - CE	CAIXA	R\$ 206.600.000,00
PAC - COPA Pró-Transporte - Trecho BRT - Projeto Raul Barbosa	Fortaleza - CE	CAIXA	R\$ 141.700.000,00
Total autorizado em reais:			R\$ 348.300.000,00

Fonte: Pareceres expedidos pela Gerência de Responsabilidades Financeiras – GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF-DF.

Além das operações de crédito supracitadas, destaca-se, para o mesmo período de janeiro a dezembro de 2012, a emissão dos seguintes documentos:

- **1 Parecer de operação externa sem garantia**, destinado ao Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC;
- **13 Pareceres Complementares**, emitidos para manifestação adicional acerca de aspectos orçamentário-financeiros; e
- **35 Pareceres de Alteração Contratual**, versando sobre pedidos de alterações contratuais referentes a operações de créditos já garantidas pela União.

#### - Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

Em observância aos objetivos estratégicos traçados e levando em consideração as diretrizes básicas da STN, coube à Gestão de Haveres a condução das seguintes metas:

a) **Meta 1.3:** Iniciado o desenvolvimento do Sistema Informatizado para elaboração da projeção dos haveres da União junto a Estados e Municípios, geridos pela COAFI. Status: Não iniciada. Comentários: Meta dependente da finalização de meta anterior, a qual somente será concluída em 2013.

b) **Meta 6.1:** Publicada portaria sobre avaliação de capacidade de pagamento e margem de receitas para oferecimento de contragarantia. Situação: concluída. Comentários: Publicação da Portaria MF nº 306, de 10 de setembro de 2012.

c) **Meta 9.1:** Foram concluídos os entendimentos técnicos e jurídicos para dar o devido tratamento às divergências entre os saldos dos contratos de confissão e de cessão da Lei 8727. Situação: parcialmente concluída. Comentários: Aguardando reunião com o Secretário da STN para fins de orientação ao agente financeiro e adoção das demais providências cabíveis.

d) **Meta 9.5:** Firmados acordos com os estados de MG e SP para avaliação e destinação das empresas federalizadas. Situação: parcialmente concluída. Comentários: CEAGESP: Termo aditivo celebrado; CEASA e CASEMG: Dependem da conclusão de levantamento de registros imobiliários sob condução do estado de MG.

e) **Meta 15.10:** As informações sobre dívidas dos Estados e Municípios com a União foram disponibilizadas no site do Tesouro, com níveis de acesso inicialmente controlados por senha. Situação: parcialmente concluída. Comentários: A etapa de homologação foi cumprida. No entanto, para o sistema ser utilizado, o Serpro precisa colocá-lo em produção e deve ser publicada a portaria regulamentando o fornecimento de senhas, que em seguida serão disponibilizadas aos clientes (secretarias de fazenda dos municípios).

## - Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

### Gestão de Haveres da União

Contempla Haveres Financeiros como: Recuperação de Haveres; Gestão de Programas envolvendo Operações de Crédito de Fomento Agropecuário, Agroindustrial e Exportação; e Recuperação e realização de Operações de Crédito e de Refinanciamento/Repartição do montante arrecadado.

Além disso, há a gestão dos haveres mobiliários que se traduzem em atividades como: Análise das Empresas Estatais e Entidades da Administração Indireta; Registro e Acompanhamento da Carteira de Haveres Mobiliários; Proposição de Conselheiro Fiscal para empresas de cujo capital a União participe; e Acompanhamento, orientação técnica e avaliação da atuação dos representantes da STN nos Conselhos.

No que se refere aos resultados financeiros dos haveres financeiros da União, no exercício de 2012, foi arrecadado o montante de R\$ 16.029.374.620,08. No intuito de melhor gerenciar e acompanhar os haveres aqui tratados, os haveres são divididos em cinco grupos, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 2.3.8 – Haveres Financeiros**

GRUPO DE HAVERES	Saldos	
	31.12.2011	31.12.2012
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.713.425.014,26	5.757.935.625,00
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	59.978.552.529,58	67.135.364.777,39
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	8.191.436.170,22	9.076.379.001,24
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	336.234.959.076,71	425.419.289.196,45
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL	14.789.437.403,74	15.568.339.220,33
<b>TOTAIS</b>	<b>424.907.810.194,51</b>	<b>522.957.307.820,41</b>

Fonte: STN/COFIS/GERAT

### Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União sucedeu as entidades extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais extintas e/ou dissolvidas nos termos da citada Lei foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Os créditos mais recentes transferidos para controle desta Secretaria são os provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30 de junho de 2006. Os montantes recebidos em 2012 pela União, referentes aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial - ECE totalizaram R\$ 11.527,97 e R\$ 5.189.089,42, respectivamente.

Vale ressaltar que, de acordo como Decreto nº 6.191, de 20 de agosto de 2001, coube ao Ministério de Minas e Energia disciplinar, em conjunto com o Ministério da Fazenda e ouvida previamente a ANEEL, a devolução aos consumidores dos saldos dos Encargos de Capacidade Emergencial e de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial

#### Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

Dentre os créditos em questão, destacam-se: (i) haveres decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; (ii) créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA; (iii) créditos a serem pagos pela ITAIPU, resultantes dos Contratos no 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional; e (iv) haveres decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a instituições financeiras.

Especificamente quanto aos créditos referentes aos contratos de cessão de arrendamentos celebrados com a extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, os recebimentos efetivamente verificados pela STN somam o montante de R\$ 422.333.949,08. Cabe informar que três haveres da extinta RFFSA foram integralmente liquidados durante o ano de 2012: contrato RFFSA nº. 001 (liquidado em janeiro de 2012), contrato RFFSA nº. 5 PGFN/CAF (quitado em julho de 2012) e o contrato RFFSA - MRS LOGÍSTICA S.A./CENTRO ATLÂNTICO/BNDES (pago durante o mês de novembro de 2012).

Dentro deste grupo de haveres, cabe observar a situação de normalidade dos fluxos de recebimentos advindos dos contratos celebrados entre a União e a ELETROBRÁS (contratos no 424/TN e 425/TN), inclusive no tocante aos pagamentos referentes ao chamado Ativo Regulatório – contrapartida à retirada do fator anual de reajuste dos citados contratos sob o amparo da Lei nº 11.480/2007. Em conjunto, tais haveres geraram o montante total de R\$ 1.582.645.826,81 em termos de parcelas vencidas e arrecadadas no exercício de 2012.

#### Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes de pagamentos parcelados de preços de vendas de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND, cabendo observar que tais haveres apresentam-se em situação regular no tocante às condições financeiras de retorno originalmente pactuadas.

Nesse grupo destacam-se os haveres referentes às transferências de ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD ao BNDES, ocorridas ao amparo da Lei nº 9.491/1997 e consubstanciados por intermédio dos seguintes contratos: (i) Contrato de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (“BNDES-FCVS”, de 29.12.2000); e (ii) Instrumento de Novação e Confissão de Dívida (“BNDES - Instrumento Híbrido”, de 31.12.2006).

Especificamente quanto ao contrato “BNDES - Instrumento Híbrido”, firmado entre a União e o BNDES em 31.12.2006, vale observar a ocorrência de seu aditamento em 07/05/2012 ,

com vistas ao seu enquadramento como capital nível I e nos termos da regulamentação pertinente à Basiléia II.

#### Haveres Originários de Legislação Específica

Configura-se como o grupamento de haveres mais relevante tanto em termos de saldo devedor como no que se refere ao fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo, os contratos oriundos de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

Dentre os haveres contemplados nessa categoria, encontram-se os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na Empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Durante o exercício de 2012, merecem destaques as operações de financiamento realizadas com o BNDES e formalizadas por meio dos seguintes contratos: (i) nº 738/PGFN/CAF, de 21 de junho de 2012; (ii) nº 755/PGFN/CAF, de 15 de outubro de 2012; e nº 807/PGFN/CAF, de 28 de dezembro de 2012. Por meio de tais contratos, todos amparados na Lei nº 12.453/2011, a União concedeu crédito ao BNDES no montante total de R\$ 45.000.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões de reais), com o intuito de prover o Banco de recursos adicionais para fazer frente ao aumento da demanda por crédito para investimentos na economia.

Ainda no mesmo exercício e com respaldo nas autorizações oriundas da Medida Provisória – MP nº 581/2012, foram firmados com o Banco do Brasil e a CAIXA os seguintes contratos de concessão de crédito enquadrados como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – Nível I: (a) BB IHCD CT 753/PGFN/CAF; (b) Caixa IHCD CT 752 - PFGN/CAF; e (c) Caixa IHCD CT 754 – PGFN/CAF. Tais operações, além de viabilizarem a elevação do Patrimônio de Referência das Instituições em questão, tiveram seus recursos direcionados aos setores agrícola, habitacional e de infraestrutura.

**Quadro 2.3.9 – Contratos Firmados com o BNDES, CAIXA E BB em 2012**

<b>Contrato nº</b>	<b>Data da Celebração</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Valor</b>
BNDES CT 738/PGFN/CAF	21.06.2012	Lei 12.453/2011	R\$ 9.999.999.928,78
BNDES CT 755/PGFN/CAF	15.10.2012	Lei 12.453/2011	R\$ 19.999.999.702,57
BNDES CT 807/PGFN/CAF	28.12.2012	Lei 12.453/2011	R\$ 15.000.000.000,00
BB CT 753/PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	R\$ 8.099.999.763,10
CAIXA CT 752 - PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	R\$ 6.799.999.790,27
CAIXA CT 754 - PGFN/CAF	26.09.2012	MP 581/2012	R\$ 6.199.997.874,72

Fonte: STN/COFIS/GERAT

#### Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

- Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e Resolução CMN nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da MP nº 2.196-3, de 23 de agosto de 2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do

BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

- Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.
- Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Fase II - PRODECER II - consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28 de junho de 2001, do Banco do Brasil, no âmbito da MP nº 2.196-3/2001.
- Empréstimos do Governo Federal - Especial - EGF - ESPECIAL - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio dos contratos formalizados em 01 de outubro de 1998 e em 15 de junho de 1999, e cujos direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues foram adquiridos pela União.

Para os citados programas, o saldo devedor, com posição em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 15.568.339.220,33, tendo sido recebido o montante de R\$ 189.561.586,19 no exercício de 2012.

Cabe citar que nos termos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e da Resolução CMN nº 3.950, de 24 de fevereiro de 2011, os prazos para renegociação ou pagamento antecipado da dívida encerraram em junho de 2011, bem como o prazo final para a renegociação dos valores inscritos em Dívida Ativa da União - DAU, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Neste contexto, vale destacar que, somente nas operações originárias do PESA, foi inscrito em DAU, no exercício de 2012, o montante de R\$ 229.059.563,97.

#### Outras Atividades Relacionadas à Gestão de Haveres

- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD

No intuito de oferecer maior transparência aos registros contábeis e demonstrar de forma realista o patrimônio da União originário dos haveres financeiros em questão, com base nos princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, foi implantada, em outubro de 2006, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD relativamente aos haveres financeiros.

A PDD, objeto de recomendação do Acórdão nº 1800/2003 – TCU Plenário, é instrumento constituído para reconhecer a expectativa de perda na realização de um haver. Para tanto, em 7.1.2013, foi efetuado o lançamento do valor de R\$ 3.948.399.826,14 a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD. Assim, a conta 12.239.0000 – PROVISÃO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, atingiu o montante de R\$70.458.247.167,06 após o lançamento.

Vale ressaltar que os haveres que tiveram maior participação na PDD foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram menor probabilidade de recebimento, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R\$ 51,6 bilhões, os da RFFSA alcançam o valor de R\$13,3 bilhões

e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R\$ 4,9 bilhões do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e consequente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público.

Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – BACEN também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos no Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele Sistema.

#### Quadro 2.3.10 – Participação em Fundos

Posição: 30/11/2012

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
<b>FGHab</b>	930.497.942,46	1,311760	1.220.590.392,05	811.901.250,00	1.065.019.942,36	87,25	1.220.590.392,05
<b>FGI</b>	682.695.384,45	1,04	715.294.061,76	580.308.078,93	608.017.766,48	85,00	715.294.061,76
<b>FGO</b>	1.533.406,88	508,75	780.114.455,48	1.002.345,94	509.939.381,75	65,37	780.114.455,48
<b>FGCN</b>	3.308.588.129,92	1,25	4.122.093.853,54	3.302.393.115,23	4.114.375.627,23	99,81	4.122.093.853,54

Fonte: STN/COFIS

FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular - posição em 31/12/2012

FGI - Fundo Garantidor para Investimentos - posição em 30/11/2012

FGO - Fundo de Garantia de Operações - posição em 30/11/2012

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval - posição em 30/11/2012

Fontes: *Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), respectivamente*

#### - Política Fiscal – Programação Financeira

A Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, organizou sob a forma de sistemas as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal.

O Sistema de Administração Financeira Federal visa o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, compreendem as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

As atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras sob sua jurisdição e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando:

- assegurar às unidades gestoras, nos limites da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho; e
- manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

A orientação técnico-normativa visa à eficiência e eficácia da gestão da execução orçamentária e financeira.

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal:

- como órgão central, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e

- como órgãos setoriais, as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

Compete à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, no âmbito da programação financeira da União e da orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira:

- zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- gerenciar a conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;
- editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- gerir, em conjunto com os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); e
- promover a integração com os demais poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira.

Nesse contexto, a STN, para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), elaborou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 12.595 de 19 de janeiro de 2012, a STN, juntamente com a SOF, editou o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, que definiu as regras para a execução das despesas, bem como a respectiva programação orçamentária e financeira do exercício. As principais características do Decreto de Programação foram:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (LDO 2012), que determina o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA;
- os valores autorizados para movimentação e empenho e de pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.680/2012; e
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.680/2012 foram detalhados respectivamente pela Portaria MPOG nº 49, de 28 de fevereiro de 2012, e pela Portaria MF nº 40, de 23 de fevereiro de 2012, em grupos de fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal, e foram destacadas as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 42.557.397 mil.

Durante o exercício de 2012, foram efetuados vários ajustes e ampliações dos valores de movimentação e empenho e de pagamento autorizados pelo Decreto de Programação. Essas alterações foram efetivadas no intuito de se atingir o desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, zelando pelo alcance das metas fiscais estabelecidas, e considerando as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados no decorrer do exercício Decretos Presidenciais e Portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação à execução financeira, cabe destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pelo acompanhamento, análise e programação das liberações de recursos financeiros aos órgãos setoriais, bem como pela execução destas liberações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Assim, cabe à STN, no que se refere à liberação de recursos para despesas de custeio e investimento, tendo por base os valores autorizados pelo Decreto de Programação Financeira, acompanhar o pagamento efetivo dos órgãos do Poder Executivo. Cabe registrar que tais atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2012, em observância às normas aplicáveis à matéria.

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, a STN realizou as liberações de recursos para as transferências aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. Dentre as principais Transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, destacam-se o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o Royalties da exploração e produção de petróleo e gás natural, a Participação Especial na exploração e produção de petróleo e gás natural, a compensações financeiras pela exploração de Recursos Minerais e a Compensações Financeiras pela utilização de recursos hídricos.

Cabe destacar o ajuste efetuado no repasse dos recursos aos Fundos Constitucionais (FPM, FPE), decorrente da classificação dos recursos arrecadados no âmbito do Parcelamento de débitos tributários sob o escopo da Lei 11.941/2009, a partir da comparação com os valores já repassados, por estimativa, com base na Portaria nº 232/2009 do Ministério da Fazenda.

A fim de aperfeiçoar os procedimentos operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), foi efetuada, em articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a reformulação da Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3, de 22 de novembro de 2011, a qual foi substituída pela Portaria Conjunta STN/FNDE nº 3, de 12 de dezembro de 2012.

A STN monitorou as movimentações financeiras realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e analisou os pedidos de abertura de contas correntes dos órgãos federais no País e no exterior.

Tendo em vista o Acórdão nº 661/2011, a STN verificou a existência de contas bancárias irregulares cujos titulares são órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; a exatidão das contas bancárias que tenham embasamento legal; a vigência e análise das contas abertas em razão do depósito de caução de contratos administrativos e a existência de contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos.

A STN coordenou a abertura e a manutenção das Contas Especiais, em moeda estrangeira, do Tesouro Nacional decorrentes de operações de crédito externo e contribuições financeiras não-reembolsáveis firmadas entre a União e organismos internacionais, organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, nas instituições federais autorizadas.

Quanto ao acompanhamento de projetos financiados com recursos externos, foi finalizada, no SIAFI, a implantação de ferramenta de controle, qual seja, Plano Interno (PI), com vistas à prestação de contas aos credores externos.

A STN, enquanto órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal, também possui como competência a orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, em 2012, a STN promoveu treinamentos para os Órgãos Setoriais de Programação Financeira sobre Guia de Recolhimento da União, Ordem Bancária e Programação Financeira, incluindo o treinamento para utilização no módulo de Programação Financeira no Novo SIAFI.

Foi finalizado, em articulação com o Ministério da Integração e Receita Federal do Brasil, o encontro de contas relativo aos recursos de incentivos fiscais no âmbito dos fundos de

investimentos regionais (Finam, Finor, Funres), conforme Determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 846/2008.

**- Assuntos Corporativos**

No exercício 2012, Sob a responsabilidade da STN/SUCOP, foram realizadas ações de fundamental importância para a consecução do planejamento institucional, em especial no que diz respeito àquelas metas vinculadas aos Objetivos Estratégicos Corporativos.

**Quadro 2.3.11**

<b>Metas da STN/SUCOP realizadas em 2012</b>	
<b>Objetivo Estratégico 14: Aperfeiçoar a Governança de TI da STN</b>	
<b>Metas</b>	
14.2	Pelo menos três processos de gestão de TI foram aperfeiçoados.
14.3	Aperfeiçoada a infraestrutura tecnológica da STN.
<b>Objetivo Estratégico 15: Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN</b>	
<b>Metas</b>	
15.1	Os principais eventos em 2012 da STN tiveram cobertura no Twitter.
15.2	O processo de atualização e manutenção do site foi revisado e consolidado.
15.4	Foram integrados todos os projetos e iniciativas educacionais da STN (Projeto Educacional).
15.8	Organizar encontro anual dos gestores de dívida pública (FMI)
<b>Objetivo Estratégico 16: Propiciar o desempenho e desenvolvimento de pessoas, alinhados às necessidades da STN</b>	
<b>Metas</b>	
16.1	Formulado Plano de Capacitação personalizado por subsecretaria com base no modelo de gestão por competências
16.3	O desempenho de todos os servidores da STN foi avaliado à luz do modelo de gestão de competências
16.4	Implantado o cadastro único de gestão de pessoas.
<b>Objetivo Estratégico 17: Melhorar o desempenho organizacional com inovação, gestão de processos e de riscos</b>	
<b>Metas</b>	
17.1	Foi formulada proposta para o ambiente de melhoria e inovação da STN.
17.2	Concluído o Projeto de Modernização da Contabilidade Pública.
17.4	Foi estabelecida a rotina de relacionamento da STN frente às missões internacionais
17.5	Pelo menos oito processos de trabalho de desenvolvimento institucional foram modernizados.

Fonte: STN/SUCOP

### 3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DE CONTROLE

Não se aplica.

### 4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 4.1 RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

- **Programa: 2039** - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Ação 2039.20SG.0001 – Remuneração pela Utilização do Sistema de Transferência de Reservas

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

Quadro 4.1.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	2039.20SG.0001					
Descrição	Trata-se de contrato administrativo firmado entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil referente à utilização do Sistema de Transferência de Reservas - STR, o que permite monitoramento on-line dos ingressos e saídas de recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Programação Financeira					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000,00		298.773,48	268.773,48	0	30.000,00	268.773,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	contrato remunerado	reais	480.000,00		600.000,00	298.773,48

Fonte: SIAFI

Ação 2039.2074.0001 – Gestão Financeira e Contábil da União

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

Quadro 4.1.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	
Identificação da Ação	
Código	2039.2074.0001

Descrição	Geração de produtos relativos à política fiscal elaborados por determinação constitucional ou legal, ou a título de dar transparência à execução da política fiscal, tais como o BGU, RREO, RGF, os Decretos de Programação Financeira, o Resultado do Tesouro Nacional, entre outros produtos.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.235.279,00	11.235.279,00	1.632.294,26	1.318.138,23		314.156,03	1.318.138,23
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Resultado Elaborado</b>	<b>unidade</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	11.235.279,00	1.318.138,23

Fonte: SIAFI

#### Ação 2039.2075.0001 – Gestão de Obrigações da União

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2039.2075.0001					
Descrição	Realização dos leilões de títulos da dívida pública mobiliária federal (DPMF), tendo como parâmetro a previsão constante do orçamento, de forma a contribuir para assegurar a solvência do setor público.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.639.459,00	2.639.459,00	212.048,87	202.928,83		9.120,04	202.928,83
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Leilão realizado</b>	<b>unidade</b>	<b>155</b>	<b>139</b>	2.639.459,00	202.928,83

Fonte: SIAFI

#### Ação 2039.2076.0001 – Gestão de Haveres da União

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
--	--	--	--	--	--	--

<b>Identificação da Ação</b>						
Código		2039.2076.0001				
Descrição		Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.066.521,00	1.066.521,00	117.785,80	117.785,80			117.785,80
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Haver gerido</b>	<b>R\$ milhão</b>	<b>321.656</b>	<b>44.931,82</b>	1.066.521,00	117.785,80

Fonte: SIAFI

#### Ação 2039.2081.0001 – Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional

Função 04 (Administração), Subfunção 126 (Tecnologia da Informação), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código		2039.2081.0001				
Descrição		Manutenção e adequação dos sistemas internos estruturantes da Secretaria do Tesouro Nacional, com destaque para os que tratam da gestão dos haveres da União, do controle da dívida pública e do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
41.591.764,00	41.591.764,00	35.962.203,87	35.880.896,60	5.237.865,40	81.307,27	30.643.031,20
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Sistema mantido</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	41.591.764,00	30.643.031,20

Fonte: SIAFI

#### Ação 2039.2086.0001 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

Função 04 (Administração), Subfunção 126 (Tecnologia da Informação), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

## Metas e desempenhos físicos e financeiros

Quadro 4.1.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	2039.2086.0001					
Descrição	Manutenção e produção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso são executados outros serviços correlatos necessários a dar suporte às diversas atividades finalísticas da Secretaria, atinentes ao SIAFI.					
Iniciativa	03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
138.193.034,00	141.193.034,00	141.093.910,98	141.089.357,07	20.951.634,12	4.553,91	120.137.722,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Sistema mantido</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	138.193.034,00	120.137.722,95

Fonte: SIAFI

### Ação 2039.3599.0001 – Implantação do Novo SIAFI

Função 04 (Administração), Subfunção 126 (Tecnologia da Informação), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

## Metas e desempenhos físicos e financeiros

Quadro 4.1.7– Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	2039.3599.0001					
Descrição	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo SIAFI. O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do governo federal, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.					
Iniciativa	03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.596.636,00	34.441.289,00	31.596.636,00	30.602.544,25	1.121.732,59	994.091,75	29.480.811,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Sistema Impantado</b>	<b>% de execução</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	31.596.636,00	29.480.811,66

		física				
--	--	--------	--	--	--	--

Fonte: SIAFI

Ação 2039.0556.0001 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Função 04 (Administração), Subfunção 364 (Ensino Superior), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código		2039.0556.0001				
Descrição		Contribuição destinada a cobrir despesas de custeio da Fundação Getúlio Vargas.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
44.265.000,00		35.000.000,00	35.000.000,00			35.000.000,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						44.265.000,00 35.000.000,00

Fonte: SIAFI

Ação 2039.4820.0001 – Consolidação de Contas de Entes da Federação e Transparência da Gestão Fiscal

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código		2039.4820.0001				
Descrição		A ação se refere à consolidação realizada a partir das contas enviadas pelos entes da Federação, anualmente, por meio de sistema de informação desenvolvido para esse fim. Além das contas, são enviados, periodicamente, documentos relativos à gestão fiscal que embasam a elaboração de balanços e são divulgados na internet.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.928.000,00		0,00	0,00			0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Relatório divulgado</b>	<b>unidade</b>	<b>75.150</b>	<b>75.150</b>	1.928.000,00	0,00

Fonte: SIAFI

Ação 2039.14IC.0001 – Implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Função 04 (Administração), Subfunção 126 (Tecnologia da Informação), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

Metas e desempenhos físicos e financeiros

<b>Quadro 4.1.10 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ</b>						
<b>Identificação da Ação</b>						
Código	2039.14IC.00001					
Descrição	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do SICONFI. O projeto visa a implantação de sistema com o objetivo de cumprir o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata da consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação, e assegurar a transparência da gestão fiscal disposta no art. 48 da mesma lei. O sistema deverá possibilitar a necessária integração com outros sistemas de administração financeira e controle dos entes da Federação.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.170.221,00		1.052.656,50	286.747,86	286.747,86	765.908,64	0,00
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Sistema implantado</b>	<b>% de execução física</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	4.170.221,00	0,00

Fonte: SIAFI

## 4.2 RELAÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- **Ação 0705 – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento**

**Ação inserida no Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais.**

**Objetivo Geral:** Propiciar a contratação de instituições financeiras federais para administrarem os créditos adquiridos, pela União, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

**Quadro 4.2.1 – Informações orçamentárias e financeiras da Ação 0705**

<b>Informações orçamentárias e financeiras da Ação</b>					Em R\$ 1,00
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>				

2.914.761,10	2.235.104,00	2.235.104,00	1.845.290,32	389.813,68	2.039.696,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2012	0,00%	91,26%	90,00%	91,26%
<p><b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”. Foi utilizado o valor empenhado para a composição do índice no intuito de se obter uma maior aderência com a execução do orçamento. Adotou-se essa relação visando padronizar os métodos de avaliação, no intuito de que a execução da despesa seja avaliada por índices capazes de evidenciar a relação entre os valores pagos e aqueles efetivamente comprometidos no exercício.</p>						
<p>O índice mede a relação entre a execução orçamentária e os valores efetivamente empenhados no exercício.</p>						
<p><b>Análise do Resultado Alcançado:</b> A despesa relacionada à Carteira de Saneamento corresponde ao percentual equivalente a 0,43% do valor recebido para esse Programa. A despesa realizada no exercício de 2012 ficou 1,26 pontos percentuais acima do esperado. O índice previsto no exercício é de 90% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 10% na estimativa orçamentária da presente despesa. Foi verificado contingenciamento para a despesa da Ação 0705 em 2012 no valor de R\$ 679.657,10 correspondendo a uma redução de 23,32%.</p>						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Observações:

- 1) Como no âmbito do Programa 0909 a COAFI é responsável somente pela Ação 0705 - Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0705 foram apresentadas no quadro acima.
- 2) As Despesas realizadas no exercício 2012 foram acrescidas de Restos a Pagar Não Processados referentes ao ano de 2011.

- **Ação 00JQ – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados – PNAFE**

**Ação inserida no Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros**

**Objetivo Geral:** Garantir o pagamento da remuneração devida ao agente financeiro, referente à prestação de serviços, para execução do Programa PNAFE, no âmbito do Contrato de Empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o BID. Como agente financeiro do Programa, a CAIXA realiza a cobrança dos encargos e amortização do principal junto aos estados para repasse ao Tesouro Nacional.

**Quadro 4.2.2 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00JQ**

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados		
Inicial	Final					
373.202,00	373.202,00	373.202,00	316.274,21	0,00	316.274,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Percentual	31/12/2012	0,00%	84,75%	80,00%	84,75%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e os valores efetivamente empenhados no exercício.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b> A despesa relacionada ao PNAFE corresponde a 0,43% do valor recebido para esse Programa. . A despesa realizada no exercício de 2012 ficou 4,75 pontos percentuais acima do esperado. O índice previsto no exercício é de 80% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido ao risco de variação cambial relacionado às despesas do Programa PNAFE.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Observações:

Como no âmbito do Programa 0911 a COAFI é responsável somente pela Ação 00JQ - Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 00JQ foram apresentadas no quadro acima.

- **Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.**

**Ação inserida no Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações).**

**Objetivo Geral:** Fazer face às obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto aos órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

**Quadro 4.2.3 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272**

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.413.831.315	6.413.831.315	6.413.831.315	6.389.743.591	2.548.532.704	3.851.749.172	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2012	0	60,05%	90,00%	60,28%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento da instituição.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b> A despesa relacionada à Lei nº 8.727/93 corresponde ao somatório dos percentuais detidos pelos demais credores do Programa, além da União. O índice previsto no exercício é de 90% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 10% na estimativa orçamentária da presente despesa. A despesa realizada no exercício de 2012 ficou 29,72 pontos percentuais abaixo do esperado. A COAFI/STN optou por não reduzir o orçamento adicional supracitado, em vista das diversas propostas de quitação/amortização extraordinária apresentadas por mutuários da Lei nº 8.727/93, e da proximidade do encerramento do programa previsto para 2014. Maiores informações são fornecidas no item “Indicadores de Eficácia da Despesa”. Como a despesa em questão possui amparo em Lei, a mesma não é objeto de contingenciamento.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Observações:

Como no âmbito do Programa 0905 a COAFI é responsável somente pela Ação 0272- Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0072 foram apresentadas no quadro acima. As Despesas realizadas no exercício 2012 foram acrescidas de Restos a Pagar Processados referentes ao ano de 2011.

### Análise crítica

Quanto à execução orçamentária no exercício de 2012, verificou-se uma incompatibilidade entre a despesa empenhada e a despesa liquidada no caso da Lei nº 8.727/93 e que não ocorreu para as demais despesas analisadas. Por outro lado, observa-se que os valores pagos ficaram abaixo dos volumes das despesas liquidadas.

No caso das despesas no âmbito da Lei nº 8.727/93 (3290.21- JUROS DA DIVIDA CONTR. C/ INSTIT.FINANCEIRAS – despesa corrente, e 4690.71 - AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTR.C/INST.FINANCEIRA – despesa de capital), estas despesas correspondem ao somatório dos percentuais detidos pelos demais credores do Programa, além da União. No exercício de 2011 foi verificado o recebimento de valor inadimplido no total de R\$ 1,98 bilhão, o qual foi arrecadado pelo Tesouro Nacional em dez/2011, sendo que 36,36% (R\$ 720 milhões) desse total foram classificados na rubrica “Demais Credores”, referente a valores pendentes de pagamento por decisão judicial. Por esse motivo, tal recebimento impactou a despesa relacionada aos dois grupos mencionados (“Demais Credores” e “Receitas da União”).

A despesa relacionada à Carteira de Saneamento e ao PNAFE (3390.39 - SERVICOS BANCARIOS) corresponde ao percentual equivalente a 0,43% do valor recebido para esses Programas. No caso do PNAFE a arrecadação observada no exercício de 2012 foi influenciada pela variação cambial, acarretando aumento no montante de despesa relacionada, porém sem ultrapassar o valor empenhado para a ação no exercício.

A STN participa da Ação 2076, incluída no âmbito do Programa 2039, conforme mostrado no quadro a seguir.

**Quadro 4.2.4**

Identificação da Ação						
Código		2039.2076.0001				
Descrição		Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
Descrição da ação no âmbito da STN/ COAFI - UG 170.512		A COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da ação 2076 – Gestão de Haveres da União.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (R\$ milhão)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>1</b>	<b>Haver gerido</b>	<b>R\$ milhão</b>	<b>500.000,00</b>	<b>507.573,89</b>	<b>44.352,64</b>	<b>44.931,81</b>
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<p>Em 2012 foram recebidos R\$ 44,931 bilhões contra a previsão de R\$ 44,352 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação a maior no montante de R\$ 579 milhões, equivalente a 1,31% do valor orçado, se explica basicamente em função do ingresso de recursos provenientes do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios (que se valem do limite de comprometimento) à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de inflação, de juros e de câmbio projetadas e efetivas. A diferença de 1,31% a maior nos recebimentos está dentro da margem de segurança para a previsão de receitas decorrentes dos haveres. O saldo dos haveres geridos pela COAFI, posicionado em 31.12.2012, é de R\$ 507,57 bilhões.</p>						
Fonte: STN/COAFI						

### Ação 00K8 – Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União

**Quadro 4.2.5 – Ação 00K8**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Remunerar as instituições financeiras pela gestão dos haveres da União, relativos aos créditos adquiridos quando da extinção, por força de lei, de órgãos, entidades e empresas da administração federal, inclusive instituições financeiras, e de dívidas renegociadas referentes ao crédito rural.
<b>Descrição</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Ressarcimento, ao Banco do Brasil, de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal - EGF-Especial;</li> <li>2) Pagamento, ao Banco do Brasil, dos serviços para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC;</li> <li>3) Pagamento de remuneração aos agentes financeiros pelos serviços de controle e cobrança das operações de crédito rural alongadas com base na Lei 9.138/1995, com recursos de Operações Oficiais de Crédito - OOC.</li> </ol>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
<b>Unidades executoras</b>	STN/COFIS
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	STN/COFIS
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Carmozita Bessa Maia
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Maria Carmozita Bessa Maia

Fonte: STN/COFIS

**Quadro 4.2.6 – Metas e resultados da ação exercício**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
Física	Financeira	Física	Financeira
<b>10</b>	<b>174.706,37</b>	<b>10</b>	<b>11.606,69</b>

Fonte: STN/COFIS

A meta física foi atingida plenamente, tendo em vista que os dez contratos relativos à referida ação foram geridos como previsto. Destaque-se que, dos contratos em questão, dois referem-se aos processos de EGF-Especial, um diz respeito aos contratos de financiamento do extinto BNCC e sete estão relacionados às operações de crédito rural alongadas com recursos de OOC.

A disparidade entre o valor da meta financeira prevista e a realizada deve-se aos seguintes fatores:

- EGF-Especial: para o exercício de 2012, foi disponibilizado crédito total no valor de R\$ 80.000,00. Cabe esclarecer que a elaboração da Proposta Orçamentária contempla a projeção de ressarcimento de despesas judiciais efetuada pelo Banco do Brasil, cuja realização depende do andamento das ações judiciais em curso, o que pode causar distorções entre o previsto e o efetivamente pago;
- Ex-BNCC: no exercício de 2012, para atender às despesas relativas ao contrato de prestação de serviços para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC, foi disponibilizado crédito orçamentário no valor de R\$ 94.706,00. Houve, no entanto, pagamento no valor de R\$ 11.606,69; e
- Remuneração relativa às operações com recursos do OOC: no exercício de 2012, foi disponibilizado crédito no valor de R\$ 10.747.000,00. Entretanto, não houve ocorrência de pagamento de remuneração às instituições financeiras. Cabe esclarecer que a realização da remuneração depende da verificação da exatidão dos valores devidos às instituições financeiras e, como a conferência dos dados informados ainda está em fase de processamento nesta Secretaria, não é possível, ainda, determinar o montante exato da despesa. Cabe observar que o processamento desses dados ainda apresenta problemas provocados, sobretudo, pelas diversas alterações sofridas desde 1997 nas condições de pagamento das operações administradas pelas instituições financeiras contratadas.

Ação 0373 – Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) referente ao Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar

**Quadro 4.2.7 – Ação 0373**

<b>Tipo</b>	Operação Especial
<b>Finalidade</b>	Efetuar pagamentos, às instituições financeiras, de rebates e equalizações referentes às operações contratadas com recursos do BNDES.
<b>Descrição</b>	Cálculo e pagamento, às instituições financeiras detentoras de operações com recursos do BNDES e securitizadas com base na Lei nº 9.138/95, da equalização dos encargos financeiros e da compensação sobre os rebates concedidos pela referida lei e pela Lei nº 9.866/99.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda
<b>Unidades executoras</b>	Não se aplica
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	STN/COFIS
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não se aplica
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Beneficiário – Governo Federal

Indicadores de desempenho – Não se aplica à ação 0373.

**Quadro 4.2.8 – Metas e Resultados – Ação 0373**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	10.664.524,67	-	-

Fonte: STN/COFIS

Não há previsão de meta física para a ação 0373.

Relativamente às despesas para pagamento às instituições financeiras (no total de 29), de rebates e equalizações referentes às operações contratadas com recursos do BNDES, foi previsto crédito orçamentário no valor de R\$ 10.664.524,67. No entanto, seu pagamento depende da verificação da exatidão dos valores devidos às instituições financeiras e, como o sistema informatizado de conferência dos dados informados ainda está em desenvolvimento em conjunto com o SERPRO, não é possível, ainda, determinar o montante exato da despesa.

Ação 0705 – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais

**Quadro 4.2.9 – Ação 0705**

Banco do Brasil S.A. (Operações rurais) <b>Tipo</b>	Operação Especial
<b>Finalidade</b>	Remunerar o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001.
<b>Descrição</b>	Encargos decorrentes do contrato autorizado pela Medida Provisória nº 2.196-3/2001, referentes aos serviços de acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural, alongadas com base na Lei nº 9.138/95.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
<b>Unidades executoras</b>	Não se aplica
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	STN/COFIS
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não se aplica
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

Beneficiário – Governo Federal

Indicadores de desempenho – Não se aplica à ação 0705.

**Quadro 4.2.10 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0705**

Informações orçamentárias e financeiras da Ação					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
35.772.619,29	34.740.393,00	34.740.393,00	22.677.421,60	12.669.285,94	22.677.421,60

Fonte: SIAFI

Ação 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab (Lei nº 11.977, de 2009)

**Quadro 4.2.11 – Ação 00CZ**

-	<b>Unidade de Medida: -</b>	<b>UO: 25101 M. da Fazenda</b>
---	-----------------------------	--------------------------------

**Finalidade**

Suprir o FGHab com fonte de recurso em moeda corrente para:

- I. Garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, no caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento para famílias com renda de até R\$ 5.000,00.
- II. Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e danos físicos do imóvel para famílias com renda até R\$ 5.000,00.

## Descrição

A ação trata de repasse de recursos ao FGHab por meio da integralização de cotas de forma a viabilizar operações habitacionais para famílias com renda de até R\$ 5.000,00 e, assim contribuir para a redução dos efeitos negativos da crise econômica no desemprego e na atividade econômica, em especial do setor da construção civil.

## Unidade Administrativa Responsável

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

## Implementação da Ação

Tipo: transferências outras

O Tesouro Nacional repassará os recursos financeiros a Caixa Econômica Federal para a integralização de cotas do FGHab para que o fundo cumpra as suas finalidades.

## Base Legal

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (conversão da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009) e Decreto nº 6.820, de abril de 2009.

Fonte: Gerencia de Fundos e Programas – GEFUP e Estatuto do FGHab

**Quadro 4.2.12 – Metas e Resultados – Ação 00CZ**

Previstas		Realizadas <sup>3</sup>	
Física	Financeira	Física	Financeira
1.400.000 moradias <sup>1</sup>	830.000.000,00 <sup>2</sup>	321.403	550.000.000,00

Fonte: SIAFI/COFIS

<sup>1</sup> Meta total do programa, conforme a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.

<sup>2</sup> Montante autorizado pelas Portaria MF nº 562, de 2 de dezembro de 2010 e MF nº 284, de 15 de agosto de 2012.

<sup>3</sup> Contratos de financiamento habitacional firmados com a garantia do FGHab e valor integralizado pela União - operações realizadas em 2012.

Quanto à meta física, até 31/12/2012, foram celebrados 957.188 financiamentos habitacionais com garantia do FGHab, sendo 947.755 pela CAIXA e 9.433 pelo Banco do Brasil, o que representam um acréscimo de 321.403 operações em relação à quantidade verificada ao final de 2011.

Quanto à meta financeira, a Lei nº 11.974, de 6 de julho de 2009, que abriu crédito especial no valor global de R\$ 6 bilhões, para fazer frente à necessidade de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV no exercício de 2009, autorizou a integralização adicional de cotas do FGHab pela União no valor de R\$ 750 milhões. Esses recursos foram empenhados em dezembro de 2009 e parcialmente integralizados pela União no FGHab, em agosto de 2011, no valor de R\$ 200 milhões. Em abril de 2012, nova operação da União integralizou R\$ 550 milhões no Fundo. Ao final do exercício 2012, encontravam-se empenhados R\$ 160 milhões, sendo metade oriunda do orçamento 2011 e o restante do orçamento 2012.

Programa: 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Ação 00EC – Integralização de Cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

**Quadro 4.2.13 – Ação 00EC**

-	Unidade de Medida: -	UO: 71101 – recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda
---	----------------------	--

## Finalidade:

Integralizar cotas do FGCN, que tem como finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.

## Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGCN.

**Unidade Administrativa Responsável:**

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais - COFIS

**Implementação da Ação:**

**Tipo:** Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGCN, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

**Base Legal:**

Leis nº 11.786, de 25 de setembro de 2008, e nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Decreto nº 7.070, de 26 de janeiro de 2010. Portarias do MF nº 171, de 11 de fevereiro de 2010, e nº 412, de 23 de agosto de 2011.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

**Quadro 4.2.14 – Metas e Resultados – Ação 00EC**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	50.000,00	-	0,00

Fonte: STN/COFIS

Observação:

A presente ação não dispõe de meta física.

**Ação 00EE – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas – Banco do Brasil**

**Quadro 4.2.15 – Ação 00EE**

-	<b>Unidade de Medida: -</b>	<b>UO: 71101 – recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda</b>
---	-----------------------------	---

**Finalidade:**

Garantir parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras cotistas do Fundo, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN para micro, pequenas e médias empresas, microempreendedor individual e transportadores autônomos de cargas.

**Descrição:**

A ação trata de repasse de recursos da União por meio da integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações - FGO.

**Unidade Administrativa Responsável:**

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS

**Implementação da Ação:**

**Tipo:** Operação Especial

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGO, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

**Base Legal:**

Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Decreto nº 6.889, de 29 de junho de 2009. Portaria do MF nº 361, de 30 de junho de 2009. Portarias do MF nº 340, de 7 de junho de 2010, e nº 413, de 23 de agosto de 2011.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
---	--------

Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

Fonte: STN/COFIS

**Quadro 4.2.16 – Metas e Resultados – Ação 00EE**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
-	50.000,00	-	0,00

Fonte: STN/COFIS

Observação:

A presente ação não dispõe de meta física.

### 4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### - Dívida Pública

**Quadro 4.3.1 – Programação de Despesas Correntes**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		2 – Juros e Encargos da Dívida (Proposta orçamentária)		2 – Juros e Encargos da Dívida (PLOA)		2 – Juros e Encargos da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	2011	2012	2011	2012	2011	2012
25101	04.123.0773.2077.0001	11.184.000	10.644.000	11.184.000	10.644.000	11.184.000	10.644.000
	28.844.0906.0284.0001	190.641	116.244	190.641		190.641	
71101	28.843.0905.0252.0001	31.943.379	31.777.062	31.943.379	31.777.062	31.943.379	31.777.062
	28.843.0905.0431.0001	14.045.000		14.045.000		14.045.000	
	28.843.0905.0433.0001	750.000.000	930.000.000	750.000.000	930.000.000	750.000.000	930.000.000
	28.843.0905.0451.0001	510.741		510.741		510.741	
	28.843.0905.0455.0001	151.890.275.076	111.487.959.552	151.890.275.076	111.487.959.552	151.890.275.076	111.487.959.552
	28.843.0905.0811.0001	263.376.949	250.660.250	263.376.949	250.660.250	263.376.949	250.660.250
	28.844.0906.0262.0001	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030	228.617.030
	28.844.0906.0371.0001	1.643.994	1.436.375	1.643.994	1.436.375	1.643.994	1.436.375
	28.844.0906.0405.0001	555.876		555.876,00		555.876	
	28.844.0906.0409.0001	12.068.548	7.274.961	12.068.548	7.274.961	12.068.548	7.274.961
	28.844.0906.0419.0001	690.912.420	619.412.939	690.912.420	539.866.602	690.912.420	539.866.602
	28.844.0906.0425.0001	8.924.391.319	7.941.237.857	8.924.391.319	7.941.237.857	8.924.391.319	7.941.237.857
	28.846.0905.09HL.0001	2.930.328.455	5.150.068.244	2.930.328.455	5.150.068.244	2.930.328.455	5.150.568.244
	28.846.0909.0669.0001	1.320.000.000	11.000.000.000	1.320.000.000	11.000.000.000	1.320.000.000	11.000.000.000
74101	28.846.0902.0343.0001		113.000.000		113.000.000		113.000.000
75101	28.841.0907.0365.0001						
	28.842.0908.0243.0003						
	28.842.0908.0367.0001						
<b>Total</b>		<b>167.070.043.428</b>	<b>137.772.204.514</b>	<b>167.070.043.428</b>	<b>137.692.541.933</b>	<b>167.070.043.428</b>	<b>137.693.041.933</b>

Fonte: LOA e SEOFI

**Quadro 4.3.2 – Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Capital					
		6 – Amortização da Dívida (Proposta orçamentária)		6 – Amortização da Dívida (PLOA)		6 – Amortização da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	2011	2012	2011	2012	2011	2012
25101	04.123.0773.2077.0001						
	28.844.0906.0284.0001	2.599.639	977.770	2.599.639		2.599.639	
71101	28.843.0905.0252.0001	60.437.066	58.077.951	60.437.066	58.077.951	60.437.066	58.077.951
	28.843.0905.0431.0001	3.560.000		3.560.000		3.560.000	
	28.843.0905.0433.0001	400.000.000	205.000.000	400.000.000	205.000.000	400.000.000	205.000.000
	28.843.0905.0451.0001	501.343		501.343		501.343	
	28.843.0905.0455.0001	68.050.816.251	116.131.766.203	68.050.816.251	116.131.766.203	68.050.816.251	113.428.403.139
	28.843.0905.0811.0001	386.195.628	367.549.388	386.195.628	367.549.388	386.195.628	367.549.388
	28.844.0906.0262.0001	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705	334.856.705
	28.844.0906.0371.0001	10.410.124	10.999.327	10.410.124	10.999.327	10.410.124	10.999.327
	28.844.0906.0405.0001	6.793.821		6.793.821		6.793.821	
	28.844.0906.0409.0001	13.793.895	13.795.669	13.793.895	13.795.669	13.793.895	13.795.669
	28.844.0906.0419.0001	3.282.021.580	13.716.494.626	3.282.021.580	1.559.610.751	3.282.021.580	1.559.610.751
	28.844.0906.0425.0001	1.384.254.500	1.062.670.000	1.384.254.500	1.062.670.000	1.384.254.500	1.062.670.000
	28.846.0905.09HL.0001	7.858.979.472	5.562.844.539	7.858.979.472	5.562.844.539	7.858.979.472	5.563.344.539
	28.846.0909.0669.0001	23.500.000.000	92.850.000.000	23.500.000.000	92.850.000.000	23.500.000.000	92.850.000.000
74101	28.846.0902.0343.0001*	137.000.000		137.000.000		137.000.000	
75101	28.841.0907.0365.0001	666.235.127.898	637.286.701.760	666.235.127.898	637.286.701.760	666.235.127.898	639.490.064.824
	28.842.0908.0243.0001	8.128.414.654	13.287.693.052	8.128.414.654	13.287.693.052	8.128.414.654	13.287.693.052
	28.842.0908.0367.0001	58.281.312	54.404.952	58.281.312	54.404.952	58.281.312	54.404.952
<b>Total</b>		<b>779.854.043.888</b>	<b>880.943.831.942</b>	<b>779.854.043.888</b>	<b>868.785.970.297</b>	<b>779.854.043.888</b>	<b>868.286.470.297</b>

Fonte: .LOA e SEOFI

\* inversão financeira - PROES

**Quadro 4.3.3 – Resumo da Programação de Despesas**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
25101	04.123.0773.2077.0001	11.184.000	10.644.000				
	28.844.0906.0284.0001	190.641		2.599.639			
71101	28.843.0905.0252.0001	31.943.379	31.777.062	60.437.066	58.077.951		
	28.843.0905.0431.0001	14.045.000		3.560.000			
	28.843.0905.0433.0001	750.000.000	930.000.000	400.000.000	205.000.000		
	28.843.0905.0451.0001	510.741		501.343			
	28.843.0905.0455.0001	151.890.275.076	111.487.959.552	68.050.816.251	113.428.403.139		
	28.843.0905.0811.0001	263.376.949	250.660.250	386.195.628	367.549.388		
	28.844.0906.0262.0001	228.617.030	228.617.030	334.856.705	334.856.705		
	28.844.0906.0371.0001	1.643.994	1.436.375	10.410.124	10.999.327		
	28.844.0906.0405.0001	555.876		6.793.821			
	28.844.0906.0409.0001	12.068.548	7.274.961	13.793.895	13.795.669		
	28.844.0906.0419.0001	690.912.420	539.866.602	3.282.021.580	1.559.610.751		
	28.844.0906.0425.0001	8.924.391.319	7.941.237.857	1.384.254.500	1.062.670.000		

	28.846.0905.09HL.0001	2.930.328.455	5.150.568.244	7.858.979.472	5.563.344.539		
	28.846.0909.0669.0001	1.320.000.000	11.000.000.000	23.500.000.000	92.850.000.000		
74101	28.846.0902.0343.0001*		113.000.000	137.000.000			
75101	28.841.0907.0365.0001			666.235.127.898	639.490.064.824		
	28.842.0908.0243.0003			8.128.414.654	13.287.693.052		
	28.842.0908.0367.0001			58.281.312	54.404.952		
<b>Total</b>		<b>167.070.043.428</b>	<b>137.693.041.933</b>	<b>779.854.043.888</b>	<b>868.286.470.297</b>		

Fonte: .LOA e SEOFI

## - Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

### Quadro 4.3.4 – Programação das Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO 25.101 e 71.104	-	-	-	-	601.145,00	373.202,00
	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	1.791.141.289,00	2.015.905.102,00	2.560.188,00	2.914.761,00
	PLOA - UO 25.101 e 71.104	-	-	-	-	601.145,00	373.202,00
	PLOA - UO 71.101	-	-	1.791.141.289,00	2.015.905.102,00	2.560.188,00	2.914.761,00
	LOA - 25.101 e 71.104	-	-	-	-	601.145,00	373.202,00
	LOA - UO 71.101	-	-	1.791.141.289,00	2.015.905.102,00	2.560.188,00	2.914.761,00
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>1.791.141.289,00</b>	<b>2.015.905.102,00</b>	<b>3.161.333,00</b>	<b>3.287.963,00</b>

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: [http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/loa-2011/volumes/Volume\\_IV.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/loa-2011/volumes/Volume_IV.pdf)  
[http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa-2012/Volume\\_IV\\_Tomo\\_II\\_PLOA2012.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa-2012/Volume_IV_Tomo_II_PLOA2012.pdf)  
[http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/lei-1/L12595\\_12\\_Volume\\_IV.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/lei-1/L12595_12_Volume_IV.pdf)

Observação.: Em 2012 o Programa 0750 – Apoio Administrativo foi alterado para Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros. A UO passou de 25101 para 71104.

### Quadro 4.3.5 – Programação das Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas de Capital		
	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida

		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	-	-	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00
	PLOA - UO 71.101	-	-	-	-	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00
	LOA - UO 71.101	-	-	-	-	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00
<b>TOTAL</b>		-	-	-	-	<b>3.325.909.927,00</b>	<b>4.397.926.213,00</b>

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: [http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/loa-2011/volumes/Volume\\_IV.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/loa-2011/volumes/Volume_IV.pdf)  
[http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa-2012/Volume\\_IV\\_Tomo\\_II\\_PLOA2012.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa-2012/Volume_IV_Tomo_II_PLOA2012.pdf)  
[http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/lei-1/L12595\\_12\\_Volume\\_IV.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/lei-1/L12595_12_Volume_IV.pdf)

Observação.: Em 2012 o Programa 0750 – Apoio Administrativo foi alterado para Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros. A UO passou de 25101 para 71104.

#### Quadro 4.3.6 – Resumo da Programação das Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO 25.101 e 71.104	601.145,00	373.202,00	-	-	-	-
	Dotação proposta pela UO 71.101	1.793.701.477,00	2.018.819.863,00	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	-	-
	PLOA - UO 25.101 e 71.104	601.145,00	373.202,00	-	-	-	-
	PLOA - UO 71.101	1.793.701.477,00	2.018.819.863,00	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	-	-
	LOA - UO 25.101 e 71.104	601.145,00	373.202,00	-	-	-	-
	LOA - UO 71.101	1.793.701.477,00	2.018.819.863,00	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	-	-

<b>TOTAL</b>	<b>1.794.302.622,00</b>	<b>2.019.193.065,00</b>	<b>3.325.909.927,00</b>	<b>4.397.926.213,00</b>	-	-
--------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	---	---

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/loa2011/>

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa2012>

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/Loa2012>

Observação: do ponto de vista orçamentário, a COAFI (UG 170512) é responsável pelas despesas referentes aos Programas:

- Carteira de Saneamento – UO 71.101 – Despesa Corrente;
- PNAFE – UO 25.101 (2011) e UO 71.104 (2012) – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Juros - UO 71.101 – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Principal/Amortização – UO 71.101 – Despesa de Capital.

De forma geral, os valores dispostos na Lei Orçamentária Anual – LOA – estão em linha com as dotações propostas pelas Unidades Orçamentárias, ou seja, de acordo com as necessidades de Programação Financeira da Gestão de Haveres. Dessa forma, não tem se verificado a necessidade de abertura de créditos suplementares ou especiais, tampouco o cancelamento de créditos para as despesas geridas pela COAFI/STN.

## - Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

### QUADRO 4.3.7 – ÓRGÃO 71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO – EFU

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
28.451.0909.00EF.0001	46.828.000	14.860.000	46.828.000	5.000.000	46.828.000	5.000.000	0	5.000.000
28.662.0909.000K.0001	3.778.260.000	4.486.645.000	4.023.260.000	2.693.413.000	4.023.260.000	2.693.413.000	4.151.088.000	2.693.413.000
28.601.0909.0265.0001	307.937.000	469.636.000	307.937.000	172.000.000	307.937.000	172.000.000	307.937.000	172.000.000
28.846.0909.00DD.0001	0	5.000.000	0	5.000.000	0	5.000.000	0	5.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>4.133.025.000</b>	<b>4.976.141.000</b>	<b>4.378.025.000</b>	<b>2.875.413.000</b>	<b>4.378.025.000</b>	<b>2.875.413.000</b>	<b>4.459.025.000</b>	<b>2.875.413.000</b>

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

### QUADRO 4.3.8 – ÓRGÃO 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes			
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)	3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)	3 – Outras Despesas Correntes (LOA)	3 – Outras Despesas Correntes (Final)

PT	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
20.601.0351.0281.0001	1.759.804.000	3.120.947.000	1.759.804.000	2.390.738.000	1.759.804.000	2.388.659.000	3.059.804.000	2.388.659.000
20.605.0352.008H.0001	0		4.000.000	100.000.000	4.000.000	100.000.000	0	100.000.000
20.605.0352.0294.0001	1.217.220.000	1.515.550.000	1.217.220.000	1.312.488.000	1.217.220.000	1.312.513.000	1.139.220.000	1.312.513.000
20.605.0352.0298.0001	155.802.000	171.554.000	155.802.000	82.620.000	155.802.000	82.620.000	155.802.000	82.620.000
20.605.0352.0299.001	300.000.000	271.680.000	300.000.000	270.000.000	300.000.000	270.000.000	453.010.000	270.000.000
20.605.0352.00GZ.001	0	28.320.000	0	30.000.000	0	30.000.000	16.990.000	30.000.000
20.605.0352.0300.001	2.406.000.000	2.766.946.000	2.802.000.000	600.097.000	2.697.574.000	600.097.000	1.193.594.000	600.097.000
20.605.0352.00GW.001	0	254.604.000	0	67.000.000	0	67.000.000	152.760.000	67.000.000
20.605.0352.0301.0001	427.127.000	3.270.287.000	427.127.000	805.580.000	427.127.000	805.587.000	427.127.000	805.587.000
20.605.0352.0611.0001	292.338.000	335.541.000	292.338.000	161.597.000	292.338.000	161.597.000	292.338.000	161.597.000
20.601.0362.0297.0001	270.000	303.000	270.000	170.000	270.000	170.000	270.000	170.000
23.693.0412.0267.0001	1.039.447.000	1.039.000.000	1.039.447.000	485.096.000	1.039.447.000	485.096.000	1.039.447.000	485.096.000
22.693.0902.009J.0001	127.780.000	25.018.000	127.780.000	14.010.000	127.780.000	14.010.000	55.259.000	14.010.000
25.754.1409.00EI.0001	15.347.000	4.000.000	15.347.000	2.000.000	15.347.000	2.000.000	1.347.000	2.000.000
08.242.2063.0E85.0001	0	360.000.000	0	362.000.000	0	16.900.000	0	16.900.000
11.334.2071.00JO.0001	0	360.000.000	0	362.000.000	0	345.100.000	0	345.100.000
<b>TOTAL</b>	<b>7.741.135.000</b>	<b>13.523.750.000</b>	<b>8.141.135.000</b>	<b>7.045.396.000</b>	<b>8.036.709.000</b>	<b>6.681.349.000</b>	<b>7.986.968.000</b>	<b>6.681.349.000</b>

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

#### Quadro 4.3.9

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Capital							
	6 – Amortização de Dívida (Proposta)		6 – Amortização de Dívida (PLOA)		6 – Amortização de Dívida (LOA)		6 – Amortização de Dívida (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
20.601.0351.0A81.0001	902.000.000	910.000.000	902.000.000	350.000.000	902.000.000	350.000.000	902.000.000	350.000.000
23.693.0412.0A84.0001	1.300.000.000	1.300.000.000	1.300.000.000	800.000.000	1.300.000.000	800.000.000	1.300.000.000	800.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.202.000.000</b>	<b>2.210.000.000</b>	<b>2.202.000.000</b>	<b>1.150.000.000</b>	<b>2.202.000.000</b>	<b>1.150.000.000</b>	<b>2.202.000.000</b>	<b>1.150.000.000</b>

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

#### - Política Fiscal – Participações Societárias

- Ação 0605 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)

Ação contempla outras despesas correntes (ressarcimento de despesas incorridas no processo de Desestatização das empresas incluídas no PND).

- **Ação 0809 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD (Lei nº 9.069, de 1995)**

Ação contempla outras despesas correntes (ressarcimento de despesas incorridas no processo de alienação das ações depositadas no FAD).

**Quadro 4.3.10 – Programação de Despesas Correntes**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	8.038.701,00	3.066.000	
	PLOA	0	0	0	0	8.038.701,00	3.066.000	
	LOA	0	0	0	0	8.038.701,00	3.066.000	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0		
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		0	0	0	0	8.038.701,00	3.066.000	

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

- **Ação 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD**

**Quadro 4.3.11 – Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	0	0	241.407.283	298.637.700	0	0
	PLOA	0	0	410.000	2.986.377	0	0
	LOA	0	0	410.000	209.046	0	0
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	57.388.800	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	186.386.866	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		0	0	186.796.866	57.597.846	0	0

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

- **Ação 00IJ – Integralização de Cotas da Corporação Financeira Internacional - CFI**

**Quadro 4.3.12 – Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	36.369.800	0	0	0
	PLOA		0	0	10.000	0	0	0
	LOA		0	0	10.000	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	49.206.200	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		0	0	49.216.200	0	0	0	

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

- **Ação 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID**

**Quadro 4.3.13 – Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	297.357.544	258.780.000	0	0
	PLOA		0	0	410.000	2.587.800	0	0
	LOA		0	0	410.000	181.146	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	146.600.000	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	359.953.190	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		0	0	360.363.190	146.781.146	0	0	

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

- **Ação 0545 – Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento – MIGA**

**Quadro 4.3.14 – Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		0	0	13.126	1.312.616	0	0
	PLOA		0	0	513.126	13.126	0	0
	LOA		0	0	513.126	13.126	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Extraordinários		Abertos	0	0	0	0	0	0

	<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Créditos Cancelados</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Outras Operações</b>		0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		0	0	513.126	13.126	0	0

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

#### Quadro 4.3.15 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	<b>Dotação proposta pela UO</b>	8.038.701	3.066.000	575.147.753	558.730.316	0	0	
	<b>PLOA</b>	8.038.701	3.066.000	1.343.126	5.587.303	0	0	
	<b>LOA</b>	8.038.701	3.066.000	1.343.126	403.318	0	0	
CRÉDITOS	<b>Suplementares</b>	0	0	0	203.988.800	0	0	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	0	0	0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0	0	595.546.256	0	0	0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Créditos Cancelados</b>		0	0	0	0	0	0
<b>Outras Operações</b>		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		8.038.701	3.066.000	596.889.382	204.392.118	0	0	

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI

#### Análise Crítica

Em relação às Ações 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, o orçamento proposto pela STN sofreu uma redução substancial já no PLOA 2012, e outra maior ainda quando da aprovação da LOA 2012. Uma vez que estas ações referem-se a orçamento destinado ao pagamento de compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro, foi necessária, assim como em 2011, a solicitação de abertura de crédito adicional para o pagamento da dívida assumida junto aos organismos internacionais.

O orçamento das demais ações foi aprovado conforme proposto.

#### - Assuntos Corporativos

QUADRO 4.3.16 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES - UG 170.007/CODIN-STN					Valores em R\$ 1,00			
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA						275.741.513,00 214.010.355,00	
	LOA						275.226.882,00 219.010.355,00	
CRÉDITOS	Suplementares						3.731.725,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados						(9.983.030,00) (5.081.259,00)		
Outras Operações								
<b>Total</b>							<b>268.975.577,00 213.929.096,00</b>	

Fonte: SIAFI PROGORCAN/TRANSAÇÃO CONPROG - EXERCÍCIOS 2011 E 2012

QUADRO 4.3.17 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL - UG 170.007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		2.059.032,00	7.004.430,00				
	LOA		2.059.032,00	2.727.239,00				
CRÉDITOS	Suplementares		12.095.958,00	3.735.978,00		5.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
<b>Total</b>			<b>14.154.990,00</b>	<b>6.463.217,00</b>	-	<b>5.000,00</b>		

Fonte: SIAFI PROGORCAN/TRANSAÇÃO CONPROG - EXERCÍCIOS 2011 E 2012

<b>QUADRO 4.3.18 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA - UG 170.007/CODIN-STN</b>							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		214.010.355,00	275.741.513,00	7.004.430,00	2.059.032,00		
	LOA		219.010.355,00	275.226.882,00	2.727.239,00	2.059.032,00		
CRÉDITOS	Suplementares		0,00		3.740.978,00	12.095.958,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		(5.081.259,00)	(9.983.030,00)				
Outras Operações								
<b>Total</b>			<b>213.929.096,00</b>	<b>265.243.852,00</b>	<b>6.468.217,00</b>	<b>14.154.990,00</b>		

Fonte: SIAFI – Exercícios 2011 e 2012

QUADRO 4.3.19 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - DESCENTRALIZAÇÕES DA UG 170.013/SPOA-MF PARA A UG 170.007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170013		251010412320390556	-	-	44.265.000,00
	Recebidos		170007	251010412320390556	-	-	44.265.000,00
	Concedidos	170013		251010412320392074	-	-	5.100.711,98
	Recebidos		170007	251010412320392074	-	-	5.100.711,98
	Concedidos	170013		251010412320392075	-	-	1.489.763,87
	Recebidos		170007	251010412320392075	-	-	1.489.763,87
	Concedidos	170013		251010412320392076	-	-	1.037.404,20
	Recebidos		170007	251010412320392076	-	-	1.037.404,20
	Concedidos	170013		251010412620392081	-	-	38.183.630,00
	Recebidos		170007	251010412620392081	-	-	38.183.630,00
	Concedidos	170013		251010412620392086	-	-	141.030.222,00
	Recebidos		170007	251010412620392086	-	-	141.030.222,00
	Concedidos	170013		251010412620393599	-	-	27.963.756,00

	Recebidos		170007	251010412620393599	-	-	27.963.756,00
	Concedidos	170013		2510104123203914IC	-	-	187.190,50
	Recebidos		170007	2510104123203914IC	-	-	187.190,50
	Concedidos	170013		2510104123203920SG	-	-	298.773,48
	Recebidos		170007	2510104123203920SG	-	-	298.773,48
<b>Movimentação Externa</b>		Concedidos			-	-	
		Recebidos			-	-	-
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>			<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>	
			Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
<b>Movimentação Interna</b>		Concedidos	170013		251010412320392074	550.368,97	
		Recebidos		170007	251010412320392074	550.368,97	
		Concedidos	170013		2510104123203914IC	865.466,00	
		Recebidos		170007	2510104123203914IC	865.466,00	
		Concedidos	170013		251010412620392081	3.408.134,00	
		Recebidos		170007	251010412620392081	3.408.134,00	
		Concedidos	170013		251010412620392086	63.908,00	
		Recebidos		170007	251010412620392086	63.908,00	
		Concedidos	170013		251010412620393599	3.632.880,00	
		Recebidos		170007	251010412620393599	3.632.880,00	

Fonte: SIAFI 2012

**QUADRO 4.3.20 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - DESCENTRALIZAÇÕES DA UG 170.007/CODIN-STN PARA AS DEMAIS UGS DO MF** Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170007		251010412320392074, 251010412320392075, 251010412320392076, 251010412620392081			7.301.047,39
	Recebidos		170006	251010412320392074			117.596,38
	Recebidos		170006	251010412320392075			36.327,93
	Recebidos		170006	251010412320392076			155.209,13
	Recebidos		170009	251010412320392074			301.896,57
	Recebidos		170017	251010412320392074			39.949,76
	Recebidos		170531	251010412320392074			3.033.681,27
	Recebidos		170531	251010412320392075			647.141,90
	Recebidos		170531	251010412320392076			743.767,49
	Recebidos		170531	251010412620392081			2.225.476,96
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	<b>170007</b>		<b>251010412320392074, 251010412620392081</b>	<b>1.367.387,09</b>	<b>0</b>	
	<b>Recebidos</b>		<b>170045</b>	251010412320392074	31.410,38		
	<b>Recebidos</b>		<b>170531</b>	251010412320392074	516.903,79		
	<b>Recebidos</b>		<b>170531</b>	251010412620392081	819.072,92		
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>						
	<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI

**- Dívida Pública**

**Quadro 4.3.21 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600**

Valores em R\$ 1,00

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa										
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes						
				1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Externa	Concedidos									
	Recebidos	*diversas					20.820.945,00			
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital						
				4 Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida		
Movimentação Externa	Concedidos									
	Recebidos	*diversas								60.706.423,00

MF	25103	30108	32101	33101	36901	42101	56101	52131	Total geral
Juros	398.187	7.630.615	836.797	1.255.004	316.156	4.535.447	5.013.513	835.226	20.820.945
Principal	3.857.619	25.004.988	1.442.462	2.092.942	14.128.896	7.320.750	6.809.550	49.216	60.706.423
Total geral	4.255.806	32.635.603	2.279.259	3.347.946	14.445.052	11.856.197	11.823.063	884.442	81.527.368

Fonte: LOA e SEORFI

Obs.: Movimentação orçamentária referente transferências dos contratos da Dívida Externa Contratual dos Ministérios totalmente desembolsadas para esta STN.

**- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional**

**QUADRO 4.3.22 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	<b>170600</b>	2024.0267.0001			1.000.096.000
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

**Análise crítica**

A movimentação de recursos do PROEX está relacionada ao PROEX-Equalização. O apoio ao exportador é efetuado mediante emissão de Notas do Tesouro Nacional série I (NTN-I) ao banco mandatário da operação. A emissão é realizada a pedido da Coordenação-Geral das Operações de Crédito (COPEC) à Secretaria-Adjunta da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Ainda que o orçamento original esteja nas Operações Oficiais de Crédito, é movimentado para a Dívida Pública.

**- Política Fiscal – Participações Societárias**

**Quadro 4.3.23 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	170510	287002	28.846.0909.0605			5.649.806,12
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: STN, PLOA 2012, LOA 2012 e SIAFI.

## - Dívida Pública

### Quadro 4.3.24 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade

#### Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL  
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

#### DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>129.046.017.598,71</b>	<b>132.785.552.455,58</b>	<b>129.046.017.598,71</b>	<b>132.785.552.455,58</b>	-	-	<b>129.046.017.598,71</b>	<b>132.785.552.455,58</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	607.271.491,04	9.468.690.762,21	607.271.491,04	9.468.690.762,21	-	-	607.271.491,04	9.468.690.762,21
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	46.496.768,29	1.464,66	46.496.768,29	1.464,66	-	-	46.496.768,29	1.464,66
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	128.377.814.106,57	123.291.679.460,43	128.377.814.106,57	123.291.679.460,43	-	-	128.377.814.106,57	123.291.679.460,43
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	14.435.232,81	25.180.768,28	14.435.232,81	25.180.768,28	-	-	14.435.232,81	25.180.768,28
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>193.988.445,55</b>	<b>292.784.619,87</b>	<b>193.988.445,55</b>	<b>292.784.619,87</b>	<b>810.152.000,00</b>	<b>712.845.360,93</b>	<b>375.548.459,02</b>	<b>559.115.495,14</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	4.141.274,94	5.392.738,79	4.141.274,94	5.392.738,79	-	141.242,01	4.141.274,94	5.392.738,79
45 - Equalização de Preços e Taxas	189.847.170,61	287.391.881,08	189.847.170,61	287.391.881,08	810.152.000,00	712.704.118,92	371.407.184,08	553.722.756,35

#### DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>573.479.845.672,30</b>	<b>615.436.711.568,88</b>	<b>573.479.845.672,30</b>	<b>615.436.711.568,88</b>	-	-	<b>573.479.845.672,30</b>	<b>615.436.711.568,88</b>
71 - Principal da Dívida por Contrato	1.911.569.964,06	92.835.834.425,10	1.911.569.964,06	92.835.834.425,10	-	-	1.911.569.964,06	92.835.834.425,10
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	81.773.591.596,97	211.290.906.986,77	81.773.591.596,97	211.290.906.986,77	-	-	81.773.591.596,97	211.290.906.986,77
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	10.426.359.281,14	13.001.855.922,45	10.426.359.281,14	13.001.855.922,45	-	-	10.426.359.281,14	13.001.855.922,45
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	467.814.225.411,20	297.164.997.037,02	467.814.225.411,20	297.164.997.037,02	-	-	467.814.225.411,20	297.164.997.037,02
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	11.554.099.418,93	1.143.117.197,54	11.554.099.418,93	1.143.117.197,54	-	-	11.554.099.418,93	1.143.117.197,54

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN  
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL  
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

04.123.2039.2077.0001 - GESTAO DA DÍVIDA PUBLICA - NACIONAL  
 PTRES 045283

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>5.792.108,99</b>	<b>5.392.738,79</b>	<b>399.370,20</b>	<b>7%</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	5.792.108,99	5.392.738,79	399.370,20	7%

**COMENTÁRIOS:** A execução desta despesa está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo. Como as emissões previstas para o ano de 2012 foram em número próximo às estimadas, a variação não foi significativa.

23.693.2024.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL  
 PTRES 045274

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>287.391.881,08</b>	<b>287.391.881,08</b>	-	<b>0%</b>
45 - Subvenções Econômicas	287.391.881,08	287.391.881,08	-	0%

**COMENTÁRIOS:**

28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL  
 PTRES 003672

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>529.102.155.585,00</b>	<b>292.875.234.658,45</b>	<b>236.226.920.926,55</b>	<b>45%</b>
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	529.102.155.585,00	292.875.234.658,45	236.226.920.926,55	45%

**COMENTÁRIOS:** Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL  
 PTRES 003673

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>12.693.583.456,00</b>	<b>4.244.275.607,93</b>	<b>8.449.307.848,07</b>	<b>67%</b>
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	12.693.583.456,00	4.244.275.607,93	8.449.307.848,07	67%

**COMENTÁRIOS:** Havia a previsão de resgate antecipado dentro do programa de recompra de títulos, no entanto, devido as condições desfavoráveis no mercado internacional as recompras ocorreram em volume menor que o estimado. Além disso a média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.842.0908.0367.0001 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURAÇÃO - NACIONAL  
 PTRES 003674

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>54.404.952,00</b>	<b>45.486.770,64</b>	<b>8.918.181,36</b>	<b>16%</b>
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	54.404.952,00	45.486.770,64	8.918.181,36	16%

**COMENTÁRIOS:** A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.843.0905.0252.0001 - DÍVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO À REDUÇÃO DA PRESENÇA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCÁRIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL  
 PTRES 003645

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>31.777.062,00</b>	<b>27.953.060,14</b>	<b>3.824.001,86</b>	<b>12%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	31.777.062,00	27.953.060,14	3.824.001,86	12%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>59.027.951,00</b>	<b>58.726.864,48</b>	<b>301.086,52</b>	<b>1%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	18.527.951,00	18.268.996,44	258.954,56	1%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	40.500.000,00	40.457.868,04	42.131,96	0%

**COMENTÁRIOS:** Variações não significativas.

**28.843.0905.0433.0001 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA - NACIONAL**  
PTRES 003648

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>930.000.000,00</b>	-	<b>930.000.000,00</b>	<b>100%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	930.000.000,00	-	930.000.000,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>205.000.000,00</b>	-	<b>205.000.000,00</b>	<b>100%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	205.000.000,00	-	205.000.000,00	100%

**COMENTÁRIOS:** Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores que ainda não foram formalmente reconhecidos pela União, inviabilizando o pagamento.

**28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL**  
PTRES 003649

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>122.486.959.542,00</b>	<b>115.841.299.534,34</b>	<b>6.645.660.007,66</b>	<b>5%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	122.486.959.542,00	115.841.299.534,34	6.645.660.007,66	5%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>232.853.613.139,00</b>	<b>219.456.466.785,15</b>	<b>13.397.146.353,85</b>	<b>6%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	221.523.733.316,63	208.126.586.962,78	13.397.146.353,85	6%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	11.329.879.822,37	11.329.879.822,37	-	0%

**COMENTÁRIOS:** Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado

**28.843.0905.0811.0001 - HONRA DE COMPROMISSO INTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL**  
PTRES 003650

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>250.660.250,00</b>	-	<b>250.660.250,00</b>	<b>100%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	230.017.644,00	-	230.017.644,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	20.642.606,00	-	20.642.606,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>367.549.388,00</b>	-	<b>367.549.388,00</b>	<b>100%</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	367.549.388,00	-	367.549.388,00	100%

**COMENTÁRIOS:** Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.843.0905.09HL.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DE NOVACAO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI Nº10.150, DE 2000) - NACIONAL**  
PTRES 003651

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>5.150.568.244,00</b>	<b>589.790.854,26</b>	<b>4.560.777.389,74</b>	<b>89%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	5.150.568.244,00	589.790.854,26	4.560.777.389,74	89%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>5.563.344.539,00</b>	<b>2.618.050.994,59</b>	<b>2.945.293.544,41</b>	<b>53%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	3.563.344.539,00	986.532.762,55	2.576.811.776,45	72%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	2.000.000.000,00	1.631.518.232,04	368.481.767,96	18%

**COMENTÁRIOS:** A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União, ocorreu em volume menor que o estimado, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

**28.844.0906.0262.0001 - HONRA DE COMPROMISSO EXTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (DECRETOS-LEIS Nº 1.928, DE 1982 E 2.169, DE 1984) - NACIONAL**  
PTRES 003652

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Variação Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>228.617.030,00</b>	-	<b>228.617.030,00</b>	<b>100%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	228.617.030,00	-	228.617.030,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>334.856.705,00</b>	-	<b>334.856.705,00</b>	<b>100%</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%

**COMENTÁRIOS:** Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.844.0906.0284.0001 - AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL**  
PTRES 003644

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>151.282,00</b>	-	<b>151.282,00</b>	<b>100%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	86.003,00	-	86.003,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	65.279,00	-	65.279,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>753.984,00</b>	-	<b>753.984,00</b>	<b>100%</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	753.984,00	-	753.984,00	100%

**COMENTÁRIOS:** A variação deve-se à realização de pre-pagamento de contratos junto ao BIRD ocorrido em agosto de 2011, no entanto a proposta orçamentária de 2012 apresentada em abril/maio de 2011 contemplava ainda o pagamento de parcelas de amortização de contratos abrigados neste Programa de Trabalho.

**28.844.0906.0371.0001 - DIVIDAS EXTERNAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS PARA OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO (DECRETO Nº 94.444, DE 1987) - NACIONAL**  
PTRES 003653

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>1.436.375,00</b>	<b>1.203.859,03</b>	<b>232.515,97</b>	<b>16%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	1.436.375,00	1.203.859,03	232.515,97	16%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>10.999.327,00</b>	<b>9.228.960,00</b>	<b>1.770.367,00</b>	<b>16%</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	10.999.327,00	9.228.960,00	1.770.367,00	16%

**COMENTÁRIOS:** A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

**28.844.0906.0409.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL**  
PTRES 003655

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>7.274.961,00</b>	<b>6.285.474,38</b>	<b>989.486,62</b>	<b>14%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	7.263.895,00	6.285.474,38	978.420,62	13%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	11.066,00	-	11.066,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>13.795.669,00</b>	<b>13.795.669,00</b>	-	<b>0%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	13.795.669,00	13.795.669,00	-	0%

**COMENTÁRIOS:** A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário. Não houve incidência de outros encargos na referida ação, durante o exercício.

**28.844.0906.0419.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - NACIONAL**  
PTRES 003656

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>561.635.953,00</b>	<b>397.455.061,33</b>	<b>164.180.891,67</b>	<b>29%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	544.823.283,00	397.453.596,67	147.369.686,33	27%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	16.812.670,00	1.464,66	16.811.205,34	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>5.675.198.946,00</b>	<b>1.133.888.237,54</b>	<b>4.541.310.708,46</b>	<b>80%</b>
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	5.675.198.946,00	1.133.888.237,54	4.541.310.708,46	80%

**COMENTÁRIOS:** A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária. Outro fator a ser considerado com relação ao orçamento de principal, foi o fato de ter sido aprovado crédito suplementar para suportar pré-pagamento de diversos contratos junto ao BID e BIRD, não ocorrendo, contudo, pré-pagamento de contratos junto ao Banco Interamericano. Esclarecemos ainda que este Programa de Trabalho abriga todos os pagamentos dos empréstimos transferidos do Órgão de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06.

**28.844.0906.0425.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL**  
PTRES 003657

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>7.941.237.857,00</b>	<b>6.851.531.305,59</b>	<b>1.089.706.551,41</b>	<b>14%</b>
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	7.889.403.107,00	6.826.350.537,31	1.063.052.569,69	13%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	51.834.750,00	25.180.768,28	26.653.981,72	51%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>3.208.392.596,00</b>	<b>2.145.722.596,00</b>	<b>1.062.670.000,00</b>	<b>33%</b>
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	3.208.392.596,00	2.145.722.596,00	1.062.670.000,00	33%

**COMENTÁRIOS:** A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2011 foi superior às cotações em 2012, quando da execução orçamentária. A não realização de amortizações nesta ação decorreu da frustração de receitas na fonte 148, que daria suporte financeiro aos pagamentos. Em razão deste fato ocorreu maior execução na fonte 0143 (refinanciamento)

**28.846.0902.0343.0001 - PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCIA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL  
PTRES 003670**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>113.000.000,00</b>	-	<b>113.000.000,00</b>	<b>100%</b>
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%

**COMENTÁRIOS:** Não houve execução orçamentária tendo em vista que não foram atendidas condições de efetividade nos contratos assinados.

**28.846.0909.0669.0001 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL  
PTRES 003661**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>11.000.000.000,00</b>	<b>9.070.033.306,51</b>	<b>1.929.966.693,49</b>	<b>18%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	11.000.000.000,00	9.070.033.306,51	1.929.966.693,49	18%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>92.850.000.000,00</b>	<b>92.835.834.425,10</b>	<b>14.165.574,90</b>	<b>0%</b>
71 - Principal da Dívida por Contrato	92.850.000.000,00	92.835.834.425,10	14.165.574,90	0%

**COMENTÁRIOS:** Variações não significativas

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

**Quadro 4.3.25 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600**

<b>TOTAL</b>				
Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>148.590.318.556,00</b>	<b>132.785.552.455,58</b>	<b>15.804.766.100,42</b>	<b>11%</b>
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	12.004.980.335,00	9.468.690.762,21	2.536.289.572,79	21%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	37.520.555,00	1.464,66	37.519.090,34	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	136.495.971.850,00	123.291.679.460,43	13.204.292.389,57	10%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	51.845.816,00	25.180.768,28	26.665.047,72	51%
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>293.183.990,07</b>	<b>292.784.619,87</b>	<b>399.370,20</b>	<b>0%</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.792.108,99	5.392.738,79	399.370,20	7%
45 - Equalização de Preços e Taxas	287.391.881,08	287.391.881,08	-	0%
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>113.000.000,00</b>	-	<b>113.000.000,00</b>	<b>100%</b>
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>882.992.676.237,00</b>	<b>615.436.711.568,88</b>	<b>267.555.964.668,12</b>	<b>30%</b>
71 - Principal da Dívida por Contrato	92.850.000.000,00	92.835.834.425,10	14.165.574,90	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	228.532.794.071,63	211.290.906.986,77	17.241.887.084,86	8%
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	13.370.379.822,37	13.001.855.922,45	368.523.899,92	3%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	541.850.143.993,00	297.164.997.037,02	244.685.146.955,98	45%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciada	6.389.358.350,00	1.143.117.197,54	5.246.241.152,46	82%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.031.989.178.783,07</b>	<b>748.515.048.644,33</b>	<b>283.474.130.138,74</b>	<b>27%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

**- Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros**

No âmbito da Unidade Gestora 170.512, foram realizadas as seguintes despesas por modalidade de licitação, conforme quadro a seguir:

**Quadro 4.3.26 – Despesas por Modalidade de Licitação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2012	2011	2012
<b>Contratações Diretas</b>	2.519.194,41	2.161.564,53	2.724.708,40	2.355.970,94
Inexigibilidade – Art. 16 da MP nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento – Ação 0705	2.229.802,20	1.845.290,32	2.435.316,19	2.039.696,73

Inexigibilidade - Parágrafo 16 do Voto CMN nº 206, de 27.11.1996, e Art. 2º da Res. nº 91, do Senado Federal, de 23.09.1997 – PNAFE - Ação 2C86 (2011) e Ação 00JQ (2012)	289.392,21	316.274,21	289.392,21	316.274,21
---	------------	------------	------------	------------

Fonte: SIAFI

Observações:

- As Despesas realizadas nos exercícios 2011 e 2012 foram acrescidas de Restos a Pagar não processados referentes aos anos de 2010 e 2011 respectivamente.
- Em 2012 o Programa 0750 – Apoio Administrativo foi alterado para Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros. A UO passou de 25101 para 71104.

Quanto às despesas correntes e de capital, por grupo e elemento de despesa, os quadros a seguir mostram as informações:

**Quadro 4.3.27 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2-Juros e Encargos da Dívida	1.791.141.289,00	2.015.905.102,00	1.791.141.289,00	1.991.817.378,00	38.872.581,69	967.797.907,65	1.779.202.045,00	997.781.862,00
3290.21- Juros da dívida contr. c/ inst.financeiras	1.791.141.289,00	2.015.905.102,00	1.791.141.289,00	1.991.817.378,00	38.872.581,69	967.797.907,65	1.779.202.045,00	997.781.862,00
3 – Outras Despesas Correntes	2.976.814,60	2.608.306,00	2.943.418,00	2.551.378,00	424.223,53	389.813,68	2.724.708,00	2.355.971,00
3390.39 – serviços bancários	2.976.814,60	2.608.306,00	2.943.418,00	2.551.378,00	424.223,53	389.813,68	2.724.708,00	2.355.971,00

Fonte: SIAFI

Observação: As Despesas realizadas nos exercícios 2011 e 2012 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2010 e 2011 respectivamente.

**Quadro 4.3.28 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-

6- Amortização da Dívida	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	308.231.449,50	1.580.734.795,58	3.003.600.794,00	2.853.967.310,00
4690.71 Amortiz. da dívida contrat. c/ instituições Financeiras	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	3.325.909.927,00	4.397.926.213,00	308.231.449,50	1.580.734.795,58	3.003.600.794,00	2.853.967.310,00

Fonte: SIAFI

Observação: As Despesas realizadas nos exercícios 2011 e 2012 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2010 e 2011 respectivamente.

### - Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União

**Quadro 4.3.29 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UNIDADE**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>3 – Outras Desp. Correntes</b>								
45 - Subvenções Econômicas	4.151.088.000	2.961.327.000	28.975.933	14.273.678	4.122.112.067	2.947.053.321	28.975.933	14.273.678
93 - Indenizações e Restituições	307.937.000	501.610.000	0	172.000.000	307.937.000	329.610.000	0	172.000.000

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

**Quadro 4.3.30 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UNIDADE**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	0	5.000.000	0	0	0	5.000.000	0	0

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

**Quadro 4.3.31 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UNIDADE**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>3 – Outras Desp. Correntes</b>								
45 - Subvenções Econômicas	6.312.194.258	6.613.086.012	2.172.272.114	2.704.410.963	4.139.922.144	3.908.675.049	2.172.272.114	2.704.410.963

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

**Quadro 4.3.32 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UNIDADE**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
66 - Conc. de Emp. e Financ.	1.455.294.560	1.753.100.289	832.223.813	788.408.728	623.070.747	964.691.560	832.223.813	788.408.728

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Orgão 71000 – Encargos Financeiros da União

0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Ação: 28.846.0909.00DD.0001

**Quadro 4.3.33 – Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
5 – Inversões Financeiras					
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	5.000.000	0	5.000.000	0	0%

**FINALIDADE:** Adquirir Operações de Crédito Rural enquadradas no grupo A/C do PRONAF, contratadas com risco do Banco do Brasil S/A, Banco da Amazônia ou Banco do Nordeste do Brasil. As operações serão adquiridas nas condições estabelecidas pelo Ministério da Fazenda e poderão ser liquidadas ou refinanciadas na forma do Art 18 da Lei nº 11.775, de 2008.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 5 milhões. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R\$ 5 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013, pois a aquisição das operações está sob análise dos aspectos jurídicos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.451.0909.00EF.0001

**Quadro 4.3.34 – Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	5.000.000	0	0	5.000.000	0%

**FINALIDADE:** O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 5 milhões.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.662.0909.000K.0001

**Quadro 4.3.35 – Subvenção Econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, em Operações de Financiamento (Lei nº 12.096, de 2009, e Lei nº 12.409, de 2011)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	2.693.413.000	267.914.000	14.273.678	2.947.053	0,5%

**FINALIDADE:** O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica e à inovação tecnológica.

A União foi originalmente autorizada a conceder a referida subvenção econômica por meio da Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.096, de 24.11.2009. A MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409, de 25.05.2011, e a MP nº 523, de 20 de janeiro de 2011, autorizaram a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a empresas e micro empreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios atingidos por calamidades nos Estados de Alagoas e Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente. A regulamentação das medidas de apoio aos estados atingidos foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 2.693.413 mil, registra-se suplementação de R\$ 267.914 mil, dos quais R\$ 14.274 mil foram executados ao longo do exercício. O valor inscrito em Restos a Pagar 2011 foi de R\$ 4.122.112 mil, dos quais R\$ 737.387 mil foram utilizados. Do saldo residual, foram reinscritos em 2012 R\$ 3.384.725 mil, (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011). Foram também inscritos R\$ 2.947.053 mil em Restos a Pagar/2012, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

A Medida Provisória nº 564, de 3 de abril de 2012, ampliou o limite de financiamentos subvencionáveis pela União em R\$ 18 bilhões, totalizando R\$ 227 bilhões, para o Programa além disso o prazo para contratação desses financiamentos foi prorrogado para 31 de dezembro de 2013. Ainda, tendo em vista os objetivos governamentais de estimular a expansão da competitividade da indústria brasileira por meio da modernização do parque industrial e do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor nas cadeias produtivas foram reduzidas temporariamente as taxas de juros das operações de financiamento na maior parte dos subprogramas que integram o Programa de Sustentação do Investimento. Durante todo o período de sua vigência, essas medidas foram eficazes e ajudaram a alavancar o crescimento da economia nacional.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.601.0909.0265.0001

**Quadro 4.3.36 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
93 - Indenizações e Restituições	172.000.000	329.610.000	172.000.000	329.610.000	34,3%

**FINALIDADE:** O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171 de 14.1.91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à

alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do PROAGRO, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, foram alocados R\$ 172 milhões para a complementação das despesas do PROAGRO, houve suplementação de R\$ 329.610 mil. Foram executados durante o exercício R\$ 172 milhões. A inscrição em Restos a Pagar 2010, foi de R\$ 121.800 mil e em Restos a Pagar 2011, R\$ 307.937 mil ambos utilizados integralmente. O saldo orçamentário foi inscrito em Restos a Pagar 2012 no valor de R\$ 329.610 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

De acordo com a previsão de gastos realizada pelo Banco Central para o Proagro, em decorrência do elevado índice de intempéries climáticas por que passou o país em 2012, com destaque para a seca ocorrida na Região Sul do Brasil (que afetou a safra agrícola de verão 2011/2012), os valores inicialmente incluídos na proposta orçamentária de 2012 não foram suficientes para cobrir as solicitações de pagamento no âmbito do Programa, gerando uma necessidade de suplementação. A escassez de recursos nessa ação orçamentária poderia minar a credibilidade do programa, e consequentemente resultar em sua extinção.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 28.601.0909.00GO.0001

**Quadro 4.3.37 – Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural ( Lei nº 12.249, de 2010 )**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
93 - Indenizações e Restituições	78.000.000	7.800.000	39.514.639	46.285.361	46%

**FINALIDADE:** Ressarcimento às Instituições Financeiras correspondentes a Remissão de Dívidas de operações do PRONAF enquadradas no art. 69 da Lei nº 12.249, de 2010.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, foram alocados R\$ 78 milhões nesta ação, houve suplementação de R\$ 7.800 mil. A execução durante o exercício foi de R\$ 39.515 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R\$ 46.285 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. Os pagamentos foram realizados conforme os bancos conseguiram levantar os valores das dívidas remitidas.

Fonte: STN/COPEC

- Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

0902 – Operações Especiais – Financiamentos com Retorno

Ação: 23.693.0902.009J.0001

**Quadro 4.3.38 – Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	14.010.000	0	6.806.617	7.203.383	49%

**FINALIDADE:** A Lei nº 11.529/2007 autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, fertilizantes e defensivos agrícolas, frutas *in natura* e

processadas, cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação, ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, autopeças e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias.

Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidos pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos meses de 2008.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 14.010 mil, dos quais foram executados R\$ 6.807 mil. A inscrição em Restos a Pagar 2010 foi de R\$ 25 milhões, pagos integralmente e em Restos a Pagar 2011, R\$ 55.259 mil e utilizados apenas R\$ 25.505 mil. Foram reinscritos em 2012, R\$ 29.754 mil, referentes ao saldo de Restos a Pagar 2011 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011), além de R\$ 7.203 mil de Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo de 2013.

Fonte: STN/COPEC

## 2012 – Agricultura Familiar

Ação: 20.601.2012.0A81.0001

### Quadro 4.3.39 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					
66 – Conc. de Empréstimos	350.000.000	0	130.733.917	219.266.082	37,3%

**FINALIDADE:** O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do PRONAF que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recurso do crédito rural junto às instituições financeiras.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 350 milhões, além de R\$ 22.275 mil de Restos a Pagar/2011, dos quais foram cancelados R\$ 20.093 mil. Foram executados financeiramente R\$ 130.734 mil do orçamento de 2012 e R\$ 2.181 mil de Restos a Pagar 2011. Foram inscritos em Restos a Pagar/2012 R\$ 22.366 mil com previsão de execução ao longo de 2013. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para efetuar esta prestação de serviço.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2012.00GW.0001

### Quadro 4.3.40 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.247, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	67.000.000	0	0	67.000.000	0%

**FINALIDADE:** Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para

promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 67 milhões. Não houve execução nesta ação devido os preços de mercado dos produtos amparados pela PGPM situarem acima dos preços mínimos fixados, não necessitando de intervenção do Governo Federal para escoamento de parte da produção. Os Restos a Pagar de 2011, no valor de R\$ 152.760 mil, foram cancelados integralmente. Os preços de mercado dos produtos amparados pela PGPM situaram acima dos preços mínimos fixados, não necessitando de intervenção do Governo Federal para escoamento de parte da produção dos agricultores familiares.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2012.00GZ.0001

**Quadro 4.3.41 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.247, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	30.000.000	0	0	30.000.000	0%

**FINALIDADE:** Resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF, cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

**COMENTÁRIOS:** A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal da Agricultura Familiar – AGF-AF contou com dotação orçamentária de R\$ 30 milhões, além de R\$ 16.990 mil inscritos em Restos a Pagar 2011 e cancelados integralmente. A execução desta ação depende, exclusivamente, da realização de aquisições (AGF) e vendas de produtos adquiridos na Ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF) a cargo da CONAB. Tendo em vista que não ocorreu demanda para aquisições de produtos no decorrer do exercício, conseqüentemente não houve necessidade de equalização nesta ação.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.601.2012.0281.0001

**Quadro 4.3.42 – Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					

45 - Subvenções Econômicas	2.388.659.000	528.500.000	1.022.029.709	1.895.129	35%
----------------------------	---------------	-------------	---------------	-----------	-----

**FINALIDADE:** Prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária 0A81 Financiamento para Agricultura Familiar.

**COMENTÁRIOS:** Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 2.388.659 mil, além de R\$ 528.500 mil suplementados durante o exercício. A execução foi de 1.022.030 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011 R\$ 2.029.510 mil e pagos R\$ 1.303.687 mil. O saldo de R\$ 725.822 mil foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011). Também houve inscrição em Restos a Pagar/2012 de R\$ 1.895.129 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores), dos bônus e rebates concedidos e da remuneração contratual, possibilitou a disponibilização de R\$ 9,78 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para o financiamento de operações de custeio e investimento no âmbito do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2011/2012.

Fonte: STN/COPEC

## 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Ação: 20.605.2014.0294.0001

### Quadro 4.3.43 – Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.247, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	1.312.513.000	-110.000.000	461.836.957	740.676.043	38,4%

**FINALIDADE:** Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

**COMENTÁRIOS:** Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.312.513 mil, que durante o ano teve cancelamento no valor de R\$ 110 milhões, dos quais foram executados financeiramente R\$ 461.837 mil. Além destes recursos, esta ação contou com R\$ 451.240 mil de Restos a Pagar/2010, dos quais foram pagos R\$ 345.419 mil e de R\$ 1.010.201 mil de Restos a Pagar/2011, dos quais foram pagos R\$ 509.361 mil. Os saldos dos Restos a Pagar de 2010 e 2011, nos valores de R\$ 105.821 mil e R\$ 500.841 mil respectivamente, foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011), além de R\$ 740.676 mil de Restos a Pagar 2012, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores, bônus de adimplência e rebates nos saldos devedores), possibilitou, em conjunto com a ação orçamentária de Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF, a disponibilização de R\$19,67 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para financiamento de operações de custeio e/ou comercialização (EGF) no âmbito do Plano Safra para a Agricultura Empresarial 2011/2012.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.601.2014.0297.0001

**Quadro 4.3.44 – Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	170.000	0	0	170.000	0%

**FINALIDADE:** O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13.04.2009 e nº 12.058, de 13.10.2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995.

**COMENTÁRIOS:** No orçamento de 2012, foram previstos recursos da ordem de R\$ 170 mil para atender a equalizações de juros. Adicionalmente, havia a disponibilidade de R\$ 2 milhões referentes a valores inscritos em RAP/2010, dos quais apenas R\$ 288 mil foram executados, e em Restos a Pagar 2011 foram inscritos R\$ 270 mil, dos quais R\$ 140 mil foram executados. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R\$ 1.712 mil e 130 mil respectivamente foram reinscritos em Restos a Pagar 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011). A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2014.0298.0001

**Quadro 4.3.45 – Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.247, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	82.620.000	90.000.000	69.913.205	102.706.795	41%

**FINALIDADE:** Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

**COMENTÁRIOS:** Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 82.620 mil, além de R\$ 90 milhões suplementados, dos quais foram executados R\$ 69.913 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010, R\$ 30.507 mil e executados R\$ 27.674 mil, além de R\$ 151.579 mil inscritos em Restos a Pagar/2011 e executados R\$ 76.115 mil. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011 nos valores de R\$ 2.833 mil e 75.464 mil respectivamente foram reinscritos em Restos a Pagar 2012 ( Prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011), além de R\$ 102.707 mil com previsão de

execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores, bônus de adimplência e rebates nos saldos devedores), possibilitou, em conjunto com a ação orçamentária de Equalização de Juros em Operações de Custeio, a disponibilização de R\$19,67 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para financiamento de operações de custeio e/ou comercialização (EGF) no âmbito do Plano Safra para a Agricultura Empresarial 2011/2012.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2014.0299.0001

**Quadro 4.3.46 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	270.000.000	125.000.000	382.163.952	12.836.048	97%

**FINALIDADE:** Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto, que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF.

**COMENTÁRIOS:** A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 270 milhões, que posteriormente foi suplementada em R\$ 125 milhões e executados R\$ 382.164 mil. A ação contou ainda com R\$ 104.259 mil de Restos a Pagar/2011, dos quais foram executados R\$ 102.792 mil e cancelados R\$ 1.468 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R\$ 12.836 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. Durante o ano houve grande necessidade de venda dos estoques públicos, principalmente no intuito de abastecer as regiões norte e sul, em virtude dos efeitos de intempéries climáticas. Tais vendas demandaram a utilização de praticamente todo o orçamento de equalização em vista de cobrir o déficit entre o preço de compra, acrescido com os demais custos de carregamento, e o preço de venda.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2014.0300.0001

**Quadro 4.3.47 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.247, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	1.000.097.000	-125.000.000	251.283.360	623.813.639	28,7%

**FINALIDADE:** Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de

venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado. Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

**COMENTÁRIOS:** Em 2012 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 1.000.097 mil, dos quais R\$ 125 milhões foram cancelados. Foram executados financeiramente R\$ 251.283 mil do orçamento de 2012. Dos Restos a Pagar 2010, R\$ 191.700 mil, foram cancelados R\$ 55.500 mil e pagos R\$ 20 milhões, além de R\$ 213.801 mil de inscrição de Restos a Pagar/2011, dos quais foram cancelados R\$ 7.901 mil e pagos R\$ 170 milhões. Os saldos dos Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R\$ 116.200 mil e R\$ 35.900 mil respectivamente foram reinscritos em 2012 (prorrogados, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011), além de R\$ 169.300 mil inscritos, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela CONAB. Desta forma, os valores executados/inscritos em restos a pagar foram suficiente para atender a demanda, pois os preços da maioria dos produtos integrantes da PGPM se situaram acima dos preços mínimos fixados.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2014.0301.0001

**Quadro 4.3.48 – Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.247, de 1992)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	805.587.000	80.500.000	53.995.216	832.091.784	6,7%

**FINALIDADE:** Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

**COMENTÁRIOS:** Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 805.587 mil, além de R\$ 80.500 mil suplementados. Foram executado em 2012, R\$ 53.995 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010, R\$ 215.750 mil e em Restos a Pagar/2011, R\$ 396.146 mil, dos quais foram executados R\$ 69.292 mil. Os saldos de Restos a Pagar 2010 e 2011, nos valores de R\$ 215.750 mil e R\$ 326.854 mil foram reinscritos em 2012 (prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011.) Foram também inscritos em Restos a Pagar/2012, R\$ 832.092 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. A dotação orçamentária, além de honrar com as obrigações já assumidas (decorrente de operações contratadas em planos safras de exercícios anteriores, bônus de adimplência e rebates nos saldos devedores), possibilitou a disponibilização de R\$8,8 bilhões de limite equalizável (sobre a média dos saldos das aplicações) para o financiamento de operações de investimento no âmbito do Plano Safra da Agricultura Empresarial 2011/2012.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 20.605.2014.0611.0001

**Quadro 4.3.49 – Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
-------------------	--------------------	--------------------------------	-----------	--------------------	----------------------

3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	161.597.000	0	161.597.000	0	100%

**FINALIDADE:** Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs. 9.866/1999 e 10.437/2002.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 161.597 mil, executados integralmente ao longo do exercício. 89,8% do orçamento foram pagos ao Banco do Nordeste do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco Bradesco, Banco Rural, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Itaú, ficando 10,2% para os demais bancos.

Fonte: STN/COPEC

## 2022 – Combustíveis

Ação: 25.574.2022.00EI.0001

### Quadro 4.3.50 – Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922, de 2009)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	2.000	0	0	2.000	0%

**FINALIDADE:** Pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamentos, contratadas em 2009 e 2010, destinadas à estocagem de álcool etílico combustível, correspondente ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 2 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011, R\$ 1.347 mil dos quais foram pagos, R\$ 716 mil. O saldo de R\$ 631 mil foi reinscrito em Restos a Pagar 2012 ( prorrogados com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011.) com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

Pela conjuntura das taxas de juros em 2012 (queda na TJLP) não houve gastos com subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool neste ano uma vez que o custo de captação dos recursos eram inferiores às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

Fonte: STN/COPEC

## 2024 – Comércio Exterior

Ação: 23.693.2024.0A84.0001

### Quadro 4.3.51 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					

66 – Conc. de Empréstimos	800.000.000	800.000.000	657.674.810	942.325.190	41%
---------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----

**FINALIDADE:** O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

**COMENTÁRIOS:** Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada a dotação orçamentária de R\$ 800.000 mil. Em abril, quando do anúncio das novas medidas do Plano Brasil Maior, o Executivo enviou proposta de suplementação do PROEX/Financiamento em mais R\$ 800.000 mil, que foi aprovada em 30 de Julho de 2012, com a publicação da Lei nº 12.699, ampliando o Orçamento para R\$ 1.600.000 mil. As despesas pagas totalizaram R\$ 837.187 mil, dos quais R\$ 657.675 mil foram realizadas com o Orçamento de 2012. Do valor total de R\$ 600.796 mil inscrito em Restos a Pagar 2011, R\$ 179.512 mil foram executados, o que resultou no saldo remanescente de R\$ 421.284 mil, que foi reinscrito conforme o Decreto nº 7.654/2011. Quanto aos Restos a Pagar 2010, foram inscritos R\$ 135.067 mil e integralmente cancelados. Já em relação aos Restos a Pagar 2012, R\$ 942.325 mil foram inscritos com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.

Fonte: STN/COPEC

Ação: 23.693.2024.0267.0001

**Quadro 4.3.52 – Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Lei nº 10.184, de 2001)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
3 – Outras Despesas Correntes					
45 - Subvenções Econômicas	485.096.000	555.000.000	1.028.047.000	11.949.308	98,8%

**FINALIDADE:** O Programa de Financiamento às Exportações – PROEX também oferece crédito ao exportador ou importador de bens e serviços brasileiros, realizada pelas instituições financeiras, na qual o PROEX assume parte dos encargos financeiros, tornando-os compatíveis com os praticados no mercado internacional. Nesta modalidade, as instituições financeiras proveem os recursos do financiamento e a negociação ocorre livremente entre financiador e o exportador que decidem sobre a taxa de juros, a garantia, o prazo do financiamento e o percentual financiável, que pode atingir até 100%. O spread de equalização do PROEX possui o limite máximo de até 2,5% a.a, em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), cuja rentabilidade é indexada à variação cambial, e que, caso o banco beneficiário seja estrangeiro, é designado um banco mandatário que possui conta no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

**COMENTÁRIOS:** No exercício de 2012, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 445.096 mil para Equalização e R\$ 40.000 mil para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 485.096 mil. Em abril, quando do anúncio das novas medidas do Plano Brasil Maior, o Executivo enviou proposta de suplementação do PROEX/Equalização em R\$ 555.000 mil, totalizando R\$ 1.040.096 mil. Em 2012, foram descentralizados R\$ 1.000.096 mil da Equalização NTN-I e pagos R\$ 28.051 mil da remuneração do agente financeiro. Foram inscritos em Restos a Pagar 2011 R\$ 7.800 mil para remuneração do agente financeiro, dos quais R\$ 6.584 mil foram executados. Quanto aos Restos a Pagar 2012, foram inscritos R\$ 7.800 mil da remuneração do agente financeiro para a possível execução ao longo de 2013.

Fonte: STN/COPEC

2063 – Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Ação: 08.242.2063.0E85.0001

**Quadro 4.3.53 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência. (MP nº 550, de 2011)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					
45 - Subvenções Econômicas	16.900.000	0	13.402	16.886.598	0,1%

**FINALIDADE:** Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para aquisição de bens e serviços destinados a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

**COMENTÁRIOS:** Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 16.900 mil. As despesas pagas totalizaram R\$ 13 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R\$ 200 mil com previsão de execução ao longo do exercício de 2013.  
A contratação das operações no âmbito do Programa ficou bastante inferior às expectativas para o ano por se tratar de um Programa recém-lançado e ainda com baixa difusão entre o público-alvo.

Fonte: STN/COPEC

2071 – Trabalho, Emprego e Renda

Ação: 11.334.2071.00JO.000

**Quadro 4.3.54 – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543, de 2011)**

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário	Percentual Executado
5 – Inversões Financeiras					
45 - Subvenções Econômicas	345.100.000	20.000.000	227.206.290	137.893.710	62%

**FINALIDADE:** Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

**COMENTÁRIOS:** Para o exercício de 2012, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 345.100 mil. Houve suplementação de R\$ 20 milhões ao longo do exercício. As despesas pagas totalizaram R\$ 227.206 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar 2012, R\$ 94.446 mil, com previsão de execução ao longo do exercício de 2013. Como forma de incluir novos agentes financeiros no programa ampliando, conseqüentemente, o seu alcance junto ao público-alvo de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado foi necessário realizar uma suplementação na dotação de recursos para a ação de R\$ 20 milhões.

Fonte: STN/COPEC

**- Política Fiscal – Participações Societárias**

- **Ação 0605 – Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)**

**Quadro 4.3.55 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	0	0	0	0
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
g) Dispensa	0	0	0	0
h) Inexigibilidade	0	0	0	0
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias	0	0	0	0
<b>5. Outros</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,00</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,00</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,00</b>

Fonte: SIAFI

- Ação 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD
- Ação 00IJ – Integralização de Cotas da Corporação Financeira Internacional - CFI
- Ação 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID

Quadro 4.3.56 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	0	0	0	0
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
g) Dispensa	0	0	0	0
h) Inexigibilidade	0	0	0	0
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
j) Pagamento em Folha	0	0	0	0
k) Diárias	0	0	0	0
<b>5. Outros</b>	<b>416.171.870,50</b>	<b>0</b>	<b>820.000,00</b>	<b>168.340.479</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>416.171.870,50</b>		<b>820.000,00</b>	<b>168.340.479</b>

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.57 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do	0	0	0	0	0	0	0	0

grupo									
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,74</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,74</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.649.806,12</b>	<b>629.028,74</b>	
339193	5.649.806,12	629.028,74	5.649.806,12	629.028,74	0	0	5.649.806,12	629.028,74	
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
<b>4 – Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>416.171.871</b>	<b>0</b>	<b>416.171.871</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>820.000</b>	<b>168.340.479</b>	
459065	416.171.871	0	416.171.871	0	0	0	820.000	168.340.479	
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

#### Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não houve créditos recebidos por movimentação interna e externa, e nem a COPAR foi beneficiada por crédito movimentado de outra UJ.

#### Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não houve créditos recebidos por movimentação interna e externa, e nem a COPAR foi beneficiada por crédito movimentado de outra UJ.

#### Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não houve créditos recebidos por movimentação interna e externa, e nem a COPAR foi beneficiada por crédito movimentado de outra UJ.

#### **Análise crítica**

Foi consignado no Orçamento de 2012 o montante total de R\$ 596.889.382 referentes às despesas com a integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais (BIRD, CFI e AID). Entretanto, não houve disponibilidade financeira para arcar com as referidas despesas, razão pela qual as despesas foram liquidadas, mas apenas foram efetuados os pagamentos equivalentes à R\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais) para a integralização de capital no BIRD e na AID.

A integralização da participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais, até meados de 2007, era classificada como Despesa Obrigatória, representando obrigação legal da União e, por isso, não estava sujeita a corte orçamentário. Não obstante, a despesa foi reclassificada como discricionária, o que favoreceu o corte elevado da ação por parte do Congresso Nacional. Desde então, nos últimos anos, tem sido necessária a suplementação dos recursos para honrar os compromissos assumidos com o Organismo.

No âmbito da ação relativa ao Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, foi realizado destaque orçamentário ao BNDES, no valor de R\$ 5.649.806,12 (cinco

milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e seis reais e doze centavos) referentes às despesas incorridas por aquela Instituição no processo de privatização do IRB-Brasil Resseguros S.A, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND.

Não houve ressarcimento de despesas ao BNDES referente à alienação de ações depositadas no FAD. A previsão de despesa no valor de R\$ 38.701,00 (aproximadamente 2% do total previsto de arrecadação com a venda de ações depositadas e a depositar no FAD em 2012) não se constitui necessariamente meta a ser atingida, em razão do fato de que a venda de ações depende de oportunidade de mercado e ação do agente gestor do FAD.

#### - Assuntos Corporativos

<b>QUADRO 4.3.58 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO NA UG 170.007/CODIN-STN</b>				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1) Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>183.639,94</b>	<b>217.307,69</b>	<b>183.639,94</b>	<b>212.548,89</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão (passagens)	183.639,94	217.307,69	183.639,94	212.548,89
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
<b>2) Contratações Diretas</b>	<b>211.270.435,79</b>	<b>157.658.136,21</b>	<b>181.503.318,18</b>	<b>157.516.732,63</b>
g) Dispensa	209.850.460,31	156.789.834,13	180.394.936,83	156.751.728,42
h) Inexigibilidade	1.419.975,48	868.302,08	1.108.381,35	7 65.004,21
<b>3) Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4) Pagamento de Pessoal</b>	<b>191.642,22</b>	<b>193.314,51</b>	<b>191.642,22</b>	<b>193.314,51</b>
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	191.642,22	193.314,51	191.642,22	193.314,51
<b>5) Outras</b>	<b>298.773,48</b>	<b>1.342.282,86</b>	<b>268.773,48</b>	<b>1.312.282,86</b>
<b>6) Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>211.944.491,43</b>	<b>159.411.041,27</b>	<b>182.147.373,82</b>	<b>159.234.878,89</b>

Fonte: SIAFI

<b>QUADRO 4.3.59 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO - UG 170.007/CODIN-STN</b>							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>239.813.158,90</b>	<b>194.559.634,41</b>	<b>239.234.978,62</b>	<b>194.387.072,03</b>	<b>594.398,28</b>	<b>172.562,38</b>	<b>214.688.322,11</b>	<b>194.383.472,03</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	204.344.725,91	158.207.887,75	203.766.545,63	158.048.078,17	594.398,28	159.809,58	179.219.889,12	158.044.478,17
41 - Contribuições	35.000.000,00	35.899.696,70	35.000.000,00	35.899.696,70	-	-	35.000.000,00	35.899.696,70
Demais elementos do grupo	468.432,99	452.049,96	468.432,99	439.297,16	-	12.752,80	468.432,99	439.297,16

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

<b>QUADRO 4.3.60 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO - UG 170.007/CODIN-STN</b>							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>4 – Investimentos</b>	<b>7.153.150,86</b>	<b>759.255,24</b>	<b>5.532.193,50</b>	<b>759.255,24</b>	<b>1.620.957,36</b>	-	<b>2.480.870,04</b>	<b>759.255,24</b>
52 - Equipamentos e Material Permanente	2.054,80	-	2.054,80	-	-	-	2.054,80	-
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	7.151.096,06	759.255,24	5.530.138,70	759.255,24	1.620.957,36	-	2.478.815,24	759.255,24

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

## - Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

Para a análise do desempenho operacional das Ações que envolvem a execução das despesas de responsabilidade da UG 170.512, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo representados. No caso, trata-se, especificamente, das Ações 0705 (referente à Carteira de Saneamento), 00JQ (referente ao PNAFE e denominada 2C86 até o exercício de 2011) e 0272 (referente à Lei nº 8.727/93), descritas no item “Ações Orçamentárias”.

- **Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa**

**Quadro 4.3.61 – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa**

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
<b>Índice de execução orçamentária</b>	Relação entre a execução orçamentária e o orçamento do programa	Valor executado/ Valor empenhado	STN/COAFI
<b>Índice de inscrição de Restos a Pagar</b>	Avalia se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência	Valor inscrito em Restos a Pagar/ Valor empenhado	STN/COAFI
<b>Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos</b>	Avalia se houve excesso de inscrições em Restos a Pagar	Valor de Restos a Pagar cancelado/ Valor inscrito em Restos a Pagar	STN/COAFI

Fonte: STN/COAFI

Cabe ressaltar que o valor inscrito em Restos a Pagar, no caso do “Índice de inscrição de Restos a Pagar”, trata do valor inscrito no final do exercício de 2012, ao passo que o valor de Restos a Pagar cancelado, para o “índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos” trata do número/valor inscrito ao final do exercício de 2011 e cancelado no exercício de 2012.

Alternativamente, no caso da Ação 2076, a qual envolve o recebimento de haveres pela União em sua execução, a STN/COAFI elaborou indicadores de desempenho, também denominados “Indicadores de Eficácia”. Tal iniciativa foi tomada visando instrumentalizar o processo de avaliação dessa ação de governo, e de forma a atender à uma recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Os indicadores correspondem a medições envolvendo os valores apurados em relação à totalidade dos programas geridos pela STN/COAFI. Nesse contexto, são trabalhados os valores devidos, apurados pelos agentes financeiros, bem como os valores efetivamente recebidos e aqueles não recebidos.

A seguir, são apresentados alguns desses indicadores, com o registro de que a COAFI continuará analisando a elaboração de novos indicadores que possam contribuir para maior precisão do processo avaliativo.

- **Indicadores de Eficácia – Execução da Receita**

**Quadro 4.3.62 – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita**

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
<b>Recebimento Pontual no mês</b>	Mede o volume de recursos recebidos pontualmente relativamente ao volume de recursos devidos apurados mensalmente	Recebimento Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
<b>Recebimento</b>	Mede o volume de recursos	Recebimento não	STN/COAFI

<b>não Pontual no mês</b>	recebidos com atraso dentro do mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	
<b>Recebimento Pendente no mês</b>	Mede o volume de recursos não recebidos no mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento Pendente no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
<b>Saldo Devedor Gerenciável</b>	Mede o volume do saldo devedor não afetado por restrições ao seu recebimento.	Saldo devedor gerenciável sobre o saldo devedor total	STN/COAFI

Fonte: STN/COAFI

- **Definição das variáveis envolvidas no cálculo dos Indicadores de Eficácia – Execução da Receita:**

**Insumos:**

**Valor Devido no Mês:** valores apurados pelo agente financeiro, de acordo com as condições contratuais, para pagamento no mês;

**Valor Exigível no Mês Seguinte:** valores cujos vencimentos ocorreram no final do mês, em dia não útil, sendo o pagamento exigido no primeiro dia útil do mês seguinte;

**Inadimplemento Sistemático:** fluxo mensal da dívida provisionada, composto por parcelas não amortizadas por insuficiência de garantias e/ou impedidas judicialmente de cobrança (vencidas há mais de seis meses);

**Pendência Jurídica no Mês:** fluxo mensal da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

**Valor Devido Gerenciável no Mês:** valores devidos no mês, deduzidos dos valores exigíveis no mês seguinte, dos inadimplementos sistemáticos e/ou das parcelas impedidas de cobrança em virtude de decisões judiciais;

**Saldo Devedor Total:** estoque da dívida;

**Pendência Jurídica:** parte do estoque da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

**Inadimplência de difícil recebimento:** saldo provisionado composto por dívidas que não têm garantias suficientes para amortizá-lo e dívidas decorrentes de decisões judiciais impedindo a cobrança; e

**Indicadores:**

**Recebimento Pontual no Mês:** valores efetivamente recebidos no dia do seu vencimento;

**Recebimento não Pontual no Mês:** é a inadimplência do mês recebida dentro do próprio mês;

**Recebimento Pendente:** é a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte;

**Saldo Devedor Gerenciável:** saldo devedor total deduzido dos valores **exigíveis no mês seguinte**, das inadimplências de difícil recebimento e/ou das pendências jurídicas, ou seja, excluídos os valores que fogem à gerência da Coordenação.

- **Aplicação dos Indicadores**

a) **Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Sociais**

a1) **Ação 0705 – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento**

Consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de percentual sobre o valor total arrecadado no mês.

A meta física prevista foi de R\$ 2,235 milhões (valor empenhado), enquanto foi utilizado o valor de R\$ 2,039 milhões (91,26% do empenhado). Cabe ressaltar que neste montante incluem-se os restos a pagar executados em janeiro de 2013, relativos à competência de dezembro de 2012.

A diferença entre o empenhado e o realizado, que corresponde a 8,74%, deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, não existindo, assim, medidas a serem implementadas por parte da STN/COAFI.

**Quadro 4.3.63 – Ação 0705 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício**

ÍNDICE	ANO			
	2009	2010	2011	2012
Índice de execução orçamentária	84,72	76,47	95,12	91,26
Índice de inscrição de Restos a Pagar	22,42	30,06	12,90	17,44
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	62,15	68,62	79,36	60,40

Fonte: STN/COAFI

**b) Programa 0911 (antigo Programa 0750) – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros**

**b1) Ação 00JQ (antiga Ação 2C86) – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE**

Esta ação refere-se ao pagamento semestral de remuneração à CAIXA, como agente financeiro do PNAFE, por serviços prestados na execução dos contratos de subempréstimos dos Estados e do Distrito Federal. Desde 2008, com o fim do desembolso do Programa, ocorrido em 2006, o pagamento se dá efetivamente pelos serviços de cobrança dos encargos e amortização dos contratos de subempréstimos.

Esta ação tem execução semestral e se verificará continuamente até 2017, quando se encerra o contrato de empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O valor empenhado foi de R\$ 373,20 mil em 2012, sendo que o valor realizado foi de R\$ 316,27 mil (84,75% do montante empenhado).

A diferença de 15,25% entre o empenhado e o realizado deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, influenciados pela variação cambial, não existindo, assim, medidas a serem implementadas pela STN/COAFI. Cabe ainda ressaltar que, como não existiam pagamentos pendentes ao final do exercício, em dez/12 foi efetuado o cancelamento da parcela não utilizada do empenho. Por tal motivo, não foram gerados restos a pagar para a ação em vista e não foi possível efetuar o cálculo do Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos.

**Quadro 4.3.64 – Ação 2C86 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício**

ÍNDICE	ANO			
	2009	2010	2011	2012
Índice de execução orçamentária	76,84	57,91	75,51	84,75
Índice de inscrição de Restos a Pagar	23,16	42,09	24,49	0,00
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	100	100	100	n/d

Fonte: STN/COAFI

**c) Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)**

**c1) Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.**

A meta física prevista foi de R\$ 6.389,74 milhões (valor empenhado), enquanto o montante realizado alcançou a cifra de R\$ 3.851,94 milhões. A diferença entre o valor empenhado e

o realizado, R\$ 2.537,80 milhões, corresponde a 39,72%, devendo-se principalmente pelo fato de que a previsão orçamentária foi realizada considerando-se os seguintes pontos:

- parte dos pagamentos varia de acordo com a Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios devedores, que têm as prestações correspondentes a 11% dessa Receita Líquida Real;
- não verificação de amortizações extraordinárias por parte dos devedores, previstas em virtude da proximidade do encerramento do programa em 2014;
- margem de segurança quanto às possíveis variações dos cenários oficiais; e
- para o exercício de 2012, foi considerada a amortização extraordinária no montante de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, referente a valor inadimplido, sendo que tal valor foi recebido em meados de dez/2011.

**Quadro 4.3.65 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício**

ÍNDICE	ANO			
	2009	2010	2011	2012
Índice de execução orçamentária	88,47	76,16	93,47	60,28
Índice de inscrição de Restos a Pagar	13,40	25,53	8,12	41,13
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	77,79	84,68	93,14	96,31

Fonte: STN/COAFI

Registre-se que a elaboração orçamentária, além das premissas acima referidas, observa a obrigatoriedade da União de repassar aos credores originais todo e qualquer recurso recebido no prazo máximo de dois dias úteis, conforme estipulado no Art. 11º da Lei nº 8.727/93.

Deve-se notar ainda que, dentre as diversas variáveis envolvidas na elaboração orçamentária, as questões judiciais contribuem sobremaneira para a diferença verificada entre os valores previstos e realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União - AGU com vistas à cassação de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser efetivados, o Tesouro Nacional está obrigado a repassá-los aos credores originais.

**d) Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional**

**d1) Iniciativa 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União**

**d2) Ação 2076 – Gestão de Haveres da União**

A meta física prevista foi de R\$ 44,352 bilhões (valor orçado para 2012), sendo o valor realizado de R\$ 44,931 bilhões (valor recebido em 2012).

**Quadro 4.3.66 – Recebimentos Realizados pela STN/COAFI - Exercício 2012**

R\$ mil

PROGRAMAS	SALDO DEVEDOR 31/12/2011	INCORPORAÇÕES e BAIXAS	RECEBIMENTOS			SALDO DEVEDOR 31/12/2012
			PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	
AC. BRASIL-FRANÇA	39.301	(12.998)	3.534	499	4.033	22.270
BIB	28.176	1.290	13.567	1.436	15.003	14.463
BNDES	1.519.927	109.703	0	0	0	1.629.629
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.854.365	199.833	336.925	133.987	470.912	1.583.286

ROYALTIES	9.065.629	775.659	2.096.253	0	2.096.253	7.745.035
DEVOLUÇÃO CRC	427.600	(24.437)	403.162	0	403.162	0
DMLP	5.162.546	573.861	447.688	229.446	677.133	5.059.274
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	11.941.993	1.636.924	449.818	730.227	1.180.045	12.398.873
HONRA GARANTIA - OP. EXTERNA	216.608	(216.608)	0	0	0	0
LEI Nº 8.727/93	26.983.031	1.884.128	5.287.724	2.270.382	7.558.106	21.309.053
LEI Nº 9.496/97	369.357.466	51.460.533	15.148.483	13.132.841	28.281.323	392.536.675
MP 2.185	59.271.641	9.771.954	837.503	3.244.115	4.081.618	64.961.977
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	96.270	(5.594)	88.920	1.756	90.676	0
PNAFE	351.563	35.348	63.848	9.704	73.552	313.359
<b>TOTAL</b>	<b>486.316.116</b>	<b>66.189.595</b>	<b>25.177.425</b>	<b>19.754.392</b>	<b>44.931.818</b>	<b>507.573.894</b>

Fonte: COAFI/STN

A STN/COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da meta física da ação 2076 – Gestão de Haveres da União.

O Quadro acima evidencia os recebimentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativamente aos haveres geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no ano de 2012. Em 2012 foram recebidos R\$ 44,931 bilhões contra a previsão de R\$ 44,352 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação a maior no montante de R\$ 579 milhões, equivalente a 1,31% do valor orçado, se explica basicamente em função do ingresso de recursos provenientes do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios (que se valem do limite de comprometimento) à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de inflação, de juros e de câmbio projetadas e efetivas.

Os haveres constantes do Quadro acima são decorrentes de operações de crédito entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades de suas administrações indiretas e empresas privatizadas, caracterizados por diversos programas de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, reestruturação de dívidas, repasse de recursos externos, honra de avais e aquisições de participações governamentais.

**Quadro 4.3.67 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2012**

Em %

ÍNDICES	ANUAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Recebimento Pontual no mês</b>	99,47	98,58	99,93	99,85	99,86	99,17	99,58	99,69	99,61	99,54	99,36	99,42	99,00
<b>Recebimento não Pontual no mês</b>	0,46	1,42	0,06	0,15	0,13	0,39	0,42	0,30	0,38	0,45	0,63	0,39	0,82
<b>Recebimento Pendente no mês</b>	0,07	0,00	0,01	0,00	0,01	0,44	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,19	0,18
<b>Saldo Devedor</b>	98,81	98,83	98,82	98,87	98,85	98,84	98,83	98,81	98,80	98,78	98,76	98,74	98,81

Gerenciável													
-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: COAFI/STN

No exercício de 2012 os valores recebidos pontualmente dentro do próprio mês alcançaram, em média, o percentual de 99,47%, enquanto os valores dos pagamentos recebidos com atraso dentro do próprio mês registraram a média de 0,46% (conforme Quadro LXIII, a seguir).

Já a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte, também no exercício de 2012, em média foi da ordem de 0,07%. Vale destacar que a maior parte do percentual não recebido dentro do mês de competência decorre da concentração de vencimentos nos últimos dias úteis de cada mês, cujos recebimentos se dão, em sua grande maioria, até o dia dez do mês subsequente, mediante pagamentos voluntários ou execução de garantias.

Em 2012 a média de 98,81% mostra o percentual do saldo devedor dos haveres contratuais administrados pela Coordenação que não possuem restrições ao seu recebimento regular.

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

### 5.2 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### - Dívida Pública

#### Quadro 5.2.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600

RESTOS A PAGAR INSCRITO e PAGOS

23.693.0412.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL

PTRES 025191

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Variação Percentual
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.657.672.382,53</b>	<b>266.330.875,27</b>	<b>1.391.341.507,26</b>	<b>84%</b>
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2010)	134.816.263,61	59.249.473,44	75.566.790,17	56%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2011)	810.152.000,00	207.081.401,83	603.070.598,17	74%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2012)	712.704.118,92	-	712.704.118,92	100%

**COMENTÁRIOS:** A execução parcial dos valores inscritos de RP 2010 e 2011 decorre de demanda da STN/COPEC, responsável pelo gerenciamento do PROEX. Como não existem mais compromissos relativos a 2010, a STN/COPEC solicitou a CODIV o cancelamento do saldo de RP de 2010, a reinscrição do saldo de RP de 2011 (R\$ 603.070.598,17) e a inscrição do saldo empenhado de 2012 de R\$712.704.118,92.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

04.123.2039.2077.0001 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - NACIONAL

PTRES 045283

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Variação Percentual
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>141.242,01</b>	<b>-</b>	<b>141.242,01</b>	<b>100%</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2012)	141.242,01	-	141.242,01	100%

**COMENTÁRIOS:**

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

#### - Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

#### Quadro 5.2.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano

				(*)
2012	79.609.508,85	0,00	79.609.508,85	0,00
2011	68.189.944,26	0,00	68.189.944,26	0,00
2010	81.045.598,19	0,00	81.045.598,19	0,00
2009	78.065.514,88	0,00	78.065.514,88	0,00
2008	71.267.691,75	0,00	71.267.691,75	0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)</b>
2012	2.548.922.516,91	2.531.490.328,34	17.432.188,57	0,00
2011	347.528.254,72	325.282.161,34	22.152.255,65	93.837,73
2010	1.102.154.969,77	1.101.949.455,78	205.513,99	0,00
2009	432.439.031,33	432.222.767,09	216.264,24	0,00
2008	250.364.523,48	249.923.653,31	219.628,86	221.241,31

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

(\*) Dos valores inscritos foram subtraídos os cancelamentos e pagamentos processados no SIAFI do ano subsequente ao de inscrição desses valores em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados (por ex: inscrição 2012, cancelamentos e pagamentos realizados em 2013).

### **Análise Crítica**

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se especificamente à Lei nº 8.727, de 1993, Ação 0272, cujos valores para pagamento já são conhecidos no final de dezembro, fato esse que permite proceder à liquidação da despesa dentro do próprio mês e efetuar o pagamento no início do mês de janeiro do ano seguinte.

No total de Restos a Pagar não Processados, cujos empenhos foram indicados pelo gestor para serem inscritos pelo sistema, são computados tanto os valores referentes à Ação 0272 – Lei nº 8.727, de 1993, que não foram objeto de liquidação na forma acima descrita, quanto os correspondentes à Ação 0705 – Carteira de Saneamento.

Dos valores informados na coluna de pagamentos efetuados, no montante de R\$ 17.432.188,57, a quantia de R\$ 154.360,78 diz respeito à Ação 0705, referente à remuneração, por parte da União, ao agente financeiro Caixa Econômica Federal pelos serviços prestados e, a quantia de R\$ 17.277.827,79, referente à Ação 0272. Como os valores para pagamento dos serviços de dezembro de cada ano somente são apurados em janeiro do ano seguinte, tão logo os pagamentos são executados no início do exercício subsequente ao de inscrição, a COAFI procede ao cancelamento dos saldos existentes em Restos a Pagar não Processados referentes a todas as citadas ações.

Relativamente ao exercício de 2012, registre-se que o saldo a pagar no valor de R\$ 93.837,73, o qual se refere à Ação 2C86 – PNAFE, foi cancelado ainda no exercício de 2012, por meio da 2012NE000018.

### **- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional**

- ORGÃO 71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU

**Quadro 5.2.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2010	121.800.000	0	121.800.000	0
2011	4.430.049.066	0	1.045.323.964	3.384.725.102

**Observações:** Com base no Decreto 7.654, de 2011 foi inscrito o valor de R\$ 4.551.849 mil referentes as seguintes ações:

28.662.0909.000K.0001 - Equalização de Taxas de Juros nas Operações de Financiamento destinadas à Aquisição e Produtos de Bens de Capital e à Inovação Tecnológica (MP nº 465/09) R\$ 4.122.112 mil; e

28.601.0909.0265.0001 - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO ( Decreto nº 175/1991 ) R\$ 429.737 mil.

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- **ORGÃO 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO**

**Quadro 5.2.4 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2010	1.051.264.210	190.567.261	418.381.283	442.315.664
2011	4.762.992.890	200.427.415	2.445.885.357	2.116.680.118
<p><b>Observações:</b> Com base no Decreto 7.654, de 2011 foi inscrito o montante de R\$ 5.814.257 mil, referentes às seguintes ações:</p> <p>20.601.2012.0A81.0001 - Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186/01) - R\$ 22.275 mil</p> <p>20.601.2012.0281.0001 - Equalização de Juros para a Agricultura Familiar PRONAF - (Lei nº 8.427/92) - R\$ 2.029.509 mil</p> <p>25.754.2022.00EI.0001 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamentos destinados a Estocagem de Álcool Etflico Combustível (Lei nº 11.922/09) - R\$ 1.347 mil</p> <p>20.605.2012.00GW.0001 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992) - R\$ 152.760 mil</p> <p>20.605.2012.00GZ.0001 - Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF - AF - R\$ 16.990 mil</p> <p>20.605.2014.0294.0001 - Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário - R\$ 1.461.441 mil</p> <p>20.605.2014.0298.0001 - Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427/92) - R\$ 182.086 mil</p> <p>20.605.2014.0299.0001 - Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores Estratégicos - AGF - R\$ 104.259 mil</p> <p>20.605.2014.0300.0001 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - R\$ 405.501 mil</p> <p>20.605.2014.0301.0001 - Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - R\$ 611.896 mil</p> <p>20.601.2014.0297.0029 - Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - R\$ 2.270 mil</p> <p>23.693.2024.0A84.0001 - Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX - R\$ 735.863 mil</p> <p>23.693.2024.0267.0001 - Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX - R\$ 7.800 mil</p> <p>22.693.0902.009J.0001 - Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) - R\$ 80.259 mil</p>				

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

**- Assuntos Corporativos**

<b>QUADRO 5.2.5 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - UG 170.007/CODIN-STN</b>				Valores em R\$ 1,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	3.600,00	-	3.600,00	-
2010	6.916.195,57	-	6.916.195,57	-
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	172.562,38	(7.338,85)	149.005,53	16.218,00
2010	218.484,17	(153.854,04)	64.630,13	-
...				

Fonte SIAFI 2011 e 2012

**5.3 TRANSFERÊNCIAS VIGENTES**

Não há transferências vigentes no exercício de referência, conforme quadro abaixo.

<b>QUADRO 5.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 2012 - UG 170.007/CODIN-STN</b>	Valores em R\$ 1,00
--	---------------------

**Unidade Concedente ou Contratante**

**Nome:** Secretaria do Tesouro Nacional

**CNPJ:** 00.394.460/0289-09      **UG/GESTÃO:** 00001 - Tesouro

**Informações sobre as transferências**

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido

Fonte:SIASG/SICONV

## 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO

### - Assuntos Corporativos

Não houve despesas executadas na UG 170.007/CODIN-STN com suprimento de fundos e com cartão corporativo nos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012.

## 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO

Não se aplica.

## 5.5 INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

## 5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

#### 6.1a Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos que refletem sobre ela

- Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1a.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012				Quantidade
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		710	9	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		710	9	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		684	6	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		25	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem vínculo (EST-04)		4	3	4
4. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44)		0	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		714	12	16

Fonte: COGEP/SPOA/MF

– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

#### Quadro 6.1a.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012

**Quadro 6.1a.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>93</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	-
1.2. Exercício de Função de Confiança (FG)	-
1.3 Outros (Especificar)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>53</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	5
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
2.5 Disposição da Justiça Eleitoral	0
2.6 Exercício Descentralizados Carreiras	45
2.7 Exercício Provisório	1
2.8 Comparecimento a congresso, conferência ou similar	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>17</b>
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	15
4.3 Licença Paternidade/Maternidade	2
4.4 Auxílio Doença (CLT)	0
4.5 Licença Premio por Assiduidade	0
4.6 Licença p/ tratamento de Saúde	0
4.7 Licença Gestante (art 207 Lei8112/90)	0
4.8 Tratamento de Doença Especificada em Lei	0
4.9 Licença por Motivo de falecimento Pessoa da Família	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>14</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	8
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	6
5.5. Mandato classista	0
5.6 Falta não Justificada	0

<b>Quadro 6.1a.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012</b>	
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>2</b>
6.1 Suspensão Temporária Administrativa	2
6.2 Reclusão	0
6.3 Requisição	0
6.4 Exercício Parágrafo 7º ART. 93 LEI 8112/90	0
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>179</b>

Fonte: COGEP/SPOA/MF

### 6.1b Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a Estrutura de Cargos, Idade e Nível de Escolaridade

– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

<b>Quadro 6.1b.1 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</b>				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>		<b>184</b>	<b>54</b>	<b>23</b>
<b>1.1. Cargos Natureza Especial</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior</b>		<b>184</b>	<b>54</b>	<b>23</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		173	49	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		7	2	1
1.2.4. Servidores CLT-44		0	0	0
1.2.5. Sem vínculo		4	3	4
1.2.6. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas (FGR)</b>		<b>43</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (FGR)		43	9	5
2.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado (FGR)		0	0	0
2.4. Servidores de outros órgãos e esferas (FGR)		0	0	0
<b>5. Total de servidores em cargo e em função (1+2+3+4)</b>		<b>227</b>	<b>63</b>	<b>28</b>

Fonte: COGEP/SPOA/MF

- Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

<b>Quadro 6.1b.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2012</b>					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função</b>	<b>24</b>	<b>141</b>	<b>145</b>	<b>143</b>	<b>16</b>

<b>Quadro 6.1b.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2012</b>					
<b>1.1. Membros de poder e agentes políticos</b>	0	0	0	0	0
<b>1.2. Servidores de Carreira</b>	24	140	145	143	16
<b>1.3 Servidores com Contrato Temporário</b>	0	0	0	0	0
<b>1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado</b>	0	1	0	0	0
<b>2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>4. Cargos em comissão</b>	<b>4</b>	<b>96</b>	<b>82</b>	<b>41</b>	<b>4</b>
<b>4.1. Cargos Natureza Especial (NES)</b>	0	0	0	0	0
<b>4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)</b>	3	89	69	22	1
<b>4.3. Funções gratificadas (FGR)</b>	1	7	13	19	3
<b>4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)</b>	0	0	0	0	0
<b>4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)</b>	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>29</b>	<b>249</b>	<b>231</b>	<b>185</b>	<b>20</b>

Fonte: COGEP/SPOA/MF

- Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

<b>Quadro 6.1b.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2012</b>										
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>65</b>	<b>399</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>1.1. Membros de poder e agentes políticos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>1.2. Servidores de Carreira</b>	0	0	1	2	65	398	0	1	1	0
<b>1.3 Servidores com Contrato Temporário</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado</b>	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
<b>2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Cargos em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>203</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>4.1. Cargos Natureza Especial (NES)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)</b>	0	0	0	0	6	176	0	1	1	0
<b>4.3. Funções gratificadas (FGR)</b>	0	0	0	1	15	27	0	0	0	0

<b>4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2+3+4)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>86</b>	<b>620</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: COGEP/SPOA/MF

#### **LEGENDA**

##### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

#### **6.1c Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos**

- Custos associados à Manutenção dos Recursos Humanos

<b>Quadro 6.1c.1 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</b>											
Tipologias/ Exercícios		Despesas Variáveis									
		Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2012	R\$ 46.509.906,29	R\$ 0,00	R\$ 3.771.091,63	R\$ 1.329.750,20	R\$ 1.078.879,36	R\$ 895.306,38	R\$ 0,00	R\$ 944,34	R\$ 83.693,87	R\$ 53.669.630,87
	2011	R\$ 73.610.256,01	R\$ 0,00	R\$ 5.924.049,72	R\$ 2.183.094,70	R\$ 1.704.958,08	R\$ 1.338.229,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 103.718,31	R\$ 84.864.306,70
	2010	R\$ 73.493.882,74	R\$ 0,00	R\$ 6.269.603,62	R\$ 2.261.941,14	R\$ 1.762.973,05	R\$ 866.920,88	R\$ 0,00	R\$ 6.047,77	R\$ 56.651,47	R\$ 84.718.020,67
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores Cedidos ou com Licença</b>											
Exercícios	2012	R\$ 22.056.643,79	R\$ 0,00	R\$ 1.835.594,41	R\$ 624.375,66	R\$ 492.069,57	R\$ 579.840,24	R\$ 0,00	R\$ 1.508,62	R\$ 99.627,59	R\$ 25.689.757,88
	2011	R\$ 23.651.324,21	R\$ 0,00	R\$ 2.016.589,81	R\$ 649.075,21	R\$ 522.194,17	R\$ 678.926,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.550,18	R\$ 27.598.659,86
	2010	R\$ 24.238.668,61	R\$ 0,00	R\$ 2.178.666,14	R\$ 717.750,19	R\$ 558.855,22	R\$ 612.213,12	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00	R\$ 57.245,10	R\$ 28.367.398,38
<b>Servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS)</b>											
Exercícios	2012	R\$ 33.553.253,58	R\$ 0,00	R\$ 3.220.764,27	R\$ 1.059.209,27	R\$ 687.762,88	R\$ 392.721,01	R\$ 0,00	R\$ 1.199,87	R\$ 19.750,26	R\$ 38.934.710,14
	2011	R\$ 32.770.244,46	R\$ 0,00	R\$ 3.299.190,18	R\$ 1.142.919,13	R\$ 685.334,77	R\$ 373.726,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.732,03	R\$ 38.284.147,28
	2010	R\$ 21.320.888,97	R\$ 0,00	R\$ 2.520.108,30	R\$ 912.403,15	R\$ 463.615,91	R\$ 90.430,86	R\$ 0,00	R\$ 189,00	R\$ 558,97	R\$ 25.308.195,16
<b>Servidores ocupantes De Função Gratificada (FGR/FCT/RGM)</b>											
Exercícios	2012	R\$ 5.973.573,05	R\$ 0,00	R\$ 510.221,78	R\$ 217.441,71	R\$ 163.600,34	R\$ 136.010,53	R\$ 0,00	R\$ 513,01	R\$ 13.038,55	R\$ 7.014.457,77
	2011	R\$ 5.799.341,77	R\$ 0,00	R\$ 466.858,07	R\$ 167.280,01	R\$ 160.898,96	R\$ 148.609,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.115,21	R\$ 6.761.103,87
	2010	R\$ 5.641.777,18	R\$ 0,00	R\$ 519.904,64	R\$ 158.237,06	R\$ 170.091,07	R\$ 119.523,57	R\$ 0,00	R\$ 6.624,13	R\$ 13.317,95	R\$ 6.629.475,60

Fonte:COGEP/SPOA/MF

#### **6.1d** Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações relativas aos servidores inativos e pensionistas constarão do Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – COGEP/SPOA/MF.

#### **6.1e** Cadastramento no SISAC dos dados pertinentes aos Atos de Admissão e Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão

Não se aplica.

#### **6.1f** Providências Adotadas para identificar eventual Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

#### **6.1g** Providências Adotadas nos casos identificados de Acumulação Remunerada de Cargos

Não se aplica.

#### **6.1h** Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

A gestão dos processos de trabalho de recursos humanos é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda – COGEP/MF. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN tem feito gestões junto à COGEP para a adoção de políticas de controle de absenteísmo, acidentes de trabalho, demandas trabalhistas e doenças ocupacionais bem como a criação de indicadores de desempenho funcional, satisfação e motivação.

### **6.2 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SOBRE O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

- Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra

### Quadro 6.2.1 – Locação de Mão-de Obra

Unidade Contratante
Nome: SAMF - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

UG Gestão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal	CNPJ:00394460/049230
---	----------------------

Informações sobre os Contratos											Situação		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Indetif. Do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F			M		S	
							P	C	P	C		P	C
2009	12	Apoio Adm.	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013			6			Vigente	
2009	12	Assist. Adm.	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013			26			Vigente	
2009	4	Copeira	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013		16				Vigente	
2009	12	Garçom	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013		5				Vigente	
2009	2	Mot. Exec. Diurno	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013		1				Vigente	
2009	2	Mot. Exec. Noturno	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013		1				Vigente	
2009	5	Recepcionista	10167.000973/2007-84	04.370.972/0001-29(Delta)	01/04/2009	31/03/2013		6				Vigente	
2011	12	Analista Pleno	10167.002441/2011-68	00.339.291/0001-47(Juiz de Fora)	03/08/2011	02/02/2012					3	Emergencial(Encerrado)	
2011	12	Analista Júnior	10167.002441/2011-68	00.339.291/0001-47(Juiz de Fora)	03/08/2011	02/02/2012					2	Emergencial(Encerrado)	
2011	12	Analista Sênior	10167.002441/2011-68	00.339.291/0001-47(Juiz de Fora)	03/08/2011	02/02/2012					1	Emergencial(Encerrado)	
2012	12	Analista Pleno	10167.000067/2012-47	00.087.163/0001-53(APECÊ)	30/01/2012	27/07/2012					3	Emergencial(Encerrado)	
2012	12	Analista Júnior	10167.000067/2012-47	00.087.163/0001-53(APECÊ)	30/01/2012	27/07/2012					1	Emergencial(Encerrado)	
2012	12	Analista Sênior	10167.000067/2012-47	00.087.163/0001-53(APECÊ)	30/01/2012	27/07/2012					1	Emergencial(Encerrado)	

Fonte:SAMF/MF

Observação: Os contratos são geridos pela SAMF/MF

- Composição do Quadro de Estagiários

<b>Quadro 6.2.2 – Composição do Quadro de Estagiários</b>	<b>STN - ETG-66</b>				
<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</b>				<b>Despesa no exercício</b>
	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>(em R\$ 1,00)</b>
<b>1. Nível superior</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>38</b>	<b>R\$ 287.675,03</b>
<b>1.1 Área Fim</b>	37	42	43	38	R\$ 287.675,03
<b>1.2 Área Meio</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
<b>2. Nível Médio</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>R\$ 23.810,85</b>
<b>2.1 Área Fim</b>	0	0	0	0	R\$ 0,00
<b>2.2 Área Meio</b>	4	4	5	15	R\$ 23.810,85
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>41</b>	<b>46</b>	<b>48</b>	<b>53</b>	<b>R\$ 311.485,88</b>

Fonte: COGEP/SPOA/MF

## **7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO**

Não se aplica.

## **8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E DO CONHECIMENTO**

### **8.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

#### **8.1a Planejamento da Unidade**

A STN dentre outras atribuições institucionais destaca-se pela gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Além disso, com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das suas diversas atribuições finalísticas, realizou ações de TI durante todo o exercício, dentre as quais se destacam a modernização da infraestrutura tecnológica da STN, a elaboração do PETI (em andamento) e o aperfeiçoamento do modelo de Gestão de TI.

Com efeito, a STN, durante o ano de 2012, empreendeu ações de modernização dos seus ambientes de TI com vistas a garantir sempre maiores índices de disponibilidade e confiabilidade das soluções tecnológicas que dão suporte ao trabalho de seus analistas. Nesse contexto, podemos destacar diversas atividades durante o ano, entre eles o aumento da capacidade de tráfego da rede local do Tesouro Nacional, a ampliação da capacidade do nosso Centro de Dados e aquisição hardware e software, enfim, todas as atividades relacionadas à manutenção e ampliação da infraestrutura existente.

#### **8.1b Perfil dos Recursos Humanos envolvidos**

O ano de 2012 tornou-se emblemático para a área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional, uma vez que o problema de evasão de servidores acentuou-se bastante durante o período. Tivemos baixa de 04 Analistas de Finanças e Controles que foram cedidos para outros órgãos através de concurso público e/ou concurso interno de remoção; e, 7 técnicos terceirizados, mão-de-obra importante para o desempenho das atividades da área de TI, que tiveram seus

contratos encerrados tendo em vista o cancelamento do contrato do Ministério da Fazenda com a empresa prestadora de serviço.

Durante o exercício de 2012, o corpo técnico funcional da COSIS recebeu várias baixas terminando o ano contando apenas com 58 profissionais, sendo 51 servidores da carreira (43 AFCs e 8 TFCs), 3 empregados requisitados do SERPRO, 1 servidor do Ministério da Fazenda, 3 terceirizados. Além disso, contamos ainda com 7 estagiários que executam apenas serviços de apoio. Cabe salientar ainda, que dos 43 AFCs da área de TI, 3 deles possuem horário especial reduzido por serem pessoas com deficiência, conforme § 2º do Art. 98 da Lei 8.112 de 11/12/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Redação dada pela Lei nº 9.527, 10.12/97).

Com isso, a questão de pessoal da área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional passa a ser um problema cada vez mais preocupante, uma vez que a Coordenação dispõe de pessoal reduzido para execução de suas atividades.

Do universo de servidores da carreira, do quadro do Ministério e requisitados, verificamos que 56 possuem Graduação Superior, sendo que 30 destes (cerca 53%) possuem Graduação em TI. Além disso, verificamos um grande número de servidores com especialização e mestrado na área de Tecnologia da Informação conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 8.1b.1**

<b>Quantitativo de Servidores - COSIS</b>	
Total de Servidores	58
Integrantes da Carreira	51
Graduados	56
Graduados em TI	30
Graduados com Especialização	29
Graduados com Especialização em TI	23

Fonte: STN/COSIS

No tocante ao Plano de Capacitação do corpo técnico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional, continuamos com a realização de treinamentos nos diversos segmentos de TI, sendo eles Gestão de TI, Desenvolvimento de Software, Infraestrutura de TI com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento e capacidade técnica de seu pessoal especializado. Dentre os cursos oferecidos neste ano de 2012, podemos destacar a participação do nosso corpo técnico em cursos de Gestão de Projeto e Gestão de pessoas com foco em resultados.

Outro ponto importante a destacar foi a especialização do nosso pessoal de desenvolvimento de software em metodologias ágeis onde tivemos vários técnicos participando de cursos de aperfeiçoamento como o Scrum Alliance's Certified ScrumMaster com participação de 4 servidores e o curso de requisitos ágeis com participação de mais 4 servidores.

O quadro abaixo apresenta os cursos oferecidos juntamente com o quantitativo de participantes nos cursos.

**Quadro 8.1b.2**

SEGMENTO DE TI	CURSOS	QUANTITATIVO DE TREINANDOS
Gestão de TI	9	14
Desenvolvimento de Software	9	23
Gestão de Contratos	1	1
Infraestrutura de TI	1	5
Administração Orçamentária e Financeira e Gestão do SIAFI e Outros	7	13

Fonte: STN/COSIS

### 8.1c Segurança da Informação

Para o segmento de Segurança da Informação, destacamos também diversas atividades registradas durante o exercício de 2012:

- Elaboração de Procedimentos de Instalação e Configuração de Servidores e Aplicativos e Utilitários do CDTN

Diante da crescente demanda de produção de novos serviços no CDTN, houve a necessidade de elaboração de Procedimentos Operacionais (PoP's) com a finalidade de documentar todas as etapas de instalação, configuração e produção de servidores, aplicativos e utilitários existentes no CDTN. Está sendo utilizada versão preliminar de ferramenta ITIL ITop para armazenamento dos artefatos gerados.

### **8.1d** Desenvolvimento e Produção de Sistemas

A atuação da Secretaria no que concerne ao macroprocesso Tecnologia da Informação compreende o planejamento de TI, englobando elaboração do plano estratégico, definição dos padrões tecnológicos, especificação e aquisição de soluções tecnológicas e ainda, os processos de:

- Gestão das demandas de TI, englobando o recebimento, a classificação, a consultoria técnica, o acompanhamento do atendimento da demanda e a entrega da solução / serviço demandado;
- Gestão do suporte técnico prestado aos usuários de TI, visando a capacitação do próprio usuário nas soluções de TI fornecidas;
- Gestão de projetos de TI, contemplando as fases de iniciar, planejar, executar, controlar e finalizar os projetos;
- Gestão da segurança de dados, executando inspeções, realizando back up e restore, e mantendo a base de dados segura;
- Gestão de desenvolvimento de sistemas, planejando os desenvolvimentos, realizando as implementações, fazendo testes e homologações dos sistemas;
- Gestão de infraestrutura e operação de TI, planejando a arquitetura da infraestrutura, realizando as instalações dos equipamentos, instalando e atualizando os sistemas e softwares, gerenciando espaço em disco e realizando manutenções planejadas;
- Gestão de contratos de TI, englobando a aquisição de bens e serviços, o controle da execução das soluções contratadas e emitindo pareceres sobre os contratos, podendo finalizá-los, suspendê-los ou cancelá-los;
- Gestão da qualidade de produtos, serviços e processos de tecnologia da informação, gerando e mantendo normas e procedimentos relativos à TI, definindo e controlando os níveis de qualidade de produtos e serviços, definindo e controlando os indicadores dos processos de TI.

Os sistemas estruturantes da Secretaria são planejados e apoiados pela área de tecnologia da informação do Tesouro Nacional. A gestão desses sistemas e sua governança são exercidas por servidores da carreira de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, aprovado pelo Comitê Diretivo de TI (CDTI), cujos membros são constituídos pela alta direção do Tesouro Nacional.

Cabe salientar que o novo PETI, que guiará o planejamento das ações de TI do Tesouro Nacional para o triênio 2013-2015, encontra-se ainda em fase de elaboração em razão do atraso na aprovação da fonte de financiamento junto ao Banco Mundial para viabilizar a contratação de consultoria que irá auxiliar na elaboração do PETI. O processo de contratação iniciou-se em dezembro de 2012 com expectativa de término da elaboração do documento para o ano de 2013.

Neste ano, tendo em vista as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4/2010; e considerando a necessidade de garantir o alinhamento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação e os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional à

Estratégia Geral de TI da Administração Pública Federal, houve a publicação da Portaria nº 496, de 14 de Agosto de 2012 (Cria o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação), e Resolução nº 1, de 27 de Março de 2012 (Aprova o Plano Diretor de Tecnologia de Informação 2012/2013). Em decorrência desses normativos, houve a adequação da regulamentação dos critérios de alteração no SIAFI, por meio da publicação da Portaria nº 495, de 14 de Agosto de 2012 (Comitê de Análise de Demandas do SIAFI).

As decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento de sistemas guardam harmonia entre as ações relacionadas à Tecnologia da Informação e os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, a saber: estabelecer prioridades relativas à Tecnologia da Informação; aprovar e revisar periodicamente o Plano de Ações de TI e aprovar as metas conjuntas e coordenadas de forma alinhadas entre a Tecnologia da Informação e as áreas finalísticas.

Com vistas a alinhar as ações relacionadas à Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional, aperfeiçoando o processo de desenvolvimento e manutenção do SIAFI, a STN instituiu o Comitê de Análise de Demandas do SIAFI através da Portaria nº 495, de 14 de Agosto de 2012, que aprova a regulamentação dos critérios de alteração no SIAFI e institui o Comitê de Análise de Demandas do SIAFI, normativo específico para tratar as demandas do principal sistema do Tesouro Nacional.

Constituído pelos coordenadores-gerais da COSIS, CCONT e COFIN e pelo Subsecretário de Assuntos Corporativos, esse Comitê tem a competência de analisar as demandas de alterações do sistema que: afetem o processo de abertura de um novo exercício; afetem o exercício corrente ou excedam a um esforço de trabalho estabelecido na citada Portaria.

A STN despense recursos para o aperfeiçoamento constante dos sistemas informatizados de que dispõe para o efetivo cumprimento de suas atribuições finalísticas. São exemplos mercedores de destaque os sistemas de gerenciamento de haveres e de dívida pública do governo federal (Haveres, GERIR, DPI, Agrícola, Elabora) e o Sistema de Operações do Tesouro Nacional (SOTN).

Esses processos exigem não só ações corretivas, que visem à eliminação de falhas em rotinas e funcionalidades, como também procedimentos evolutivos, que permitam a adequação dos sistemas a mudanças conjunturais no mercado financeiro, a novos ordenamentos jurídicos, bem como a alterações em diretrizes de políticas governamentais. Vale citar, ainda, a necessidade de incorporação de soluções tecnológicas mais modernas, a fim de garantir não só a manutenção dos níveis de serviços hoje prestados, como também a evolução dos referidos sistemas, em termos de segurança e eficiência das informações processadas.

Uma atividade que mereceu destaque no ano de 2012 foi o início do projeto SICONFI que irá substituir o atual SISTN e tem como principal finalidade aprimorar a coleta e a publicidade de dados contábeis e fiscais dos entes da federação, necessários para verificar o cumprimento de disposições da LRF e limites constitucionais, bem como para elaborar estatísticas fiscais segundo compromissos e acordos internacionais. O planejamento da primeira *realease* do sistema está previsto para 2013 e o projeto tem previsão de término em 2014.

No fim do ano de 2012 foi lançado o novo Sítio Eletrônico do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.gov.br/>) na internet, com novo design, mais moderno e possibilitando maior acessibilidade e transparência na divulgação das informações da STN. Foi feito um trabalho visando melhorar a navegabilidade do sítio com a criação de mecanismos automatizados para alimentação e atualização de conteúdo de forma simples e segura. Além disso, foram adicionados recursos de acessibilidade, tudo isso com os objetivos de que as informações sejam apresentadas de forma tempestiva e consistente quando acessadas.

## PROJETOS CONCLUÍDOS

Durante o ano de 2012 a área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional atacou em diversas frentes buscando sempre uma maior eficiência no desempenho de suas atividades, seja

por por meio das aquisições de equipamentos mais modernos e/ou desenvolvimento de programas visando a automatização dos seus processos para atingir os objetivos finalísticos da entidade. Foram concluídos 15 projetos durante o ano e outros 16 continuam em andamento, cabendo salientar que todos os projetos foram iniciados sempre em consonância com as necessidades da instituição, alguns destes ainda em andamento, mas outros foram concluídos dentro do ano dentre os quais podemos destacar os seguintes projetos concluídos:

- Projeto Novo SIAFI – Fase I

Um dos projetos mais importantes da área de Tecnologia da Informação, o Novo SIAFI teve no ano de 2012 dois importantes marcos: a entrada em produção da primeira versão, que iniciou seu funcionamento em 02 de Janeiro, e o desenvolvimento da versão 2, concluindo assim a Fase I que contemplou a substituição do módulo CPR e a Programação Financeira. A versão I, que foi a primeira a rodar em plataforma baixa, trouxe ainda ganhos significativos com relação aos aspectos de interoperabilidade, com a disponibilização de webservices seguindo os padrões e-Ping que vêm sendo evoluídos juntamente com o sistema. Dessa forma as extrações foram padronizadas e houve um incremento na segurança nas integrações entre o SIAFI e os demais sistemas.

- Projeto Substituição Tributária para GDF (DAR de Arrecadação de ICMS)

O Projeto tinha como objetivo viabilizar a retenção do ICMS sobre serviços de comunicação pelos órgãos públicos federais, por meio do DAR. Esta rotina atende a Estados que tenham na Legislação a previsão da substituição tributária para os órgãos da União e que também façam adesão ao convênio do ICMS.

O diferencial da rotina (arrecadação por meio de DAR) é que, além do financeiro, o ente recebe um arquivo com o detalhamento qualitativo da arrecadação, o que possibilita melhor controle pelo Estado.

- Projeto Compensação de Precatórios

Projeto solicitado pelo Conselho da Justiça Federal, em consonância com da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para tratar da nova sistemática de retenção do Imposto de Renda na fonte, visando permitir compensações e retenções aplicável aos beneficiários de pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor.

Este projeto tinha por objetivo alterar as transações ATUINDPROC e ATUPROCJUD do SIAFI para adequação ao novo procedimento relativo à execução de precatórios, em observância às novas disposições impostas pela Emenda Constitucional nº 62/09. O Projeto foi finalizado em abril de 2012.

- Projeto Termo de Cooperação – Transferência de crédito orçamentário entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal

Projeto finalizado em Setembro de 2012, foi criado para atender a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 342, de 5 de novembro de 2008 e tinha como principal objetivo criar rotina contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI para registrar e controlar as transações realizadas por meio de Termo de Cooperação e Transferências Legais. A rotina contábil do Termo de Cooperação possibilita a vinculação entre a execução orçamentária e a financeira, por meio das contas de controle 193110208 - COTA DE REP.A PROG.POR DESCENT. EXTERNA (UG emitente) e 293110208 - COTA DE REP.A PROGRAMAR POR DESC. EXTERNA (UG favorecida).

A transferência de crédito a que se refere o Termo de Cooperação é denominada descentralização externa, também conhecida como “destaque”, e será realizada no SIAFI por meio

da Nota de Movimentação de Crédito - NC. Por sua vez, a liberação dos recursos financeiros será realizada por meio de repasse através da Nota de Programação Financeira – PF. A celebração, a transferência de crédito, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação e a prestação de contas não serão registrados no Portal dos Convênios – SICONV, motivo da criação da presente rotina no SIAFI. Além do Termo de Cooperação, instrumento que não depende de lei para sua formalização, o presente projeto tratou também a rotina das Transferências Legais. Assim o Termo de Concessão de Apoio Financeiro (instrumento firmado no âmbito da Agência Nacional do Cinema – ANCINE), o Termo de Adesão (instrumento firmado no âmbito do Ministério do Trabalho) e as demais transferências legais também foram tratados pelo presente projeto.

### 8.1e Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

#### Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

**Quadro 8.1e.1**

<b>Programa</b>	2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional
<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas
<b>Descrição</b>	Manutenção e desenvolvimento de sistemas diversos, utilizados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que dão suporte às diversas atividades finalísticas da Instituição, dentre as quais poderíamos destacar a gestão dos haveres da União, o controle da dívida pública, do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
<b>Unidades executoras</b>	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Betânia Gonçalves Xavier
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	COSIS/CODIN
<b>Beneficiários</b>	Todos os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e gestores que necessitam de informações oriundas da STN

Fonte: STN/COSIS

- Ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional

Esta ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, dentre as quais destacam-se a gestão de haveres e obrigações e o endividamento dos estados e municípios. Consiste basicamente na contratação de terceiros para manter e desenvolver os serviços de Tecnologia da Informação e Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura; treinamento e aquisição de softwares. As Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2012 foram:

- Serviços de Desenvolvimento de Software:** Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas;

- b) **Serviços de Produção:** Produção dos serviços web da STN; produção dos sistemas internos (DPI, SOTN, Dívida Agrícola, Elabora e Gerir) e apoio técnico ao serviço de produção;
- c) **Serviços de Infraestrutura:** Disponibilização de links de comunicação; administração do servidor de mensagens; aquisição de hardware; e
- d) **Serviços de Diversos:** Locação de equipamentos, aquisição de softwares; aquisição de hardware; serviço de certificação digital e capacitação dos servidores efetivos.

Em 2012 o orçamento aprovado perfaz um total de R\$ 41.591.764,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e noventa e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais), nas rubricas custeio e investimento, sendo que o valor empenhado nessa ação foi de R\$ 38.933.499,61 (trinta e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos), desse total foram pagos R\$ 32.584.039,63 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, trinta e nove reais e sessenta e três centavos). O detalhamento a seguir apresenta resumidamente os valores empenhados por tipo de serviço contratado:

**Quadro 8.1e.2**

<i>Contrato/Serviços</i>	<i>Executado em 2012 em R\$</i>	<i>% do Total</i>
<b>Produção dos Sistemas e Outros Serviços Contratados ao SERPRO</b>	<b>35.830.578,30</b>	<b>92,03%</b>
<b>Outros Serviços Contratados</b>	<b>3.102.921,31</b>	<b>7,97%</b>
<b>Total</b>	<b>38.933.499,61</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

- Ação 2086 – Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

**Quadro 8.1e.3**

<b>Programa</b>	2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional
<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
<b>Descrição</b>	Manutenção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é um importante instrumento de administração orçamentária e financeira da União e que oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando segura a contabilidade da União e viabilizando a gestão orçamentária e financeira a cargo das diversas unidades de administração da União. Ligados ao sistema encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
<b>Unidades executoras</b>	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Betânia Gonçalves Xavier
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	COSIS/CODIN
<b>Objetivos</b>	Manter o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), garantindo a sua produção e manutenções corretivas e evolutivas.
<b>Beneficiários</b>	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 70.000 usuários do SIAFI.

Fonte: STN/COSIS

Esta ação orçamentária consiste basicamente na gestão dos serviços e sistemas em produção que compõem o Complexo SIAFI no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura e serviços técnicos complementares. Os créditos dessa ação são destinados exclusivamente a cobrir despesas com o contrato firmado com o SERPRO, não havendo, portanto, despesas com outro fornecedor.

Em 2012 o orçamento aprovado perfaz um total de R\$ 141.193.034,00 (cento e quarenta e um milhões, cento e noventa e três mil e trinta e quatro reais), nas rubricas custeio e investimento, sendo que o valor empenhado nessa ação foi de R\$ 141.089.357,07 (cento e quarenta e um milhões, oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sete centavos), desse total foram já foram pagos R\$ 120.137.722,95 (cento e vinte milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos), conforme pode ser detalhado a seguir:

**Quadro 8.1e.4**

Item	Despesa Empenhada (R\$)	% da Despesa
1. Produção do SIAFI – Operacional, Gerencial e Educacional	101.659.350,59	72,05%
2. Produção Sistemas Internos (SOTN, Custos, SISCARP)	15.530.717,06	11,01%
3. Produção Serviços WEB	2.073.575,15	1,47%
4. Manutenção e Desenvolvimento de Software	12.444.896,89	8,82%
5. Demais Serviços (Apoio, Consultoria, Homologação, outros)	9.380.817,38	6,65%
<b>Total</b>	<b>141.089.357,07</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

- Ação 3599 – Novo SIAFI

**Quadro 8.1e.5**

<b>Programa</b>	2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional
<b>Tipo</b>	3599 - Novo SIAFI
<b>Finalidade</b>	O projeto visa atender com flexibilidade e eficiência às exigências da administração orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como exercer controle dos ativos e passivos do Tesouro Nacional, contribuindo cada vez mais para a transparência dos gastos públicos.
<b>Descrição</b>	Planejamento, elaboração e implantação do projeto do novo sistema "SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI" que venha a imprimir modernidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
<b>Unidades executoras</b>	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800) e Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Maria Betânia Gonçalves Xavier
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	COSIS/CODIN
<b>Beneficiários</b>	Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Pública Federal e todos os 70.0000 usuários do SIAFI.

Fonte: STN/COSIS

Após a implantação da primeira versão em janeiro de 2012, contemplando o módulo CPR – Contas a Pagar e receber - a Fase I do projeto Novo SIAFI foi concluída em 15 de Dezembro de 2012 com a implantação da versão 2. Os destaques da nova versão são:

- a) Desativação do CPR antigo, finalizando o período de convivência que se deu durante o ano de 2012;
- b) Evolução do módulo CPR;
- c) Alteração nos layouts dos webservices e evolução do módulo Submissão Batch. Dessa forma as possibilidades de integração de outros sistemas com o SIAFI foram ampliadas e melhoradas; e
- d) Implantação do módulo de Programação Financeira.

O projeto foi executado no âmbito do contrato 43.033/2009.

Em 2012 o orçamento aprovado perfaz um total de R\$ 34.441.289,00, nas rubricas custeio e investimento, sendo que o valor empenhado nessa ação foi de R\$ 31.596.636,00, desse total foram pagos R\$ 29.480.811,66, conforme pode ser detalhado a seguir:

**Quadro 8.1e.6**

Item	Valores Pagos (R\$)	% do Total de Despesas
<b>1. Ambiente Novo CPR (Produção, Homologação, Treinamento e demais serviços)</b>	R\$ 27.935.154,26	<b>94,76%</b>
<b>2. Desenvolvimento Novo CPR</b>	R\$ 1.045.932,44	<b>3,55%</b>
<b>Total</b>	<b>29.480.811,66</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

- Outras Ações - Sistema Integrado da Dívida Pública – SID

**Quadro 8.1e.7**

Tipo	Desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública - SID
<b>Finalidade</b>	Automatizar, apoiar e controlar as atividades, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relacionadas à gestão da Dívida Pública.
<b>Descrição</b>	Planejamento, contratação e desenvolvimento do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID. O projeto visa construir um sistema de informação unificado, que contenha ferramentas integradas de software especialmente desenhadas para atender as crescentes e complexas necessidades da gestão da dívida pública. A fase 1 do projeto contempla o núcleo operacional do sistema, enquanto a fase 2 compreende os módulos especializados.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério da Fazenda
<b>Unidades executoras</b>	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação - COSIS Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV (170601) Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS (170800)
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	CODIV/COSIS
<b>Beneficiários</b>	Áreas gestoras da Dívida Pública no âmbito da STN.

Fonte: STN/COSIS

No exercício de 2012 houve a implantação e operacionalização da fase 1 do Sistema Integrado da Dívida Pública- SID, tendo sido realizadas manutenções evolutivas e a migração do estoque da dívida contratual e mobiliária.

## **9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Não se aplica.

## 10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU E EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

#### 10.1a Deliberações do TCU

Quadro 10.1a.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-010.751/2009-5	73/2009	9.1	DE	Ofício de Requisição nº 3.553/ 2011
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Encaminhamento do Projeto Executivo e do RAP (Relatório de Avaliação do Projeto) atualizados, referentes ao Novo SIAFI.					
Providências Adotadas					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Atendimento feito pelo Memo COSIS nº 121/2012 e Ofício COGER nº 372/2012					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
O cronograma de execução do projeto encontra-se em dia.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC-027.921/2010-7	1039/2011	9.1, 9.2, 9.3 e 9.7	DE	Aviso nº 379/2011 e Ofício nº 352/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<ul style="list-style-type: none"><li>- Monitorar e avaliar possíveis impactos da dinâmica orçamentária e financeira da Administração Pública Federal na execução dos projetos do PROSUB.</li><li>- Elaborar proposta legal, em conjunto com outros órgãos, para garantir a alocação de forma continuada, visando a assegurar a conclusão dos projetos.</li><li>- Acompanhar os cronogramas de execução contratual e monitorar os custos de eventuais contingenciamentos.</li><li>- Assegurar a exequibilidade dos grandes projetos de Defesa e evitar a ocorrência de execuções antieconômicas.</li><li>- Abster-se de transferir recursos das fontes “compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos” e “compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural” para a amortização da DPMFI.</li><li>- Promover estudos para utilização da fonte de recursos 142.</li></ul>					
Providências Adotadas					

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Enviado o Ofício COGER nº 123/2012 contendo o Memo COFIN/STN nº 9/2012 com os esclarecimentos necessários		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>		
Acompanhamento dos possíveis impactos		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
003		2308/2010		DE	Aviso nº 480/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Preenchimento e envio eletrônico de dados de apoio referentes à Tecnologia da Informação.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A COSIS/STN efetuou o preenchimento e envio dos referidos dados eletronicamente e efetuou a confirmação dos mesmos por meio do Memo nº 54/2012.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Monitoramento de governança de TI					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
004	013.603/2012-4	2.029/2011		DE	Ofício nº 4-527/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicita informações atualizadas acerca do cumprimento do Acórdão acima citado – devolução em dobro dos valores subvencionados.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					

Enviado o Ofício COPEC/STN nº 8/2011 ao Banco do Brasil solicitando a mencionada devolução em dobro, e o Memorando nº 271/2012 à Assessoria Especial de Controle Interno sobre a questão.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

O Banco do Brasil, a quem caberia encaminhar os recursos, está ciente da determinação do TCU.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC-022.631/2009-0	482/2012	9.3.1, 9.3.2 e 9.5	DE	Ofícios de nº 99 e 100/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Procedimentos de inscrição no CADIN de inadimplentes e eliminação de pendências na referida inscrição.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Enviados os Ofícios de nº 166 e 350/2012 da COAFI/STN à AGU para atendimento das determinações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atualização das informações no CADIN.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC-009.641/2012-2	661/2011	9.2	DE	Ofício nº 145/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Solicita esclarecimentos a respeito da manutenção de recursos fora da Conta Única por órgãos públicos federais.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício COGER/STN nº 140/2012 com os esclarecimentos necessários.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhor compreensão da dinâmica de controle dos recursos financeiros.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

<b>Gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC-031.410/2011-1	2.564/2011	Relatório Fiscalização 904/2011	RE	Ofício Diligência nº 180/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Solicita manifestação acerca de Relatório de Levantamento Preliminar referente a TI e ao sistema SID.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Enviados o Ofício COGER/STN nº 280/2012 com a NotaTécnica COGER/STN nº 718/2012 com os esclarecimentos necessários.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhor compreensão da estrutura de TI da STN.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC-017.174/2010-4	1.384/2012	9.1	RE	Ofício nº 225/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Promover, no âmbito do SIAFI, a segregação no desdobramento dos elementos de despesa 77 e 76 da atualização monetária e da correção cambial, atualmente agrupados no subelemento 99.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
A CCONT/STN já disponibilizou no SIAFI 2013 os desdobramentos requeridos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhor qualidade da informação contábil da despesa.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	TC-009.157/2011-5	1.392/2012	9.2 e 9.3	DE	Ofício nº 234/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Estabelece limite máximo para liberação de recursos aos fundos de investimentos regionais e esclarecimentos em relação à atualização de saldos existentes nos Fundos que menciona.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado o Ofício nº 325/2012 contendo a Nota Conjunta nº 3/2012 da RFB/STN/PGFN/MI com os esclarecimentos pertinentes.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Maior transparência nas questões atinentes ao controle dos Fundos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
010	TC-008.815/2011-9	574/2012	9.2	DE	Ofício nº 269/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Solicita inclusão no SIAFI de outras moedas e o cadastramento de bancos de outros países no referido sistema.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Expedido o Ofício nº 142/2012 relatando as providências tomadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aperfeiçoamento do sistema SIAFI.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
011	TC-014.243/2011-3	4.854/2012	1.4.3 do Acórdão nº 7.273/2010	DE	Ofício nº 318/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Aceitar as justificativas da STN para não cumprimento da determinação objeto do item 1.4.3 do Acórdão 7.273/2010 e Arquivar o processo.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Apresentadas justificativas para não adoção das determinações.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Arquivamento do processo.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
012	TC-000.828/2011-4	3.304/2011	9.3	RE	Ofício nº 13/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Adequação e Conciliação do SIAFI e SICONV no registro de transferências.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Cronograma de Implantação fixado em conjunto com o MPOG vem sendo cumprido.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Os sistemas vêm apresentando maior transparência.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

013	TC-024.996/2008-1	1492/2009	9.2	DE	Ofício nº 662/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Renegocie com a Agência Estado, a fim de harmonizar o Contrato 7/2007 com a Lei 8.666/93, e promova por meio de Termo Aditivo:					
a) a inclusão no item 4 do Projeto Básico e na Cláusula Segunda do Contrato 7/2007 dos serviços de manutenção de rede constantes da proposta da Agência Estado, constante do Anexo II do Contrato;					
b) a alteração da Cláusula Quinta do Contrato 7/2007 a fim de corrigir o valor anual a ser pago à contratada para que corresponda aos produto de doze vezes o valor mensal consignado no contrato;					
c) se for o caso, o acréscimo dos serviços já contratados, porventura necessários, de acordo com o previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, precedido das devidas justificativas nos autos da contratação, alterando os valores mensais e anual pagos à contratada;					
d) informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias as providências adotadas em relação ao cumprimento da determinação exarada no subitem 9.2.1 e seguintes.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
O Ofício STN nº 125/2009 encaminhou o termo aditivo assinado em cumprimento ao Acórdão.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Melhor adequação dos termos do contrato.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
014	TC-015.640/2011-6	580/2012	9.1	DE	Ofício nº 120/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Disponibilizar no site da Internet os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
A STN vem cumprindo e disponibilizando em seu site, entendendo que cada órgão deve informar os valores de sua execução orçamentária e financeira, uma vez que possui pleno conhecimento dos valores de execução orçamentária e movimentação financeira relativas às suas respectivas unidades orçamentárias durante o exercício de 2012.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Transparência e publicidade da execução orçamentária e financeira.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

**Quadro 10.1a.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-026.069/2008-4	158/2012	9.1 e 9.2	DE e RE	Ofício nº 63/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Oriente as setoriais contábeis para que, quando da verificação do enquadramento dos empenhos não liquidados às hipóteses listadas nos incisos do art. 35 do Decreto nº 93.872/86, avaliem se as referidas despesas orçamentárias transcorreram, sob a ótica patrimonial, o estágio do fato gerador.</p> <p>- Estabeleça sistemática de verificação dos empenhos não liquidados, de forma que seja possível, quando da inscrição dos mesmos em restos a pagar, identificá-los/classificá-los em “restos a pagar exigíveis” ou “restos a pagar não exigíveis.</p> <p>- Oriente as setoriais contábeis para que, caso não seja possível verificar se os empenhos não liquidados transcorreram, sob a ótica patrimonial, o estágio do fato gerador, inscrevam os respectivos valores em “restos a pagar exigíveis”, registrando-os como despesa sob a ótica patrimonial.</p> <p>- Abstenha-se de retificar no Balanço Patrimonial o montante dos “restos a pagar exigíveis”, registrando-os como despesa sob a ótica patrimonial.</p> <p>- Ante o disposto no art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.320/1964, volte a executar, para os “restos a pagar não exigíveis”, a rotina de retificação de “restos a pagar” utilizada anteriormente ao ano de 2007.</p> <p>- Adote as providências necessárias para que todos os órgãos que arrecadem receitas públicas registrem no SIAFI e evidenciem, até 31/12/2012, mensalmente, em contas do ativo do Balanço Patrimonial, o estoque de créditos a receber, de natureza tributária e não tributária.</p> <p>- Avalie a necessidade de integração com o SIAFI dos sistemas de informação dos órgãos que arrecadam receitas públicas, com vistas ao registro tempestivo e automático dos créditos a receber, considerando a relação custo/benefício dessa integração, apresentando a este Tribunal os resultados, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhado de cronograma de implantação.</p> <p>- Em conjunto com as setoriais contábeis, realize conciliação periódica, até o fechamento contábil do mês de referência, entre os saldos contábeis dos créditos, de natureza tributária e não tributária, registrados no Ativo, com os valores de estoque de créditos dos sistemas de informação dos órgãos que arrecadam receitas públicas.</p> <p>- Verifique junto às unidades competentes, inclusive de outros Poderes, sobre as necessidades de melhorias na rotina de registro da folha de pagamento, considerando as seguintes situações:</p> <p>a) no caso de servidor cedido sem ônus, hoje os usuários têm que manter um controle manual dos valores pagos, pois não há mais o controle por conta corrente (CPF), apenas o valor total de todos os servidores cedidos. Assim, não é possível saber o valor a ser ressarcido ao Órgão cedente por cada órgão cessionário, caso seja preciso solicitar esse ressarcimento;</p> <p>b) o fato de não aparecer a célula orçamentária, antes representada pela nota de empenho, na Nota de Sistema - NS gerada para o usuário dificulta o trabalho de conferência. O servidor entra no SIAFI, na transação CONFOLHA e analisa as informações no próprio computador, olhando as telas de despesas dentro do CONFOLHA no SIAFI. Outra conta contábil utilizada para conferência da folha é 29.213.03.01 – Crédito Pago da Folha, mas nesta conta o saldo somente é registrado após a emissão dos documentos financeiros na transação CONFLUXO (Ordem Bancária, DARF, GPS, etc.);</p> <p>c) no documento FR, de reclassificação de despesa, utilizado para correção de lançamentos, deveria haver um número maior de linhas a serem contabilizadas, pois há apenas quatro linhas. Sugere-se um mínimo de doze linhas;</p> <p>d) transação CONFLUXO, após a homologação do documento FL, deveria continuar permitindo efetuar a realização dos demais documentos, não relacionados com folha de pagamento, por meio da classificação por credor ou por data e não apenas pelo número do documento hábil. Isso facilita a homologação em dias em que há folha de pagamento de pessoal, diárias e fornecedores, por exemplo, a serem pagos.</p> <p>- Oriente os órgãos quanto à constituição das provisões respectivas, ressaltando a sua importância, bem como divulgando melhor a rotina de lançamento e a forma de cálculo do montante dessas reservas.</p> <p>- Que, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 131/2009 e Resolução CFC nº 1133/2008, alterada pela Resolução CFC nº 1268/2009, inclua em notas explicativas informações relativas aos montantes da receita</p>					

reconhecida e da receita arrecadada no exercício.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Os estudos estão sendo realizados para o atendimento do referido Acórdão	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
002	TC-001.801/2012-0	726/2012	9.4	DE	Ofício nº 125/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Promover alterações no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2012, na parte específica da União, de modo a detalhar os itens patrimoniais do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro a serem considerados na apuração da disponibilidade de caixa disposta no art. 42 da Lei Complementar 101/2000					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Os estudos estão sendo realizados para promover as alterações mencionadas no citado Acórdão.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
003	TC-015.052/2009-7	747/2010	1 a 9	DE	Ofício Diligência nº 144/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Solicitação de informações relacionadas à arrecadação, renúncia de receitas, compensações e carga tributária.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
A Nota COGER/STN nº 492/2012 respondeu apenas o item 3 do citado Ofício, sendo que o Ministério da Fazenda					

solicitou pedido de reexame do conteúdo do mencionado Acórdão. Porém, o mesmo não foi acolhido pelo TCU em dezembro/2012, motivo pelo qual permanece pendente.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC-023.234/2010-5	1.891/2012	1.7	DE	Ofício nº 329/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>Determina à Controladoria-Geral da União (CGU) que informe, na Prestação de Contas da Presidente da República, relativa ao exercício de 2012, as providências adotadas pela STN quanto às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscais e da seguridade social dos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e do primeiro semestre de 2011.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Esta STN esclareceu que vem, ao longo dos últimos anos, envidando esforços no sentido de realizar continuamente a conciliação contábil da disponibilidade de todas as fontes de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Esta conciliação implica a análise minuciosa de documentos e rotinas contábeis e inclui a apresentação semestral de Demonstrativo ao TCU, nos termos do Acórdão nº 2.315/2007.</p> <p>O trabalho desenvolvido tem permitido o constante aprimoramento da metodologia adotada na referida apuração, com a identificação de rotinas que não estavam impactando a equação de conciliação e, desta forma, reduzindo as diferenças apresentadas entre o saldo da conta contábil de Disponibilidades por Fontes de Recursos constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o valor calculado para a mesma.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC-018.795/2011-0	1.979/2012	9.1, 9.4, 9.5 e 9.6	RE	Aviso nº 974/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elabore e encaminhe plano de ação, acompanhado do respectivo cronograma de implantação, visando à contabilização das sucessivas alterações na previsão da receita resultantes das avaliações bimestrais (LRF).</li> <li>- Efetue estudos, em conjunto com a SFC, para avaliar as intersecções entre as competências da contabilidade e do controle interno.</li> <li>- Efetue estudos, em conjunto com a SOF, para elaborar uma estratégia de harmonização de conceitos adotados em relatórios orçamentários e de demonstrações contábeis.</li> </ul>					

- Avalie os riscos de descontinuidade da atual reforma da contabilidade federal em razão da fragilidade normativa das novas políticas e procedimentos contábeis.
- Desenvolva estratégia para a mitigação dos riscos de descontinuidade operacional nas unidades do Sistema de Contabilidade Federal em razão de escassez e/ou de rotatividade de pessoal.
- Estabeleça e normatize os requisitos mínimos para a indicação de responsáveis pela conformidade de registros de gestão, em complemento ao disposto no art. 8º da Instrução Normativa STN 6, de 31/10/2007.
- Amplie o uso de equações na transação Consulta Contas a Regularizar (Concontir) do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a fim de abranger o máximo possível de verificações de forma automática e evitar conferências manuais de igualdades contábeis.
- Identifique e estabeleça o nível ótimo de detalhamento de itens de informação, com vistas a tornar as demonstrações contábeis consolidadas inteligíveis e de fácil análise para seus usuários, permitindo a comparação direta entre a situação patrimonial e os desempenhos orçamentário, financeiro e patrimonial da União com outras entidades contábeis de natureza e porte econômico semelhantes.
- Proceda à revisão do funcionamento da Conformidade Contábil, com o intuito de segregar restrições segundo sua natureza, em especial aquelas relacionadas a deficiências em controles internos contábeis e administrativos, falhas de contabilização, erros materialmente relevantes nas demonstrações contábeis e irregularidades na gestão financeira.
- Estabeleça requisitos mínimos informacionais para o preenchimento do campo 'Observação' dos documentos de entrada do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, de tal modo que seja possível identificar a natureza das transações registradas e a documentação pertinente.
- Implemente sistema informatizado que possibilite um controle mais adequado das participações societárias por parte da equipe da Coordenação-Geral de Participações Societárias.
- Por intermédio do Ministro da Fazenda, atualize o seu Regimento Interno de modo a retratar sua estrutura e seu funcionamento atuais.
- Crie setorial contábil específica para a análise da conformidade contábil de suas demonstrações contábeis, em especial no que se refere aos registros das participações societárias e da dívida federal.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Os estudos e ações vêm sendo executados para o atendimento do referido Acórdão.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC-015.529/2012-0	2.059/2012	9.2, 9.4, 9.5, 9.6, 9.8 e 9.10	DE	Ofício nº 920/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Descrição da Deliberação**

- Inclua, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), memória de cálculo que possibilite a reconstrução do demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias concernentes aos servidores públicos, civis e militares da União, mediante consultas ao Siafi, nas versões Gerencial e Operacional, bem como adicione instrução em seu Manual de Demonstrativos Fiscais para que tais demonstrativos sejam acompanhados de memória de cálculo, com o propósito de mitigar o risco de inconsistências nas informações publicadas no RREO e de violação da LRF.
- Evidencie, no relatório de Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio dos Servidores Públicos, presente no RREO, a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre a contribuição de militares para pensões, tendo em vista o que estabelece a LRF.
- Aumentar a duração do período prospectivo da projeção atuarial do RPPS publicada no RREO, de modo similar ao período contemplado na avaliação atuarial presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tendo em vista o aumento, que pode advir da implementação da referida mudança, no nível de transparência das informações concernentes à sustentabilidade deste regime previdenciário.

- Publicar, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), um demonstrativo específico das receitas e despesas referentes ao regime próprio dos servidores públicos civis e outro demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias associadas aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal e a LRF.
- Inclua a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece a LRF.
- Regule os procedimentos para a elaboração de demonstrativos contábeis afetos aos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), inclusive o fluxo de caixa, segregando as informações referentes ao RGPS daquelas associadas às contas do INSS, como estabelece a LRF.
- Passe a efetuar o registro contábil das despesas com os benefícios previstos nos arts. 65 a 73 da Lei nº 8.213/1991, que são pagos pelos empregadores (e que devem ser tratados como despesa da Previdência Social), bem como, no cômputo da arrecadação, que passem a demonstrar os valores de salário família e salário maternidade que são objeto de dedução das receitas arrecadadas (e que, considerando serem os valores dos benefícios contabilizados como despesa, devem ser contabilizados como receita da Previdência Social), conforme tratado no item 3.3.1 do relatório.
- Contabilize os recursos arrecadados relacionados à aposentadoria especial, conforme o disposto no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, evidenciando, no fluxo de caixa do INSS ou em outros demonstrativos, o resultado das receitas arrecadadas de acordo com o que estabelece o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 e no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, e as despesas com os benefícios, previstos nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/1991 (aposentadoria especial) ou concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho (benefícios acidentários).
- Aprimore a sistemática de cálculo da renúncia efetiva de receitas previdenciárias, de maneira a permitir sua apuração mensalmente, e possibilitem evidenciar o montante de renúncias previdenciárias efetivas nos demonstrativos dos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), publicados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), tendo em vista o grande volume de renúncias previdenciárias, o impacto que elas exercem sobre o déficit do RGPS, a necessidade de garantir equilíbrio financeiro e atuarial do regime (art. 201, **caput**, da CF/88), o preceito de transparência nas contas públicas (art. 1º, § 1º, da LRF), a atribuição do Sistema de Contabilidade Federal de evidenciar a renúncia de receitas (art. 15, inciso VII, da Lei nº 10.180/2001), e a obrigação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de divulgar informações atualizadas sobre receitas, despesas e resultados do RGPS (art. 80, inciso VII, da Lei nº 8.212/1991).
- Separe e classifiquem contabilmente as receitas provenientes das contribuições dos segurados especiais daquelas recolhidas pelos produtores rurais pessoa física, referidos na alínea “a” do inciso V do art. 12 e no inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212/1991, respectivamente.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Os estudos e ações vêm sendo executados para o atendimento do referido Acórdão, que se encontra dentro do prazo.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

--

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC-028.289/2011-0	1.931/2012	9.4	RE	Aviso nº 892/2012 e Memo AECI/MF nº 113/2012

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

**Descrição da Deliberação**

Elabore análise periódica sobre a gestão da reserva global de reversão (RGR).

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
---	---------------------

Secretaria do Tesouro Nacional	073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Avaliação está sendo feita a respeito de qual será a melhor forma de implementar a recomendação do TCU, em função até mesmo da edição recente da MP 579, que trará impacto direto sobre as questões relativas a RGR.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC-031.410/2011-1	3.132/2012	9.1 e 9.2	RE	Ofício nº 493/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomenda ações em relação ao aperfeiçoamento do SID (Sistema Integrado da Dívida) e à política de TI (Tecnologia da Informação).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os estudos e ações vêm sendo executados para o atendimento do referido Acórdão, que se encontra dentro do prazo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	TC-022.684/2010-7	3.071/2012	9.3	DE	Ofício nº 461/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Especifique, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas de compensação decorrentes do aumento permanente de receita ou da redução permanente de despesa, adotadas na concessão e sucessivos aumentos da subvenção concedida ao BNDES por meio da Lei 12.096/2009, em cumprimento ao art. 17, § 2º, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p> <p>- Especifique, em conjunto com a Secretaria do Orçamento Federal (SOF), no relatório quadrimestral a que se refere o art. 9º, § 4º, c/c o art. 1º, § 1º, ambos a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as medidas de compensação voltadas ao aumento permanente de receita ou à redução permanente de despesa em vista da concessão e aumentos de subsídios financeiros e creditícios que vierem a ser realizados em cada quadrimestre.</p> <p>- Informe ao Tribunal, em 60 (sessenta) dias, os impactos sobre as dívidas públicas bruta e líquida da União decorrentes das operações de crédito ao BNDES realizadas a partir de 2008, evidenciando as variações dos montantes a cada exercício até 2012, e explicitando as consequências associadas às alterações observadas, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.</p>					

- Informe ao Tribunal, até 31 de março de cada exercício a partir de 2013, os impactos no ano anterior sobre as dívidas públicas bruta e líquida da União decorrentes das operações de crédito ao BNDES realizadas a partir de 2008, explicitando as consequências associadas às alterações observadas, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.

- Conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das operações de crédito da União ao BNDES realizadas a partir de 2008, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.

- Conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das subvenções concedidas pela União por meio do BNDES, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.

- Explícite, a partir de 2012, nos relatórios e demonstrações contábeis da União, inclusive para fins de informação no Balanço Geral da União, o montante bruto total dos benefícios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das operações de crédito do Tesouro Nacional ao BNDES realizadas a partir de 2008, conforme o art. 15 da Lei 10.180/2001, c/c o art. 3º do Decreto 6.976/2009.

- Encaminhe ao TCU, em 60 (sessenta) dias, esclarecimentos acerca da divergência entre as datas informadas para liquidação e pagamento dos valores das equalizações relativas ao exercício de 2009, devido às subvenções concedidas por meio da Lei 12.096/2009 e alterações, em desconformidade ao que dispõe a Portaria MF 87/2011.

<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Encaminhamento das Notas COPEC/STN nº 976/2012 e Ofício COGER/STN nº 34/2012 com informações e esclarecimentos solicitados e envio de Pedido de Reexame por meio do Ofício nº 389/2012	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
010	TC-039.151/2012-3	3.403/2012	9.6	DE	Ofício nº 555/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determina manifestação a respeito dos riscos fiscais, tanto para Estados/Municípios como para a União, em relação às operações de crédito externo, quando analisadas as capacidades de pagamento dos entes.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Resposta sendo elaborada dentro do prazo (16/2/2013).					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
011	TC-007.130/2012-0	1.204/2012	capítulo 7, item VIII, alínea j.	DE	Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo da República – 2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Efetue estudos com vistas a avaliar, quanto aos aspectos técnicos, sobre a possibilidade de implementar alterações na metodologia de apuração dos valores dos ingressos e dispêndios extraorçamentários na elaboração do Balanço Financeiro, a fim de propiciar o exercício efetivo da gestão, controle e transparência da gestão dos recursos públicos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Foram realizados estudos internamente na CCONT, referentes aos valores de restos a pagar para verificar a viabilidade de mudança na metodologia de elaboração do Balanço Financeiro. Concluiu-se que, devido às inúmeras e complexas alterações que irão acontecer na contabilidade pública, tais como a implantação do novo Plano de Contas e das novas demonstrações contábeis, essa alteração na metodologia de apuração será adotada juntamente com essas novas mudanças.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

## 10.1b Relatórios de Auditoria da CGU

**Quadro 10.1b.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nota de Auditoria nº 201206220/001	1 e 2	Nota de Auditoria nº 201206220/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Inclusão da Nota de Auditoria nos autos dos processos de nº 17944.000340/98-70 e 17944.000602/99-03, que se referem a possibilidade de prescrição ou não do direito de duas empresas de receberem supostas dívidas do Estado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
A STN/COFIS/GEROB elaborou a Nota Técnica de nº 540/2012, encaminhando os autos dos referidos processos à PGFN para consulta de natureza jurídica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A não realização dos pagamentos até o pronunciamento final da PGFN.			

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
002	RAv nº 02/2012	5	Aviso nº 638/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Manifestação a respeito de alguma informação com restrição de divulgação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A STN encaminhou o Memorando nº 527/2012 à AECI/MF com o pronunciamento solicitado.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Aperfeiçoamento dos controles internos da Unidade.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
003	249929	3.1.1.1	Relatório de Auditoria nº 249929
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar revisão do PRODOC de modo que o mesmo reflita todas as alterações (quanto a produtos, fontes de financiamento, valores, prazos, etc) implementadas no projeto.</li> <li>- Fazer um Plano de Trabalho Anual – PTA para cada exercício financeiro, de modo que fique evidenciado o que está previsto para ser executado em cada ano e o que já foi executado em anos anteriores.</li> <li>- Quando da produção do próximo Relatório de Progresso, apresentar no relatório financeiro os valores totais gastos pelo PREMEF em cada produto específico do PRODOC.</li> <li>- Compatibilizar o orçamento do projeto com as mudanças que foram implementadas no PREMEF.</li> </ul>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
- Efetuada a Revisão Substantiva “F”, no exercício de 2010, a qual se encontra em vigor e cuja vigência se estende até 31/12/2012. A citada Revisão alterou produtos, fontes de financiamento, valores e prazos.			

- O Plano de Trabalho constante da citada Revisão estabelece os produtos que se pretende executar no exercício de 2011 e 2012. Já a Matriz Lógica e a Matriz de Progresso do Projeto identificam os valores já executados, bem como a previsão orçamentária.

- No relatório de Progresso, informamos os valores globais gastos no PREMEF. No entanto, enviamos Quadro especificando os valores totais gastos em cada produto específico, de forma a complementar a informação.

- Conforme já informado a revisão Substantiva "F" procedeu à compatibilização do orçamento do projeto às mudanças implementadas.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Aperfeiçoamento dos controles internos da Unidade.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	SA nº 201.206.220/005	1	Solicitação de Auditoria nº 201.206.220/005
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Apresentação, em estágio atual, da proposta de planejamento de investimentos do Fundo Soberano do Brasil – FSB			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhamento da referida proposta de investimentos à CGU por meio do Ofício COFSB/STN nº 8/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior transparência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.7.2.1	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Manter atualizadas, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das Ações Orçamentárias integrantes dos Programas sob sua responsabilidade.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>1. A consecução do Projeto se fez mediante a celebração do contrato 43.033/2009 e seus aditivos, firmado com a empresa SERPRO, e que tem por objeto a realização dos serviços de definição da arquitetura do sistema Novo SIAFI; especificação, construção e preparação da implantação da Fase 1 do Novo SIAFI e serviços relativos a atividades de iniciação, planejamento, controle e acompanhamento do projeto.</p> <p>2. Os 27% do executado fisicamente no Exercício, que corresponde a 37,32% da execução financeira, decorrem da entrega e aprovação dos produtos ProdEspCPRMsg, ProdPlanoCapacidade, ProdEspTABELAS pagos respectivamente em julho e setembro de 2010; além do pagamento em dezembro das ordens de serviço nº 01 e 02 de 2010, referentes à primeira parte da construção do CPR.</p> <p>3. Por fim as restrições que interferiram no desempenho da ação e, conseqüentemente, no alcance do objetivo do projeto, no período em questão, foram de ordem institucional e de controle, visto que ajustes decorrentes de realinhamento interno no Ministério da Fazenda ou contidos em recomendações do Tribunal de Contas da União geraram a necessidade de adaptar atividades programadas e a própria estratégia de construção do CPR tanto por esta unidade gestora quanto pela empresa contratada, fato esse que refletiu em algum nível de retrabalho em produtos elaborados e redefinição daqueles em elaboração.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Melhor controle da execução físico-financeira.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

**Quadro 10.1b.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
001	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.13	Ofício nº 19.457
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Aprovar, publicar e divulgar a todos os servidores a Política de Segurança da Informação (PSI), em conformidade com a Instrução Normativa n.º 01 GSI/PR, de 13 de junho de 2008, e com o Decreto n.º 3.505, de 13 de junho de 2000.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Com o advento da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011, de 18/11/2011) a STN está revendo a sua Política de Segurança de Informação tendo em vista as implicações da nova Lei.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>	

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
002	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2	Ofício nº 19.457
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Realizar estudos de dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, impacto das vacâncias, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
A STN conseguiu autorização para a realização de concurso público com 255 vagas para Analistas de Finanças e Controle, sendo o mesmo realizado por meio do Edital ESAF nº 88/2012.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
003	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.5	Ofício nº 19.457
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar e aprovar um novo Planejamento Estratégico para Tecnologia da Informação - PETI para a Unidade Jurisdicionada – UJ.</li> <li>- Quando da atualização do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, proceder a identificação de todos os potenciais riscos bem como definir as medidas para mitigar seus impactos.</li> </ul>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como resposta, a Unidade Jurisdicionada encaminhou CD com cópia da referida documentação.</li> <li>- Os estudos estão sendo realizados.</li> </ul>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

## **10.2 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**

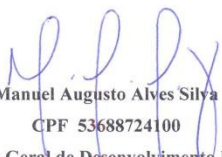
Relativamente ao cumprimento do Item 8, Parte A, Anexo II, DN 107/2010, cabe informar que esta Secretaria deu cumprimento ao inciso VII, art. 1º da Lei nº 8.730, de 10.11.1993, encaminhando a declaração de bens, com indicação das fontes de renda, de todos os servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional em 31.12.2012. Ressalta-se a possibilidade do agente público autorizar o acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e as

suas retificações presente no inciso I, art. 1º da Portaria MP/CGU nº 298, de 06.09.2007, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

### **10.3 DECLARAÇÃO REFERENTE À ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV**

O Quadro a seguir apresenta a declaração pertinente.

#### **Quadro 10.3.1 – Declaração SIASG/SICONV**

<b>DECLARAÇÃO</b>
<p>Eu, Manuel Augusto Alves Silva, CPF nº 53688724100, Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade Gestora 170007 – CODIN – estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 18 de março de 2013.</p>
<p> Manuel Augusto Alves Silva CPF 53688724100 Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional Secretaria do Tesouro Nacional</p>

## 11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE

Com vistas à disseminação da NBC T 16.9 – **Depreciação, Amortização e Exaustão**, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, a CCONT/SUCON desenvolveu atividades de instrutoria nas oficinas disponibilizadas a todas as unidades gestoras nacionais, durante as seis versões da Semana Orçamentária (evento institucional), realizadas pela Escola de Administração Fazendária (Esaf) em vários Centros de Treinamento Regional da Esaf espalhados pelo País. A Unidade encarregou-se também da coordenação de instrutorias nos treinamentos de igual natureza realizados pelo Centresaf-DF.

Foram desenvolvidas rotinas, elaboradas orientações normativas e realizados cursos de capacitação de modo que a Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações começassem a aplicar os procedimentos previstos na NBC T 16.9. Como resultado dessa ação verificou-se aumento nos valores registrados referentes à depreciação de bens móveis, evidenciado nas demonstrações contábeis de 2012, devido ao crescente interesse dos órgãos/entidades envolvidos que atuaram eficientemente no contexto da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

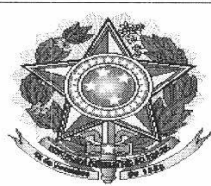
Em 23/08/2012 CCONT/SUCON inseriu no Siafi a Macrofunção 02.03.34 – Bens de Infraestrutura, que trata de contabilização dos recursos públicos aplicados na construção ou produção de bens de uso comum, conforme preceitua a NBC T 16.10 – **Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público**, aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008.

Tendo em vista que o controle da contabilização da depreciação dos bens imóveis encontra-se a cargo da Secretaria do Patrimônio da União, em 30/11/2012 realizou-se um encontro entre representantes da Subsecretaria de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional (SUCON) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) com objetivo aprofundar a discussão acerca dos procedimentos contábeis utilizados para reconhecimento, mensuração, depreciação e baixa do valor contábil dos bens imóveis da União, registrados no Sistema Spiunet, de modo a sedimentar a rotina da depreciação nos sistemas de controle patrimonial de bens imóveis da SPU.

No contexto de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, a CCONT/SUCON passou a enviar mensalmente à Secretaria de Patrimônio da União – SPU arquivos eletrônicos com extração dos bens imóveis de uso especial, registrados no Siafi, para a devida compatibilização com os dados do Sistema Spiunet.

O Quadro a seguir apresenta declaração do Contador do Ministério da Fazenda a respeito da aplicação dos critérios contábeis.

#### Quadro 11.1.1 – Declaração Critérios Contábeis



Ministério da Fazenda  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil  
Coordenação de Análise Contábil

### 11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

#### Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

**a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;**

As Unidades Jurisdicionadas a esta Setorial de Contabilidade de Unidade Gestora e de Órgão atendem parcialmente as NBC T acima indicadas, a saber:

a.1) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

a.1.1) Depreciação: está em uso a aplicação desse procedimento;

a.1.2) Amortização: não está em uso a aplicação desse procedimento;

a.1.3) Exaustão: inexistência de ativos que possam ensejar a aplicação desse procedimento.

a.2) NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

a.2.1) As unidades gestoras têm a sua disposição (página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet) normativos e manuais publicados pela Coordenação-Geral de Contabilidade da STN/MF, além dos meios de consulta disponibilizados àquela CCONT/STN e a esta Setorial de Contabilidade para dirimirem as dúvidas quanto ao adequado registro contábil dos atos e fatos administrativos.

A confirmação da integral utilização dos critérios e procedimentos estabelecidos na supracitada NBC T é tarefa de difícil afirmação, considerando os diversos aspectos que caracterizam a execução financeira e patrimonial na Administração Pública Federal. A esse respeito relaciono alguns exemplos:

- Não exigência dos profissionais que atuam nas áreas de execução financeira e patrimonial da formação técnica em ciências contábeis, profissionais esses responsáveis em primeira instância pela análise, interpretação e registro dos atos e fatos administrativos (registros da liquidação da despesa; recolhimento de contribuições e impostos; apropriação da folha de salários; reconhecimento, atualização e baixa de ativos e passivos; registro de contratos, convênios e termos congêneres; registros no estoque e patrimônio etc);
- Impossibilidade de acompanhamento tempestivo por esta Setorial de Contabilidade dos inúmeros registros contábeis efetivados diariamente no universo das 384 unidades gestoras, função executora, deste Ministério (SE, SAIN, SEAE, SPE, CARF, RFB, PGFN, STN, ESAF e CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais). Ainda nesse sentido, cabe acrescentar a necessidade de uma certificação *in loco* dos registros efetuados e dos procedimentos adotados para registro;
- Estrutura física desta Setorial de Contabilidade incompatível com as atribuições previstas na Lei nº 10.180/2001, Título IV, Capítulo I, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal dentre outros, e pelo Decreto nº 6.976/2009, que regulamenta o referido Sistema, associada ao elevado número de unidades gestoras jurisdicionadas, as quais possuem diversidade e particularidades operacionais (créditos tributários - RFB, dívida ativa – PGFN, dívidas interna e externa – CODIV/STN, participações acionárias – COPAR/STN, empréstimos e financiamentos – COFIS e COAFI/STN, receitas operacionais – ESAF, acordos de cooperação – UCP/SE e STN, disponibilidade financeira Conta Única – COFIN/STN, despesas administrativas e convênios – operações comum a todas as unidades gestoras etc).

**b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;**

b.1) Amortização: procedimento a ser implementado após a conclusão das rotinas pertinentes a implantação da depreciação.

**c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo**

Ativo Permanente – Bens Móveis

c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

c.2) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações não previstos na norma da anterior.

**d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;**

d.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

**e) As taxas utilizadas para os cálculos;**

e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil(anos)	Valor Residual(10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laboratoriais e hospitalares.	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipamentos e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos. de montaria	10	10

142124800	Veículos diversos	15	10
142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

**f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;**


Conforme explicações evidenciadas na letra "a", subitem "a.2", as informações solicitadas são de difícil indicação. É importante destacar que as inovações impostas pelo novo arcabouço normativo contábil estão sendo gradativamente implementadas, condicionadas à conclusão de procedimentos já iniciados e, principalmente, a reestruturação da Setorial de Contabilidade.

**g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.**

Sobre esse tópico cabe esclarecer que atualmente ele corresponde a um levantamento numérico/saldo para compor o Relatório Mensal da Setorial de Contabilidade, não apresentando nenhum aspecto crítico/analítico dos dados apurados, a saber:

g.1) Abrange o aspecto numérico da depreciação e das provisões de férias e da gratificação natalina, apurados mensalmente e de maneira consolidada das Unidades Fazendárias, Órgão 25000-Ministério da Fazenda.

g.2) Abrange o aspecto numérico da apuração anual da depreciação, das provisões de férias e da gratificação natalina, da provisão sobre os créditos tributários lançados e administrados pela RFB, a provisão para perdas da dívida ativa apurados na PGFN e a provisão para perdas de empréstimos e financiamentos apurados na COFIS/STN.

Data	Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2013
Assinatura	 <b>Paulo Roberto Campos Moreira</b> Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 011634/D-9

## **11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL REFERENTE À ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Quadro 11.2.1 – Declaração do Contador**



Ministério da Fazenda  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil  
Coordenação de Análise Contábil

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):	Código da UG :		
Secretaria do Tesouro Nacional	170007, 170403, 170453, 170508, 170510, 170512, 170526, 170600, 170601, 170700, 170701, 170702, 170703, 170705 e 170804		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Durante o exercício de 2012 não foram realizadas análises das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico em razão da inexistência dos mesmos no SIAFI, transações BALANSINT e CONBALANUG, e pela ausência de estrutura compatível as atribuições previstas na Lei nº 10.180/2001, Título IV, Capítulo I, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal dentre outros, e pelo Decreto nº 6.976/2009, que regulamenta o referido Sistema, situação essa devidamente evidenciada nas Notas Técnicas nº 18/2006 e nº 1/2009 desta Setorial de Contabilidade de Órgão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	26 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 011634/0-9	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF

### 11.3 POSIÇÃO DA UNIDADE COMO DETENTORA DE INVESTIMENTO PERMANENTE EM OUTRAS SOCIEDADES

Não se aplica.

## 12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

#### - Dívida Pública

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA - CONSULTAS

Durante o exercício de 2012, foi dada continuidade a atendimentos e consultas a respeito da Dívida Pública, em sua maioria referentes a apólices e títulos antigos com a finalidade de responder e solucionar questionamentos do público em geral – evitando, assim, ônus ao Tesouro Nacional e a terceiros de boa fé, tendo como beneficiários a Gestão da Dívida Pública e a sociedade em geral.

As consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

**Quadro 12.1.1 – Classificação das Mensagens**

Classificação das Mensagens	Quantidade
<b>Ouvidoria Do MF</b>	
	<b>TOTAL</b>
Fale Conosco do Tesouro	312
OUVIDOR - email Institucional	194
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	37
<b>Questionamentos recebidos via Protocolo STN</b>	
Títulos Antigos da Dívida Interna e Externa, LTN, DL. 6.019-43	76
<b>Respostas através de correspondências oficiais</b>	
PFN/PGFN/AGU/CGU/PF/TRT - demandas judiciais	31
<b>Total Geral</b>	<b>650</b>

Fonte: STN/CODIV – Posição em 31/12/2012

## DEMONSTRATIVO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DA UNIÃO

- Contratação Direta (Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens)

A União contratou, durante o exercício de 2012, operações de crédito externo no valor total de US\$ 93 milhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**Tabela 12.1.1**

<b>FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2012</b>			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	30/1/2012	Programa de Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal – PROSIS (MPOG)	28.600.000,00
BIRD	1/3/2012	Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia Mineral – PROJETO META (MME)	49.504.127,00
BID	26/3/2012	Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – MP-SPU	15.000.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>93.104.127,00</b>

Fontes:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2012.

Na tabela abaixo seguem as Doações recebidas no ano de 2012.

**Tabela 12.1.2**

DOAÇÕES - 2012			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BIRD	17/4/2012	Projeto de Diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais por meio do CNJ (Doação)	450.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>450.000,00</b>

Fontes:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2012.

Segue abaixo uma tabela constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2012, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

**Tabela 12.1.3**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2012									
US\$ milhões									
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732	5	3.125,08	1.315,00	415,40	93,1
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0	1,27	0,45
<b>TOTAL</b>	<b>1.190,97</b>	<b>2.355,76</b>	<b>1.310,38</b>	<b>732,44</b>	<b>8,44</b>	<b>3.125,46</b>	<b>1.315,00</b>	<b>416,67</b>	<b>93,55</b>

Fontes:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2012

- Concessão de Garantias

### 1. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2012 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 11.266,72 milhões destinados aos Estados (87,68%), Municípios (5,3%) e Entidades Controladas (7,02%).

TABELA 12.1.4					
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2012					
US\$ Milhões					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>8.411,22</b>	<b>4.085,01</b>	<b>7.401,63</b>	<b>2.188,93</b>	<b>11.266,72</b>
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2012.

Abaixo segue a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2012, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

TABELA 12.1.5					
CONTRATOS DE GARANTIA EXTERNA - ASSINADOS EM 2012					
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado equivalente em USD	Descrição

JICA BZ-P19	SABESP	23/2/2012	JPY	389.831.688,91	Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética
2646/OC-BR	Governo do Estado do RJ	20/3/2012	USD	451.980.000,00	Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM
2586/OC-BR	Município São Bernardo do Campo	21/3/2012	USD	21.600.000,00	Programa de Modernização e Humanização da Saúde do Município São Bernardo do Campo
CAF-HORTOLAN	Município Hortolândia	9/4/2012	USD	22.132.000,00	Programa de Infra-Estrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia
8142-BR	Governo do Estado de PE	13/4/2012	USD	500.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco
2676/OC-BR	Governo do Estado do AM	16/3/2012	USD	280.000.000,00	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III - Bacia do Igarapé do São Raimundo
CAF-FORT-PRO	Município de Fortaleza	14/5/2012	USD	50.000.000,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Fortaleza
CAF-FORT-DRE	Município de Fortaleza	14/5/2012	USD	45.100.000,00	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza
8128-BR	Governo do Estado do PI	15/5/2012	USD	350.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí
2370/OC-BR	Governo do Estado de RO	25/5/2012	USD	6.231.000,00	Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial do Estado de Rondônia - PROFISCO-RO
8135-BR	Governo do Estado de PE	18/6/2012	USD	100.000.000,00	Projeto Pernambuco Rural Sustentável
2295/OC-BR	Governo do Estado da BA	27/6/2012	USD	10.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia - PDA
2482/OC-BR	Município do Rio de Janeiro	5/7/2012	USD	150.000.000,00	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP III
AFD 1031	Município de Toledo	31/7/2012	EUR	7.174.918,49	Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo
2746/OC-BR	Município de Blumenau - SC	22/8/2012	USD	59.000.000,00	Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau
2438/OC-BR	Governo do Estado do TO	30/8/2012	USD	99.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado de Tocantins - PRODOESTE
CAF-APG-VIA	Município de Aparecida de Goiânia	31/8/2012	USD	35.000.000,00	Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão do Santo Antonio de Aparecida de Goiânia
JICA BZ-P20	Governo do Estado do PA	4/9/2012	JPY	190.493.325,59	Projeto Ação Metrópole - segunda etapa
8117-BR	Governo do Estado do RJ	5/9/2012	USD	600.000.000,00	Adicional ao Programa Estadual de Transportes - PET 2
BANKAMERIMT	Governo do Estado de MT	10/9/2012	USD	478.958.330,51	Reestruturação de parte das dívidas do Estado de Mato Grosso oriundas de leis federais
8155-BR	Governo do Estado do RS	11/9/2012	USD	480.000.000,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul
8113-BR	Governo do Estado de SE	13/9/2012	USD	70.275.000,00	Programa Águas de Sergipe
CAF-RJN-PRV	Governo do Estado do RJ	13/9/2012	USD	319.675.000,00	Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro - Pro-Vias
CAF-RJN-NAT	Governo do Estado do RJ	13/9/2012	USD	100.000.000,00	Facilidade Regional de Financiamento para o Atendimento Imediato a Emergências Ocasionalmente por Fenômenos Naturais

2700/OC-BR	CEEE-D	19/9/2012	USD	130.556.650,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-D
AFD CBR 1045	CEEE-D	26/9/2012	USD	87.457.986,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-DISTRIBUIÇÃO
8124-BR	Governo do Estado do CE	3/10/2012	USD	100.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III
AFD CBR 1042	Governo do Estado do RJ	9/10/2012	USD	394.500.000,00	Apoio ao Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - PMU
FIDA I798-BR	Governo do Estado da PB	17/10/2012	SDR	24.690.429,22	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó - PROCASE
2784/OC-BR	Governo do Estado do TO	19/10/2012	USD	40.431.000,00	Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins (PMF/TO) - PROFISCO-TO
2752/OC-BR	Município de Novo Hamburgo - RS	26/10/2012	USD	23.910.000,00	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo - RS
2751/OC-BR	Município de Colatina - ES	26/10/2012	USD	11.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina - ES
8149-BR	Município de São Bernardo do Campo	29/10/2012	USD	20.820.000,00	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais - São Bernardo do Campo Project
8191-BR	Governo do Estado do RJ	30/10/2012	USD	300.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal II do Estado do Rio de Janeiro - PRODEF II
8168-BR	Município de Recife	31/10/2012	USD	130.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município de Recife
KFW - ELETRO	ELETOBRAS / ELETROSUL	1/11/2012	EUR	34.838.195,25	Complexo São Bernardo Tranches II e III
CAF-MAN-PRO	Município de Manaus	13/11/2012	USD	21.512.846,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Manaus
BBVA/DEUT-TO	Governo do Estado do TO	19/11/2012	USD	143.198.163,00	Projeto de Infraestrutura Rodoviária – PIER
CAF-RJN-COP	Governo do Estado do RJ	22/11/2012	USD	120.666.000,00	Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo 2014
8187-BR	Governo do Estado de MG	26/11/2012	USD	450.000.000,00	Terceiro Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais
CREDISUIS-MG	Governo do Estado de MG	28/11/2012	USD	1.300.000.000,00	Programa de Reestruturação da Dívida da CEMIG
AFD CBR 1046	Governo do Estado de MG	3/12/2012	EUR	227.462.279,17	Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos no Estado de Minas Gerais - CRC-CEMIG
CAF-RJN-ARC	Governo do Estado do RJ	5/12/2012	USD	200.000.000,00	Programa Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
8185-BR	Governo do Estado do TO	6/12/2012	USD	300.000.000,00	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins - PDRIS
8177-BR	Governo do Estado da BA	18/12/2012	USD	700.000.000,00	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócio-econômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO
2324/OC-BR	Governo do Estado de MT	20/12/2012	USD	15.032.000,00	Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária - PROFISCO-MT

2850/OC-BR	Governo do Estado do RS	21/12/2012	USD	200.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - PROCONFIS
2841/OC-BR	Governo do Estado da BA	21/12/2012	USD	600.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS II
AFD CBR 1043	CEEE-GT	21/12/2012	USD	59.103.957,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-GT
BANKAMERI-SC	Governo do Estado de SC	27/12/2012	USD	726.441.566,00	Refinanciamento do Resíduo da Dívida do Estado de Santa Catarina
2813/OC-BR	CEEE-GT	28/12/2012	USD	88.655.996,00	Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Área de Abrangência da CEEE-GT
<b>TOTAL (equivalente em USD)</b>				<b>11.266.728.331,16</b>	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2012.

## 2. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no montante de R\$ 26.412,80 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 98,64% foram destinados a Estados e 1,36% a Municípios. Destaque para o PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal -, que recebeu 29,25% do total contratado.

<b>TABELA 12.1.6</b>	
<b>CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2012</b>	
R\$ Milhões	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO</b>	<b>2012</b>
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>26.412,80</b>
- GARANTIAS A ESTADOS	26.053,59
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	359,21

<b>TABELA 12.1.6.1</b>					
<b>CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2012</b>					
<b>Contrato N°</b>	<b>Mutuário / Executor</b>	<b>Data de assinatura</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Descrição</b>
0723 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	25/4/2012	BNDES	168.936.000,00	Programa Emergencial de Financiamento - PEF II
0725 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/4/2012	BNDES	1.085.704.200,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - PROREDES RS.
0727 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	19.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0729 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	21.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.

0731 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	CAIXA	23.700.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0735 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/6/2012	BANCO DO BRASIL	3.645.563.000,00	PRÓ-CIDADES - Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro
0747 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/8/2012	CAIXA	415.372.248,98	Programa Saneamento para Todos
0756 PGFN-CAF	Estado de Goiás	23/10/2012	BNDES	1.500.000.000,00	Programa Especial de Apoio aos Estados – PROPAE
0763 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	5/12/2012	BNDES	500.000.000,00	Programa Paraíba Sustentável
0765 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	10/12/2012	BNDES	611.000.000,00	Programa Caminhos do Desenvolvimento - PROINVESTE e BNDES-ESTADOS
0769 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/12/2012	BANCO DO BRASIL	940.956.773,22	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE.
0772 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	69.389.583,10	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0774 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BNDES	383.202.882,73	PROINVESTE BNDES- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0776 PGFN-CAF	Município de Natal-RN	26/12/2012	CAIXA	293.000.000,00	Contrato de Financiamento nº319.162-00 - Melhoria e Ampliação do sistema de Mobilidade Urbana
0778 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	CAIXA	415.559.740,08	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0780 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BNDES	3.000.000.000,00	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0782 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	26/12/2012	CAIXA	1.069.073.425,71	Programa Art 9º N
0786 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	785.018.812,50	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0784 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	553.367.668,70	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0788 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BNDES	1.326.389.531,69	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0790 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	3.653.733.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
0792 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BNDES	469.773.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI II
0794 PGFN-CAF	Estado do Piauí	27/12/2012	BNDES	624.639.291,59	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0796 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	838.902.376,67	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0798 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BNDES	250.677.416,44	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0800 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	517.493.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

0802 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.416.670.000,00	Programa Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo
0805 PGNF-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	460.068.420,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0810 PGNF-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	365.496.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0812 PGFN-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	CAIXA	260.000.000,00	Contrato de Financiamento nº0401.394-40/12 - Saneamento Econômico da CERR - Companhia de Energética de Roraima
0815 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	CAIXA	727.920.000,00	Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC
<b>TOTAL EM REAIS</b>				<b>26.412.806.371,41</b>	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2012.

<b>TABELA 12.1.7</b>					
<b>CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2012</b>					
<b>Contrato Nº</b>	<b>Mutuário / Executor</b>	<b>Data de assinatura</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Descrição</b>
0724 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	25/4/2012	BNDES-BANCO DO BRASIL	168.936.000,00	Programa Emergencial de Financiamento - PEF II
0726 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/4/2012	BANCO DO BRASIL-BANRISUL	1.085.704.200,00	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul - PROREDES RS.
0728 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	19.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0730 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	21.600.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0732 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	18/5/2012	BANCO DO BRASIL	23.700.000,00	Programa Pró-Transporte Copa 2014.
0736 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/6/2012	BANCO DO BRASIL-BRADESCO	3.645.563.000,00	PRÓ-CIDADES - Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e da Mobilidade das Cidades do Estado do Rio de Janeiro
0748 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	15/8/2012	BANCO DO BRASIL-BRADESCO	415.372.248,98	Programa Saneamento para Todos
0757 PGFN-CAF	Estado de Goiás	23/10/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA	1.500.000.000,00	Programa Especial de Apoio aos Estados – PROP AE

0764 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	5/12/2012	BANCO DO BRASIL	500.000.000,00	Programa Paraíba Sustentável
0766 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	10/12/2012	BANCO DO BRASIL	611.000.000,00	Programa Caminhos do Desenvolvimento - PROINVESTE e BNDES-ESTADOS
0769 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	14/12/2012	BANCO DO BRASIL	940.956.773,22	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE.
0773 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	69.389.583,10	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0775 PGFN-CAF	Estado do Acre	21/12/2012	BANCO DO BRASIL	383.202.882,73	PROINVESTE BNDES- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0777 PGFN-CAF	Município de Natal-RN	26/12/2012	BANCO DO BRASIL	293.000.000,00	Contrato de Financiamento nº319.162-00 - Melhoria e Ampliação do sistema de Mobilidade Urbana
0779 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANESTES	415.559.740,08	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0781 PGFN-CAF	Estado do Espírito Santo	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANESTES	3.000.000.000,00	PROEDES - Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável
0783 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	26/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.069.073.425,71	Programa Art 9º N
0787 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Sul	26/12/2012	BANCO DO BRASIL - BANRISUL	785.018.812,50	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0785 PGFN-CAF	Estado do Tocantins	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	553.367.668,70	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0789 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.326.389.531,69	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0791 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	3.653.733.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
0793 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	469.773.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI II
0795 PGFN-CAF	Estado do Piauí	27/12/2012	BANCO DO BRASIL	624.639.291,59	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

0797 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA-BANEB	838.902.376,67	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0799 PGFN-CAF	Estado do Ceará	28/12/2012	BANCO DO BRASIL-CAIXA-BANEB	250.677.416,44	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0801 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	517.493.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0803 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	1.416.670.000,00	Programa Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo
0806 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	460.068.420,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0811 PGFN-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	365.496.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
0813 PGFN-CAF	Estado de Roraima	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	260.000.000,00	Contrato de Financiamento nº0401.394-40/12 - Saneamento Econômico da CERR - Companhia de Energética de Roraima
0816 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso	28/12/2012	BANCO DO BRASIL	727.920.000,00	Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC
<b>TOTAL EM REAIS</b>				<b>26.412.806.371,41</b>	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2012.

### 3. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2012, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação – IRB -, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC -, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER -, e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contragarantias abaixo relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo, sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012.

Tabela 12.1.8

<b>DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS</b>		<b>R\$ 1,00</b>
<b>2012</b>		<b>3º Quadrimestre Posição: 31/12/2012</b>
<b>Externa</b>		<b>48.640.267.902,94</b>
<b>Fiança ou Aval em Operações de Crédito</b>		<b>48.640.267.902,94</b>
<b>Agências Governamentais</b>		<b>2.987.597.863,43</b>
Banco Federal		2.510.727,33
Empresas Privatizadas		5.371.238,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas		2.099.941.331,43
Estatais Federais		879.774.565,79
<b>Bancos Privados</b>		<b>2.455.040.354,02</b>
Estados e Municípios e Entidades Controladas		2.091.881.211,20
Estatais Federais		363.159.142,82
<b>Organismos Multilaterais</b>		<b>43.197.629.685,49</b>
Banco Federal		255.437,50
Empresas Privatizadas		1.459.642,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas		31.979.372.017,89
Estatais Federais		11.216.542.587,22
<b>Interna</b>		<b>84.324.523.564,07</b>
<b>Fiança ou Aval em Operações de Crédito</b>		<b>44.409.122.433,41</b>
<b>Banco Federal</b>		<b>22.589.608.370,50</b>
Banco Federal		4.866.858.573,94
Estados e Municípios e Entidades Controladas		15.639.142.495,08
Estatais Federais		2.083.607.301,48
<b>Estatais Federais</b>		<b>11.288.158.915,66</b>
Estados e Municípios e Entidades Controladas		328.133.820,32
Itaipu Binacional		10.960.025.095,34
<b>Fundos Credores</b>		<b>10.531.355.147,25</b>
Estatais Federais		10.531.355.147,25
<b>Outras Garantias nos Termos da LRF</b>		<b>39.915.401.130,66</b>
<b>Exportadores</b>		<b>23.475.329.315,33</b>
Estatais Federais		600.234.034,59
Fundos Devedores		22.875.095.280,74
<b>Fundos Credores</b>		<b>14.354.852.414,82</b>
Estatais Federais		8.956.796.452,30
Fundos Devedores		648.832.298,22
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90		4.229.071.602,30
Seguros Garantias		520.152.062,00
<b>Outros Países</b>		<b>2.085.219.400,52</b>
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)		2.085.219.400,52
<b>Total geral</b>		<b>132.964.791.467,01</b>

Tabela 12.1.9

**DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS**

**2012**

R\$ 1,00

3º Quadrimestre  
Posição: 31/12/2012

<b>Externa</b>	39.935.048.964,65
<b>Fiança ou Aval em Operações de Crédito</b>	39.935.048.964,65
<b>Agências Governamentais</b>	2.516.736.511,36
Banco Federal	2.510.727,33
Empresas Privatizadas	5.371.238,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.099.941.331,43
Estatais Federais	408.913.213,72
<b>Bancos Privados</b>	2.259.448.211,20
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2.091.881.211,20
Estatais Federais	167.567.000,00
<b>Organismos Multilaterais</b>	35.158.864.242,09
Banco Federal	255.437,50
Empresas Privatizadas	1.459.642,88
Estados e Municípios e Entidades Controladas	31.979.372.017,89
Estatais Federais	3.177.777.143,82
<b>Interna</b>	41.254.565.148,57
<b>Fiança ou Aval em Operações de Crédito</b>	33.877.767.286,16
<b>Banco Federal</b>	22.589.608.370,50
Banco Federal	4.866.858.573,94
Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.639.142.495,08
Estatais Federais	2.083.607.301,48
<b>Estatais Federais</b>	11.288.158.915,66
Estados e Municípios e Entidades Controladas	328.133.820,32
Itaipu Binacional	10.960.025.095,34
<b>Outras Garantias nos Termos da LRF</b>	7.376.797.862,42
<b>Fundos Credores</b>	5.291.578.461,90
Fundos Devedores	542.354.797,60
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	4.229.071.602,30
Seguros Garantias	520.152.062,00
<b>Outros Países</b>	2.085.219.400,52
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.085.219.400,52
<b>Total geral</b>	81.189.614.113,22

4. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Ressalte-se que em 2012 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos oito anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

**TABELA 12.1.10**

**EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 a 2012**

US\$ milhões

Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2012	2004/2012

Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11,86</b>	-	-

Fonte STN/CODIV

## - Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros -COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

### Descrição dos Haveres da União perante Estados e Municípios

#### a) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- **Lei nº 8.727/93** - Refinanciamento pela União de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta, a ser pago no prazo de 20 anos. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Programa com encerramento previsto para abr/2014, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 (dez) anos, e dos contratos das dívidas vincendas assumidas da Caixa Econômica Federal ao amparo da Lei nº 8.727/93;
- **Lei nº 9.496/97** - Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras -PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.8.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de mai/2027 a out/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 (dez) anos;
- **MP nº 2.185/2001** - Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. Apesar de contar com 6 (seis) contratos com vencimentos entre 2013 e 2020, a grande maioria dos contratos do Programa apresenta vencimentos previstos para o período de jun/2029 a mai/2030, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 (dez) anos; e
- **MP nº 2.179/2001** - Crédito adquirido pela União do Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.–

BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. Programa com encerramento previsto para jul/2028.

b) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- **BIB – Brazil Investment Bond Exchange Agreement** - Acordo celebrado com base em determinação contida no Decreto nº 96.673, de 12.09.1988, e ao amparo da Resolução Senatorial nº 96, de 11.11.1993, e por intermédio dos quais foram trocadas por bônus de emissão da União, em 31.08.1989, parcelas do principal da dívida externa, vencidas entre 1987 e 1993, de responsabilidade de entidades da administração direta e indireta dos Estados e Municípios, com garantia da União. Programa com encerramento previsto para set/2013; e
- **DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos** - Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01.01.1991 a 15.04.1994, do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15.04.1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond e Par Bond*) e um de juros (*EI Bond*). Programa com encerramento previsto para abr/2024.

c) Retorno de Repasses de Recursos Externos

- **Acordo Brasil-França** - Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. O Acordo Brasil-França I possui encerramento previsto para dez/2014. Por sua vez, o Acordo Brasil-França II tem finalização prevista para dez/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dez/2021; e
- **PNAFE** - Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Programa com encerramento previsto para mar/2017.

d) Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- **Carteira de Saneamento** - Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (860 contratos, conforme posição de 31.12.2012), porém com aproximadamente 75% dos vencimentos previstos para o período de 2013 a 2015. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para fev/2025.

e) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- **Participações Governamentais** - Créditos originários de participações governamentais devidas aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, originárias da exploração de petróleo e gás natural, e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12.08.2003. No caso dos *royalties* e participação especial devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, seu pagamento está previsto até fev/2021, enquanto que no caso do

Estado do Espírito Santo, os pagamentos podem se encerrar ainda no exercício de 2013, a depender do volume produção dos poços de petróleo vinculados ao contrato de cessão de créditos firmado entre o Estado e a União. Por sua vez, no caso dos *royalties* e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dez/20.

f) Outros

- **BNDES** - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em dez/2015;
- **Crédito junto à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN:** Reestruturação de dívidas de médio e longo prazos (DMLP) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União. Débito em processo de cobrança finalizado no exercício de 2012 com o recebimento do valor total exigível, correspondente a R\$ 90.676 mil;
- **Conta de Resultados a Compensar - CRC:** Débito ressarcido pela CEMIG à União em 2012 relativo a créditos indevidos realizados na Conta de Resultados a Compensar. O valor em questão foi recebido em dez/2012 no montante total de R\$ 403.162 mil; e
- **Honra de Garantia – Operação Externa:** Ressarcimento à União de dispêndios referentes à cobertura de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional em operações externas de crédito, mediante a utilização da sistemática prevista no Aviso MF nº 87, de 15.02.1985 e sucedâneos, e em operações de crédito internas. A empresa devedora dos dispêndios em questão – a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA – está em processo de inventariança. Não há previsão de recebimentos, pois o Decreto nº 6.018/2007 estabelece que essas obrigações financeiras contraídas pela extinta RFFSA serão transferidas à STN (União). Por conseguinte, conforme previsão do referido Decreto, após manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno (CGU) sobre a exatidão dos valores devidos, as dívidas de R\$ 217.714 mil (créditos subrogados) e R\$ 15.123 mil (referente ao Acordo Brasil/França I) foram baixadas em 08.03.12 do SIAFI, conforme disposto na Nota nº 159/2012/ COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 05.03.2012.

Recuperação de Haveres relativos a Pendências Judiciais

As operações controladas pela COAFI estão distribuídas num total de 1.425 contratos (posição de 31.12.2012) e atualmente existem 166 ações judiciais, principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc, atendem estritamente ao que a legislação específica determina, e estão claramente definidos nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

*“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”*  
(g.n.)

Ademais, esses haveres contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curto prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A execução desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, a STN/COAFI registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais, que suspendem parcial ou integralmente os pagamentos à União, ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução ou providência administrativa para a cobrança, já que existem impedimentos judiciais. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU. Nesse sentido a STN/COAFI tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a Gestão de Haveres antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

Dentre as principais recuperações de haveres em trâmite judicial ao longo do exercício de 2012, destacamos aquelas relativas à CRC/CEMIG (valor recuperado de R\$ 403.162 mil) e da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (valor recuperado de R\$ 90.676 mil), já detalhadas na seção “Descrição dos Haveres da União perante Estados e Municípios”.

### Conciliação Mensal dos Haveres

Visando aperfeiçoar a gestão desses haveres financeiros a COAFI/STN realiza mensalmente a conciliação dos saldos devedores dos Programas sob seu controle. Para essa conferência são confrontadas as informações contidas nos relatórios dos agentes financeiros com os recebimentos registrados nos SIAFI, sendo geradas planilhas contendo as informações para atualização do saldo devedor naquele sistema. Com o mesmo objetivo, é verificada, por amostragem, a consistência dos recebimentos a cargo dos agentes financeiros gerando-se planilhas de conferência, conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU.

### Proposta Orçamentária versus Recebimentos no exercício de 2012

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2012 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 44,35 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 44,93 bilhões, ou seja, realização a maior de R\$ 579 milhões (1,31%) em relação ao volume orçado.

**Quadro 12.1.2 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2012**

	R\$ mil		
PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	Dif %
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.654,44	4.033,30	10,37%
<i>BIB - Brazil Investment Bond</i>	13.814,47	15.003,28	8,61%
BNDES	0,00	0,00	-

Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	532.617,39	470.912,00	-11,59%
CRC/CEMIG	0,00	403.162,29	-
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	609.143,50	677.133,41	11,16%
<i>Royalties</i> - Estado do Mato Grosso do Sul	29.035,77	33.568,84	15,61%
<i>Royalties</i> - Estado do Paraná	225.601,38	261.438,92	15,89%
<i>Royalties</i> - Estado do Rio de Janeiro	1.445.663,89	1.388.014,29	-3,99%
<i>Royalties</i> - Estado do Espírito Santo	351.187,35	413.230,87	17,67%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	6.311.341,51	3.718.234,68	-41,09%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	4.581.588,34	3.839.871,45	-16,19%
Lei nº 9.496/97	25.119.516,43	28.281.323,39	12,59%
MP nº 2.185/01	3.965.893,34	4.081.617,73	2,92%
Outros Créditos de Origem Externa	0,00	90.676,47	-
PNAFE	67.772,36	73.552,14	8,53%
BACEN/BANERJ	1.095.819,52	1.180.044,58	7,69%
<b>TOTAL</b>	<b>44.352.649,69</b>	<b>44.931.817,63</b>	<b>1,31%</b>

Fonte STN/COAFI

No Quadro Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2012 e nos Gráficos a seguir podem ser verificadas as diferenças por haver (ou grupo de haveres) entre a previsão orçamentária e os valores efetivamente recebidos em 2012. Seguem as explicações para as maiores variações:

- **Critérios adotados nas propostas orçamentárias:** As propostas orçamentárias são elaboradas segundo critérios conservadores, uma vez que a projeção de recebimentos é considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de amortização de sua dívida pública mobiliária interna;
- **Grade de Parâmetros Econômicos:** As propostas orçamentárias são construídas com base em indicadores econômicos fornecidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF/SPE (projeções para indicadores de juros, cotação do dólar e índices de preços), e pela Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COGEP (projeções para cotação do euro e do índice de preço IGP-M);
- **Variações na Receita Líquida Real:** Ao longo de 2012 foi verificado crescimento da Receita Líquida Real – RLR - dos Estados e Municípios, a qual é base para o cálculo do limite de comprometimento e para a cobrança de parte das prestações mensais pela União. No caso, verificou-se no período de jan/12 a dez/12 acréscimo de 9,81% na RLR dos Estados, e acréscimo de 11,31% na RLR dos Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro;
- **Variação no câmbio para os programas indexados ao dólar:** A taxa média de câmbio do dólar verificada ao longo de 2012 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média verificada para o dólar (1US\$ : R\$1,96) ficou 13,1% acima da cotação média prevista para 2012 (1US\$ : R\$1,73), acarretando maior receita para os Programas *BIB*, DMLP e PNAFE, indexados àquela moeda;
- **Aumento na produção de petróleo - royalties do Estado do Espírito Santo:** Em relação aos *royalties* incidentes sobre a produção de petróleo do Estado do Espírito Santo, o valor recebido ficou 17,7% acima do valor previsto para 2012. Isso é explicado basicamente pela variação cambial positiva e pelo aumento no preço, em dólares, do petróleo.

- **Aumento nos recebimentos decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica – royalties dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná:** No caso dos *Royalties* incidentes sobre a exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, os valores recebidos pelos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná ficaram 15,6% e 15,9% acima dos valores previstos para 2012, respectivamente. Isso se deve à variação média do dólar no período de 16,7%, combinada com o crescimento da geração de energia de Itaipu, na ordem de 6,17%. Outro fator que também contribuiu para a elevação dos valores recebidos pelo Tesouro Nacional, foi originado da correção da Tarifa Atualizada de Referência – TAR, publicada pela ANEEL, aplicada sobre os recursos decorrentes da compensação financeira, que sofreu reajuste de 6,64% em relação ao ano de 2011.

- **Frustração de recebimentos nas rubricas da Lei nº 8.727/93:** Em vista da obrigatoriedade de repasse de recursos vinculados à Lei nº 8.727/93 relativos aos demais credores em até 2 (dois) dias úteis, conforme previsto na Lei supra, a proposta orçamentária de 2012 contemplou para tal rubrica a expectativa de recebimento do montante adicional de R\$ 2,1 bilhões referentes à pendência judicial, cuja solução fora prevista para o início do exercício.

Por outro lado, como a parcela da Lei nº 8.727/93 referente às receitas da União não gera despesa obrigatória, para tal rubrica não foi considerado o recebimento do valor da inadimplência. Com isso procurou-se evitar a frustração de receitas, tendo em vista que os recursos da União são destinados à amortização da Dívida Pública Federal, conforme explicado no item 1.

No caso do recebimento do valor pendente de pagamento por decisão judicial, foi arrecadado pelo Tesouro Nacional em meados de dez/2011 o montante de R\$ 1,97 bilhão, sendo que 36,36% (R\$ 720 milhões) foram classificados na rubrica “Demais Credores”, e conseqüentemente, repassados aos demais credores dois dias úteis após seu recebimento.

Entretanto, na reprogramação do orçamento de 2012 realizada em mai/2012, a COAFI/STN optou por não reduzir o orçamento adicional supracitado, em vista das diversas propostas de quitação/amortização extraordinária apresentadas por mutuários da Lei nº 8.727/93, e da proximidade do encerramento do programa, previsto para abr/2014.

Nesse sentido, apesar das expectativas geradas, somente foi concretizada em 2012 a amortização extraordinária de R\$ 171 milhões do Estado do Piauí, sendo que com tal pagamento a administração direta do Estado teve suas obrigações quitadas com a União no âmbito da Lei nº 8.727/93.

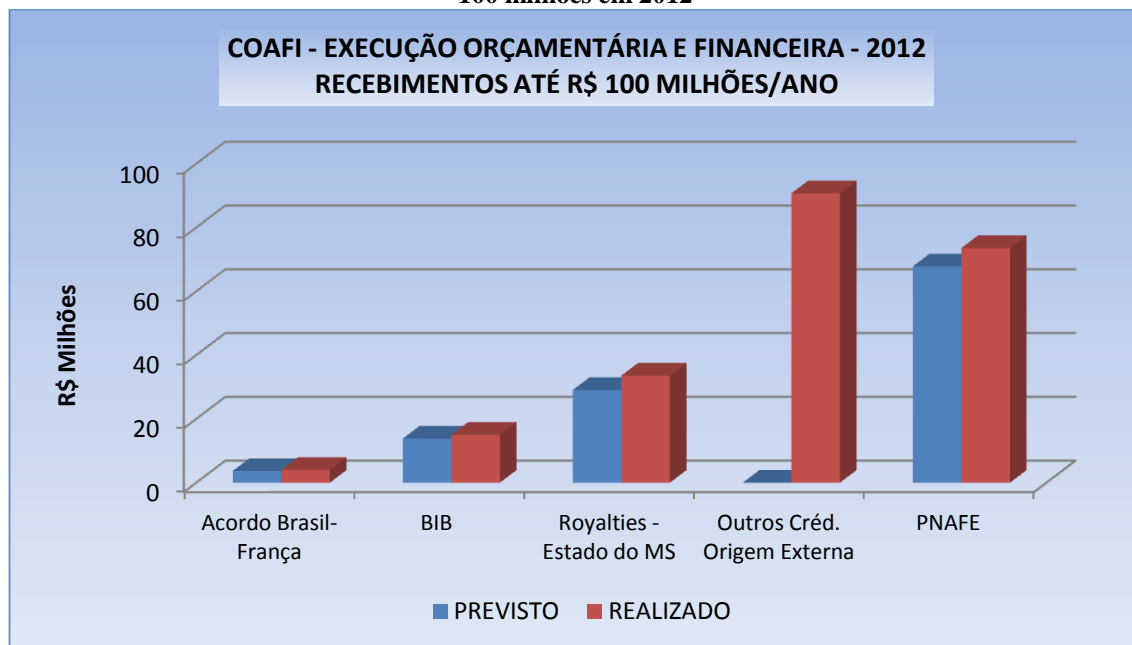
Com isso, ocorreu frustração no recebimento de receitas na rubrica de demais credores da Lei nº 8.727/93 da ordem de R\$ 2,6 bilhões (41% a menos). Como tal rubrica não é destinada à amortização da dívida pública, tal frustração não acarretou impacto nas previsões de receitas efetuadas pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN. Por sua vez, a rubrica de receitas da União teve frustração de receitas da ordem de R\$ 741,7 milhões (16,2% a menos), em vista da não ocorrência das demais amortizações extraordinárias previstas para o exercício.

- **Recebimentos a maior devido aos índices de preços – Lei nº 9.496/97:** O recebimento a maior de R\$ 3,16 bilhões (acréscimo de 12,59%) relativamente à Lei nº 9.496/97 ocorreu principalmente devido às amortizações extraordinárias totalizando R\$ 2,55 bilhões ocorridas no período: R\$ 1,48 bilhão e R\$ 967,8 milhões, realizadas respectivamente pelos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso para quitação integral de seus estoques de resíduo de limite de comprometimento e também amortização extraordinária do saldo devedor da parcela de principal das dívidas; e R\$ 93,6 milhões, realizada pelo Estado do Piauí, a qual resultou na quitação de suas obrigações com a União no âmbito do programa.

Além disso, o recebimento a maior também decorre do IGP-DI verificado ao longo de 2012, o qual ficou 63,6% acima do índice previsto no cenário utilizado para a proposta

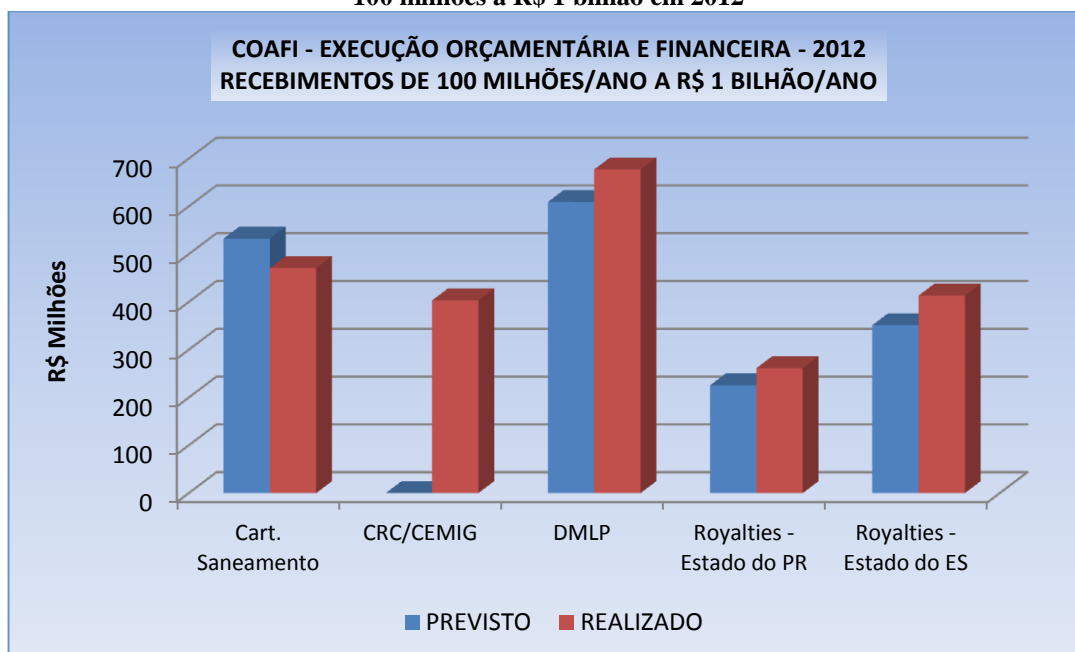
orçamentária (4,96% a.a. contra 8,11% a.a.), e o aumento de 9,81% na Receita Líquida Real – RLR – dos Estados ao longo de 2012. Cabe ainda ressaltar que, devido ao seu elevado volume, os recebimentos relativos à Lei nº 9.496/97 apresentam grande impacto nas estatísticas relativas aos haveres geridos pela COAFI/STN.

**Gráfico 12.1.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100 milhões em 2012**



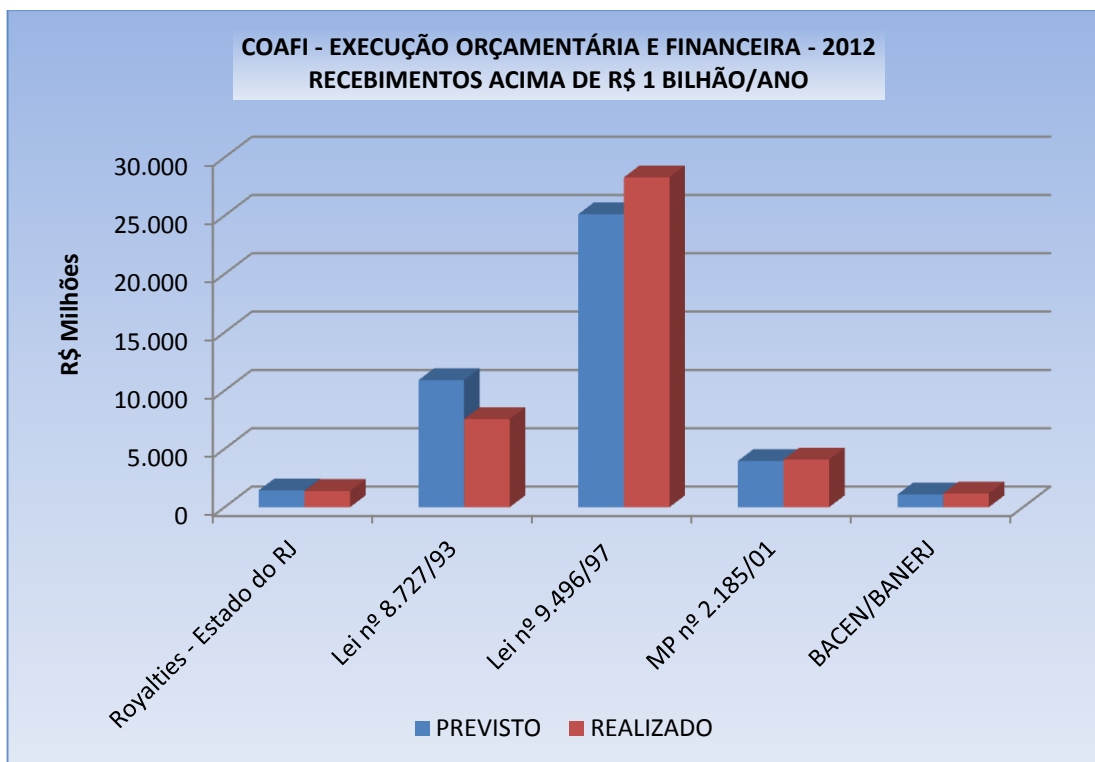
Fonte: COAFI/STN

**Gráfico 12.1.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2012**



Fonte: COAFI/STN

**Gráfico 12.1.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2012**



Fonte: COAFI/STN

### Recebimentos: Comparação do exercício de 2012 com o exercício de 2011

Na comparação da execução financeira do exercício de 2012 com o exercício de 2011, verifica-se que as receitas de 2012 ficaram 7,3% acima das receitas obtidas em 2011. Entretanto, das 17 (dezesete) rubricas listadas na tabela a seguir, 7 (sete) apresentaram variações negativas superiores a 10% no comparativo de 2011 com 2012, enquanto que 4 rubricas apresentaram variações positivas superiores a 10%. Em suma, as variações negativas apresentadas pelas demais rubricas foram basicamente compensadas pela variação positiva de 23,9% (R\$ 5,45 bilhões) no programa ao amparo da Lei nº 9.496/97.

**Quadro 12.1.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2012 versus Exercício de 2011**

R\$ mil

PROGRAMA	REALIZADO 2011	REALIZADO 2012	DIFERENÇA (%)
ACORDO BRASIL-FRANÇA	6.103,74	4.033,30	-33,9%
<i>BIB - Brazil Investment Bond</i>	14.663,66	15.003,28	2,3%
BNDES	-	-	-
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	563.806,93	470.912,00	-16,5%
CRC/CEMIG	-	403.162,29	-
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	766.933,30	677.133,41	-11,7%
<i>Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul</i>	27.438,28	33.568,84	22,3%
<i>Royalties - Estado do Paraná</i>	216.703,97	261.438,92	20,6%
<i>Royalties - Estado do Rio de Janeiro</i>	1.509.729,12	1.388.014,29	-8,1%
<i>Royalties - Estado do Espírito Santo</i>			42,2%

	290.650,71	413.230,87	
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	4.654.843,95	3.718.234,68	-20,1%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	5.013.691,04	3.839.871,45	-23,4%
Lei nº 9.496/97	22.831.324,90	28.281.323,39	23,9%
MP nº 2.185/01	4.793.038,70	4.081.617,73	-14,8%
Outros Créditos de Origem Externa	-	90.676,47	-
PNAFE	67.300,51	73.552,14	9,3%
BACEN/BANERJ	1.112.656,20	1.180.044,58	6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>41.868.885,01</b>	<b>44.931.817,63</b>	<b>7,3%</b>

Fonte: STN/COAFI

Seguem abaixo as explicações resumidas para as variações positivas e negativas superiores a 10%:

- *Acordo Brasil-França (-33,9%)*: variação negativa devido à quitação antecipada de contratos em dez/11 por parte do Estado de São Paulo;
- *Carteira de Saneamento (-16,5%)*: variação negativa devido ao encerramento de 149 (cento e quarenta e nove) contratos do programa ao longo do exercício de 2012;
- *Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP (-11,7%)*: variação negativa devido ao encerramento em 15.04.2012 do fluxo relativo ao *Debt Conversion Bond*, um dos bônus que compõem o fluxo da DMLP, implicando em menor volume de pagamentos semestrais a partir da parcela de 15.10.2012;
- *Royalties dos Estados de Mato Grosso do Sul (+22,3%) e Paraná (+20,6%)*: conforme descrito anteriormente, variações positivas devido à variação da cotação do dólar, combinada com o crescimento da geração de energia (Itaipu) e a correção da Tarifa Atualizada de Referência – TAR, publicada pela ANEEL, aplicada sobre os recursos decorrentes da compensação financeira;
- *Royalties do Estado do Espírito Santo (+42,2%)*: conforme descrito anteriormente, variação devido à variação cambial positiva e ao aumento no preço, em dólares, do petróleo, e principalmente devido ao crescimento na produção dos poços de petróleo (nesse caso, conforme explicação contida no Relatório de Gestão de 2011);
- *Lei nº 8.727/93 – Demais Credores (-20,1%) e Receitas da União (-23,4%)*: conforme descrito anteriormente, variações negativas devido à frustração de receitas (recebimento de valor aproximado de R\$ 1,9 bilhão relativo à inadimplência em dez/11, e não em 2012), e não ocorrência das amortizações extraordinárias previstas para o programa no exercício;
- *Lei nº 9.496/97 (+23,9%)*: conforme descrito anteriormente, variação positiva de R\$ 5,45 bilhões devido às amortizações extraordinárias ocorridas no exercício (R\$ 2,7 bilhões), além do impacto do IGP-DI realizado em 2012 (8,11% a.a.) e do aumento de 9,81% na Receita Líquida Real dos Estados ao longo de 2012; e
- *MP nº 2.185/01 (-14,8%)*: variação negativa devido à amortização extraordinária de R\$ 900 milhões ocorrida no exercício de 2011, e que não repetiu no presente exercício.

#### Composição dos Recebimentos e do Estoque de Haveres geridos pela COAFI

Conforme pode ser observado no Gráfico a seguir, 62,94% dos recebimentos relacionados aos haveres geridos pela COAFI/STN se referem à Lei nº 9.496/97. Além disso, observa-se que os 3 (três) principais programas (Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185) corresponderam a 88,8% do total dos recebimentos verificados no exercício de 2012.

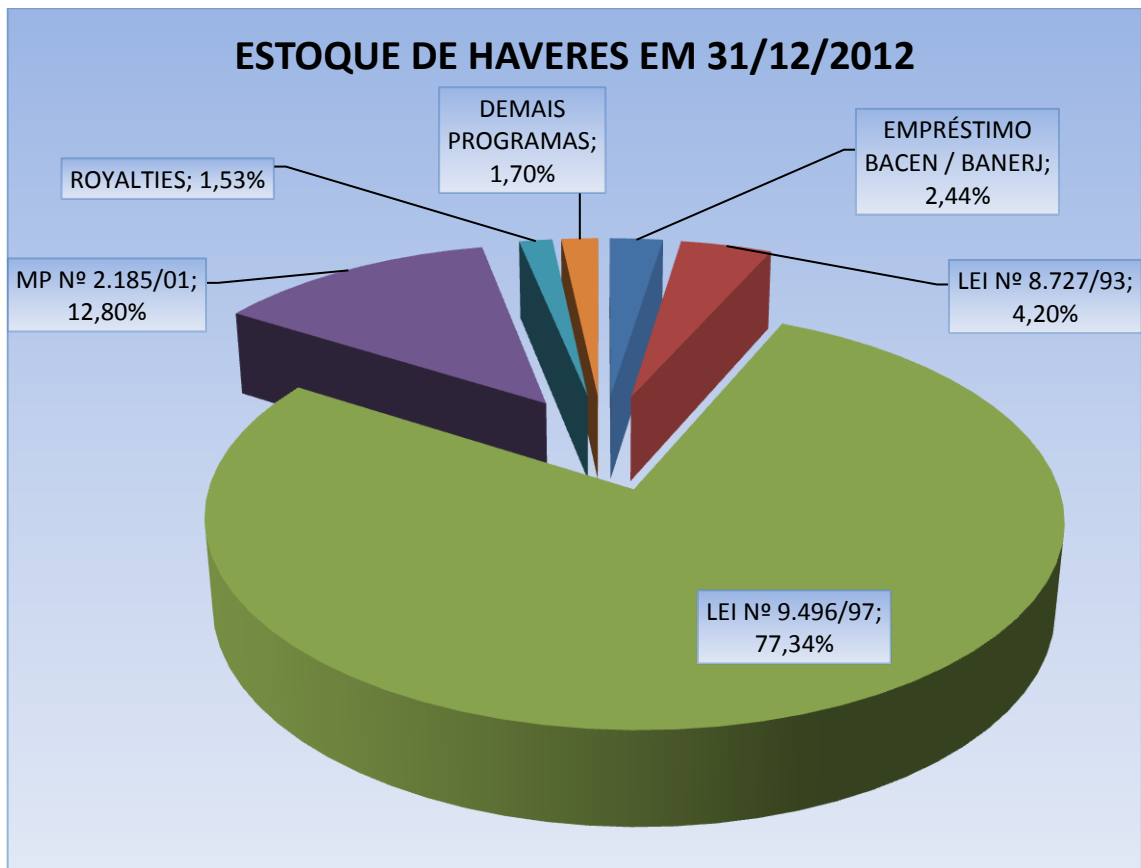
**Gráfico 12.1.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2012**



Fonte: COAFI/STN

Por sua vez, os haveres ao amparo da Lei nº 9.496/97 correspondem a 77,34% do total do estoque de haveres geridos pela COAFI/STN (valores de 31.12.2012), ao passo que os haveres no âmbito da MP nº 2.185/01 correspondem a 12,80% dos haveres, conforme apresentado no Gráfico V. Por outro lado, apesar dos haveres ao amparo da Lei nº 8.727/93 terem correspondido a 16,82% dos recebimentos em 2012 (Gráfico IV), seu estoque corresponde apenas a 4,20% do total dos haveres (Gráfico V). Isso ocorre devido à proximidade do encerramento desse Programa, prevista para abril/2014. No total, os saldos dos 3 (três) principais programas (Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e Lei nº 8.727/93) correspondem a 94,33% do estoque de haveres geridos pela COAFI/STN.

**Gráfico 12.1.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31.12.2011**



Fonte: STN/COAFI

A Tabela a seguir apresenta os saldos dos créditos provenientes de operações com estados e municípios.

**Tabela 12.1.11 – Saldos dos Créditos provenientes de Operações com Estados e Municípios – Exercício 2012**

R\$ mil

<b>HAVERES</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>
<b>DIVIDA EXTERNA REESTRUTURADA</b>	<b>4.802.853</b>	<b>4.699.971</b>	<b>4.944.869</b>	<b>4.836.079</b>	<b>5.183.967</b>	<b>5.216.400</b>	<b>5.241.523</b>	<b>5.244.208</b>	<b>5.194.493</b>	<b>5.042.647</b>	<b>5.222.957</b>	<b>5.073.737</b>
BIB - BRAZILIAN INVESTMENT BOND	26.080	25.549	19.322	20.019	21.464	21.603	21.707	21.731	14.370	14.358	14.889	14.463
DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.776.774	4.674.422	4.925.547	4.816.060	5.162.504	5.194.797	5.219.817	5.222.477	5.180.123	5.028.289	5.208.069	5.059.274
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>8.865.349</b>	<b>7.661.485</b>	<b>7.574.130</b>	<b>7.608.191</b>	<b>7.673.498</b>	<b>7.700.707</b>	<b>7.688.356</b>	<b>7.763.288</b>	<b>7.793.393</b>	<b>7.825.012</b>	<b>7.745.821</b>	<b>7.745.035</b>
CONTRATOS DE CESSÃO - ROYALTIES, COMP. FINANCEIRA, PART. ESPECIAIS	8.865.349	7.661.485	7.574.130	7.608.191	7.673.498	7.700.707	7.688.356	7.763.288	7.793.393	7.825.012	7.745.821	7.745.035
<b>OUTROS RECEBIMENTOS</b>	<b>4.082.891</b>	<b>3.842.272</b>	<b>3.734.817</b>	<b>3.720.355</b>	<b>3.713.804</b>	<b>3.701.928</b>	<b>3.692.284</b>	<b>3.696.247</b>	<b>3.697.160</b>	<b>3.692.774</b>	<b>3.667.400</b>	<b>3.212.916</b>
BNDES	1.517.499	1.522.039	1.523.111	1.531.592	1.547.149	1.561.281	1.572.011	1.595.837	1.616.462	1.630.689	1.625.555	1.629.629
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.829.514	1.802.491	1.780.917	1.756.949	1.733.954	1.707.020	1.685.846	1.665.133	1.644.558	1.625.269	1.604.266	1.583.286
CRC - CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR/VALORES A RECUPERAR	428.737	429.850	430.788	431.814	432.702	433.627	434.427	435.278	436.141	436.816	437.579	0
HONRA GARANTIA - OPERAÇÃO EXTERNA	217.714	0										
OUTROS CRÉDITOS DE ORIGEM EXTERNA	89.426	87.892	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS</b>	<b>365.150</b>	<b>339.638</b>	<b>335.590</b>	<b>345.044</b>	<b>366.069</b>	<b>379.153</b>	<b>368.495</b>	<b>369.893</b>	<b>334.842</b>	<b>335.143</b>	<b>346.260</b>	<b>335.628</b>
AC. BRASIL-FRANÇA	36.996	21.848	23.212	23.840	23.975	22.987	22.398	23.000	23.385	23.503	24.376	22.270
PNAFE	328.154	317.790	312.379	321.204	342.093	356.167	346.097	346.892	311.457	311.641	321.884	313.358
<b>SANEAMENTO FINANCEIRO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS</b>	<b>466.079.650</b>	<b>467.711.457</b>	<b>467.405.308</b>	<b>469.281.575</b>	<b>473.376.472</b>	<b>477.632.571</b>	<b>479.207.013</b>	<b>485.704.747</b>	<b>491.073.431</b>	<b>493.779.807</b>	<b>491.868.570</b>	<b>491.206.578</b>
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	11.906.847	11.907.139	11.879.844	11.910.362	11.995.290	12.067.372	12.113.119	12.258.960	12.378.135	12.447.557	12.407.854	12.398.873
LEI Nº 8.727/93 - ESTADOS E MUNICÍPIOS	26.511.628	26.046.230	25.561.102	25.085.537	24.643.410	24.193.827	23.527.305	23.088.084	22.708.067	22.219.433	21.782.607	21.309.053
LEI Nº 9.496/97 - ESTADOS	368.404.396	370.187.733	370.239.313	372.111.129	375.837.685	379.556.404	381.458.389	387.143.118	391.575.529	394.320.618	392.974.622	392.536.675
MP 2.185 - MUNICÍPIOS	59.256.780	59.570.356	59.725.049	60.174.547	60.900.088	61.814.967	62.108.200	63.214.584	64.411.700	64.792.199	64.703.487	64.961.977
<b>TOTAL</b>	<b>484.195.893</b>	<b>484.254.822</b>	<b>483.994.713</b>	<b>485.791.244</b>	<b>490.313.810</b>	<b>494.630.759</b>	<b>496.197.671</b>	<b>502.778.383</b>	<b>508.093.320</b>	<b>510.675.383</b>	<b>508.851.008</b>	<b>507.573.893</b>

Fonte: COAFI/STN

## **- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público**

A STN/COAPI tem como função institucional a análise dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada (PPP) e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos.

Em 2012, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da COAPI, acompanhou a execução dos principais investimentos do Governo Federal na área de infraestrutura. Nesse contexto, destacam-se as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executadas com recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social. Os pagamentos totalizaram R\$ 39 bilhões nesse ano, o que representou crescimento de 40% em relação ao realizado em 2011. Os principais setores foram o Programa Minha Casa Minha Vida, com pagamento de R\$ 11,3 bilhões, e o Ministério dos Transportes, com R\$ 10,7 bilhões. O PAC contribuiu para crescimento, em 2012, de 13% da taxa de investimento público do Governo Federal, exceto estatais.

Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional tem participado, juntamente com outros órgãos setoriais, da seleção e monitoramento das intervenções necessárias para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Com o objetivo de contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional estudou os principais fatores relacionados ao cenário deficitário do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e apresentou propostas de alterações nos dois principais programas do fundo: Abono Salarial e Seguro Desemprego. Ainda dentro deste objetivo, realizou-se diagnóstico sobre gastos em qualificação profissional nos diversos órgãos do Governo Federal e suas interconexões com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Neste estudo, entre outros aspectos, observou-se a convergência de grande parte dessas ações de qualificação profissional para o PRONATEC.

Ainda, com o objetivo estratégico de contribuir para a formulação das políticas de incentivo ao investimento privado em serviços públicos, a Secretaria do Tesouro Nacional participou ativamente da criação do Programa de Investimentos em Logística, recomendando premissas e carteiras possíveis. Atuou também no estudo da atratividade de novos perímetros de irrigação.

Já no setor energético, trabalhou no escopo dos contratos de partilha do setor de petróleo e na reformulação do marco legal de energia elétrica que culminou com a redução das tarifas de energia da ordem de 20% ao consumidor final.

Mais recentemente, a STN participou da elaboração de propostas para uma política governamental de fomento ao desenvolvimento da aviação regional brasileira, contemplando isenções de tarifas aeroportuárias e aeronáuticas, concessões de subsídios e realocações de “slots” no aeroporto de Congonhas. Também contribuiu nas discussões relativas ao novo marco legal para o setor de mineração.

## **- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais**

### Assunção e Reestruturação de Passivos

Com relação a esta atribuição, que também integra a gestão de obrigações, estão a cargo desta Secretaria do Tesouro Nacional atividades relacionadas com a regularização de obrigações da União oriundas: 1) de empresas estatais extintas; 2) da transformação de ex-Territórios Federais em Estados e do desmembramento dos Estados de Goiás e Mato Grosso; e 3) do Fundo de Compensação de Variações Salariais. A regularização dessa categoria de obrigações, originadas nos chamados passivos contingentes da União, exige, também, a periódica atualização das estimativas de emissão de títulos do Tesouro Nacional para tal finalidade.

Em decorrência do estreito vínculo entre essas atividades e os riscos fiscais associados às entidades e/ou fundos nos quais a União tem participação (inclusive como garantidora), a STN acompanha: 4) os planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados pela União, com enfoque na situação de solvência dos fundos e no impacto fiscal nas contas públicas; 5) as ações relacionadas com o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDA e FNE), e os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO), e outros fundos com participação do Ministério da Fazenda, tendo como foco principal a minimização dos riscos da União; e 6) outros assuntos que possam causar futuros aportes financeiros da União.

No exercício de **2012**, destacaram-se os seguintes trabalhos realizados, relativos a cada grupo de obrigações:

#### *Regularização – Empresas Estatais Extintas*

- Presidir o Conselho Gestor do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – FC/RFFSA e enviar, anualmente, ao Ministro da Fazenda relatório de suas atividades. O Conselho Gestor tem a função de acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao FC/RFFSA, nos termos do Decreto nº 6.018/2007, que regulamenta a Lei 11.483/2007, e na Portaria 131/2007;
- Análise de pedidos de regularização de dívidas da União, advindas da extinção de Empresas Estatais/Autarquias, tais como: Rede Ferroviária Federal – RFFSA, Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, Empresas Nucleares Brasileiras S.A. – NUCLEBRÁS, Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS, Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

#### *Regularização – Desmembramento dos Estados de Goiás e Mato Grosso*

- Análise de requerimento de pleitos relativos a empreendimentos realizados em áreas que hoje constituem o Estado do Tocantins (desmembrado de Goiás).

#### *Regularização – Novação de Dívidas do FCVS*

- Análise, redação das minutas dos contratos, e elaboração de pareceres relativos às novações de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. No ano de **2012**, foram celebradas, a partir de pareceres favoráveis desta Secretaria, **18** novações entre a União e os credores do FCVS, no montante aproximado de R\$ **587 milhões**;
- Análise de pleitos diversos e aperfeiçoamento de controles internos relativos a procedimentos operacionais de novação de dívidas do FCVS.

#### *Acompanhamento – Fundos de Pensão Patrocinados pela União*

- Análise de propostas de criação/alteração de regulamentos de planos de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão) patrocinados por empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda, com foco na prevenção da ocorrência de déficits;
- Análise de Termos de Adesão de patrocinadores a fundos de pensão vinculados ao Ministério da Fazenda;
- A STN integrou grupo multidisciplinar governamental que desempenhou, no decorrer do ano, os trabalhos de criação e estruturação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe. Nesse sentido, as análises e debates do grupo foram de grande relevância na elaboração das propostas que evoluíram até a Lei nº 12.618, de 30/4/2012 (que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e autorizou a criação da Funpresp-Exe), e o Decreto nº 7.808, de 20/9/2012 (que criou a Funpresp-Exe).

Participou, também, dos trabalhos destinados à elaboração do estatuto da entidade, do regulamento do plano de benefícios e do convênio de adesão.

*Acompanhamento – Fundos com Participação do Ministério da Fazenda*

- Análise de propostas de alteração da legislação dos Fundos Constitucionais, Fundos de Desenvolvimento, Fundos de Investimento e FIES, com foco na prevenção da ocorrência de desequilíbrios financeiros.

*Outras Atividades Relativas a Passivos Contingentes*

- Confeção do Relatório de Ganhos do Tesouro Nacional decorrentes da Securitização de Dívidas, em atendimento à determinação do TCU, constante do Acórdão nº 797/2003 – Plenário.

**- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional**

- Outras Ações

**Quadro 12.1.4 – Outras Ações**

R\$1,00

UG	Ação Orçamentária	Receitas de 2012
<b>170701</b>		
	Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores Estratégicos - AGF	1.447.220.767
	Custeio Agropecuário	1.328
	Programa de Investimento Rural e Agroindustrial	413.415
	Programa de Financiamento à Agricultura Familiar - PRONAF	836.238.599
<b>170702</b>		
	Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	1.737.828.693
<b>170703</b>		
	Unificados Rurais	17.302.637
	Unificados Industriais	13.028.070
	Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	26.078.851
	Alongamento da Dívida de Crédito Rural	33.082
	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP	57.515.942
	Programa de Reestruturação Produtiva e às Exportações- Revitaliza	894.477

<b>TOTAL</b>	<b>4.136.555.861</b>
--------------	----------------------

Fonte: SIAFI

## **Análise Crítica**

As receitas do PRONAF vinculadas à UG 170701, R\$ 836.238 mil, correspondem ao pagamento por parte dos mutuários dos créditos concedidos. O valor ficou bem acima do previsto para o ano de 2012, R\$ 302.460 mil, pelo fato de o Banco do Brasil em 2011 não ter realizado reembolso dos valores recebidos devido a um processo de validação contábil. Assim, em 2012, além dos reembolsos dos valores pagos pelos mutuários no período, foram reembolsados os valores de períodos anteriores com a correspondente atualização pela SELIC.

Os valores referentes às receitas de Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Estratégicos – AGF são relativos às vendas de produtos realizadas pela CONAB. Tendo em vista os cenários de preços dos produtos agrícolas em 2012 as receitas decorrentes das vendas de produtos ficaram próximas dos valores projetados para o ano (R\$ 2 bilhões), chegando a 72,3 % do previsto.

Os haveres do PROEX são denominados em moeda estrangeira e são oriundos de exportações brasileiras apoiadas pelo PROEX com base na Lei 10.184/2001. O objetivo é fomentar as exportações brasileiras com base em taxas compatíveis com as praticadas no mercado internacional. São elegíveis ao PROEX empresas com faturamento anual de até R\$ 600 milhões, exportações oriundas de acordos bilaterais e operações a países com dificuldade de acesso a financiamento internacional.

### **- Assuntos Corporativos**

- Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

#### Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE

*Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais.*

O projeto PACE executou, recursos da ordem de US\$ 7.820.794,04, em valores atualizados de acordo com a taxa de dólar informada pelo PNUD. O Projeto BRA 04/016 tem por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, permitindo ao país alcançar um patamar de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e competitivo, a partir de uma base adequada de governança e de estabilidade macroeconômica.

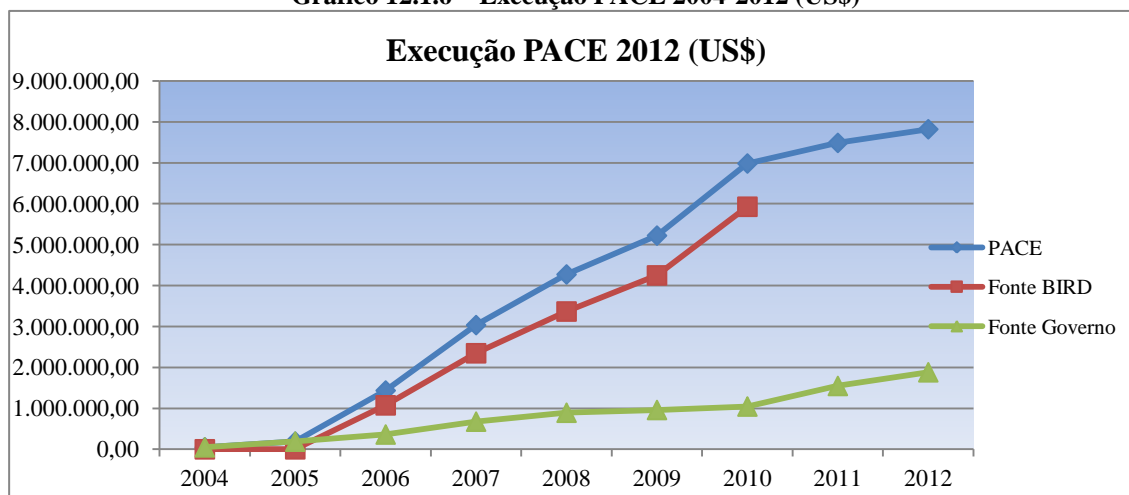
Nesse sentido, contribui para a implementação e aperfeiçoamento de políticas, processos, mecanismos e instrumentos legais necessários para a obtenção de ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país. No exercício de 2012, o Projeto atuou em diversos setores, dando continuidade aos projetos já iniciados, utilizando recursos que atingiram um total de US\$ 333.664,99.

Após as alterações ocorridas no Projeto com o final do Acordo de Empréstimo 7253-BR, o orçamento total do projeto foi reduzido para um valor de US\$ 6.597,427.00 contabilizando-se apenas os recursos nacionais, uma vez que a partir do exercício 2011, não se utilizou os recursos do BIRD. A Revisão Substantiva “M” prorrogou a vigência do Acordo de Cooperação Técnica BRA 04/016 até 1º/07/2013. Essa prorrogação da vigência foi importante para que se pudesse dar continuidade a projetos relevantes que estavam em andamento, em especial, o “Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional” e o “SID – Sistema Integrado da Dívida Pública – FASE II”, bem como a inclusão de um novo projeto que visa elaborar estudo sobre o “

Programa Tesouro Direto” com vistas à elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico de expansão da base atual de investidores do Programa.

O Gráfico a seguir retrata a evolução da execução de recursos desde a implementação do PACE até dezembro de 2012.

**Gráfico 12.1.6 – Execução PACE 2004-2012 (US\$)**



*Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.*

Para análise dos fatores que tiveram impacto sobre o fornecimentos dos bens e serviços objetos dos contratos por meio do Acordo de Empréstimo 7253 –BR, há que ressaltar que o projeto tem por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, envolvendo 14 entidades governamentais.

As ações implementadas até o momento, por meio de contratações, favoreceram a redução de custos logísticos, valorização do ambiente de negócios, fortalecimento a gestão de dívida e recursos públicos através da operacionalização de processos específicos, tais como: análise de risco, planejamento, estratégias, leilões, programação orçamentária e financeira) de gestão da dívida pública, realização de estudos macro-econômicos, Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, Desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados e treinamento de funcionários em diversas áreas.

Os recursos gastos, no exercício de 2012, foram utilizados na continuação de diversos projetos:

- desenvolvimento e adequação em soluções de banco de dados (STN/COSIS);
- especificação, desenvolvimento e implantação da Segunda Fase do SID – Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública (STN/CODIV);
- desenvolvimento de Taxonomia em XBRL e XBRL- GLde informações contábeis e financeiras no âmbito do Sistema SICONFI; e
- projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/CODIN).

As ações citadas tiveram seus recursos distribuídos, no exercício de 2012, como se segue:

**Quadro 12.1.5 – Execução 2012 - BRA 04/016/ PACE (US\$)**

Atividade	Implementador	Projetos	Gastos
Atividade 2 – Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à	Secretaria do Tesouro Nacional	“Desenvolvimento e adequação em soluções de banco de dados”; “Especificação, desenvolvimento e implantação	289.799,81

adequada execução da Fase Principal do PACE		da Segunda Fase do SID – Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública”; “Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional”; e “Desenvolvimento de Taxonomia em XBRL e XBRL- GL de informações contábeis e financeiras no âmbito do Sistema SICONFI”	
	BRA-National Execution	Custos PNUD	14.489,99
	Secretaria do Tesouro Nacional	Acerto/Variação cambial	-396,11
<b>SubTotal</b>			<b>303.893,69</b>
Atividade 5 - Unidades de Execução e Coordenação adequadamente organizadas para implementação e execução do Programa PACE	Unidade de Coordenação do PACE	Passagens aéreas	4.158,16
	Unidade de Coordenação do PACE	Diárias	9.285,45
	Unidade de Coordenação do PACE	Custos de publicação	14.926,55
	BRA-National Execution	Custos PNUD	1.418,50
	Unidade de Coordenação do PACE	Acerto/Variação cambial	-17,30
<b>SubTotal</b>			<b>29.771,30</b>
<b>TOTAL</b>			<b>333.664,99</b>

Fonte: Sistema Extranet – PNUD

#### Quadro 12.1.6 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
<b>Nome da Organização</b>	<b>Sigla</b>
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
<b>Título do Projeto</b>	<b>Código</b>
Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo	BRA 04/016

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PACE.

#### Quadro 12.1.7 – Contratos de Consultoria

Valores em US\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000632					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Desenvolver Taxonomia em XBRL e XBRL- GL de informações contábeis e financeiras					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
20/08/2012	08/02/2013	88.800,00	66.600,00	66.600,00	66.600,00
<b>Insumos Externos</b>					
Passagens aéreas e diárias					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
Produto 1 – Documento contendo a representação da Matriz de Saldos Contábeis - MSC			20/09/2012	17.760,00	
Produto 2 - Documento contendo definição da arquitetura e modelagem da Taxonomia da STN em linguagem XBRL			20/11/2012	35.520,00	
Produto 3 – Documento contendo templates e processos de apoio à coleta de dados			06/12/2012	13.320,00	
Produto 4 – Documento contendo dados modelados, harmonizados e contextualizados			22/01/2013	22.200,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Gianluca Garbellotto				<b>CPF:</b> n/a	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> houve necessidade de prorrogação do contrato sem					

comprometimento da execução..

Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato: 2011/000194</b>					
<b>Objetivo da consultoria: Consultoria de programação DBA e banco de Dados Access</b>					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
15/06/2011	30/03/2012	78.400,00	26.400,00	26.400,00	78.400,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
Avaliação, documentação e implementação de melhorias no banco de dados do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI			25/07/2011	10.000,00	
Documentação e Implementação de melhorias visando a integração, ao SIAFI, das rotinas de pagamento do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira – SEORFI			22/08/2011	8.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades relativas à Compra antecipada de moeda estrangeira e buyback.			04/10/2011	12.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades relativas à Geração da Programação Financeira (incluindo o controle dos 1500 dias).			18/11/2011	12.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades objetivando a Geração da Programação Financeira (incluindo o controle dos 1500 dias).			23/12/2011	10.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades objetivando a Geração da Programação Orçamentária (incluindo o controle dos 1500 dias).			20/01/2012	8.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando o controle de Compra de Moeda Estrangeira			13/02/2012	6.400,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando o controle de Compra de Moeda Estrangeira			06/03/2012	6.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando a inclusão de novas funcionalidades relativas à geração de dados de registro da Liberação Financeira e Controle de Recursos Financeiros			27/03/2012	6.000,00	
Documentação e implementação de melhorias no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI objetivando o suporte ao controle de fluxo de caixa e geração de relatórios utilizados no Comitê da Dívida Pública.					
Documentação e implementação de Relatórios Gerenciais					
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Marcelo Lima Bittencourt				<b>CPF:</b> 611.475.591-04	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> A execução do contrato se deu sem problemas, com a entrega de todos os produtos contratados.					

<b>Código do Contrato: 2012/000738</b>					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultoria especializada, pessoa física, para elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores do Programa Tesouro Direto					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
17/10/2012	28/06/2013	158.000,00	110.600,00	-	-
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	

1. Relatório de Diagnóstico Situacional do Tesouro Direto 2. Workshop de Validação do Diagnóstico Situacional 3. Planejamento Estratégico do Tesouro Direto 4. Plano de Atividades de 12 meses 5. Workshop de Apresentação do Planejamento Estratégico	17/10/2012	47.400,00
	23/10/2012	15.800,00
	24/12/2012	47.400,00
	14/01/2013	31.600,00
	28/01/2013	15.800,00
<b>Consultor contratado</b>		
<b>Nome do consultor:</b> Vera Silvieri		<b>CPF:</b> 766.297.678-53
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> Houve necessidade de prorrogação, decorrente da demora da finalização do processo de licitação do contrato de pessoa jurídica vinculado a esse objetivo.		

Fonte: STN/CODIN

### Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF

*Efeitos na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico e alterações contratuais.*

A partir do exercício de 2011, o Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD, passou a ser gerenciado pela UCP/STN, de acordo com o disposto na Portarias STN/MF nº 39,40,41 de 18/01/2011.

Inicialmente, destinados à contratação de serviços especializados de consultoria voltados para o desenho e implantação de metodologias de monitoramento, desenvolvimento de sistemas e treinamento de técnicos dos quadros das entidades envolvidas, assim como para a aquisição de bens. Desta forma, estes recursos contribuiriam decisivamente para que a STN, por meio da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos/ COAPI-STN, melhorasse sua capacidade de avaliação e monitoramento dos investimentos públicos, considerando aspectos de eficiência, estruturando fisicamente a sistemática que permitiria consolidar suas ações nesta área.

Contudo, as prioridades governamentais com relação ao monitoramento e avaliação da execução de projetos tomaram outros rumos que prescindiram da participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional no desenvolvimento de um sistema com esse objetivo, permitindo, então que o projeto passasse a focar suas atenções nas outras vertentes da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecidas no Acordo de Empréstimo que visam identificar oportunidades para melhorar a eficiência dos gastos públicos, por meio, inclusive, do aprimoramento do seu corpo gerencial e técnico, mediante treinamento e capacitação.

Por meio da Revisão Substantiva “G”, o orçamento do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024 foi mantido, na ordem de US\$ 9,071,747.03 e sua vigência foi prorrogada para 31/12/2013. Além disso, foram estabelecidas novas ações no âmbito do Projeto, no que diz respeito à Secretaria do Tesouro Nacional, consolidando, assim, a retomada na execução do Projeto.

*Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.*

Por meio da Revisão Substantiva “G”, foi proposto o cancelamento de produtos de diversos Resultados, que não eram compatíveis com os ditames do Acórdão TCU nº 1.339/2009, em especial, os produtos que envolviam o treinamento de servidores.

Posteriormente, foi firmada uma Revisão Simplificada com o intuito de incluir uma nova ação que refere-se à disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal.

Dentre as ações executadas, destacam-se:

- manutenção evolutiva do Sistema Integrado da Dívida Pública;
- continuidade de Projeto de Gestão Integrada de Riscos;
- estudos para avaliação da qualidade do gasto público nas áreas de saúde e educação; e
- taxonomia de XBRL no âmbito do Projeto SICONFI.

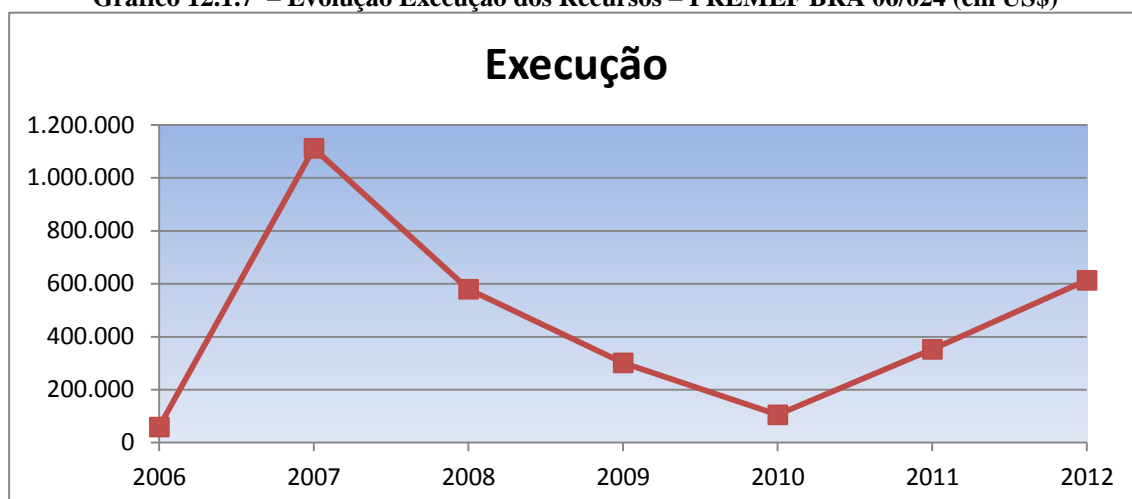
A execução no exercício de 2012 atingiu um montante de US\$ 613.194,85, conforme especificado no Quadro abaixo. O Gráfico a seguir mostra a evolução da execução ao longo do projeto, que entrou em vigor a partir de 2006.

**Quadro 12.1.8 – Execução 2012-PREMEF/ BRA 06/024 (em US\$)**

Atividade	Projeto	Gastos
Atividade 11 – Elaboração da metodologia de Planejamento Institucional da STN	Taxonomia de XBRL	28.000,00
	Custo PNUD	1.400,00
<b>SubTotal</b>		<b>29.400</b>
Atividade 13 – Sistema Integrado da Dívida Pública - SID	Instituir a manutenção Evolutiva do SID	326.225,70
	Custo PNUD	16.311,29
	Variação cambial/Acerto	-4.914,78
<b>SubTotal</b>		<b>337.622,21</b>
Atividade 14- Gestão Integrada de Riscos da STN	Diagnóstico e desenvolvimento da metodologia para integração de riscos	82.229,53
	Custo PNUD	4.111,48
	Variação cambial/Acerto	-164,91
<b>SubTotal</b>		<b>86.176,10</b>
Atividade 7 – Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos com foco na melhoria na eficiência dos gastos públicos	Passagens aéreas	6.018,04
	Diárias	480,30
	Custos de Publicação	34.459,12
	Custo PNUD	2.057,88
	Variação Cambial/Acerto	200,00
<b>SubTotal</b>		<b>43.215,34</b>
Atividade 8 – Identificação de mecanismos para tomada de decisão e para avaliação de políticas públicas	Políticas Públicas - Estudos para Avaliação da qualidade do gasto público nas áreas de saúde e educação	69.813,78
	Diárias	1.043,18
	Taxonomia de XBRL	25.379,86
	Custo PNUD	4.801,83
	Variação Cambial/Acerto	-117,02
<b>SubTotal</b>		<b>100.721,63</b>
Atividade 9 – Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria de eficiência e eficácia da administração financeira	Sistema SEORFI	15.294,83
	Custo PNUD	764,74
<b>SubTotal</b>		<b>16.059,57</b>
<b>Total</b>		<b>613.194,85</b>

Fonte: Sistema Extranet/PNUD

Gráfico 12.1.7 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)



Para o exercício de 2013, será dada continuidade aos Projetos referentes ao Sistema Integrado da Dívida Pública, Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal, concentrando os esforços em projetos que vão atender à implantação do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais, tais como o desenvolvimento de uma taxonomia em XBRL (Extensive Business Reporting Language); Estudos sobre a avaliação da qualidade do gasto público; e Aprimoramento do Clima Organizacional do Tesouro Nacional, dentre outros.

Quadro 12.1.9 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
<b>Nome da Organização</b>	<b>Sigla</b>
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
<b>Título do Projeto</b>	<b>Código</b>
Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais	BRA 06/024

Fonte: STN/CODIN

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PREMEF.

Quadro 12.1.10 – Contratos de Consultoria

Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2011/000328-00					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultor sênior para o desenvolvimento da fase inicial do projeto de gestão integrada de riscos na Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2011	27/02/2012	140.000,00	63.000,00	63.000,00	140.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1 Plano de Trabalho Detalhado			12/09/2011	4.200,00	
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos -2.1 Subsecretaria da Dívida			01/11/2011	14.000,00	

<p>Pública</p> <p>2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.2 Subsecretaria de Política Fiscal</p> <p>2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.3 Subsecretaria de Relações Financeira Intergovernamentais</p> <p>2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.4 Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais</p> <p>2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.5 Subsecretaria de Contabilidade Pública</p> <p>2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) identificação das unidades e processos da STN com possibilidade de exposição a riscos; b) os tipos e a descrição dos riscos identificados; c) método utilizado para a identificação dos riscos - 2.6 Subsecretaria de Assuntos Corporativos</p> <p>3 Relatório em meio físico e magnético, contendo a identificação e descrição</p> <p>4 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) avaliação das</p>	01/11/2011	14.000,00
	01/11/2011	14.000,00
	16/12/2011	15.400,00
	16/12/2011	15.400,00
	16/12/2011	15.400,00
	05/01/2012	28.000,00
	24/02/2012	19.600,00
<b>Consultor contratado</b>		
<b>Nome do consultor:</b> Diógenes Álvares		<b>CPF:</b> 636.185.831-68
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>		

Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2011/000480-00					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultor sênior para o desenvolvimento da fase inicial do projeto de avaliação da qualidade do gasto público, focando nas áreas finalísticas de Saúde e Educação. É essencial que haja a transferência de tecnologia de modo que a Secretaria do Tesouro Nacional esteja apta a replicar os resultados apresentados.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
24/10/2011	30/12/2012	150.000,00	135.000,00	135.000,00	150.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1. Apresentação de Projeto de pesquisa na STN, em meio magnético, contendo: i) Plano de trabalho, metodologia e fontes de dados para o artigo de qualidade do gasto público em saúde; ii) Plano de trabalho, metodologia e fontes de dados para o artigo de qualidade do gasto público em educação.			24/11/2011	15.000,00	

<p>2. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo revisão da literatura científica a respeito da qualidade do gasto público em educação, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN.</p> <p>3. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo revisão da literatura científica a respeito da qualidade do gasto público em saúde, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN.</p> <p>4. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do artigo sobre a qualidade do gasto público em educação bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas.</p> <p>5. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do artigo sobre a qualidade do gasto público em saúde bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas.</p> <p>6. Apresentação da minuta dos artigos na STN.</p> <p>7. Relatório em meio físico e magnético, contendo: i) artigo sobre qualidade do gasto público em saúde a ser submetido à Série de Textos para Discussão da STN em co-autoria com os analistas da STN envolvidos no projeto; ii) artigo sobre qualidade do gasto público em educação a ser submetido à Série de Textos para Discussão da STN em co-autoria com os analistas da STN envolvidos no projeto.</p>	26/12/2011	15.000,00			
	26/01/2012	15.000,00			
	12/03/2012	22.500,00			
	29/03/2012	22.500,00			
	27/04/2012	15.000,00			
	30/05/2012	45.000,00			
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Fabiana Rocha	<b>CPF:</b> 491.704.226-72				
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> houve necessidade de prorrogação do contrato e houve atraso na entrega de produto que não comprometeu a execução.					
Valores em US\$ 1,00					
<b>Código do Contrato:</b> 2012/000173					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de um consultor sênior, especialista em <i>Extensible Business Reporting Language</i> – XBRL, para o desenvolvimento da etapa de taxonomia vinculada ao Projeto SICONFI e à fase de especificação do projeto, para trabalhar com produtos voltados a demandas de áreas de negócio da STN					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
29/03/2012	10/05/2013	80.000,00	80.000,00	28.000,00	28.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>		<b>Valor</b>
<p>1. Produção de material de disseminação interna para equipe da STN (Power Point e Word) sobre XBRL, (Especificação 2.1, Dimensões XBRL 1.0 e de outras especificações modulares XBRL) e XBRL Global Ledger (XBRL GL),</p> <p>2. Produção de relatório preliminar acerca das informações contidas nos relatórios e demonstrativos</p> <p>3. Produção de documentos visando a homogeneização de conceitos e organização de planilhas dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP</p>			11/04/2012		4.000,00
			26/04/2012		4.000,00
			16/05/2012		8.000,00
			31/05/2012		4.000,00

4. Produção de relatório de definição das inter-relações entre informações disponíveis no PCASP e no QDCC para elaboração dos DEFP	20/06/2012	8.000,00
5. Apoio à construção de relatório com a representação do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, abrangendo: protótipos de como seria representado o PCASP tanto com XBRL GL quanto com o uso de uma taxonomia XBRL	10/07/2012	16.000,00
6. Produção de arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia, com apoio de consultoria externa contratada para tal fim, para informações dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP	30/07/2012	8.000,00
7. Produção de folhas de estilo, com apoio de consultoria externa contrata para tal fim, para utilização no Projeto SICONFI, relativamente ao Demonstrativo de Operações do Governo, Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa, Receitas e Despesas e demais demonstrativos correlacionados.	25/08/2012	8.000,00
	14/09/2012	4.000,00
8. Apoio à elaboração de relatório descritivo do processo de integração do SICONFI com o Módulo Fiscal de forma a subsidiar trabalho da área de negócios e de tecnologia da informação da STN.	31/10/2012	8.000,00
9. Elaboração de apresentações (em Power Point) a partir dos Manuais de Implementação de Taxonomias de relatórios específicos e realização de seminários visando disseminar o conhecimento sobre os procedimentos de elaboração de taxonomia objeto de atuação desse consultor.	31/12/2012	8.000,00
10. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, na preparação de material e em todas as atividades envolvidas no processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida.		
11. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, como multiplicador nas atividades de treinamento de usuários na STN e nos Entes Subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.		
<b>Consultor contratado</b>		
<b>Nome do consultor:</b> Daniel José Diaz		<b>CPF:</b> N/A
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> houve necessidade de prorrogação do contrato com alteração do prazo de entrega de produtos.		

Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000425					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de um consultor sênior, especialista em Finanças Públicas, com experiência comprovada em finanças públicas de entes subnacionais brasileiros (Estados, Distrito Federal e Municípios), para o desenvolvimento da etapa de taxonomia vinculada ao Projeto SICONFI e à fase de especificação do projeto.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
10/05/2012	10/05/2013	130.000,00	130.000,00	52.000,00	52.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1. Produção de relatório preliminar acerca das informações contidas nos relatórios e demonstrativos (atuais e previstos) e da forma como estas irão compor os dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças			17/05/2012	6.500,00	

<p>Públicas – DEFP e sua taxonomia.</p> <p>2. Produção de relatório, sob orientação da contratante, contendo a homogeneização de conceitos e organização de planilhas dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP</p> <p>3. Elaboração de relatório sobre a possibilidade de incorporação das informações contábeis e financeiras de Empresas Estatais do Governo Federal que já utilizam padrão XBRL no Módulo Fiscal e no Projeto SICONFI.</p> <p>4. Produção de relatório e de planilhas eletrônicas que subsidiem o mesmo, sob orientação da contratante, de nova estrutura do Balanço Anual e Balancetes Mensais para atendimento à produção de estatísticas de finanças públicas de entes subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal) e do Governo Federal, bem como a consolidação do setor público no padrão dos DEFP.</p> <p>5. Produção de relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia, com apoio de consultoria externa contratada para tal fim, para informações dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP</p> <p>6. Produção de folhas de estilo, com apoio de consultoria externa contrata para tal fim, para utilização no Projeto SICONFI</p> <p>7. Elaborar relatório, sob orientação da contratante, que permita a especificação de negócio para manutenção evolutiva do Módulo Fiscal visando atendimento à integração desse sistema com o SICONFI. 8. Estruturar relatório com proposta de indicadores obtidos por meio do Projeto SICONFI e Módulo Fiscal para incorporar no Sistema Séries Temporais da STN.</p> <p>8. Estruturar relatório com proposta de indicadores obtidos por meio do Projeto SICONFI e Módulo Fiscal para incorporar no Sistema Séries Temporais da STN.</p> <p>9. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, na preparação de material (apresentações, relatórios, etc.) e em todas as atividades envolvidas no processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida.</p> <p>10. Elaboração de manual de treinamento, conjuntamente com a equipe da CESEF, para ser utilizado por multiplicador nas atividades de treinamento de usuários na STN e nos Entes Subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.</p>	01/06/2012	13.000,00
	11/06/2012	13.000,00
	26/06/2012	13.000,00
	16/07/2012	26.000,00
	15/08/2012	13.000,00
	30/08/2012	13.000,00
	15/10/2012	6.500,00
	09/11/2012	13.000,00
	27/12/2012	13.000,00

**Consultor contratado**

**Nome do consultor:** Manoel Victor G. Figueiredo

**CPF:** 839.482.608-34

**Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:** houve necessidade de prorrogação do contrato com alteração do prazo de entrega de produtos.

Valores em R\$ 1,00

**Código do Contrato:** 2012/000822

**Objetivo da consultoria:** Contratação de consultor sênior em Tecnologia da Informação para a avaliação do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI, e elaboração de um modelo conceitual que contemple a atualização de processos relacionados a execução orçamentária e financeira e de informações contábeis

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

01/10/2012	13/09/2013	144.000,00	36.000,00	31.680,00	31.680,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
1. Plano de trabalho detalhado e o cronograma de atividades.		15/10/2012	14.400,00		
2. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SIAFI (saldo orçamentário, financeiros, empenhos) e SID referente à rotina de importação da dívida contratual.		13/11/2012	11.520,00		
3. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SID relacionados à rotina de importação da dívida contratual.		05/12/2012	10.080,00		
4. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao envio de dados para o SIAFI e a coleta de informações referentes às NL's, OB's (crédito, reserva), lista, GRU e GPS.		11/01/2013	14.400,00		
5. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais referente ao Pagamento das Despesas Administrativas com cálculos das taxas como Calculo de taxas DARF e DAR .		25/02/2013	17.280,00		
6. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao pagamento de BuyBack relacionado a AE e aos processos internos do SEORFI		25/03/2013	11.520,00		
7. Relatório contendo os modelos de relatórios gerenciais específicos para o controle orçamentário e financeiro da dívida		21/05/2013	24.480,00		
8. Relatório contendo os modelos conceituais referente aos processos de receitas da dívida, Receitas Fontes Específicas, Receitas de emissões de Títulos, Leilões e fontes Próprias.		03/07/2013	17.280,00		
9. Relatório contendo os modelos conceituais referentes aos modelos de correção monetária dos títulos da dívida interna indexados pelo IGPM e contabilização do Tesouro Direto (emissão pagamentos)		17/07/2013	5.760,00		
10. Manual técnico e treinamento nos modelos para os técnicos da Codiv envolvendo todo trabalho da consultoria.		11/09/2013	17.280,00		
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Marcelo Bittencourt				<b>CPF:</b> 611.475.591-04	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> houve necessidade de prorrogação do contrato com alteração do prazo de entrega de produtos.					

Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000925					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultor, com conhecimento e experiência em contabilidade aplicada ao setor público e com desejável conhecimento no padrão XBRL - Extensible Reporting Language e ferramenta XBRL Fujitsu Interstage XWand Toolkit, a partir da versão 10, para apoiar a implementação do Projeto SICONFI, em especial o projeto de criação da taxonomia do setor público brasileiro, vinculado ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2012	18/12/2013	120.000,00	-	-	-
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		

<p>1. Arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, com base em protótipo definido pela STN, representando a MSC, o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para a produção de dados a partir da MSC</p> <p>2. Relatório contendo análise das inter-relações das informações contidas na MSC e os demonstrativos do MCASP, visando a implantação da taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em padrão XBRL e, caso necessário, proposta de modelos alternativos que visem a harmonização dos demonstrativos em referência</p> <p>3. Relatório e planilhas eletrônicas contendo o mapeamento das informações dos demonstrativos do MCASP em relação às informações contidas na MSC com vista ao desenvolvimento da taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do SICONFI, conforme arquitetura e modelos definidos pela STN</p> <p>4. Relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o PCASP e a MSC.</p> <p>5. Relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para a produção de dados a partir da MSC</p> <p>6. Relatório e arquivos contendo as folhas de estilo de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando a MSC</p> <p>7. Relatório e arquivos contendo as folhas de estilo de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para a produção de dados a partir da MSC</p> <p>8. Apresentações em meio eletrônico a partir dos Manuais de Implementação de Taxonomias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e realização de seminários visando disseminar o conhecimento sobre os procedimentos de elaboração de taxonomia, objeto de atuação desse consultor</p> <p>9. Elaboração, conjuntamente com a equipe da CCONF, de manuais relativos ao processo de Taxonomia envolvendo a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Participação em atividades envolvendo o processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida</p> <p>10. Atuação como multiplicador, conjuntamente com a equipe da CCONF, elaborando material didático e participando de apresentações em workshops para usuários da STN e/ou dos entes da Federação (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.</p>	25/01/2013	9.000,00
	01/03/2013	9.000,00
	01/04/2013	12.000,00
	11/05/2013	18.000,00
	25/06/2013	18.000,00
	16/07/2013	9.000,00
	05/08/2013	9.000,00
	19/09/2013	12.000,00
	04/11/2013	12.000,00
	18/12/2013	12.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
<b>Nome do consultor:</b> Iلسon Camelozl		<b>CPF:</b> 215.986.848-50
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>		

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000908					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Elaboração e desenvolvimento de modelo conceitual que contemple os requisitos necessários para a geração de dados essenciais à estruturação da sistemática de monitoramento integrado dos riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que a STN está exposta.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
03/12/2012	01/10/2013	120.000,00	4.800,00	-	-
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1.Plano de trabalho detalhado cobrindo toda a consultoria.			12/12/2012	4.800,00	
2. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.			27/01/2013	18.000,00	
3. Relatório contendo o modelo conceitual com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco de crédito a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.			04/03/2013	14.400,00	
4. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta.			22/04/2013	18.000,00	
5. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta.			22/05/2013	14.400,00	
5. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco operacional a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas. O presente Relatório também contemplará a consolidação de todas as vertentes de risco.			26/06/2013	14.400,00	
			12/08/2013	14.400,00	
6. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de crédito a que a STN está exposta.			01/10/2013	21.600,00	
7. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco operacional a que a STN está exposta e para integração de todas as vertentes de risco sistematizadas.					
8. Documentação técnica e treinamento para a equipe indicada pela COGER, envolvendo todo o trabalho da consultoria.					
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Oswaldo Noman				<b>CPF:</b> 102.305.806-53	

<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>					
					Valores em R\$ 1,00
<b>Código do Contrato:</b> 2012/000903					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de serviços especializados para elaboração de diagnóstico das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional relacionadas com mapeamento de público-alvo, impacto e outros indicadores detectados, conforme detalhado neste Termo de Referência					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
19/11/2012	15/03/2013	46.000,00		-	-
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1. Relatório de Diagnóstico das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional			01/02/2013	23.000,00	
2. Workshop de Validação do Diagnóstico Situacional			15/02/2013	23.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Soraia de Oliveira Duarte				<b>CPF:</b> 157.699.318-33	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>					
					Valores em R\$ 1,00
<b>Código do Contrato:</b> 2012/000926					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultoria especializada, pessoa física para elaboração de diagnóstico situacional dos processos atuais da estrutura organizacional da Secretaria do Tesouro Nacional					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
17/12/2012	20/09/2013	155.760,00			
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1. Relatório de diagnóstico organizacional macro processos			15/01/2013	15.576,00	
2. Workshop de Validação do relatório organizacional macro			21/01/2013	7.788,00	
3. Relatório de diagnóstico organizacional de processos e sub processos envolvendo subsecretarias e coordenações			20/05/2013	23.364,00	
4. Workshop de validação de diagnóstico de processos e sub processos em níveis de subsecretarias e coordenações			31/05/2013	15.576,00	
5. Relatório do diagnóstico integrado			01/07/2013	23.364,00	
6. Workshop de validação do diagnostico integrado			08/07/2013	11.682,00	
7. Plano de ação para correção de principais problemas identificados			09/08/2013	23.364,00	
8. Workshop de validação final			19/08/2013	11.682,00	
9. Plano de atividades para 9 meses			20/09/2013	23.364,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Santiago Maya Lopes				<b>CPF:</b> 212.449.778-29	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>					
					Valores em R\$ 1,00

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000939					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Contratação de consultor para elaborar projeto gráfico editorial para o desenvolvimento do livro sobre avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
27/12/2012	09/09/2013	43.200,00	-	-	-
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
1. Entrega da proposta gráfica			04/02/2013	4.320,00	
2. Entrega da revisão da proposta gráfica			19/02/2013	4.320,00	
3. Entrega dos produtos esperados elencados na Seção III do TDR			06/03/2013	25.920,00	
4. Acompanhamento das etapas de diagramação e impressão			06/09/2013	8.6400,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Humberto Cunha				<b>CPF:</b> 989.790.511-15	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>					

Fonte: STN/CODIN